

PDTIS

POLO COSTA BRANCA

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO
INTEGRADO DO TURISMO
SUSTENTÁVEL**



PROJETO RN SUSTENTÁVEL



GRUPO BANCO MUNDIAL



**GOVERNO
DO RIO GRANDE DO NORTE**

**GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO**

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO
SUSTENTÁVEL – PDITS**

POLO COSTA BRANCA

VERSÃO FINAL

**JUNHO
2011**

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO
SUSTENTÁVEL - PDITS**

POLO COSTA BRANCA

VERSÃO FINAL

**JUNHO
2011**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidenta: Dilma Vana Rousseff
Vice-Presidente: Michel Miguel Elias Temer Lulia

MINISTÉRIO DO TURISMO

Ministro: Pedro Novais Lima

SECRETARIA NACIONAL DE PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

Secretário: Colbert Martins da Silva Filho

**DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO DO
TURISMO**

Diretor: Edimar Gomes da Silva

COORDENAÇÃO GERAL DE PROGRAMAS REGIONAIS I

Claudio Corrêa Vasques - Coordenador
Ana Carla Fernandes Moura - Técnica Nível Superior
Marina Neiva Dias Técnica Nível Superior
Mário Rudá Pontes de Andrade Técnico em Turismo
Miranice Lima Santos Técnica Nível Superior
Ricardo de Sousa Mendes Engenheiro

GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Rosalba Ciarlini Rosado

SECRETÁRIO DE ESTADO DO TURISMO
Ramzi Giries Elali

SECRETÁRIO ADJUNTO
Luiz Eduardo Tinoco Bulhões

SUB-SECRETÁRIA DO PRODETUR
Sânzia Ferreira Cavalcanti

EQUIPE DE ACOMPANHAMENTO – SETUR/PRODETUR/RN
Carlos Alberto Freire Medeiros
Marilene de Brito
Rute Maria Rodrigues Pinheiro

CONSULTORIA

START PESQUISA E CONSULTORIA TÉCNICA LTDA.

COORDENAÇÃO

Sônia Helena Taveira de Camargo Cordeiro - Arquiteta (Coordenação Geral)

Keila Brandão Cavalcanti - Socióloga (Coordenação Local)

Iluska Larissa Leite Linhares - (Coordenação de Campo)

Estudos do Turismo

Amanda Fonseca Guimarães Posenatto - Turismóloga

Bety Jakeliny Mendes Álvares - Turismóloga

Denise Camargo Cordeiro - Turismóloga

Iluska Larissa Leite Linhares - Turismóloga

Iany Aguiar de Lima - Turismóloga

Keila Brandão Cavalcanti - Socióloga

Thalita Costa da Silva - Cientista Social

Economia e Estatística

Cristiane Alessandra Domingos de Araújo - Estatística

Giovani Rodrigues Junior - Economista

Joedson Jales de Farias - Economista

Estrutura Urbana e Regional

Alexsandro Ferreira Cardoso da Silva - Arquiteto e Urbanista

Francisco da Rocha Bezerra Junior - Arquiteto e Urbanista

Huda Andrade de Silva Lima - Arquiteta e Urbanista

Kyvia Brandão Cavalcanti Gomes - Arquiteta e Urbanista

Teresa Cristina Vieira Pires - Arquiteta e Urbanista

Infraestrutura Urbana e Redes

Aldo da Fonseca Tinoco Filho - Engenheiro Civil

Flaviane de Oliveira Silva - Engenheira Sanitarista

Josenita Araújo da Costa Dantas - Arquiteta Urbanista

Maria Eleonora Silva - Engenheira Civil

Meio Ambiente e Recursos Naturais

Gustavo Szilagyi - Geógrafo

Leonlene de Sousa Aguiar - Geógrafo

Priscila Soares Mendonça - Tecnóloga em Controle Ambiental

Apoio Técnico

Alan Kellnon Nóbrega de Carvalho - Graduando em Geologia

Karina Brandão Cavalcanti - Graduanda em Publicidade e Propaganda

Leandro de Lima Patrício - Graduando em Gestão de Recursos Humanos

Renilson do Nascimento Silva - Tecnólogo Executivo

Rosália Taline Menezes Pereira - Graduanda em Turismo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. FORMULAÇÃO DOS OBJETIVOS DO PDITS.....	18
2.1. Objetivo Geral	18
2.2. Objetivos Específicos	18
3. DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO DA ÁREA E DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS	19
PARTE 1. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO POLO COSTA BRANCA.....	19
3.1. Caracterização Urbana do Polo Costa Branca	20
3.1.1. O litoral Norte do Rio Grande do Norte: Formação Histórica	20
3.1.2. Área de Planejamento Regional do Polo Costa Branca	21
3.1.2.1. Estudos e Planejamento Regional Recentes no Brasil e Nordeste.....	21
3.1.3. Construção de Parâmetros de Avaliação para Centro Articulador Urbano no Polo Costa Branca	23
3.1.4. Morfologia Urbana enquanto Influência na Atratividade Turística	29
3.1.4.1. Elementos Morfológicos do Espaço Urbano	30
3.1.5. Patrimônio Histórico e Cultural.....	43
3.1.5.1. Monumentos Arqueológicos e Pré-Históricos	44
3.1.5.2. Patrimônio Histórico e Artístico	48
3.1.5.3. Bens Culturais de Natureza Imaterial	52
3.1.6. Infraestrutura e Redes.....	58
3.1.6.1. Saneamento Ambiental	58
3.1.6.2. Acessibilidade e Rede de Acesso à Área	61
3.1.6.3. Distribuição de Energia Elétrica e Iluminação Pública.....	67
3.1.6.4. Drenagem e Pavimentação Urbana	68
3.1.6.5. Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário	69
3.1.6.6. Resíduos Sólidos	69
3.1.6.7. Serviços de Comunicação.....	70
3.1.6.8. Serviços Públicos	71
3.1.7. Análise Socioeconômica do Polo Costa Branca	74
3.1.7.1. Produto Interno Bruto e Principais Atividades Econômicas do Polo	74
3.1.7.2. Dinâmica Populacional.....	77
3.1.7.3. IDH-M, Expectativa de Vida e Taxa de Mortalidade	84
3.1.7.4. Densidade Demográfica.....	89
3.1.7.5. Projeção Populacional.....	90
3.1.8. Caracterização Ambiental	92
3.1.8.1. Ecossistemas Principais Existentes e Representativos para o Turismo	92
3.1.8.2. Áreas Protegidas	94
3.1.8.3. Instrumentos Reguladores	95
3.1.8.4. Uso e Ocupação do Solo	95
3.1.8.5. Recursos Hídricos	96
3.1.8.6. Fragilidade e Problemas Ambientais	97
3.1.8.7. Capacidade Institucional – Gestão Ambiental	98
PARTE 2. SITUAÇÃO DO TURISMO NO POLO COSTA BRANCA.....	100
3.2. Oferta Turística No Polo Costa Branca.....	101
3.2.1. Atrativos Turísticos.....	101

3.2.1.1. Atrativos Turísticos Naturais	103
3.2.1.2. Atrativos Turísticos Histórico-Culturais	109
3.2.1.3. Manifestações e Usos Populares e Tradicionais	114
3.2.1.4. Realizações Técnicas e Científicas Contemporâneas.....	116
3.2.1.5. Acontecimentos Programados	118
3.2.2. Turismo e Escala.....	120
3.2.3. Equipamentos e Serviços Turísticos.....	131
3.2.3.1. Equipamentos de Hospedagem.....	131
3.2.3.2. Equipamentos de Alimentação	134
3.2.4. Agências de Viagens e Autolocadoras	136
3.2.5. Serviço de Informações Turísticas.....	137
3.2.6. Equipamentos para Venda de Artesanato	138
3.2.7. Equipamentos e Serviços para Reuniões e Eventos.....	139
3.2.8. Demanda Turística	142
3.2.8.1. Gastos Turísticos - FIPE	142
3.2.9. Produtos Turísticos	146
3.2.9.1. Classificação Diagnóstica dos Produtos Turísticos do Polo Costa Branca	146
3.2.10. Mercado de Trabalho	151
3.2.11. Capacitação Profissional.....	155
3.2.12. Gestão do Turismo.....	156
3.2.12.1. Estrutura Estadual de Turismo.....	156
3.2.12.2. Estrutura Municipal de Turismo	161
3.2.12.3. Instrumentos de Planejamento Municipal - Legislação.....	163
3.2.12.4. Instâncias de Governanças - Conselhos	165
3.2.13. Promoção Turística	167
3.2.14. Concorrência/Competitividade	168
3.2.14.1. Concorrentes.....	168
3.2.15. Turismo e Comunidade no Polo Costa Branca.....	173
3.2.15.1. Perfil do Entrevistado	175
3.2.15.2. Percepção da Comunidade sobre o Turismo.....	177
3.2.15.3. Práticas de Turismo da Comunidade.....	182
3.2.15.4. Trabalho e Capacitação Profissional	183
4. JUSTIFICATIVA DA SELEÇÃO DA ÁREA TURÍSTICA	186
5. FORMULAÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO	190
5.1. Cenário de Desenvolvimento	190
5.2. Análise SWOT	194
5.3. Macroestratégias.....	202
5.3.1. Componente Estratégia de Produto Turístico	202
5.3.2. Componente Estratégia de Comercialização.....	202
5.3.3. Componente Fortalecimento Institucional.....	203
5.3.4. Componente Infraestrutura e Serviços Básicos.....	203
5.3.5. Componente Gestão Ambiental	203
6. PLANO DE AÇÃO: SELEÇÃO DE PROCEDIMENTOS, AÇÕES E PROJETOS	204
6.1. Estratégias e Ações	205
6.1.1. Componente Estratégia de Produto Turístico	205
6.1.2. Componente Estratégia de Comercialização.....	212

6.1.3. Componente Fortalecimento Institucional.....	213
6.1.4. Componente Infraestrutura e Serviços Básicos.....	216
6.1.5. Componente Gestão Ambiental.....	219
6.2. Dimensionamento dos Investimentos.....	221
6.2.1. Dimensionamento do Plano de Ação do Polo Costa Branca: Ações Gerais.....	221
6.2.2. Dimensionamento do Plano de Ação do Polo Costa Branca: Ações a serem financiadas pelo PRODETUR NACIONAL.....	224
6.3. Seleção e Priorização das Ações.....	226
6.3.1. Descrição das Ações a Serem Realizadas Durante os Dezoito Primeiros Meses de Financiamento do PRODETUR Nacional.....	228
6.4. Avaliação dos Impactos Potenciais da Implementação do PDITS.....	244
7. FEEDBACK: ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO.....	249
7.1. Marco Lógico.....	249
8. PARTICIPAÇÃO PÚBLICA E VALIDAÇÃO.....	258
8.1. O Processo Participativo.....	258
8.2. Instâncias Participativas.....	258
8.2.1. Representantes Municipais.....	258
8.2.2. Oficinas com Grupos Específicos.....	259
8.2.3. Consultas Públicas.....	260
8.3. Recomendações.....	261
REFERÊNCIAS.....	263
ANEXOS.....	269

LISTA DE TABELAS

TABELA 01. Polo Costa Branca: Tipo de Estabelecimento de Saúde por Município	73
TABELA 02. Polo Costa Branca: Produto Interno Bruto a Preços Correntes e Produto Interno Bruto <i>per capita</i> , 2003-2006	75
TABELA 03. População Total Projetada dos Municípios pertencentes ao Polo Costa Branca, 2009..	77
TABELA 04. População Total e Crescimento Populacional (%) dos Municípios pertencentes ao Polo Costa Branca, 2000 e 2007.....	79
TABELA 05. População por Situação de Domicílio e Taxa de Urbanização (%) dos Municípios pertencentes ao Polo Costa Branca, 2000 e 2007.	81
TABELA 06. População Total segundo o Gênero 2000 e 2007 - Polo Costa Branca.....	83
TABELA 07. Expectativa de Vida ao Nascer dos Municípios do Polo Costa Branca, RN e Brasil - 2000.....	86
TABELA 08. Mortalidade geral e Taxa de Mortalidade geral nos Municípios pertencentes ao Polo Costa Branca - 2006	87
TABELA 09. Área Territorial e Densidade Demográfica dos Municípios do Polo Costa Branca - 2007.	90
TABELA 10. Polo Costa Branca: Distribuição dos Atrativos Turísticos por Categoria.....	102
TABELA 11. Número de MHS, UHS e Leitos por Município do Polo Costa Branca.....	131
TABELA 12. Equipamentos de Alimentos e Bebidas do Polo Costa Branca.	135
TABELA 13. Polo Costa Branca: Equipamentos de Apoio ao Turista.	136
TABELA 14. Equipamentos para Venda de Artesanato.	138
TABELA 15. RN: Total de Turistas Estrangeiros por Polo, segundo Pesquisa do Turismo Receptivo - 2006.....	145
TABELA 16. RN: Estimativas expandidas de pernoites, gastos, pessoas e principais indicadores. .	145
TABELA 17. RN: Estimativas expandidas e gastos turísticos (em %) por tipo	146
TABELA 18. Resumo do Mercado de Trabalho em Turismo no Polo Costa Branca 2007-2009.	153
TABELA 19. Resumo do Mercado de Trabalho em turismo por segmento no Polo Costa Branca (2009).	154
TABELA 20. Distribuição dos Entrevistados segundo os Municípios da Amostra	174
TABELA 21. Distribuição dos Entrevistados segundo a Ocupação.....	176
TABELA 22. Avaliação da Infraestrutura Municipal, considerando que: 1 = Péssimo; 2 = Ruim; 3 = Regular; 4 = Bom; 5 = Excelente	181
TABELA 23. Resumo das Avaliações de algumas Áreas de Infraestrutura	181
TABELA 24. Pessoas da Família que Trabalham com Turismo ou em Serviços Relacionados ao Turismo (pousadas, hotéis, restaurantes, guias turísticos, feiras de artesanato, casas de shows, etc.), segundo a Quantidade de Pessoas	183
TABELA 25. Pessoas da Família que possuem Curso de INGLÊS -	184
TABELA 26. Pessoas da Família que dominam OUTROS IDIOMAS	184
TABELA 27. Dimensionamento dos Investimentos: Ações Gerais.....	222
TABELA 28. Dimensionamento dos Investimentos: Ações PRODETUR NACIONAL	224
TABELA 29. Resumo dos Investimentos do Polo Costa Branca.....	226
TABELA 30. Ações Priorizadas para os primeiros 18 meses – Polo Costa Branca.....	227

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01. Polo Costa Branca na Tipologia de Cidades do Brasil.	23
QUADRO 02. Polo Costa Branca: Indicadores Populacionais.	25
QUADRO 03. Polo Costa Branca: Indicadores de Socioeconomia.	26
QUADRO 04. Polo Costa Branca: Indicadores Sociais.	26
QUADRO 05. Polo Costa Branca: Posição na Rede Urbana.	27
QUADRO 06. Polo Costa Branca. Sítios Arqueológicos por Municípios.	45
QUADRO 07. Polo Costa Branca: Bens Móveis e Imóveis Tombados.	49
QUADRO 08. Polo Costa Branca. Elementos de Destaque da Culinária e Artesanato.	53
QUADRO 09. Bandas de Músicas e Grupos Folclóricos e Artísticos.	54
QUADRO 10. Polo Costa Branca. Museus, Casas de Cultura, Pontos de Cultura.	56
QUADRO 11. Costa Branca: Saneamento Ambiental com variáveis de Água, Esgotamento e Coleta de Lixo.	60
QUADRO 12. Polo Costa Branca: Transporte Coletivo.	66
QUADRO 13. Polo Costa Branca: Transporte Regular por Município.	67
QUADRO 14. Polo Costa Branca: Consumo de Energia Elétrica.	68
QUADRO 15. Polo Costa Branca: Meios de Comunicação e Difusão.	71
QUADRO 16. Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.	85
QUADRO 17. Taxa de Analfabetismo Polo Costa Branca - 2000.	88
QUADRO 18. Costa Branca: IDEB por Município.	89
QUADRO 19. População e Crescimentos Populacionais (%) projetados para Polo Costa Branca - 2009 a 2029.	91
QUADRO 20. Polo Costa Branca: Principais Praias.	92
QUADRO 21. Principais Atrativos Naturais por Município.	103
QUADRO 22. Principais Praias do Polo Costa Branca.	104
QUADRO 23. Atrativos Turísticos Histórico-Culturais.	110
QUADRO 24. Manifestações e Usos Populares e Tradicionais por Município.	114
QUADRO 25. Realizações Técnicas e Científicas Contemporâneas.	117
QUADRO 26. Polo Costa Branca: Acontecimentos Programados.	119
QUADRO 27. Tipos de Turismo e Escala Potencial.	121
QUADRO 28. Postos de Informações Turísticas.	137
QUADRO 29. Disponibilidade de Equipamentos para realização de reuniões e eventos.	140
QUADRO 30. Costa Branca: Produtos Turísticos e Atrativos agregados Costa Branca.	146
QUADRO 31. Classificação de Hierarquias.	147
QUADRO 32. Valoração dos critérios de hierarquização e priorização.	149
QUADRO 33. Classificação de Principais Atrativos Turísticos do Polo Costa Branca.	150
QUADRO 34. Índices dos Produtos Turísticos – Polo Costa Branca.	151
QUADRO 35. Costa Branca: Instituições de Capacitação Profissional em turismo.	155
QUADRO 36. Principais Problemas Identificados na SETUR.	158
QUADRO 37. Status do Preenchimento dos Questionários Enviados.	161
QUADRO 38. Legislações Municipais.	164
QUADRO 39. Instâncias de Governança.	166
QUADRO 40. Municípios Concorrentes do Polo Costa Branca (RN, CE, PB, PE).	169
QUADRO 41. Perfil do Turista Náutico.	171
QUADRO 42. Costa Branca: Matriz de Cruzamento entre Rede Urbana e Municípios com Produtos Turísticos Consolidados.	189

QUADRO 43. Cenários - Estratégia de Produto Turístico.....	190
QUADRO 44. Cenários - Estratégia de Comercialização.....	192
QUADRO 45. Cenários - Fortalecimento Institucional.....	192
QUADRO 46. Cenários - Infraestrutura e Serviços Básicos.....	193
QUADRO 47. Cenários - Gestão Ambiental.....	194
QUADRO 48. Matriz SWOT.....	194
QUADRO 49. Matriz SWOT Estratégia de Produto Turístico: Atrativos Turísticos.....	196
QUADRO 50. Matriz SWOT Estratégia de Produto Turístico: Infraestrutura de apoio ao turismo.....	197
QUADRO 51. Matriz SWOT Estratégia de Comercialização.....	198
QUADRO 52. Matriz SWOT Fortalecimento Institucional.....	199
QUADRO 53. Matriz SWOT Infraestrutura e Serviços Básicos.....	200
QUADRO 54. Matriz SWOT Gestão Ambiental.....	201
QUADRO 55. Matriz dos Impactos Potenciais.....	245
QUADRO 56. Resultados do Programa.....	250
QUADRO 57. Marco Lógico Estratégia de Produto Turístico.....	251
QUADRO 58. Marco Lógico – Componente Estratégia de Comercialização.....	253
QUADRO 59. Marco Lógico – Componente Fortalecimento Institucional.....	254
QUADRO 60. Marco Lógico – Componente Infraestrutura e Serviços Básicos.....	255
QUADRO 61. Marco Lógico – Componente Gestão Ambiental.....	256

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01. Tipologias do Estudo das Redes Urbanas no Brasil sob base do PNDR.....	22
FIGURA 02. Polo Costa Branca: Centros Articuladores e Núcleos Urbanos Principais.	28
FIGURA 03. Polo Costa Branca: Campos de Centralidade e Integração.	29
FIGURA 04. Edificações Construídas na Área de APP.....	30
FIGURA 05. Edificações Construídas Desrespeitando a Topografia Local – Município de Pendências.	31
FIGURA 06. Inexistência de Passeio Público – Município de Tibau.	32
FIGURA 07. Rampa construída na Agência dos Correios com inclinação acima do permitido – Município de Apodi.....	32
FIGURA 08. Rampa em Espaço Público fora dos padrões – Município de Macau.....	33
FIGURA 09. Município de Macau e os Tanques de Salinas.....	34
FIGURA 10. Exemplos de Verticalização no Município de Mossoró.	34
FIGURA 11. Serviço de Hospedagem – Município de Guararé.....	35
FIGURA 12. Igreja Católica na Área Central – Município de São Rafael.	35
FIGURA 13. Edificações Implantadas no Limite do Lote e sem Recuo Lateral – Município de Apodi.	36
FIGURA 14. Mapa Figura-fundo - Município de Tibau.	37
FIGURA 15. Vista Aérea da Cidade – Área em destaque indicando a localização das ocupações entre 1920 e 1930.....	37
FIGURA 16. Plano Marginal Harmônico - Município de Mossoró.....	38
FIGURA 17. Edificação Implantada sem Recuos - Município de Areia Branca.	39
FIGURA 18. Rua para Circulação de Pedestre - Município de Macau.....	40
FIGURA 19. Praça no Município de Mossoró.	40
FIGURA 20. Museu da Resistência de Mossoró.	41
FIGURA 21. Áreas com Vegetação – Município de Assú.....	42
FIGURA 22. Vegetação implantada na via pública e como elemento decorativo – município de Guamaré.....	42
FIGURA 23. Sinalização Turística encontrada no Polo Costa Branca – Município de Assú.	43
FIGURA 24. Lajedo de Soledade (à esquerda) e Lagea Formosa (à direita).	47
FIGURA 25. Palácio Francisco Pinto, Apodi (à esquerda) e Assú (à direita).	48
FIGURA 26. Areia Branca (à esquerda), Macau (centro) e Pendências (à direita).	49
FIGURA 27. Torre da Igreja da “Cidade Velha” de São Rafael.	50
FIGURA 28. Apodi (à esquerda), Pendências (centro) e Assú (à direita).	50
FIGURA 29. Mapa com o limite indefinido (linha amarela) do Acervo Arquitetônico de Mossoró.	51
FIGURA 30. Edificações com predominância do Estilo Eclético (Secretaria de Tributação, à esquerda).	51
FIGURA 31. Entorno da Praça São João.	52
FIGURA 32. Entorno da Praça São João.	52
FIGURA 33. Mossoró Cidade Junina (à esquerda) e São João de Assú (à direita).....	55
FIGURA 34. Sobrado da Baronesa (Assú) e Palácio da Soledade (Apodi).	56
FIGURA 35. Mapa Rodoviário do RN.	61
FIGURA 36. População Total Estimada dos Municípios pertencentes ao Polo Costa Branca, 2009. .	78
FIGURA 37. População Total dos Municípios pertencentes ao Polo Costa Branca, 2000 e 2007.	80
FIGURA 38. Classificação dos municípios do Polo Costa Branca segundo a taxa de Urbanização, 2000 e 2007.....	82
FIGURA 39. Comparativo por Gênero (%) entre o Polo Costa Branca, RN e o Brasil 2000 e 2007. ..	84

FIGURA 40. Chegando em Galinhos.....	105
FIGURA 41. Galinhos.....	105
FIGURA 42. Porto do Mangue - Dunas do Rosado.....	106
FIGURA 43. Porto do Mangue - Dunas do Rosado.....	106
FIGURA 44. Balsa Areia Branca-Grossos.....	107
FIGURA 45. Balsa para Galinhos.....	107
FIGURA 46. Mangue e pássaros na travessia Areia Branca-Grossos.....	108
FIGURA 47. Caiçara do Norte.....	108
FIGURA 48. São Bento do Norte.....	108
FIGURA 49. Pedra do Chapéu em Tibau.....	109
FIGURA 50. Lagoa do Piató (Assú).....	109
FIGURA 51. Lajedo de Soledade.....	111
FIGURA 52. Lajedo de Soledade.....	111
FIGURA 53. Paineira das Mãos.....	111
FIGURA 54. Paineira das Araras.....	111
FIGURA 55. Museu do Lajedo.....	112
FIGURA 56. Museu do Lajedo.....	112
FIGURA 57. Areia Branca.....	112
FIGURA 58. Assú.....	112
FIGURA 59. Memorial da Resistência.....	113
FIGURA 60. Igreja de São Vicente.....	113
FIGURA 61. “Chuva de Bala no país de Mossoró”.....	115
FIGURA 62. “Mossoró Cidade Junina”.....	115
FIGURA 63. Salinas em Macau.....	117
FIGURA 64. Polo Petroquímico em Guamaré.....	117
FIGURA 65. Mapa do Turismo de Negócios.....	123
FIGURA 66. Mapa do Turismo de Sol e Praia.....	124
FIGURA 67. Mapa do Turismo Cultural.....	125
FIGURA 68. Mapa do Turismo de Eventos.....	126
FIGURA 69. Mapa do Turismo Arqueológico.....	127
FIGURA 70. Mapa do Turismo de Aventura.....	128
FIGURA 71. Mapa do Turismo Pedagógico.....	129
FIGURA 72. Mapa dos Tipos de Turismo.....	130
FIGURA 73. UH no Polo Costa Branca.....	132
FIGURA 74. Meio de Hospedagem no Polo Costa Branca.....	132
FIGURA 75. Segunda-residência em Tibau.....	133
FIGURA 76. Condomínio Residencial em Tibau.....	133
FIGURA 77. Thermas Hotel e Resort.....	134
FIGURA 78. Thermas Hotel e Resort.....	134
FIGURA 79. Praça de Convivência - Mossoró.....	136
FIGURA 80. Praça de Convivência - Mossoró.....	136
FIGURA 81. Ponto de venda de artesanato – Mossoró.....	139
FIGURA 82. Artesanato em Assú.....	139
FIGURA 83. Auditório de Hotel no Polo Costa Branca.....	141
FIGURA 84. Estação das Artes preparada para o “Mossoró Cidade Junina”.....	141
FIGURA 85. Distribuição dos Entrevistados segundo a Idade.....	175

FIGURA 86. Distribuição dos Entrevistados segundo a Escolaridade	176
FIGURA 87. Distribuição dos Entrevistados segundo a Renda Familiar Mensal (SM)	177
FIGURA 88. Frequência com que o município recebe turistas a passeio	178
FIGURA 89. Motivo que leva os Turistas a visitarem o Município (<i>Somas das Citações</i>)	178
FIGURA 90. Existência de Produtos e Serviços Turísticos no Município	179
FIGURA 91. Benefícios que o Turismo pode trazer para seu Município	180
FIGURA 92. Impactos negativos que o Turismo pode trazer para seu município (<i>Somas das Citações</i>)	180
FIGURA 93. Motivação da Viagem	182
FIGURA 94. Capacitação da População para trabalhar com o Turismo	185
FIGURA 95. Costa Branca: Integração da Rede Urbana com a Hierarquia de Produtos Turísticos Consolidados	188

1. INTRODUÇÃO

A elaboração do Plano de Desenvolvimento do Turismo Sustentável do Rio Grande do Norte é etapa fundamental e precípua do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), instituído como um conjunto de análises, diagnósticos e proposições orientadas para o pleno desenvolvimento da atividade do turismo nas regiões escolhidas; no presente caso, o Polo Costa Branca, localizado no Rio Grande do Norte e composto pelos municípios de Apodi, Areia Branca, Assú, Caiçara do Norte, Galinhos, Grossos, Guamaré, Itajá, Macau, Mossoró, Porto do Mangue, São Bento do Norte, São Rafael, Tibau, Carnaubais, Pendências e Serra do Mel.

É mister considerar que o PRODETUR possui um histórico de atuação no Brasil e no Rio Grande do Norte, marcado pelas ações exitosas na dinamização das atividades turísticas, seja considerada local ou regionalmente – nas etapas I e II. Recentemente, o PRODETUR da Região Nordeste ganhou – com apoio do Ministério do Turismo – o caráter Nacional o que lhe deu destaque como Política de Turismo relacionada com o pleno enfoque, agora, nos três entes federativos (União, Estado e Município). Essa possibilidade de sinergia entre as esferas de Poder Público, aliado a transversalidade do PRODETUR NACIONAL, seja em temas como Planejamento ou capacitação profissional, contribui para melhor e maior eficácia das ações. Mas também, por outro lado, representa desafios adicionais no sentido de exigir das estruturas de planejamento (Planos, subprogramas, projetos e ações) e gestão (órgãos do executivo) a devida interface com a Política Nacional de Turismo e a Política Nacional de Integração Nacional, do Governo Federal.

A partir dessa base política, o Banco Interamericano de Desenvolvimento atua de modo estratégico ao disponibilizar recursos e base técnica de acompanhamento (avaliação, monitoramento, suporte e apoio) aos PDITS no sentido de gerar condições aos estados de transformar o turismo em um importante indutor da inclusão social.

Nesse sentido, o PDITS é uma ferramenta de planejamento do turismo no Polo Costa Branca, que deve, portanto, constituir-se num instrumento técnico de gestão, coordenação e condução das decisões da política turística e de apoio ao setor privado, de modo a dirigir seus investimentos e melhorar a capacidade empresarial e o acesso ao mercado turístico.

Seu processo de elaboração foi desenvolvido em etapas, complementares e interdependentes que revelaram a necessária tarefa de coligir informações, analisá-las e propor soluções factíveis aos programas e metas. Assim, o trabalho foi estruturado em capítulos, sendo iniciado com o conhecimento técnico, social e ambiental da região turística – aqui no caso, o Polo Costa Branca – seguido de um **Diagnóstico Estratégico** expandido com o maior número possível das informações técnicas (nos tópicos, oferta turística, demanda turística, rede urbana, economia e sociedade, etc.).

O **Diagnóstico Estratégico da Área e das Atividades Turísticas** constituiu-se como uma etapa de avaliação da situação atual, apresentando os principais indicadores e informações disponíveis sobre o turismo do Polo, divididos em dados turísticos, sociais, econômicos, ambientais, comunitários e de gestão. É um componente fundamental do planejamento turístico que permitirá – ao final do Diagnóstico – estabelecer o Estado da Arte das atividades do turismo no litoral norte do estado.

Para alcançar os objetivos do Diagnóstico do Polo Costa Branca, foi privilegiada a coleta de dados direta nos municípios – a partir de um questionário respondido pelos secretários de turismo (Anexo I) e visitas de campo pela região – e pelo contato com os órgãos municipais. As informações que não puderam ser obtidas de modo direto foram organizadas conforme disponibilizadas pelas instituições afins em âmbito federal, estadual e municipal.

Ele está dividido em duas partes principais, sendo a **Parte 1** dedicada a **Caracterização da Região do Polo Costa Branca**, com dados sobre os recursos ambientais naturais para a

sustentabilidade do turismo. Iniciam-se com a análise dos indicadores urbanos e regionais, como o patrimônio histórico e cultural da região e seu potencial de utilização na sustentabilidade do turismo, passando em seguida para a estrutura social, classificando-a segundo o processo de ocupação territorial, e a medida da participação da comunidade na produção de bens e serviços e nas atividades turísticas; infraestrutura regional urbana e de acesso à área para o processo sustentável de ocupação turístico-recreativa, tendo em vista a abrangência territorial da área objeto de estudo; análise socioambiental da região. Na **Parte 2** é abordada a **Situação do Turismo no Polo Costa Branca**, com dados sobre a identificação do espaço regional vocacionado para o processo de ocupação turístico-recreativa; as condições existentes, dimensionando o estágio de desenvolvimento do turismo e seu grau de participação no crescimento econômico regional; gestão do turismo na região, bem como a existência de políticas ou programas públicos e privados específicos; a oferta regional existente e/ou projetada de alojamentos, transportes, equipamentos, instalações e serviços; atrativos e gastos turísticos.

Com a finalização do Diagnóstico Estratégico foi possível proceder a **Justificativa da Seleção da Área Turística** do Polo Costa Branca, ou seja, aquele território apto a receber investimentos, ações e projetos de desenvolvimento do turismo que, de acordo com as análises e avaliações, os municípios integrantes foram selecionados e diferenciados em quatro níveis com base nos critérios estabelecidos no estudo.

Após esses capítulos em que foram apontadas as principais potencialidades e as fragilidades em diversos aspectos e justificada a área turística do Polo Costa Branca, passou-se à fase de proposição e definição de estratégias e ações que potencializem e fortaleçam a atividade turística de maneira sustentável.

Nessa construção, assim como ocorreu nas etapas anteriores da elaboração do PDITS, as propostas elaboradas pela Consultoria foram discutidas em conjunto com gestores públicos, técnicos da SETUR e dos municípios participantes, empresários, entidades de classe, sociedade civil, instituições de ensino e capacitação etc.; e, validadas pelo Conselho Regional de Turismo do Polo Costa Branca. Também contou com as contribuições de representantes do Ministério do Turismo e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, respeitando o entendimento de que o turismo sustentável requer o envolvimento e participação de todos os setores da sociedade, a fim de que as diretrizes elencadas reflitam o desejo coletivo daqueles que serão notadamente afetados: comunidade, empresários, poder público.

Para a **Formulação de Estratégias de Desenvolvimento Turístico** foi necessário, inicialmente, apresentar os Cenários para cada um dos componentes do Planejamento do PRODETUR: Estratégia de Produto Turístico, Estratégia de Comercialização, Fortalecimento Institucional, Infraestrutura e Serviços Básicos e Gestão Ambiental; e também a Análise SWOT dos ambientes internos e externos do Polo Costa Branca.

Os Cenários objetivam explicitar a realidade presente do turismo no Polo Costa Branca (Situação Atual) e projetar a situação futura, advinda das intervenções do PDITS nos diversos níveis. Em suma, é a situação que se pretende atingir com o desenvolvimento e incremento do turismo no Polo Costa Branca, chamado, então, de Cenário de Desenvolvimento.

Ainda nesse capítulo, é apresentada a Matriz SWOT, uma para cada um dos componentes de planejamento do PRODETUR. Nela são apresentados os Pontos Fortes (*Strengths*), Pontos Fracos (*Weaknesses*), Oportunidades (*Opportunities*) e Ameaças (*Threats*) e, do cruzamento destes, podendo-se planejar o turismo de forma estratégica.

Os Cenários de Desenvolvimento, ou seja, aquilo que “se quer” e os resultados da Matriz SWOT originaram as macroestratégias norteadoras para a definição das ações a serem propostas para implementação do PDITS, como resposta às fragilidades do Polo Costa

Branca, bem como alternativas para desenvolvimento de novos produtos turísticos, fortalecimento e apoio as práticas de sucesso já consolidadas.

No capítulo dedicado ao **Plano de Ação: Seleção de Procedimentos, Ações e Projetos** se individualiza todas as ações originárias das macroestratégias para cada componente, para em seguida dimensionar o montante de investimentos necessários à consecução de tais projetos que visam, em última instância, o crescimento e desenvolvimento sustentável do turismo no Polo Costa Branca.

O Plano de Ação apresenta uma visão geral do conjunto de atividades e projetos de investimentos a serem realizados para o alcance dos objetivos de desenvolvimento do turismo sustentável, independentemente da fonte de financiamento a ser mobilizada e dos órgãos responsáveis. Sua formulação foi possível pelo debate e articulação dos elementos técnicos do Diagnóstico, da construção de cenários e estratégias e das oficinas, reuniões e comentários realizados, com a participação efetiva do Conselho de Turismo do Polo Costa Branca. Está estruturado e apresentado por município, por componente do Programa e por ano de execução de modo a atingir aos objetivos do Programa.

Nele está definido o objetivo do PDITS do Polo Costa Branca, como instrumento de planejamento do PRODETUR, para em seguida, estabelecer a **Matriz de Investimentos ou o Dimensionamento dos Investimentos**, de apoio ao financiamento do BID, com as respectivas prioridades, resultado dos debates realizados em oficinas técnicas com a participação dos membros do Polo. Essa Matriz foi avaliada em seus aspectos de impacto, formas de acompanhamento e monitoramento por parte da população e dos setores de gestão do turismo.

A Matriz de Investimentos foi estabelecida em função da vocação turística da região, seguida da definição das **ações prioritizadas, ou seja, a serem realizadas nos primeiros 18 meses de Execução do Programa**. As ações prioritizadas são detalhadas em “Fichas”, para uma melhor compreensão da proposta e, em seguida é apresentada uma avaliação preliminar dos seus impactos socioambientais, positivos e negativos para cada ação ou projeto. Vale salientar que as ações prioritizadas para esses 18 primeiros meses no Polo Costa Branca foram definidas com base no objetivo principal que é o de ampliar a atividade turística para novas áreas geográficas do Estado, a partir do fortalecimento das atividades já existentes e da estruturação de novos produtos do turismo de sol e praia e do ecoturismo, contribuindo para a geração de emprego e renda para a comunidade.

Também faz parte do PDITS os **Mecanismos de Feedback** mostrados através do **Marco Lógico**, espécie de **Marco de Resultados** que apresenta os indicadores de acompanhamento e avaliação das ações propostas, além de linha de base, meta e o meio de verificação de cada ação, a fim de que se possa mensurar o nível de efetividade do PDITS Costa Branca.

Complementando o PDITS, apresenta-se a **Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)**, para o Polo Costa Branca, sendo definida como instrumento de avaliação de impactos socioambientais estratégicos. Seu objetivo principal é o de incorporar uma série de valores ambientais no procedimento de tomada de decisão sobre planos e programas, durante a sua elaboração e antes da sua aprovação. Assegura uma visão estratégica e uma perspectiva alargada em relação às questões ambientais, por meio da integração global das considerações biofísicas, econômicas, sociais e políticas relevantes que possam estar em causa, num quadro de sustentabilidade.

É importante ressaltar que a elaboração do PDITS ocorreu de forma participativa e, inclusive, num trabalho de parceria entre a Consultoria, a SETUR, o Conselho Regional de Turismo do Polo, as Prefeituras Municipais e o Ministério do Turismo, através de reuniões, oficinas e consultas públicas, onde foram discutidos, pensados, propostos e validados todos os esforços desse trabalho. Ao mesmo tempo, recebeu valiosas contribuições da equipe de acompanhamento do MTur e BID.

O conjunto de documentos, dados e análises aqui integradas foram produzidos e organizados pela Start Pesquisa e Consultoria Técnica, empresa executora do PDITS Costa Branca.

2. FORMULAÇÃO DOS OBJETIVOS DO PDITS

2.1. Objetivo Geral

Desenvolver o turismo no Polo Costa Branca a partir de pequenas escalas de operação e baixos efeitos impactantes dos investimentos locais em infraestrutura turística, de modo a favorecer a conservação do meio ambiente e da rusticidade local, num processo de valorização dos elementos naturais da paisagem e dos traços culturais das populações nativas, como fundamento da atratividade turística.

2.2. Objetivos Específicos

- Contribuir para o fortalecimento da atividade turística no estado através da estruturação de novos destinos e produtos turísticos, de modo a ampliar a oferta turística do Estado e diversificá-la;
- Tornar os produtos e destinos turísticos potiguares mais competitivos, regional, nacional e internacionalmente, incentivando o aumento da taxa de permanência e do gasto médio do turista;
- Promover a qualificação e capacitação dos profissionais que atuam em todas as esferas da cadeia produtiva do turismo, oferecendo oportunidades de qualificação à comunidade que deseja se inserir no mercado de trabalho turístico;
- Auxiliar no aperfeiçoamento da capacidade de gestão administrativa e fiscal dos municípios, com vistas a aumentar as receitas provenientes da atividade turística;
- Estruturar destinos e produtos turísticos, de modo a contribuir com a valorização dos elementos naturais e culturais, num processo planejado de uso e ocupação sustentável desses territórios.



3. DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO DA ÁREA E DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS

PARTE 1. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO POLO COSTA BRANCA

3.1. Caracterização Urbana do Polo Costa Branca

3.1.1. O litoral Norte do Rio Grande do Norte: Formação Histórica

A povoação do território potiguar é lenta e só se observa movimentos e fluxos migratórios no século XVIII em diante. Em 1880, o Rio Grande do Norte só contava com oito municípios, cinco deles no litoral, e mais algumas freguesias e vilas. Na região centro-norte, destaca-se a Ribeira do Apodi que no início do século XVIII contava com as freguesias de Apodi, Portalegre e Pau dos Ferros, totalizando 8.710 moradores, conforme conta Lyra (2008, p.195). A atividade econômica era basicamente a plantação de mandioca para produção de farinha e gado; em **Mossoró e Assú**, ocorriam lucrativas atividades de produção de carne-seca, integrando-se com a economia (incipiente) do sal no litoral norte. O primeiro município do Polo Costa Branca a ser criado ainda no século XVIII foi **Assú**. Os índios Janduíis se espalhavam pelo vale do Assú até a ribeira do Mossoró; por decisão do então governador da capitania, o arraial do Assú é criado em 1696, com fins de aldear os índios (que restaram) da região. O município em si só seria criado em 1776, na ocasião como vila e, em 1845, como Cidade do Assú (AMORIM, p.2008, p.4). De Assú, em 1938 foi desmembrado o município de **Carnaubais** e deste, recentemente, (1995) o município de **Porto do Mangue**.

O município de **Apodi** surge como povoação de um assentamento na ribeira do rio *Pody*. Em 1706 o assentamento passa a se chamar *Apody* e se localizar próximo a um córrego de nome S. João Batista (por decisão da justiça na época), fruto de conflitos de terra e propriedade. Mas foi com o aldeamento em 1740 dos índios, fundação de Igreja matriz e construção de casas, que a história de Apodi tem início. Vila em 1833, comarca em 1875 e finalmente cidade em 1887 (DANTAS, 2008, p.11).

Bem mais distante, e ligado ao Vale do Assú, está o município litorâneo de **Macau**. Dantas (2008, p.21) diz ignorar a data da primeira Matriz, mas comenta ter sido desmembrada da freguesia de Nossa Senhora dos Angicos; criada como vila em 1847 e cidade em 1875. Seu nome é alusão a colônia portuguesa na China. De Macau surgirão em 1962 o município de **Guamaré**, por meio da pesca e do sal produzido, e **Pendências** (em 1953).

Seguindo o litoral ao norte, na ribeira do rio **Mossoró**, começa a surgir o povoado que dará origem ao município de Mossoró em 1852. Um século antes, porém, a região é formada por fazendas de gado e pouco mais de cinquenta moradores; as enormes extensões de terra permitiam que fazendas possuíssem tanto contato com a linha de praia como o sertão, sendo assim formada uma cultura suplementar de gado e sal, origem da carne de charque no RN. As primeiras salinas, em Grossos e depois Macau e Areia Branca, surgiram da necessidade de abastecer o mercado regional de Pernambuco, Ceará e ao norte no Maranhão.

Por questões políticas, a Lei Provincial n. 246 de 1852, Mossoró é definitivamente desmembrado de Assú, iniciando sua história enquanto município e, logo se mostrou progressista. Em 1855 já tinha seu primeiro código de Posturas; em 1857 problemas no Porto de Aracati – sua principal concorrente – fizeram grande parte do fluxo de comércio ser dirigido ao seu porto (na verdade, em Areia Branca), dinamizando toda a economia da região (PINHEIRO, 2007, p.53). Vários municípios criados no século XX foram distritos e vilas da Mossoró do século XIX.

O município de **Areia Branca** surge como uma pequena aldeia de pescadores que aos poucos ganha forma e importância; em 1860 um pequeno armazém construído por força de Lei (484/1860). Próspero, tornou-se distrito em 1872 e vila em 1892. De Areia Branca será criado o município de **Grossos** (desmembrado em 1953) e de **Grossos** foi desmembrado **Tibau** em 1995.

No século XX, os demais municípios da região Costa Branca foram sendo formados por desmembramentos do grande território Apodi-Assú-Mossoró e de outros municípios mais distantes como Santana do Matos, **São Rafael** (desmembrado de Santana do Matos, em 1948), e João Câmara, como **São Bento do Norte** (desmembrando de João Câmara, em 1953). De São Bento do Norte já ocorreram dois outros desmembramentos com a criação do município pesqueiro de **Galinhos** (em 1963) e em 1993 a criação de **Caiçara do Norte**.

Após a Constituição de 1988, vários municípios foram criados no Rio Grande do Norte, dentre estes (e pertencentes ao Polo Costa Branca) estão: **Serra do Mel**, cuja história é ligada a projetos de exploração econômica dirigida pelo Estado, na década de 1970, para aproveitamento do mel existente na região (em 1988 consegue sua autonomia, desmembrado de vários municípios da região); **Itajá**, que iniciou sua história como produtor de cerâmica, é desmembrado de Ipanguaçu em 1992.

Esses municípios apresentam características semelhantes no seu processo de formação, ocupação, desenvolvimento, adensamento e urbanização, sendo um importante elemento de análise, entre outros associados, na definição de Polos e centros importantes no Polo Costa Branca e na definição de estratégias para o desenvolvimento turístico.

3.1.2. Área de Planejamento Regional do Polo Costa Branca

3.1.2.1. Estudos e Planejamento Regional Recentes no Brasil e Nordeste

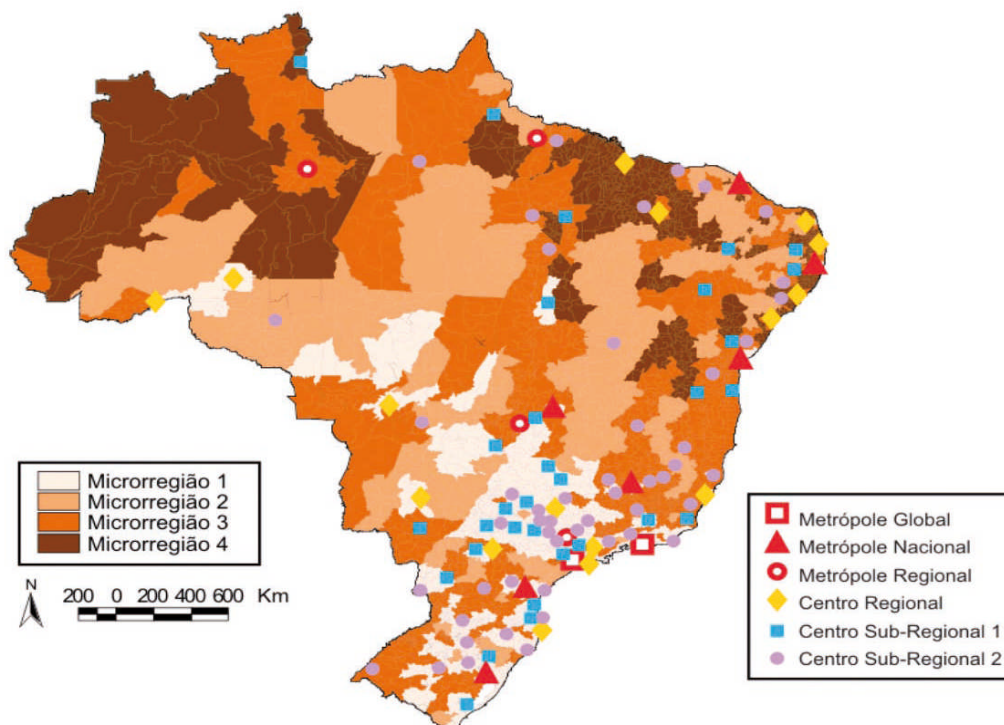
Em relação ao histórico de planejamento regional mais recente no Brasil e no Nordeste que possuem relações com planos setoriais de turismo, destacamos alguns como referência. O primeiro é a **Política Nacional de Desenvolvimento Regional**, ou PNDR, elaborado pelo Ministério da Integração Nacional em 2003. O PNDR constitui-se como um esforço de voltar a pensar o Brasil em termos de sua diversidade regional, buscando as potencialidades e características singulares de cada espaço, escalas e iniciativas (PNDR, 2003). O enfoque do PNDR foi dado à **microrregião**, pois não seria possível a análise municipal devido a quantidade expressiva de dados a serem trabalhados. Para medir as diferenças e buscar o equilíbrio, o PNDR privilegiou como **atributos microrregionais a capacidade de estoque de riqueza** (PIB municipal agrupado) e a **dinâmica de crescimento**. Esses dois atributos são colocados em uma escala de grandeza e evidencia as áreas principais e as estagnadas, sendo que nestas últimas o Estado é chamado a pensar sua política pública.

Uma outra abordagem foi dada pelo estudo do IPEA-NESUR/UNICAMP/IBGE chamado *Tendências e Perspectivas da Rede Urbana do Brasil*, em 1999. Este estudo privilegiou também um recorte macrorregional, isto é, dividiu o país em conjuntos grandes de estados e após isso os agrupou em estudos regionais¹ e, por fim, em uma rede de cidades definidas por hierarquias: sede-periferia, aglomerações metropolitanas e não-metropolitanas, dimensão populacional, tipo de economia predominante e posição nos estudos do IBGE para Influência das Cidades (REGIC). O estudo das *Tendências* não se ateve apenas a dados quantitativos, mas cruzou também elementos de observação nos locais, dando um aspecto qualitativo e ajustando os níveis de integração e dependência. Após o cruzamento das informações, o estudo apresenta alguns critérios como a área de influência dos centros urbanos, centros decisórios e de relações internacionais, escala da urbanização ou dimensão do processo de urbanização, complexidade e diversificação da economia urbana e diversificação do terciário. A classificação final resultou em uma hierarquia de centros

¹ As variáveis utilizadas foram dados do CENSO 1992, RAIS – MTrabalho, estimativas do PIB municipal do IPEA, e demais censos econômicos da década de 1980 e 1990.

urbanos identificados pelos níveis de metrópoles globais, metrópoles nacionais, metrópoles regionais, centros regionais e centros sub regionais de níveis 1 e 2.

FIGURA 01. Tipologias do Estudo das Redes Urbanas no Brasil sob base do PNDR.



Fonte: IPEA-NESUR/IBGE/UNICAMP, 1999

Pela metodologia, no Rio Grande do Norte a capital Natal é um Centro Regional, **Mossoró é um Centro Sub regional 1** e Caicó Centro sub regional 2, sobreposta a uma microrregião de Nível 3 e 4 (pobre).

Finalmente, em 2008, o Ministério das Cidades encomendou estudo ao Observatório das Metrôpoles sobre uma nova proposta de leitura da rede urbana brasileira. A Tipologia de Cidades (2008) parte de uma análise crítica dos trabalhos anteriores (incluindo uma detalhada observação sobre o trabalho do CEDEPLAR)² evidenciando que os mesmos mantinham uma estreita relação entre densidade econômica (geralmente o PIB municipal) e a estrutura urbana existente (sua densidade populacional ou de redes). Áreas de pouca densidade econômica apresentam-se com baixa capacidade de articulação e formação de redes, além de rarefeitos pelo território. Para propor uma nova leitura, o Observatório das Metrôpoles (2008) lança mão de uma análise multivariada (população, instrução, renda, depósitos bancários, PEA, IPTU, mobilidade pendular e instalação sanitária). Os municípios então são agrupados em Tipologias de 1 a 4 e classificados de acordo com seu grau de pobreza interna, de A (melhor posição) até D (pior posição dentro do Tipo).

Nessa classificação, os municípios do Polo Costa Branca estão no **Tipo 03** (microrregiões de renda média e pequena dinâmica no PIB) e nas classes D (com exceção de Assú e Macau, na classe B) o que indica a formação de médio estoque de riqueza acumulada e por uma variação positiva de intensidade média ou baixa do PIB, com padrões tradicionais de pobreza municipal. Pela classificação do Observatório das Metrôpoles, o Polo Costa Branca apresenta um desenho de sociedade relativamente homogêneo com baixo padrão

² Cf. CEDEPLAR, 2000.

socioeconômico. A leitura do quadro 1 deve considerar: primeiro o Tipo pela renda e dinâmica do PIB, depois sua faixa de tamanho populacional e por último a Classe e suas variáveis socioeconômicas; portanto a classificação de um município ou mais municípios pode ser semelhante por tipo e variar em população e classe, com cruzamentos possíveis (TIPO – POPULAÇÃO – CLASSE) em cada coluna. Isso permite considerar similaridades na geração de riqueza, embora com diferenças em tamanho populacional, ou então similaridade em tipos e divergência em classes (o que explica Mossoró e Apodi ambos como Tipo3 Classe D, mas diferenciados pelo tamanho populacional).

QUADRO 01. Polo Costa Branca na Tipologia de Cidades do Brasil.

Tipo	Tamanho Populacional	Classe	Município
3	Mais de 100 mil habitantes	D	Mossoró
3	Até 20 mil hab.	D	Apodi,
3	20 a 100 mil hab.	B	Assú, Macau
3	Até 20 mil hab.	D	Tibau, Caiçara do Norte, Porto do Mangue, São Rafael, Areia Branca, Carnaubais, Grossos, Galinhos, Pendências, Serra do Mel, Itajá, São Bento do Norte, Guamaré,

Fonte: OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2008

Nota: organizado pela Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

A inserção de Mossoró indica um centro urbano e regional importante (acima de 100 mil habitantes) com algum dinamismo econômico, embora com baixos indicadores sociais e níveis de pobreza e desigualdade mais altos que a Classe C, com condições urbanísticas mais desfavoráveis.

Já na faixa de até 20 mil habitantes seguido por Apodi (CENSO 2000). Os demais municípios possuem valores de desigualdade mais distribuídos, centros rurais consolidados, mas com processos de estagnação econômica.

3.1.3. Construção de Parâmetros de Avaliação para Centro Articulador Urbano no Polo Costa Branca

Após a rápida análise sobre os Planos e Metodologias existentes do ponto de vista nacional/regional, faz-se necessária a identificação de uma hierarquização regional própria ao PDITS no sentido de tratar os municípios integrantes do Polo, focalizando assim os elementos mais importantes na caracterização da rede urbana do Costa Branca. Os mapeamentos anteriores, entretanto, já permitem clarificar uma predominância do município de Mossoró como “cabeça de rede”, isto é, centralidade econômica e populacional que ordena a região. Esse procedimento metodológico visa construir um diagnóstico mais específico ao Polo Costa Branca, aproximando da realidade interna.

Nesse sentido, a identificação dos espaços urbanos relevantes dentro do Polo de Turismo do Costa Branca seguiu a noção de centralidade já expressa pelo estudo do Observatório das Metrôpoles (2008), levando em consideração sua posição demográfica e socioeconômica mais relevante. O dimensionamento levou em conta a: complexidade e diversidade de funções e sua abrangência espacial, o papel de comando e coordenação em relação à rede urbana; o tamanho populacional; existência de empresas formais e indicadores sociais (IDH).

Os indicadores escolhidos indicam a concentração e centralidade, bem como a sua capacidade de organização territorial dos demais municípios. Daí buscar informações sobre

densidade populacional e volume de atividades, fluxos de oferta de bens e serviços, terciário avançado, nova economia, etc. Em relação às variáveis, os valores ponderados permitiram a comparabilidade dentro do modelo proposto. A função do parâmetro é possibilitar o equilíbrio comparativo entre dois ou mais indicadores de natureza e tamanho diferentes. Cada valor corresponde a um peso, a depender da sua relevância para o sistema ou caso. A somatória dos pesos permite organizar de maneira hierárquica o elemento mais ou menos preponderante dentro do sistema.

Para efeito de análise da rede urbana, foram considerados todos os municípios integrantes do **Polo Costa Branca: Areia Branca, Assú, Caiçara do Norte, Galinhos, Grossos, Guamaré, Itajá, Macau, Mossoró, Porto do Mangue, São Bento do Norte, São Rafael, Tibau, Carnaubais, Pendências, Serra do Mel e Apodi.**

Os indicadores utilizados foram divididos em três setores: População, Socioeconômica e Índice de Desenvolvimento Humano.

Em **população** foram definidas quatro variáveis (População Total em 2007, Taxa de Crescimento Populacional entre 1991 e 2000, População Urbana em 2000 e Densidade Demográfica em 2000). Cada variável foi ponderado com um valor de 1 (mínimo) até 5 (máximo), a partir do melhor resultado dentro da Rede.

O **indicador Socioeconômico** levou em consideração as seguintes variáveis: Renda Média em Salários Mínimos para 2001, PIB municipal 2006, número absoluto de empresas formais em janeiro de 2009 e quantidade de agências bancárias (públicas e privadas) existentes em cada município. Novamente foram dados valores de 1 a 5.

Por fim como elemento de síntese dos indicadores sociais, utilizou-se o conhecido IDH-M, do PNUD.

A utilização de tais indicadores nesta parte não pretende realizar uma análise das condições socioeconômicas do Polo Costa Branca, pois essa análise é realizada em item posterior desse Diagnóstico. O objetivo da organização das variáveis é a construção de uma hierarquia (tipo *rank*) que posicione todos os municípios do Polo Costa Branca em face da “cabeça de rede”.

A validade dessa caracterização da rede urbana da região é permitir compreender as relações homogêneas e diferenciadas dentro do Polo, evitando assim a análise exclusivamente municipal. Daí que as Figuras 02 e 03 adiante referem-se à espacialização da Rede do Polo de Turismo do Costa Branca.

Considerando apenas os dados populacionais, percebe-se uma leve distorção na rede, causada pela criação de municípios pós-Censo de 1991 o que levou, por um lado, a aumentos expressivos de alguns municípios e, por outro, quedas acentuadas de população. Considerando a população total em 2007, porém, observa-se a predominância de Mossoró e Assú que perfazem 62% da população do Costa Branca. Os dados econômicos também revelam Mossoró e Assú como cabeças de rede, embora aqui os municípios de Guamaré e Areia Branca se destaquem, principalmente, devido os valores envolvidos na extração mineral (sal e petróleo). Em IDH-Municipal, apenas Mossoró e Areia Branca estiveram acima de 0,70 na pontuação geral, sendo os demais variando entre 0,60 e 0,70.

QUADRO 02. Polo Costa Branca: Indicadores Populacionais.

Município	População total em 2007 (abs.)	Valor	Tx. Crescimento Populacional anual 91-2000 (em %)	Valor	População Urbana 2000 (em %)	Valor	Densidade Demográfica Urbana 2000 (Hab/Ha)	Valor
Apodi	34636	3	1,02	4	47.85	3	56,20	2
Areia Branca	24398	3	0,67	2	79.28	4	85,87	4
Assú	51253	4	1,05	4	71.95	4	41,57	2
Caiçara do Norte	6393	1	-	0	94.78	5	62,21	3
Carnaubais	9217	1	-2,68	0	25.68	3	31,40	1
Galinhos	2135	1	3,79	5	56.65	4	104,82	5
Grossos	9451	1	-1,33	0	76.07	4	5,09	1
Guamaré	11739	2	3,30	5	44.16	3	124.10	5
Itajá	6410	1	-	0	82.06	5	53,98	2
Macau	27129	3	-0,12	0	72.42	4	86,97	4
Mossoró	234392	5	1,19	4	93.10	5	31,57	1
Pendências	12543	2	0,34	1	78.45	4	33,88	1
Porto do Mangue	4825	1	-	0	56.23	4	276,30	5
São Bento do Norte	3529	1	-10,06	0	27.38	3	27,21	1
São Rafael	8124	1	0,49	1	65.65	4	27,06	1
Serra do Mel	9216	1	0,30	1	99.59	5	8,75	1
Tibau	3767	1	-	0	84.08	5	54,52	2

Fonte: Censo IBGE 1991 e 2000. Contagem Populacional, 2007.

Nota: os municípios criados após 1990 não estão listados na coluna de taxa de crescimento populacional 1991-2000.

Nota 2: São Bento do Norte, Macau, Carnaubais e Grossos perderam população devido a desmembramentos ocorridos pós-1990.

QUADRO 03. Polo Costa Branca: Indicadores de Socioeconomia.

Municípios	Renda média (em S.M em 2001)	Valor	PIB Municipal (em mil reais)	Valor	Empresas Formais em jan.2009 (abs.)	Valor	Agências Bancárias (abs.)	Valor
Apodi	1,51	3	174.493	3	615	4	2	2
Areia Branca	2,27	4	474.441	4	548	4	1	1
Assú	2,34	4	245.394	3	1.393	5	4	3
Caiçara do Norte	1,15	3	25.930	1	52	1	0	0
Carnaubais	2,71	4	62.442	2	116	2	0	0
Galinhos	1,46	3	32.675	1	27	1	0	0
Grossos	1,85	3	93.682	2	150	2	0	0
Guamaré	1,62	3	488.923	4	239	3	1	1
Itajá	1,55	3	23.766	1	95	1	0	0
Macau	1,90	3	375.683	4	638	4	3	2
Mossoró	2,84	4	2.127.077	5	7.820	5	10	5
Pendências	1,66	3	98.940	2	112	2	0	0
Porto do Mangue	1,28	3	204.667	3	47	1	0	0
São Bento do Norte	1,68	3	20.879	1	46	1	0	0
São Rafael	1,72	3	30.045	1	112	2	0	0
Serra do Mel	1,49	3	51.986	2	61	1	1	1
Tibau	1,77	3	24.222	1	84	1	0	0

Fonte: Censo IBGE 1991 e 2000. Contagem Populacional, 2007.

Renda média: Censo Demográfico IBGE 2000

PIB municipal: IBGE Contas Regionais, 2006.

Empresas Formais: CAGED, Janeiro de 2009.

Agência Bancárias: considerando a rede do Banco do Brasil, Caixa Econômica, Banco do Nordeste e Bradesco em 2008

QUADRO 04. Polo Costa Branca: Indicadores Sociais.

Municípios	IDH- Municipal (2000)	Valor
Apodi	0,65	4
Areia Branca	0,71	5
Assú	0,67	4
Caiçara do Norte	0,63	4
Carnaubais	0,65	4
Galinhos	0,61	4
Grossos	0,68	4
Guamaré	0,64	4
Itajá	0,63	4
Macau	0,69	4
Mossoró	0,73	5
Pendências	0,63	4
Porto do Mangue	0,59	3
São Bento do Norte	0,643	4
São Rafael	0,63	4
Serra do Mel	0,61	4
Tibau	0,67	4

Fonte: PNU, 2008.

QUADRO 05. Polo Costa Branca: Posição na Rede Urbana.

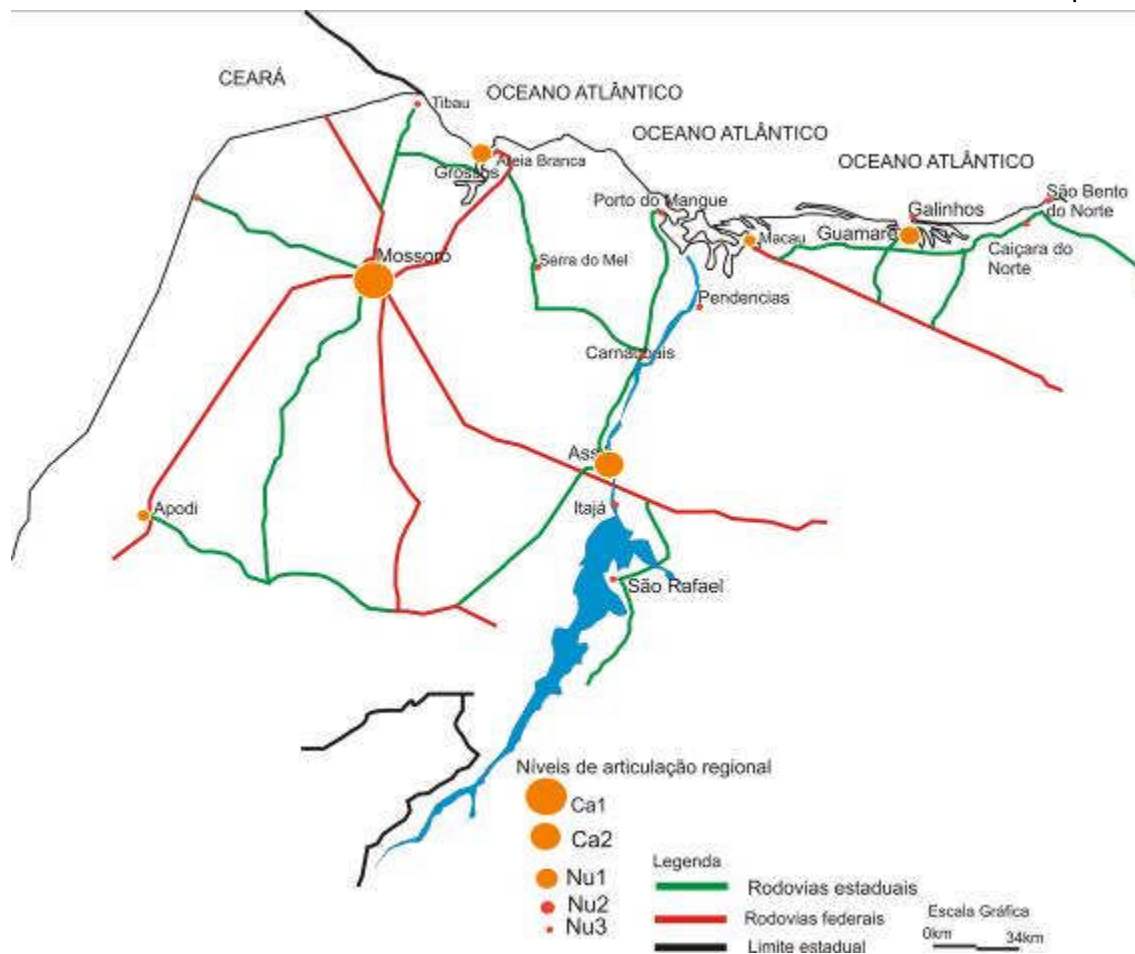
Municípios	Valor Final	Posição
Apodi	28	6 ^a
Areia Branca	31	3 ^a
Assú	33	2 ^a
Caiçara do Norte	18	11 ^a
Carnaubais	17	14 ^a
Galinhos	24	7 ^a
Grossos	17	12 ^a
Guamaré	30	4 ^a
Itajá	17	15 ^a
Macau	28	5 ^a
Mossoró	39	1 ^a
Pendências	19	9 ^a
Porto do Mangue	20	8 ^a
São Bento do Norte	14	16 ^a
São Rafael	17	15 ^a
Serra do Mel	19	10 ^a
Tibau	17	13 ^a

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

A tabela acima revela **Mossoró** em primeira posição na rede urbana Costa Branca, sendo considerado **Centro Articulador 1**, basicamente devido ao seu peso populacional e econômico, embora seu IDH não esteja muito distante dos demais; em seguida aparece **Assú** como **Centro Articulador 2**, com um bom número de empresas, renda média e PIB municipal. No Costa Branca foram demarcados dois Núcleos Urbanos de nível 1: Areia Branca e Guamaré, basicamente puxados pelo PIB municipal, seguidos de perto por Macau e Apodi, como NU 2. Após isso, o restante dos municípios adere apenas parcialmente à rede urbana, sendo considerados NU3.

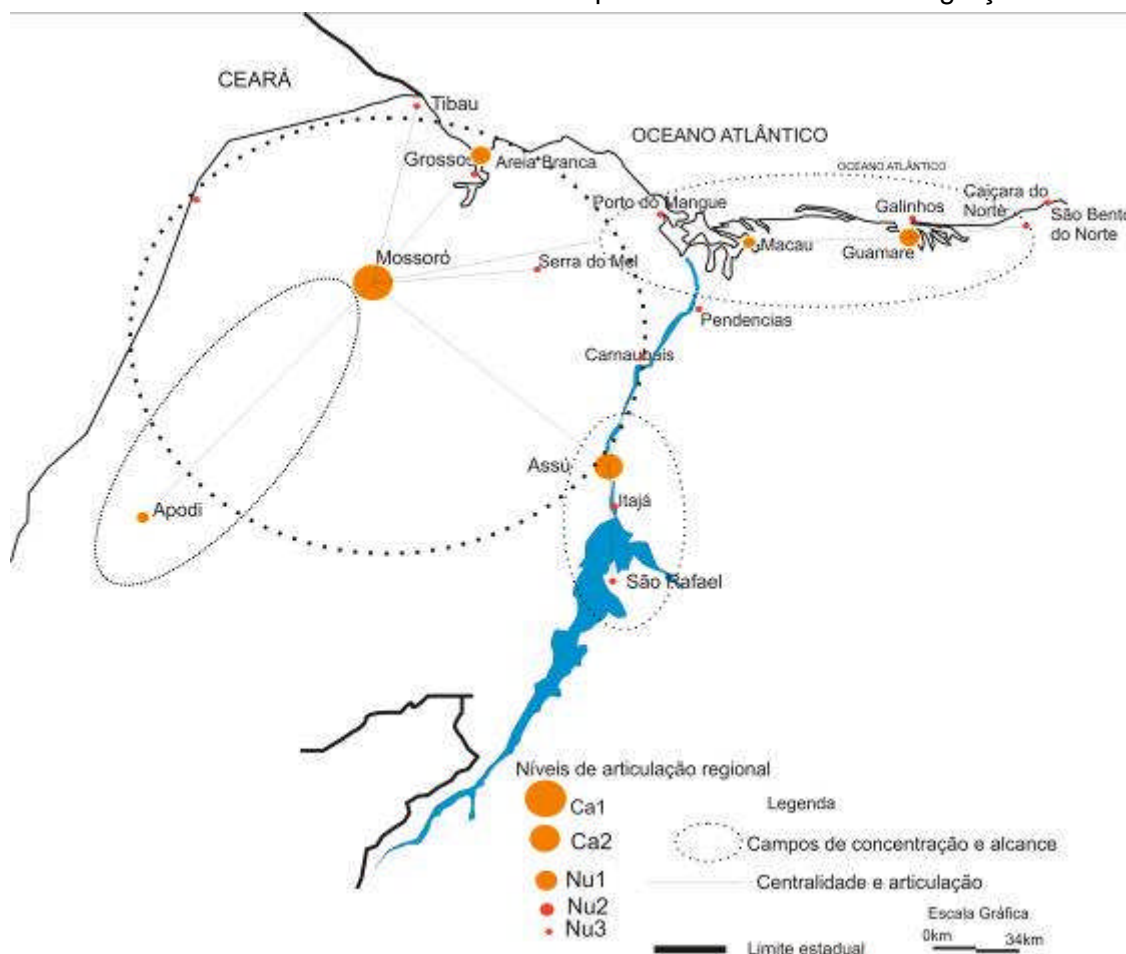
A figura 02 organiza os Centros e Núcleos Urbanos conforme a ligação física (viária) entre eles, abstraindo os limites municipais. A figura 03 interpreta essa hierarquia a partir de ligações de polarização.

FIGURA 02. Polo Costa Branca: Centros Articuladores e Núcleos Urbanos Principais.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

FIGURA 03. Polo Costa Branca: Campos de Centralidade e Integração.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

3.1.4. Morfologia Urbana enquanto Influência na Atratividade Turística

A morfologia urbana enquanto aspecto mais palpável de uma localidade é, ao mesmo tempo, produto como também produtora de seu desenvolvimento espacial-turístico, sendo entendida como morfologia urbana e estudo dos aspectos da forma urbana³ nas suas características exteriores, físicas e suas relações recíprocas ao longo do tempo. Segundo José M. R. Garcia Lamas, a morfologia consiste no "(...) estudo da configuração e da estrutura exterior de um objeto. É a ciência que estuda as formas, interligando-as com os fenômenos que lhe deram origem" (p. 37, 2004).

Entretanto, é importante ressaltar que o estudo da morfologia não se ocupa de analisar o processo de urbanização, ou seja, do conjunto de fenômenos sociais, econômicos e outros que induzem a urbanização. Estes elementos convergem na morfologia como forma de explicar a produção da forma, mas não como objeto de análise (LAMAS, p. 38, 2004).

Tendo como referência os estudos dessas teorias mais recentes, esse item tem como objetivo identificar os elementos da Morfologia Urbana que interferem direta e indiretamente na atratividade turística, levando em consideração as características físicas e espaciais para

³ Segundo LAMAS (1989) a forma urbana, corpo ou materialização da cidade é capaz de determinar a vida humana em comunidade. OLIVEIRA (1988) completa esse conceito ao apresentar a forma urbana como produto das relações estabelecidas pelo homem.

a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável - PDITS para o Polo Costa Branca.

3.1.4.1. Elementos Morfológicos do Espaço Urbano

a) O Sítio

O sítio das cidades dos Municípios pertencentes ao Polo Costa Branca apresentam basicamente o mesmo tipo de relevo, com baixa altitude (Menos de 100 metros) separada para essas análises em 06 (seis) diferentes grupos de unidades geoambientais: 1º Grupo formado pela Chapada da Serra Verde, presente nos municípios de **Pendências e Serra do Mel**; o 2º Grupo com predomínio de Tabuleiros Costeiros, presente nos municípios de **Tibau e Grossos**; 3º Grupo formado pela Chapada do Apodi, Planícies Fluviais e Tabuleiros Costeiros, presentes nos municípios de **Porto do Mangue e Carnaubais**; 4º Grupo formado por Chapada do Apodi, Planícies Fluviais e Depressões, presente nos municípios de **Assú e Mossoró**; 5º Grupo com predomínio de Depressão Sertaneja, presente nos município de **Apodi, Itajá e São Rafael**; e o 6º Grupo com predominância de Planície Costeira e Tabuleiros Costeiros, presente na maioria dos municípios do **Polo Costa Branca: Areia Branca, Galinhos, Guamaré, Caiçara do Norte, Macau e São Bento**. Essa ultima formação geoambiental proporciona a esse grupo, através da presença de praias de um lado e do outro o tabuleiro costeiro, com a presença de Dunas, um forte elemento na atração turística, devido o seu aspecto paisagístico e cênico, formando diferentes efeitos visuais ao espaço.

O relevo plano, com poucas variações altimétricas proporciona uma maior ocupação, entretanto, o crescimento e formação de novas áreas de expansão, sem que ocorra um controle do uso e ocupação e dos vetores de crescimento podem, muitas vezes, serem direcionados as áreas frágeis dos municípios, como ocorre no município de **Areia Branca, Assú, Tibau e Mossoró**, influenciando de maneira significativa no meio socioambiental, e consequentemente, no potencial atrativo turístico da região - os recursos naturais.

A presença desses atributos naturais no sítio urbano é importante para a qualidade ambiental do espaço, mas são fortemente pressionadas pelo processo de expansão e pela especulação imobiliária, como destaque para o município de Tibau (ver figura abaixo).

FIGURA 04. Edificações Construídas na Área de APP.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria, 2009.

As formas e diversidades dos recursos naturais encontradas no Polo Costa Branca proporcionam grandes oportunidades para o **Ecoturismo ou turismo de aventura** como forte potencial para os municípios de **Apodi e São Rafael** onde já ocorre essa prática. Assim como, o **turismo de “sol e praia”**, nos municípios de **Tibau, Galinhos e Areia Branca**, impulsionados pelas belas praias.

Alguns historiadores definem a cidade brasileira como a “cidade-rua” ou “cidade praça”, onde sua implantação ocorre de maneira que as habitações surjam ao longo de uma rua principal ou praça, não configurando, em princípio, quadras (MORAES p. 97, apud BIASE, 2001). Penerai (2006, p.18) descreve essas cidades, que se formam a partir de caminhos de passagem.

A força da relação caminho/cidade é de tal ordem que certas cidades parecem-se tão-somente uma sucessão de estradas em torno das quais se organiza o tecido urbano. Em geral localizadas em sítios íngremes, essas cidades seguem as linhas de cumeada, insinuam-se pelos vales, franqueiam desfiladeiros [...].

Esse tipo de ocupação é bem marcante nos municípios de **Assú, Apodi, Macau, Mossoró e Areia Branca**, que se estruturaram a partir de uma rua principal que ainda configura-se como um eixo urbano importante, sendo um exemplo de cidades, segundo Candido Mata Campos Filho (2003), como **centralidades lineares**, que serviram, em outros períodos, como passagem aos comerciantes. Essa formação interfere na presença de conjuntos arquitetônicos proporcionando a legibilidade e acentuando o potencial turístico das áreas.

O sítio influencia também de maneira significativa na acessibilidade e mobilidade urbana das cidades. Apesar dos municípios do Polo estarem inseridos em um relevo com poucas variações altimétricas, é possível observar que, em sua maioria, o passeio público existente apresenta fortes barreiras arquitetônicas, com edificações construídas fora do limite do lote e as calçadas não obedecem à topografia, formando, assim, verdadeiros degraus entre as edificações, como observado no município de Pendências, Guamaré e Tibau, na figura abaixo.

FIGURA 05. Edificações Construídas Desrespeitando a Topografia Local – Município de Pendências.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

FIGURA 06. Inexistência de Passeio Público – Município de Tibau.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Ainda referente aos passeios públicos, é importante observar que, nas áreas urbanas e de expansão urbana de alguns municípios, principalmente no município de Mossoró, estão sendo implantados novos loteamentos com passeios adequados, em observação as normas técnicas estabelecidas. Entretanto, ainda são poucas as modificações e os municípios com legislação e corpo técnico suficiente para fiscalizar e implementar essas medidas.

Nos municípios pertencentes ao Polo Costa Branca é observada de uma maneira geral a acessibilidade apenas em algumas áreas públicas (praças, parques, etc.) e em edifícios de utilidade pública, sobretudo, nas áreas centrais das cidades.

FIGURA 07. Rampa construída na Agência dos Correios com inclinação acima do permitido – Município de Apodi.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

FIGURA 08. Rampa em Espaço Público fora dos padrões – Município de Macau.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

As rampas (figuras 07 e 08) de acessibilidade encontradas estão em condições ruins de manutenção, sendo um entrave ao descolamento e pedestres e usuários do espaço, pois a falta de um desenho urbano acessível prejudica não apenas aos portadores de necessidades especiais, mas também todos aqueles que transitam pelo espaço público, sendo obrigado – por vezes – a disputar espaço com os automóveis no leito carroçável das ruas.

Com o forte crescimento do turismo voltado para a terceira idade a falta ou deficiência da mobilidade urbana se torna um entrave para o desenvolvimento dessa atividade voltado para esse público em especial.

Destaca-se ainda, no contexto dos sítios urbanos, **os elementos naturais (rios, praias, dunas, etc.) que contribuem para a legibilidade dos lugares e com fortes efeitos visuais**, assim como as salinas que fazem com que os espaços se tornem bem definidos, como podem ser observados nos municípios de **Areia Branca e Macau**, conforme figura abaixo.

FIGURA 09. Município de Macau e os Tanques de Salinas.



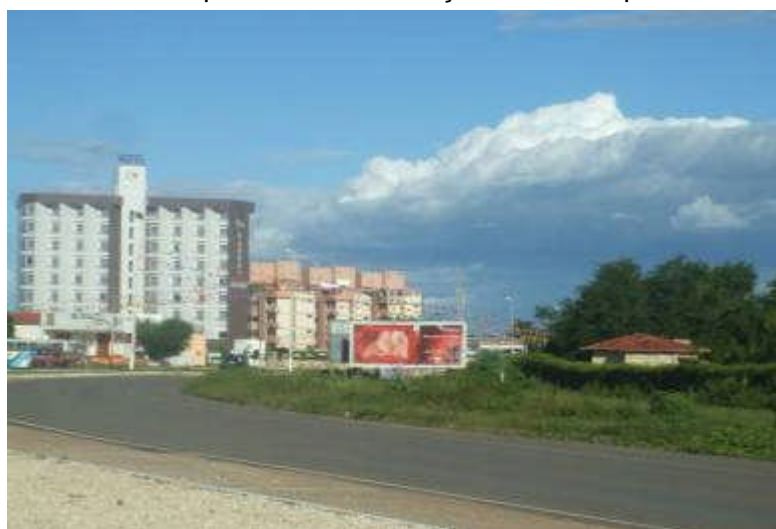
Fonte: UFRN, 2006

b) O Edifício

O edifício, enquanto elemento de análise da morfologia urbana é importante pelo seu caráter de permanência e imobilidade, sendo decisivo também na **imagem das cidades**.

A essa categoria de análise morfológica podem ser atreladas as características da “**tipologia-edificada**”, enquanto os diversos tipos construtivos encontrados nas cidades. Estão presentes na origem da cidade porque levam consigo uma informação cultural de como foi construída e desenvolvida a cidade durante um espaço do tempo, sendo também uma marca histórica (mesmo que não possua aparente interesse arquitetônico).

FIGURA 10. Exemplos de Verticalização no Município de Mossoró.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Nas cidades da região do Polo Costa Branca, a tipologia edilícia predominante é o **tipo residencial**, com forte presença em todas as áreas da cidade, com destaque para o

município de Mossoró, onde se observa um início do processo de verticalização, principalmente, o uso residencial multifamiliar.

No entanto, o setor de comércio e serviços se destaca e cresce ao longo dos anos, estimulado principalmente pelo processo de crescimento e modernização da indústria extrativista mineral, alavancado pela atividade petrolífera e frutífera, representadas pelo surgimento de *shopping center*, universidades e outros serviços ligados ao agronegócio, onde podemos destacar os municípios de Assú e Mossoró como os centros com maior hierarquia e com influência em toda a região do Polo. A presença desses equipamentos de serviço é importante para o desenvolvimento da atividade de turismo de negócio, crescente, sobretudo, nos municípios de Mossoró, Assú, Areia Branca, Macau e Guamaré.

FIGURA 11. Serviço de Hospedagem – Município de Guamaré.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Os equipamentos destinados ao **uso institucional** (hospital, delegacia de polícia, Igreja ou templo religioso, órgão de administração pública, entre outros), assim como todos os outros usos, estão localizados em todas as partes das cidades, sendo mais frequentes nas áreas centrais.

FIGURA 12. Igreja Católica na Área Central – Município de São Rafael.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

O uso **industrial**, aqui entendido como as atividades voltadas para a extração, ou transformação de substâncias ou manufaturas, em novos bens e produtos, estando essa atividade em destaque no Polo Costa Branca.

A atividade industrial encontra-se sobre os seguintes segmentos básicos: o mineral (gás natural, petróleo, sal entre outros) e o agroindustrial que inclui as indústrias de alimentos, com destaque para os municípios de Mossoró, Areia Branca, Grossos, Macau e Guamaré.

c) O Lote

Existe uma interdependência clara nas cidades da região entre o lote urbano e a arquitetura das residências, sendo que a última consegue se adaptar mais facilmente às modificações da cidade do que o lote, que reage de forma mais lenta.

Nos municípios do Polo Costa Branca a forma de ocupação e tamanho do lote são muito variadas, mas existe uma predominância do lote retangular alongado, como em grande parte dos municípios do Estado.

Nas áreas de ocupação inicial nas sedes dos municípios é possível observar a implantação tipicamente colonial, herança das cidades européias, com residências construídas sobre o alinhamento das vias públicas, com pouco ou quase nenhum recuo lateral, com recuo posterior, em lotes mais ou menos uniformes, com dimensões de dez metros de frente e grandes profundidades, conforme observado na figura abaixo.

FIGURA 13. Edificações Implantadas no Limite do Lote e sem Recuo Lateral – Município de Apodi.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Nas novas áreas de expansão urbana é possível observar que o parcelamento de solo continua a apresentar dimensões semelhantes às tradicionais, lotes com dez metros de frente e vinte de profundidade, principalmente em loteamentos populares.

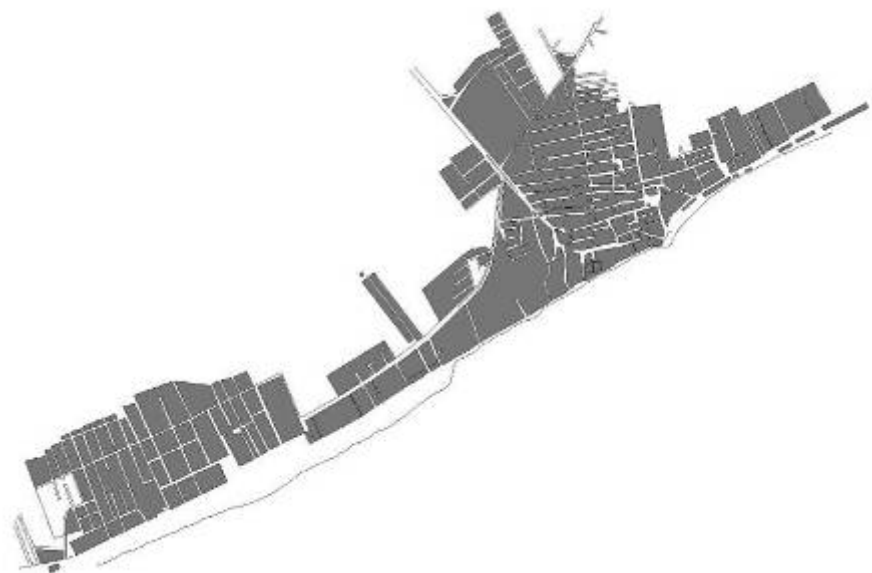
No município de Mossoró observa-se uma presença crescente de condomínios horizontais fechados, com lotes de grandes dimensões e alguns sem limite físico de identificação.

d) O Quarteirão

Os quarteirões nas cidades do Polo Costa Branca apresentam basicamente dois tipos. Um primeiro tipo formado por quarteirões trapezoidal e irregular, com lotes de tamanhos

diferenciados, maior complexidade e densidade elevada, encontrados na maioria dos municípios, como pode ser visto no município de Tibau.

FIGURA 14. Mapa Figura-fundo - Município de Tibau.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2008.

O segundo tipo configura-se pela presença de quarteirões, predominantemente, do tipo quadrangular e retangular alongado, com lotes regulares, como é o caso do município de São Bento e em alguns conjuntos habitacionais, nos municípios de Mossoró, Assú, com destaque para área central do município de Areia Branca, onde os quarteirões obedecem à configuração do projeto do Arquiteto e urbanista Giacommo Palumbo (quarteirões paralelos ao Rio Mossoró e perpendicular ao Eixo Central).

FIGURA 15. Vista Aérea da Cidade – Área em destaque indicando a localização das ocupações entre 1920 e 1930.



Fonte: Prefeitura Municipal de Areia Branca

e) A Fachada, o Plano Marginal

A relação do edifício com o espaço urbano se dá a partir da fachada. A sua importância decorre da posição hierarquizada que o lote ocupa no quarteirão e a situação corrente das tipologias habitacionais.

As fachadas que vão exprimir as características distributivas internas (programas, funções, organização), o tipo edificado, as características e linguagem arquitetônica (estilo, a expressão, estética, a época), em suma, um conjunto de elementos que irão moldar a identidade e a imagem urbana.

Em especial nas áreas centrais dos municípios de Mossoró, Assú e Areia Branca é possível observar uma harmonia no plano marginal, proporcionadas, sobretudo, pelo ritmo derivado de altura e/ou volume das edificações, pelo agrupamento de tipologias de mesmo uso, pelo uso de materiais e cores, pelos muros frontais baixos ou até mesmo ausentes, proporcionando uma integração social, através das áreas mais abertas e livres.

FIGURA 16. Plano Marginal Harmônico - Município de Mossoró.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Os conjuntos arquitetônicos mais expressivos na região do Polo Costa Branca, com predominância dos estilos eclético e modernista com destaque para os municípios de Mossoró, Assú e Areia Branca. Esses elementos serão abordados de maneira mais detalhada no item referente ao Patrimônio histórico e artístico. Os demais municípios do Polo dispõem de pouca expressividade de elementos arquitetônicos agrupados, que proporcionem um plano marginal harmônico.

f) O Logradouro

Algumas edificações localizadas nas áreas iniciais de ocupação, em sua maioria não apresentam recuo frontal e lateral, sendo destinada apenas uma parcela de área livre no fundo do lote, ocupação do tipo colonial, ver figura abaixo.

FIGURA 17. Edificação Implantada sem Recuos - Município de Areia Branca.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Os municípios de Mossoró, Assú e Apodi, apresentam uma maior densidade construtiva, com uma quantidade menor de espaços livres nas áreas internas do lote.

Em quase todos os municípios ainda é comum observar que o logradouro apresenta uma importância no convívio social das habitações, sendo destinado as praticas sociais dos moradores, com pequenas reuniões familiares.

g) O Traçado/ a Rua

O traçado na região se apresenta de maneira semelhante, com o predomínio de dois tipos: um traçado do tipo “xadrez” ou “cocha de retalhos”, características de áreas planejadas, com sistema viário do tipo regular, com vias largas, algumas apresentando canteiro central e com a presença de tratamento asfáltico ou em paralelepípedo, observados na área central do município de Areia Branca e em alguns conjuntos habitacionais novos, principalmente em Mossoró; o segundo tipo é decorrente de uma ocupação espontânea com vias de tamanho diferenciado, sem tratamento, associada às áreas com passeio público reduzido ou inexistente, com problemas de mobilidade urbana e presença de ruas sem saídas, como pode ser observado em grande parte dos municípios pertencentes ao Polo.

Outro fator importante, no que se refere ao traçado, é a presença de ruas destinadas à circulação exclusiva de pedestres, presente em algumas das cidades, como observado na figura abaixo.

FIGURA 18. Rua para Circulação de Pedestre - Município de Macau.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

h) Praça

A praça tem como principal função o seu papel social, o encontro, o lazer, a permanência encontro dos acontecimentos, bem como “de manifestações de vida urbana e comunitária e de prestígio, e, conseqüentemente, de funções estruturantes e arquiteturas significativas” (Lamas, 2009, p.102).

As cidades do Polo Costa Branca, assim como diversas cidades coloniais do Brasil, apresentam nas suas áreas de ocupação inicial uma configuração semelhante, com a praça, a igreja matriz, prédios institucionais, área de comércio e um conjunto arquitetônico do período de fundação da cidade, contribuindo na legibilidade e identidade ao lugar.

A acessibilidade, as condições de conforto térmico e conforto visual definem a permanência, o fluxo e a vitalidade das praças. Em grande parte dos municípios do Polo Costa Branca esses espaços foram construídos sem a presença de vegetação, acessibilidade e mobiliário urbano adequado, tornando-se áreas sem uso. Destaque para o município de Mossoró que dispõe de um bom número de praças, com arborização, acessibilidade e com mobiliário urbano de suporte, como observado na figura abaixo.

FIGURA 19. Praça no Município de Mossoró.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Esses espaços são de fundamental importância para o convívio, a prática de esportes e a vitalidade das cidades, não só para os moradores do lugar, como também, para os visitantes e turistas sendo algumas vezes pontos de visitação e de cultura.

i) Monumentos

Os monumentos são definidos por obras arquitetônicas e/ou escultura que transmitem a memória, fatos e história, onde haja representatividade de “conteúdo cultural” e significação, estando esses muito além do desempenho de suas funções (PEREIRA, 2007, p. 60).

Grande parcela da população da região do Polo Costa Branca vê, principalmente, as igrejas e praças como os monumentos da cidade e muitas vezes confundem os elementos naturais (praias, rios, dunas e lagoas) da região como monumentos, estando esses espaços associados ao turismo de “sol e praia”.

Observa-se que os principais monumentos estão localizados nas áreas centrais – núcleos de fundação inicial das cidades - berço da cultura local. Os monumentos são fatos de permanência, determinantes para imprimir caráter ao lugar e “constituem um valor que é mais forte do que o ambiente e mais forte de que a memória” (ROSSI, 2001, p.124).

Os municípios de Mossoró e Assú são o que apresentam o maior número de monumentos, como o Museu do sertão, Memorial da Resistência, Casa da Cultura (sobrado da Baronesa), Secretaria de Tributação, entre outros.

FIGURA 20. Museu da Resistência de Mossoró.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

j) A Árvore e a Vegetação nas Cidades

O elemento morfológico referente à vegetação tem uma importância significativa na imagem do lugar, além de definir o espaço, organizar, compor e no controle das condições de conforto da cidade.

Observa-se que a vegetação nos municípios do Polo Costa Branca se apresenta pouco expressiva e pouco aproveitada como elemento de valorização ambiental. Normalmente, o uso da vegetação é feito nos espaços públicos, sendo mais associado a trabalhos de ajardinamento, com espécimes de pequeno e médio porte, sem área de sobra e com poucas variações, como observado nas figuras a seguir.

FIGURA 21. Áreas com Vegetação – Município de Assú.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

FIGURA 22. Vegetação implantada na via pública e como elemento decorativo – município de Guimarães.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

I) O Mobiliário Urbano

A complementação da infraestrutura urbana se dá através da garantia do bem estar do usuário em sua própria escala. A maneira de ambientá-lo ocorre através do mobiliário urbano, que de acordo com José Lamas (2002), constitui-se por “elementos móveis que mobiliam e equipam a cidade: o banco, (...) o marco do correio, a sinalização etc., ou já com dimensão de construção, como o quiosque, o abrigo de transportes, e outros” (LAMAS, 2002, p. 108).

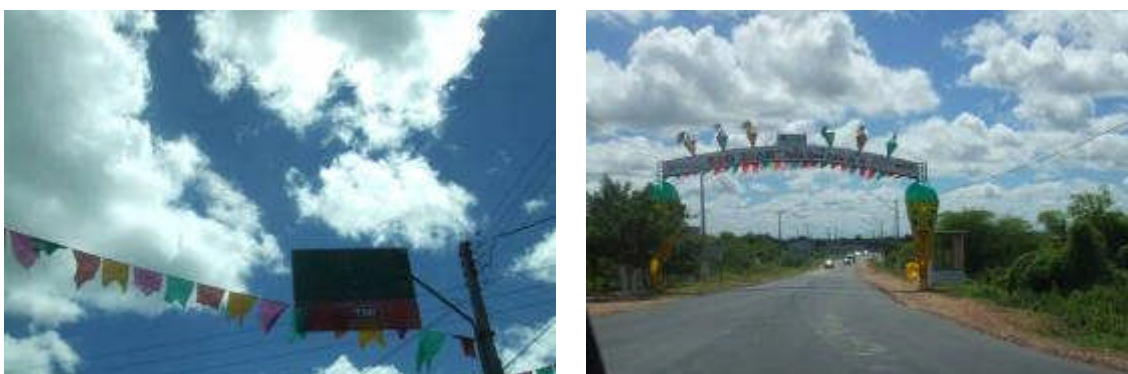
O mobiliário urbano apesar de apresentar um caráter transitório, esse elemento morfológico é de fundamental importância para formação de espaço intra-urbano, ou seja, na imagem da cidade para os cidadãos ou para os turistas, assim como é um indicador da qualidade de vida existente na cidade. Para o Diagnóstico Estratégico do PDITS, será analisado o mobiliário referente à **sinalização** (referencia visual e de comunicação), em especial a de orientação para a atividade turística.

A **Sinalização de Orientação Turística** faz parte do conjunto de sinalização de indicação de trânsito. Assim, deve seguir os mesmos objetivos e princípios fundamentais, com vistas a garantir a eficiência e a segurança do sistema viário para os usuários das vias urbanas e rurais. A finalidade da sinalização é orientar os usuários, direcionando-os e auxiliando-os a

atingir os destinos pretendidos. Foi possível observar que as cidades da Região do Polo Costa Branca, assim como outras do Estado, apresentam deficiência na sinalização de orientação turística, não estando em conformidade com as normas nacionais, no que se refere à cor, tamanho e simbologia, e ainda apresenta-se pouco expressivo.

Observa-se também, nos municípios do Polo Costa Branca, assim como em outros municípios do Estado, a utilização de pórticos, placas, outdoors e outros meios de sinalização de marcação de entrada da cidade, com temáticas voltadas para o turismo de “sol e praia”, tirando partido das belezas naturais e de eventos da cultura local, como podemos observar nas figuras abaixo.

FIGURA 23. Sinalização Turística encontrada no Polo Costa Branca – Município de Assú.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

3.1.5. Patrimônio Histórico e Cultural

O principal escopo deste item é detalhar e avaliar os recursos e atrativos envolvidos no patrimônio histórico e cultural do Polo Costa Branca, no qual estão inseridos os conjuntos arqueológicos e pré-históricos, conjuntos arquitetônicos e as edificações isoladas, como também, os bens culturais de natureza imaterial. Logo, foram considerados como **Patrimônio Histórico e Cultural**, os bens tombados ou não a nível estadual pela Fundação José Augusto⁴ e em nível federal pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

As informações dos bens tangíveis e intangíveis de cada município foram obtidas através das visitas *in loco* e de levantamentos realizados no acervo do IPHAN, Fundação José Augusto, banco de dados das prefeituras municipais e monografias e dissertações elaboradas por alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFRN.

Para dar suporte à análise do referido tema, entende-se como ideal seguir as definições citadas pelo IPHAN e pelas normas legais sobre o patrimônio histórico e cultural, desse modo, o patrimônio foi dividido em três categorias distintas, sendo:

a) Monumentos Arqueológicos e Pré-Históricos

As jazidas de qualquer natureza, origem ou finalidade, que representem testemunhos da cultura dos paleoameríndios do país, tais como sambaquis, montes artificiais ou tesos, poços sepulcrais, jazigos, aterrados, estearias e quaisquer outras não especificadas aqui, mas de significado idêntico, a juízo da autoridade competente; os sítios nos quais se encontram vestígios positivos de ocupação pelos paleoameríndios, tais como grutas, lapas e

⁴ Instituição estadual com atribuições para tombamento de bens históricos.

abrigo sob rocha; os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento "estações" e "cerâmicos", nos quais se encontram vestígios humanos de interesse arqueológico ou paleoetnográfico; e, as inscrições rupestres ou locais como sulcos de polimentos de utensílios e outros vestígios de atividade de paleoameríndios (Art. 2º, Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961);

b) Patrimônio Histórico e Artístico

O conjunto de bens móveis e imóveis existentes e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do país, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (Art. 1º, Decreto-lei nº 25, 30 de novembro de 1937);

c) Bens Culturais de Natureza Imaterial

Os conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; e, mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas (Art. 1º, Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000).

Sendo assim, para a elaboração das informações consideramos monumento como todas as obras ou grupo de obras que representam os municípios, desde a pré-história à época atual, com valor histórico ou para a civilização, e como tal mereçam proteção.

A respeito da avaliação do estado de conservação dos bens materiais pondera-se a escala de classificação elaborada pela base de pesquisa Morfologia e Usos da Arquitetura (MUsA)⁵. Esta utiliza o termo "conservação" para referir-se à integridade da estrutura física do edifício, que pode ser:

- **Ruína:** quando está em nível de desmoronamento, restos ou destroços de uma construção danificada;
- **Precária:** quando são percebidas falhas capazes de pôr em risco a estabilidade do edifício (ausência de elementos de cobertura ou vedação – portas, janelas – resultando em permeabilidade interna à chuva, etc.);
- **Regular:** quando as falhas não comprometem, ainda, a integridade do edifício, mas podem levar a tal, caso não sejam reparadas com certa brevidade;
- **Bom:** quando não há evidências externas de falhas comprometedoras da integridade física do imóvel, em curto ou médio prazo;

3.1.5.1. Monumentos Arqueológicos e Pré-Históricos

A presença do homem no Rio Grande do Norte é relativamente recente, por volta de 9.500 anos. As ocupações mais antigas são aquelas da região do Seridó. No entanto, o **Lajedo de Soledade, em Apodi**, apresenta uma datação há mais de 5.000 anos e em Pedra Ferrada, localizada em **Lagea Formosa, município de São Rafael**, as datações mais antigas chegam há 10.000 anos. De tal modo, são várias as hipóteses para a chegada destes primeiros habitantes ao estado.

⁵ Base de pesquisa direcionada para a preservação e a conservação do patrimônio edificado do Departamento de Arquitetura e Urbanismo (UFRN), sob a coordenação da Profª Drª. Edja Trigueiro.

Assim, é atestada na região grupos de caçadores-pescadores que se deslocavam ao longo dos rios. Estes grupos possuíam uma indústria lítica (confeção de ferramentas de pedra) simples, pois as pedras quase não apresentam retoques, bem como, são encontradas pontas de projétil bifaciais de lança ou flechas finalmente retocadas talhadas em *sílex*, calcedônia, cristal de rocha, quartzo hiliano ou arenito silicificado. Assim, há várias localidades na Região da Costa Branca com registros de exemplares de armas, instrumentos domésticos, pinturas que representam figuras rupestres e fósseis de animais pré-históricos.

Pode-se perceber que dentre os **17 municípios inseridos no Polo Costa Branca, 10 (59%) apresentam sítios catalogados pelo IPHAN**. Nota-se também que dos **43 sítios arqueológicos, 13 estão em Mossoró e Macau**, entretanto, do total, apenas 05 estão relacionados com a arte rupestre que, são em geral, pinturas e gravuras situadas em formações rochosas. Os demais apresentam resquícios pré-coloniais, com predominância do lítico e a cerâmica, isto é, vários tipos de instrumentos e utensílios, principalmente, os feitos a pedra e cerâmica, caracterizando a região pela presença de artefatos como raspadores, furadores, talão, batedores, mãos de pilão, machados, almofarizes, etc.

QUADRO 06. Polo Costa Branca. Sítios Arqueológicos por Municípios.

Municípios	Sítio Arqueológico	Tipo	Propriedade da Terra	Grau de Relevância
Apodi	Lajedo de Soledade**	Arte Rupestre - Pintura	Não informado	Alto
	Soledade**	Arte Rupestre - Gravura	Privada	Alto
Areia Branca	-	-	-	-
Assú	-	-	-	-
Caiçara do Norte	Farol de Caiçara*	Lítico lascado, cerâmica, concha (pré-colonial)	Privada	Alto
Carnaubais	GASFOR - 17	Lítico lascado (pré-colonial)	Passagem do gasoduto	Baixo
	GASFOR - 18	Lítico lascado (pré-colonial)	Público, passagem do gasoduto	Baixo
	Sítio Nº 19*	Lítico lascado (pré-colonial)	Privada	Alto
Galinhos	-	-	-	-
Grossos	-	-	-	-
Guamaré	-	-	-	-
Itajá	-	-	-	-
Macau	GASFOR - 01	Lítico lascado, cerâmica, sobre concha (pré-colonial)	Público	Baixo
	GASFOR - 02	Lítico lascado (pré-colonial)	Passagem de oleoduto	Baixo
	GASFOR - 03	Lítico lascado, cerâmica	Não informado	Médio
	GASFOR - 30	Cerâmica	Privada, passagem do gasoduto	
	GASFOR - 04	Lítico lascado (pré-colonial)	Passagem do gasoduto	Médio
	GASFOR - 05	Arte Rupestre - Pintura	Privada	Baixo

CONT. QUADRO 06. Costa Branca. Sítios Arqueológicos por Municípios.

Municípios	Sítio Arqueológico	Tipo	Propriedade da Terra	Grau de Relevância
Macau	GASFOR - 06	Lítico lascado	Público, passagem do gasoduto	Baixo
	Sítio Nº 2*	Lítico lascado (pré-colonial)	Não informado	Alto
	Sítio Nº 3*	Lítico lascado (pré-colonial)	Não informado	Alto
	Sítio Nº 30*	Lítico lascado (pré-colonial)	Não informado	Alto
	Sítio Nº 4*	Lítico lascado (pré-colonial)	Não informado	Alto
	Sítio Nº 5*	Lítico lascado (pré-colonial)	Não informado	Alto
	Sítio Nº 6*	Lítico lascado (pré-colonial)	Não informado	Alto
Mossoró	Furna do Letreiro**	Arte Rupestre – Pintura	Privada	
	GASFOR - 20	Lítico lascado (pré-colonial)	Passagem do gasoduto	Baixo
	GASFOR - 21	Lítico lascado (pré-colonial)	Passagem do gasoduto	Baixo
	GASFOR - 22	Lítico lascado (pré-colonial)	Passagem do gasoduto	Baixo
	GASFOR - 23	Lítico lascado (pré-colonial)	Passagem do gasoduto	Baixo
	GASFOR - 24	Lítico lascado (pré-colonial)	Passagem do gasoduto	Baixo
	GASFOR - 25	Lítico lascado (pré-colonial)	Passagem do gasoduto	Baixo
	GASFOR - 26	Lítico lascado (pré-colonial)	Passagem do gasoduto e rede de alta tensão	Baixo
	GASFOR - 27	Lítico lascado (pré-colonial)	Passagem do gasoduto	Baixo
	GASFOR - 28	Lítico lascado (pré-colonial)	Passagem do gasoduto	Baixo
	Sítio Nº 23*	Lítico lascado (pré-colonial)	Não informado	Alto
	Sítio Nº 25*	Lítico lascado (pré-colonial)	Não informado	Alto
	Sítio Nº 28*	Cerâmica (pré-colonial)		Alto
Pendências	GASFOR - 10	Lítico lascado (pré-colonial)	Passagem do gasoduto	Baixo
	GASFOR - 07	Lítico lascado (pré-colonial)	Não informado	Médio
	GASFOR - 08	Lítico lascado (pré-colonial)	Passagem do gasoduto	Baixo
	GASFOR - 09	Lítico lascado (pré-colonial)	Passagem do gasoduto	Baixo
	Sítio Nº 10*	Lítico lascado (pré-colonial)	Não informado	Alto
	Sítio Nº 7*	Lítico lascado (pré-colonial)	Não informado	Alto
	Sítio Nº 8*	Lítico lascado (pré-colonial)	Não informado	Alto
	Sítio Nº 9*	Lítico lascado (pré-colonial)	Não informado	Alto

CONT. QUADRO 06. Costa Branca. Sítios Arqueológicos por Municípios.

Municípios	Sítio Arqueológico	Tipo	Propriedade da Terra	Grau de Relevância
Porto do Mangue	-	-	-	-
São Bento do Norte	RN - BO - 14	Cerâmica, cemitério	Privado	Não informado
São Rafael	Fazenda Lagea Formosa**	Arte Rupestre - Pintura	Não informado	Alto
Serra do Mel	GASFOR - 19	Cerâmica (pré-colonial)	Passagem do gasoduto	Baixo
Tibau	-	-	-	-

* Tombamento Federal e UNESCO/** Sítios Arqueológicos inseridos no atual roteiro turístico.

Fonte: IPHAN (Sistema de Gerenciamento de Patrimônio Arqueológico, 2009).

O **Lajedo de Soledade**, situado a 12 km da sede de Apodi, possui várias ravinas, grutas, abrigos e cavernas, onde foram executadas pinturas e gravuras rupestres. O sítio é protegido e preservado por instituição privada, a Fundação dos Amigos do Lajedo da Soledade, que visa proteger a região dos fatores de destruições, por exemplo, da exploração do extrativismo mineral.

Da mesma forma, a área praticamente intocável de **Lagea Formosa** localizado em São Rafael. Nesta região é possível encontrar artes rupestres e fósseis de animais e de nossos ancestrais⁶ nas formações graníticas. Estas se destacam, também, pelos seus 300 metros de altura, vindo a permitir a pratica de esportes de aventura como rapel, parapente e asa delta.

FIGURA 24. Lajedo de Soledade (à esquerda) e Lagea Formosa (à direita).



Fonte: acervo próprio (jun/09) e www.setur.rn.gov.br.

Os sítios arqueológicos mais representativos dessa área, Soledade e Lagea Formosa, não possuem uma boa infraestrutura de visitação para o turismo ou de proteção aos sítios arqueológicos. O Lajedo de Soledade ainda possui uma estrutura simples, com escada para acesso e museu.

É fundamental, portanto, que estes elementos do patrimônio histórico potiguar sejam preservados e conservados, sendo imprescindível a edição de leis locais, além da elaboração de estudos e planos que definam as diretrizes para o aproveitamento turístico desses recursos, tanto no que concerne à sua gestão como à criação de infraestrutura para visitação.

⁶ Uma boa parte desses ossos está exposta no Museu Câmara Cascudo (Natal/RN).

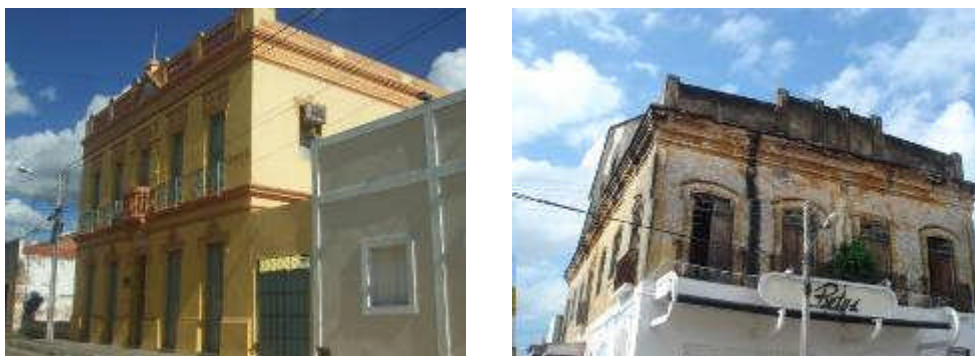
3.1.5.2. Patrimônio Histórico e Artístico

Já o período da colonização do Polo Costa Branca, basicamente, deu-se no século XVIII com as fazendas de criação de gado. Como também, o comércio do sal na região litorânea que seriam posteriormente distribuídos pelo interior. A abundância do sal fez surgir uma rudimentar atividade industrial, baseada no comércio do peixe fresco, do sal, da carne de charque, bem como da cera de carnaúba e do algodão.

Durante o século XIX, com a expansão da criação do gado e algumas produções agrícolas, determinados povoados foram elevados à categoria de cidade. A partir de então, a função econômica da área, principalmente de Mossoró, deixa de ser essencialmente agropastoril para tornar-se empório comercial, o lugar da comercialização, da troca e do abastecimento entre o sertão e o litoral. Somada a estas atividades, havia a cultura do agave e o extrativismo da carnaúba e da oiticica nos vales dos rios Piranhas-Assú e Apodi-Mossoró. Assim, esse ciclo econômico teve o poder de alavancar o desenvolvimento regional, estruturando o espaço urbano de forma bastante significativa impulsionou a arquitetura e o urbanismo dos municípios. Nesta região surgem ruas, praças e lotes urbanos estreitos/longos e de traçados razoavelmente regular, como também, os poucos sobrados encontrados, basicamente, nos municípios de Apodi e Assú.

Os sobrados denotam linhas arquitetônicas mais simples, retilíneas, com influência do colonial brasileiro. Em muitos edifícios, as fachadas apresentam portas e janelas com verga em arco círculo, arredondada ou reta. Muito frequente na região são as platibandas de balaustres. O “*status*” social das edificações se afirma não só pelas dimensões e número de pisos, como também pelos adornos, pela altura dos porões e pelos forros de madeira, janelas com vidros ou venezianas e fachadas com cunhais e frisos decorados.

FIGURA 25. Palácio Francisco Pinto, Apodi (à esquerda) e Assú (à direita).



Fonte: Acervo próprio, maio/2009.

Em decorrência do desenvolvimento econômico, principalmente, nos municípios de Assú e Mossoró, foram erguidas emblemáticas edificações arquitetônicas que ainda permanecem conservadas e preservadas até os dias atuais. Entretanto, **o Polo Costa Branca possui apenas 10 bens imóveis tombados** em nível estadual e dentre estes se encontra a Casa de Cultura de Grossos e os 17 municípios,08 (48%) não apresentam quaisquer edificações registradas no Livro de Tombo, conforme quadro abaixo.

QUADRO 07. Polo Costa Branca: Bens Móveis e Imóveis Tombados.

Municípios	Bens Móveis e Imóveis	Tipologia
Apodi	Prédio da Praça Franc. Pinto (Casa de Cultura)	Arquitetura Civil
Areia Branca	Prédio da Rua Joca Soares	Arquitetura Civil
Assú	Sobrado de Sebastião Cabral	Arquitetura Civil
	Sobrado da Baronesa	Arquitetura Civil
Caiçara do Norte	-	-
Carnaubais	-	-
Galinhos	Escola Municipal Maria Felipe	Arquitetura Civil
Grossos	Palácio Deon Caenga (Casa de Cultura)	Arquitetura Civil
Guamaré	Igreja Nossa Senhora da Conceição	Arquitetura Religiosa
Itajá	-	-
Macau	Casa de Albino Gonçalves de Melo (Casa de Cultura)	Arquitetura Civil
Mossoró	Antiga Cadeia Pública de Mossoró	Arquitetura Militar
Pendências	-	-
Porto do Mangue	-	-
São Bento do Norte	-	-
São Rafael	Casa do Barão de Serra Branca	Arquitetura Civil
Serra do Mel	-	-
Tibau	-	-

Fonte: Fundação José Augusto, março/2009.

Apesar de a região oferecer um número reduzido de edificações tombadas, ainda reúne conjuntos arquitetônicos do final do século XIX e primeira metade do século XX.

A partir das visitas *in loco* constatou-se que as cidades de Mossoró e Assú possuem uma riqueza em monumentos históricos com diversidades estilísticas que vão desde o estilo colonial, eclético, neoclassicismo até o modernismo. Em menor quantidade de edificações, mas com representativo valor arquitetônico, destacam-se os municípios de: Apodi, Areia Branca, área rural de São Rafael, Macau e Pendências.

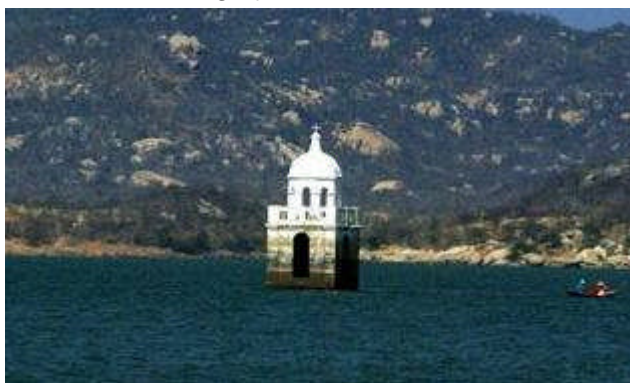
FIGURA 26. Areia Branca (à esquerda), Macau (centro) e Pendências (à direita).



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Uma particularidade das cidades de São Rafael e Carnaubais é que ambas foram alvo de enchentes que provocaram inundações nas ruas. O resultado foi à destruição de grande parte do acervo histórico arquitetônico de Carnaubais, que, passou por processos de recuperação com acréscimos de elementos arquitetônicos contemporâneos a época. Já, a antiga cidade de São Rafael encontra-se submersa sob as águas da Barragem Armando Ribeiro, tendo resistido por algum tempo a torre da igreja da “Cidade Velha”, conforme figura, abaixo. Hoje o referido marco histórico-cultural já foi destruído.

FIGURA 27. Torre da Igreja da “Cidade Velha” de São Rafael.



Fonte: www.setur.com.br, jun/ 2009.

Quanto às condições dos imóveis, em relação à estrutura, grande maioria das edificações dos municípios de **Assú e Mossoró** está em bom estado de conservação. Entretanto, nos demais municípios, principalmente, aqueles imóveis ocupados por comércio e serviços, apresentam condições de conservação que variam de regular a precário. E ainda, encontram-se imóveis em estado de ruína, na região de Assú, Pendências e Apodi. Já, nos demais municípios não se percebem um avanço no nível de deterioração, mas as edificações não possuem legislações específicas que as proteja do abandono, decadência e descaracterização.

FIGURA 28. Apodi (à esquerda), Pendências (centro) e Assú (à direita).



Fonte: acervo próprio, jun/ 2009.

Como mencionado anteriormente, do patrimônio histórico arquitetônico urbano avaliado, ganha destaque os conjuntos de Mossoró e Assú, pela variedade de estilos arquitetônicos, graus de conservação dos imóveis e número de edificações de representativo valor histórico. Portanto, serão mencionadas a seguir algumas características peculiares dos municípios em termos das qualidades edilícias ou pelo conjunto arquitetônico definidor de um cenário histórico-cultural.

a) Mossoró

O patrimônio arquitetônico de Mossoró apresenta diversas edificações remanescentes dos séculos XIX e XX que se encontram espalhadas pela área central da cidade. Possuindo, assim, edificações isoladas que possibilitam retratar e caracterizar a identidade, o sentido do lugar e a memória social da cidade, vindo a contribuir para desenvolvimento do turismo histórico-cultural.

FIGURA 29. Mapa com o limite indefinido (linha amarela) do Acervo Arquitetônico de Mossoró.



Fonte: www.maps.google.com. Adaptado pela START, jun/ 09.

De acordo com o inventário de Andréa Costa (2005), o município de Mossoró possui 66 edificações que se apresentam em ótimo (29), bom (24), regular (7) e precário (6) estado de conservação. Em relação à preservação, 37 dos edifícios estão preservados, 23 modificados e 06 descaracterizados. No entanto, é importante ressaltar que a autora somente incluiu no levantamento as edificações que apresenta um bom nível de conservação. Caso fossem consideradas todas as edificações com elementos de valor arquitetônico, provavelmente, a maioria delas seria classificada como descaracterizada, pois grande parte do acervo é ocupada atualmente por comércios e serviços.

Dentre as 66 edificações, predomina o estilo eclético (61), que substituiu grande parte das edificações coloniais, algumas do tipo eclético apresentam vestígios coloniais e/ou passaram por alterações contemporâneas.

FIGURA 30. Edificações com predominância do Estilo Eclético (Secretaria de Tributação, à esquerda).



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

b) Assú

Segundo Medeiros (2006), Assú foi uma das cidades mais desenvolvidas do Estado, entre os séculos XVIII, XIX e início do século XX. Esta, também, serviu como ponto de apoio para o comércio da carne e para extração da cera da carnaúba. Fatos estes, que contribuíram

para a produção de edificações representativas da riqueza que caracterizou aquele momento de desenvolvimento e importância econômica.

De acordo com o inventário de Renato Medeiros (2006), o município de Assú possui 62 edificações com características histórico-culturais. Em sua maioria, os prédios estão situados ao redor da Praça São João (24 edificações), mas se distribuem também pelas ruas posteriores a esse enquadramento, encontrando-se na área próxima à Igreja, cerca de 45 imóveis.

FIGURA 31. Entorno da Praça São João.



Fonte: www.panoramio.com, jun/ 2009.

Em função dos traços e características estilísticas, predomina 36 exemplares de estilo colonial; 10 ecléticos; e 16 híbridos, ou seja, com elementos arquitetônicos coloniais e ecléticos, ou coloniais com o protomodernismo. Dentre o total de exemplares, o grau de conservação se apresenta como satisfatório, já que 28 correspondem a um grau ótimo e 20 imóveis em bom estado de conservação. Os demais (14 edificações) estão em estado regular, precário ou em ruínas.

FIGURA 32. Entorno da Praça São João.



Fonte: acervo próprio, jun/ 2009.

3.1.5.3. Bens Culturais de Natureza Imaterial

No Polo Costa Branca predomina o artesanato; a gastronomia típica; as manifestações de usos tradicionais e populares; e, os dados da história, personagens e lendas, representando a cultura local. Um dos traços culturais inconfundíveis da população é o artesanato que se destaca pela produção de adornos e objetos de decoração feitos em madeira, conchas do mar, areia colorida e bucha de coco, basicamente nas áreas litorâneas. Já, no interior as matérias-primas de realce são: a cerâmica e a palha de carnaúba, cujo emprego e a técnica

para a produção do artefato variam de acordo com a região, visto que se produzem, também, as tecelagens, rendas e bordados.

Apesar da grande variedade de elementos, apenas os municípios de Apodi, Assú, Galinhos, Grossos e Mossoró possuem feirinhas típicas ou locais para exposições dos artesanatos. Já, a Prefeitura de Tibau disponibiliza, juntamente com a Secretaria de Turismo, o Centro de Cultura e Artesanato do município para exposição de produtos artesanais. No entanto, são necessárias ações e incentivos para atividade, pois este possui uma expressão cultural muito forte que gera emprego e renda, fixa o homem em suas comunidades de origem e pode, através de pequenos investimentos, contribuir significativamente para o desenvolvimento das várias regiões. Assim sendo, são imprescindíveis maiores projetos para qualificação dos artesãos, melhoria e aperfeiçoamento de produtos a serem selecionados, além da estruturação de espaços para comercialização e venda dos produtos etc.

QUADRO 08. Polo Costa Branca. Elementos de Destaque da Culinária e Artesanato.

Municípios	Culinária	Artesanato
Apodi	Carne de caprino	Cerâmica branca decoradas com motivos da pintura rupestre, palha, tapetes e bolsas de tecido cru
Areia Branca	Crustáceos	Palhas de coqueiro, tricô, madeira
Assú	Carne de sol	Palha de carnaúba, bordados, macramé, pintura em tela, ponto de cruz, fuxico, tapeçaria, cerâmica, vagonite, madeira, reciclagem de jornal
Caiçara do Norte	Peixe-voador, tapioca, pirão de peixe	Jornal, palha de carnaúba, pedras, redes para pesca, bordados, labirintos, cipó, coco
Carnaubais	Não informado	Não informado
Galinhos	Frutos do mar, galinha caipira, tapioca	Labirinto, crochê, concha
Grossos	Peixe, camarão, siri, caranguejo	Areias coloridas, renda, conchas do mar, barcos de madeira, pintura (quadro e tecido), macramé, garrafa de areia colorida
Guamaré	Peixes, camarão, lagosta, caranguejo	Palha de carnaúba, confecções de bonecas de pano, conchas do mar, rendas de bilro, búzios, conchas do mar
Itajá	Não informado	Não informado
Macau	Peixe, camarão, siri, ostra, caranguejo, sururu, caldo de mariscos, galinha caipira, carne de caprino e carne de sol	Bordados, labirintos, fibras, madeira, crochê, vagonite, fibra de coco, conchas do mar, casca de ostra, madeira, coco seco, tecido
Mossoró	Galinha caipira, panelada, buchada, feijoada, farofa, carne de sol	Palha de carnaúba, madeira, couro cru, cerâmica, sisal, demais fibras, artesanato feito de sal, quenga de coco
Pendências	Galinha caipira, camarão	Papel, macramé
Porto do Mangue	Peixes, mariscos, camarões	Conchas, pedras, madeira, crochê, pintura em tela, palha, tricô, búzios
São Bento do Norte	Galinha caipira, doces, peixe, caldo	Cestas de palha
São Rafael	Pratos à base de peixe de água doce	Utensílios de palha da carnaúba, pedras, cerâmica, bonecas de pano, labirinto
Serra do Mel	Doce de caju, castanha de caju, mel de caju, rapadura	Não há
Tibau	Peixes, frutos do mar, ensopado de camarão	Pintura em telha, garrafa com areia colorida, labirinto, crochê, bordados, renda de bilro, porcelana, boneca de búzios

Fonte: Prefeituras e www.setur.rn.gov.br.

Na gastronomia destacam-se, principalmente, os pratos típicos da região: galinha caipira, camarão, peixes e demais frutos do mar. Sobressaem-se como sobremesa os doces feitos com frutas da região, como o caju – sobretudo em **Serra do Mel**. Outras cidades possuem suas peculiaridades na culinária, como: Assú, a carne de sol acompanhada com feijão verde, macaxeira, manteiga de garrafa e farofa d'água; Apodi, pela carne de caprino; Mossoró, panelada e buchada; entre outros.

A respeito dos variados pratos típicos, existem restaurantes e bares direcionados ao turismo basicamente nos municípios de **Areia Branca, Galinhos, Grossos, Macau, Mossoró e Tibau**, com ambiente diferenciado, com destaque para alguns dos seguintes itens: o cardápio, a decoração, os utensílios, o vestuário e até mesmo o comportamento dos atendentes.

No que tange ao folclore, a região apresenta vários autos e manifestações populares, tendo como destaque os autos e danças folclóricas de:

- a) Pastoril:** que são cantos, louvações, entoadas diante do presépio na noite de Natal, vindo a simbolizar o nascimento de Jesus;
- b) Boi de Reis:** tradicional Bumba Boi, cuja primeira apresentação do ano é realizada diante de uma igreja para que todos os brincantes sejam abençoados por Deus. Apresentam-se em palanques ou residências, quando são chamados; e,
- c) Coco:** dança de roda em que não há qualquer enredo dramatizado, das quais o público pode participar, já que não é exigida uma indumentária padronizada, ao contrário dos autos.

QUADRO 09. Bandas de Músicas e Grupos Folclóricos e Artísticos

Municípios	Bandas de Música	Grupos Folclóricos e Artísticos
Apodi	Banda de Música Antônio de Pádua Leite	Meninos da Chapada, Grupo Cultura Rancho Alegre
Areia Branca	Banda de Música Mirabeaux Dantas	Pastoril Melhor Idade Luzes do Amanhã, Bloco A Bicharada, Grupo Luzes do Amanhã, Grupo PETI
Assú	Banda Marcial Municipal de Assú	Capoeira, Caboclinhos, Quadrilhas Juninas, Teatro de Rua, Grupo de Capoeira (Cordão de Ouro, Abada)
Caiçara do Norte	Banda Municipal de Caiçara do Norte	Arraiá da Praia, Tradição Junina
Carnaubais	Não informado	Não informado
Galinhos	Não há	Capoeira, Boi de Reis, Pastoril
Grossos	Banda de Música Mun. José Maria da Silva	Não há
Guamaré	Orquestra Filarmônica de Guamaré	Roda de Capoeira, Cordel, Repente, Coco de Embolada
Itajá	Não informado	Não informado
Macau	Filarmônica Monsenhor Honório	Grupo de Capoeira e Maculelê Salve Zumbi, Mamulengo Cabeça Redonda, Grupo Teatral Amagoa, Grupo de Capoeira Nacional Macau e Grupo Maculelê Terra do Sal, Grupo de Dança de Coco de Roda da Escola Estadual Clara Tetéu, Grupo de Dança Junina Chibal Brasil

CONT. QUADRO 09. Bandas de Músicas e Grupos Folclóricos e Artísticos

Municípios	Bandas de Música	Grupos Folclóricos e Artísticos
Mossoró	Banda de Música Mun. Artur Paraguai	Boi de Reis, Pastoril, Quadrilhas, Repentistas, Sanfoneiros, Embolador de Coco, Cordelistas, Tarará, Escarcéu, Mandacaru, Flor de Moçambê, Mestre Antônio Francisco
Pendências	Banda Municipal do Município de Pendências	Boi de Reis, Grupo de Porto Carão, Forró Amador de Pendências.
Porto do Mangue	Não há	Boi Calemba
São Bento do Norte	Não há	Grupo Arraiá da Praia
São Rafael	Não há	Mamulengo do Sr. Pedro Cabeça, Pastoril
Serra do Mel	Não há	Projeto Meninos da Serra
Tibau	Banda Municipal de Tibau	Start Grupo de Dança

Fonte: Prefeituras, Funarte, Fundação José Augusto, maio/ 2009.

A musicalidade do Polo é bastante representativa nos municípios de **Apodi, Areia Branca, Grossos, Guamaré, Macau e Mossoró**. Da mesma forma, os festejos juninos e religiosos podem ser considerados atrativos da região e estão presentes no calendário de todas as cidades do Polo Costa Branca. São destaques os festejos juninos, sobretudo de Mossoró e Assú, pois atraem uma enorme quantidade de turistas. O São João de Mossoró reúne cerca de 1 milhão de pessoas durante todo o evento. Sendo conhecido por “Mossoró Cidade Junina”, este é realizado anualmente e possui entre as atrações: shows com artistas nacionais; festivais de humor; quadrilha; comidas típicas. Como também, o espetáculo “Chuva de Bala”, no adro da Capela São Vicente, que comemora e apresenta a expulsão do bando de Lampião da região.

No município de **Assú** esses eventos têm uma dimensão tão grande que é montado dois palcos na Praça João Batista para receber atrações locais, regionais e nacionais, chegando a reunir cerca de 300 a 400 mil pessoas durante o período de festa. O evento que ocorre todos os anos promove, também, concursos de quadrilha, repentistas, recitais de poesias, exposições de comidas típicas, feiras de artesanato e brincadeiras, além de solenidades em homenagem a São João Batista, o padroeiro da cidade.

FIGURA 33. Mossoró Cidade Junina (à esquerda) e São João de Assú (à direita)



Fonte: www.rn.gov.br, jun/2009.

Em relação aos costumes direcionados as manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas identificam-se o incentivo do Governo de Estado através da Casas de Cultura Popular (quadro a seguir). Estando presente apenas em 04 municípios do Polo

(Apodi, Assú, Grossos e Macau)⁷, a Casa é um espaço físico que fomenta a produção cultural da região. O prédio é de importância histórica⁸ para a cidade e possui espaços que são utilizados como auditório, galeria de arte, biblioteca, pinacoteca, museu e salas para oficinas de artes plásticas e cênicas. A Casa oferece cursos e oficinas de teatro, danças, artesanato, música, canto, cordel, poesia, artes plásticas, etc. Como também, conserva, apresenta e permite a visitação de coleções de objetos de caráter cultural ou científico.

FIGURA 34. Sobrado da Baronesa (Assú) e Palácio da Soledade (Apodi).



Fonte: acervo próprio, jun/ 09.

Por sua vez, existem os Pontos de Cultura que são iniciativas desenvolvidas pela sociedade civil que, após seleção por edital público, firmam convênio com a Secretaria de Cultura do Estado e o Ministério da Cultura, e tornam-se responsáveis por articular e impulsionar ações que já existem nas comunidades como as que envolvem a Arte e Educação, Cidadania com Cultura e Cultura com Economia Solidária.

QUADRO 10. Polo Costa Branca. Museus, Casas de Cultura, Pontos de Cultura.

Municípios	Museus	Casa de Cultura	Ponto de Cultura	Entidade responsável pelos Projetos Culturais desenvolvidos nos Pontos de Cultura	Projeto Cultural
Apodi	Museu Arqueológico Lajedo da Soledade	Palácio da Soledade	-	-	-
Areia Branca	Casa Museu Máximo Rebouças	Em construção	-	-	-
	Memorial do Sal				
Assú	-	Sobrado da Baronesa	Ponto de Cultura da FJA	-	-
Caiçara do Norte	-	-	-	-	-
Carnaubais	-	-	-	-	-
Galinhos	-	-	-	-	-
Grossos	-	Palácio Deon Caenga	Ponto de Cultura da FJA	Associação Comunitária Cultural Amigos da Casa de Cultura Popular de Grossos	Ascender
Guamaré	-	-	-	-	-
Itajá	-	-	-	-	-

⁷ Atualmente, está sendo criada uma Casa de Cultura em Areia Branca.

⁸ Exceto, a Casa de Cultura de Grossos.

CONT. QUADRO 10. Polo Costa Branca. Museus, Casas de Cultura, Pontos de Cultura.

Municípios	Museus	Casa de Cultura	Ponto de Cultura	Entidade responsável pelos Projetos Culturais desenvolvidos nos Pontos de Cultura	Projeto Cultural
Macau	Museu José Elvira	Palácio dos Salineiros	-	-	-
	Museu Carnavalesco Colô Santana				
Mossoró	Museu do Sertão	-	Ponto de Cultura da FJA e Suplente	Companhia Escarcéu de Teatro	Escarcéu O Ponto de Cultura
	Memorial da Resistência			Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais	Ponto de Inclusão
	Museu do Petróleo			Grupo de Teatro o Pessoal do Tarará	Baixinho Berço das Artes
	Museu Histórico Lauro da Escóssia				
Pendências	-	-	Ponto de Cultura MINC	-	-
Porto do Mangue	-	-	-	--	-
São Bento do Norte	-	-	-	-	-
São Rafael	-	-	-	-	-
Serra do Mel	-	-	-	-	-
Tibau	-	-	-	-	-

Fonte: Fundação José Augusto, maio/ 2009.

Então, a partir dos problemas identificados no diagnóstico do patrimônio histórico cultural que foram fundamentados em pesquisas de fontes secundárias (IPHAN, Fundação José Augusto, banco de dados das prefeituras, monografias, etc.) e primárias (visitas aos locais e entrevistas com agentes da região), são recomendados para o desenvolvimento do turismo sustentável no **Polo Costa Branca** os seguintes itens:

- Utilizar da melhor forma os recursos ambientais do destino, como: os sítios arqueológicos, principalmente, de **Apodi, São Rafael e Mossoró** onde já existe fluxo de turistas, bem como, incentivar a visitação nas demais áreas do Polo Costa Branca;
- Isolar os sítios arqueológicos representativos que estão situados em áreas de degradação para reduzir os fatores de destruição, além disso, deve-se explorar a região e criar espaços para expor os resquícios de valor histórico-cultural encontrados na área;
- Respeitar a autenticidade sociocultural da comunidade local, ou seja, todas as categorias do patrimônio histórico cultural;
- Assegurar a viabilidade econômica de uma operação de longo prazo, proporcionando benefícios socioeconômicos igualmente distribuídos a todas as partes interessadas do destino;
- Ordenar os diversos prédios de interesse para o turismo e realizar trabalhos de valorização e articulação dos elementos próprios da região, ou seja, integrar os sítios arquitetônicos, com a culinária, o artesanato, o folclore, entre outros;

- f) Garantir a acessibilidade, um dos problemas comuns nas regiões dos sítios arqueológicos e áreas rurais, bem como, reduzir o fluxo de veículos nas proximidades dos bens culturais. Sugere-se como alternativa para esses casos, a construção de estacionamentos ou terminais rodoviários próximos aos atrativos, além de garantir as sinalizações das edificações e ruas de maneira informativa, e não chamativa;
- g) Estimular e investir na continuidade do inventário e avaliação do patrimônio histórico cultural não tombado, realizados pela Fundação José Augusto e demais órgãos, visando compreender sua importância para ações de recuperação;
- h) Incentivar e investir no artesanato, principalmente nas comunidades pequenas, para obter maior visibilidade e credibilidade, de tal modo, a estimular a organização de artesãos na forma de grupos, associações ou cooperativas, além de respeitar a individualidade de cada artesão e, se possível, criar canais para que o turista interaja com o produtor, evitando assim os intermediários; modo de produção do produto e criar espaços para exposições das mercadorias;
- i) Investir e incentivar na criação de espaços para a comercialização das mercadorias produzidas pelos artesãos, bem como na propaganda e o marketing dos atrativos histórico-culturais regionais;
- j) Capacitar e qualificar os prestadores de serviços turísticos e dos gestores municipais, visando prepará-los para o turismo histórico-cultural.

3.1.6. Infraestrutura e Redes

3.1.6.1. Saneamento Ambiental

Apresenta-se neste item uma avaliação da área de cobertura e condição física da infraestrutura e das redes físicas existentes no Polo de Turismo do Costa Branca, avaliando sua oferta e qualidade. Consideram-se aqui os seguintes sistemas: **abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, coleta e disposição do lixo, drenagem, sinalização turística, rodovias, aeroportos, telefonia e energia elétrica**. Procurou-se enfatizar os déficits e os problemas específicos que podem afetar o desenvolvimento das atividades do turismo na região.

Os procedimentos metodológicos adotados partiram da coleta de dados e informações existentes nos órgãos e/ou empresas responsáveis pelos serviços de infraestrutura básica como a Companhia de Águas e Esgotos do RN - CAERN, Companhia Energética do RN – COSERN, Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, assim como órgãos e institutos que realizam pesquisas sistemáticas sobre o tema, notadamente o IDEMA-RN, DATASUS, IBGE, dentre outros.

Objetivando proporcionar maior abrangência, precisão e veracidade às informações aqui descritas, foram feitos, ainda, levantamentos de dados e pesquisas junto às instituições públicas e associações da região objeto de estudo, além de entrevistas locais e visitas de campo em parte dos municípios para avaliação direta das informações secundárias. O objetivo geral da análise é o cruzamento de dados quantitativos e qualitativos da situação existente na infraestrutura do Polo Costa Branca. Para tanto, optou-se por desenvolver um índice (a partir de um conjunto de variáveis) com base em valores apresentados em todos os municípios analisados.

Para avaliação do saneamento ambiental do Polo, foi formulado para o PDITS Costa Branca um **Índice de Saneamento Ambiental – ISA**, instrumento de maior peso na definição das áreas prioritárias de intervenção, e construído a partir do somatório ponderado de índices setoriais referentes aos três aspectos identificados como componentes do saneamento

ambiental – **abastecimento de água, esgotamento sanitário e limpeza urbana**. As variáveis do ISA foram definidas para cada tipo de serviço, com pesos diferenciados de acordo com a maior carência de atendimento ou mesmo com a fragilidade dos indicadores adotados relacionados com a atividade.

A construção do ISA levou em consideração as variáveis compostas por indicadores existentes a partir de dados e informações disponibilizados em fontes confiáveis como no CENSO IBGE de 2000 e que permitissem, em uma mesma base de análise, uma compatibilização e uma sistematização imediata. Tal decisão mantém a qualidade da análise feita, capaz de gerar indicadores e índices que podem e devem ser aperfeiçoados, mas que já permitem uma leitura consistente da realidade do atendimento por ações e serviços de saneamento nos vários municípios do Polo Costa Branca.

Acrescente-se a constatação da possibilidade de atualização permanente do banco de dados gerador dos indicadores escolhidos, desde que se mantenha a decisão política, a unidade de propósitos e a disposição das instituições envolvidas.

Na sua construção, tanto os indicadores e índices setoriais, como o próprio ISA assumem uma variação teórica de 0 (zero) a 1 (um), sendo que, quanto mais próximo da unidade 1, melhor é a realidade do atendimento por determinada ação ou ambientalmente salubre o município avaliado.

Assim, o ISA, nesta primeira versão, assumiu a seguinte formulação:

$$\text{ISA} = \text{Icab} * 0,1 + \text{Ice} * 0,5 + \text{Icrs} * 0,4$$

Tem-se que,

Icab = Índice de cobertura de abastecimento de **água**;

Ice = Índice de cobertura de **esgoto**

Icrs = Índice de cobertura de **resíduo sólido**

a) Índice de cobertura de Abastecimento de Água (Icab) – (Dados do censo de 2000)
Admitido igual à unidade, em função da situação atual de quase universalização dos serviços, ao Icab foi conferido o peso de 0,05 também pelo mesmo motivo. Quase toda a população dos municípios é hoje atendida pelo sistema público de abastecimento de água, com qualidade e quantidade satisfatórias. As áreas ainda sujeitas à intermitência são residuais e as não atendidas correspondem a áreas com ocupação irregular e sujeitas a algum tipo de risco.

b) Índice de Cobertura de Esgotamento Sanitário (Ice) – (Dados do censo de 2000)

O Sistema de Esgotamento Sanitário corresponde àquele em que se notam as maiores carências dentre os serviços de saneamento prestados no Polo. Assim, o peso do índice setorial foi de 0,50, de forma a que se pudesse avaliar adequadamente a prioridade de investimentos em função da carência ou das deficiências na cobertura desses serviços.

c) Índice de cobertura de Resíduos Sólidos (Icrs) – (Dados do censo 2000)

Na tabela de classificação e hierarquização ficou determinado que o menor valor do ISA (próximo de 0) corresponde a maior carência de investimento, sendo o ISA mais baixo principalmente onde a cobertura do componente esgotamento sanitário é reduzida

Pela tabela, abaixo, se percebe que o **melhor ISA** do Polo Costa Branca ficou com o município de **Mossoró (0,69)** basicamente devido a boa cobertura da rede de água e lixo, embora tenha perdido pontos em esgotamento sanitário. O segundo melhor em infraestrutura, considerando o ISA, foi o município de São Rafael (0,60); bem abaixo na terceira e quarta posições estão Areia Branca e Assú (0,51) e o restante dos municípios

posicionam-se entre 0,30 e 0,50. Destaque negativo para São Bento do Norte (0,17) e Apodi (0,26) com os menores ISA dos municípios, basicamente devido a pouca cobertura do sistema de esgotamento sanitário e abastecimento de água.

QUADRO 11. Costa Branca: Saneamento Ambiental com Variáveis de Água, Esgotamento e Coleta de Lixo.

Municípios	Variáveis			
	ISA	Água	Esgoto	Lixo
Apodi	0.26	0.54	0.01	0.50
Areia Branca	0.51	0.80	0.18	0.84
Assú	0.51	0.77	0.32	0.68
Caiçara do Norte	0.39	0.32	0.01	0.89
Carnaubais	0.30	0.59	0.26	0.27
Galinhos	0.31	0.00	0.02	0.74
Grossos	0.37	0.71	0.02	0.72
Guamaré	0.44	0.75	0.12	0.76
Itajá	0.37	0.80	0.01	0.71
Macau	0.49	0.81	0.13	0.86
Mossoró	0.69	0.89	0.51	0.87
Pendências	0.48	0.84	0.14	0.82
Porto do Mangue	0.28	0.11	0.10	0.56
São Bento do Norte	0.17	0.11	0.06	0.33
São Rafael	0.60	0.72	0.55	0.63
Serra do Mel	0.44	0.84	0.71	0.00
Tibau	0.38	0.83	0.04	0.70

Fonte: CENSO IBGE 2000, CAERN

Nota: organizado pela Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Conforme sistemática de avaliação descrita inicialmente, quais sejam do ponto de vista do ISA, da análise quantitativa complementar e da análise qualitativa, as três formas indicam Mossoró como possuindo a melhor oferta de infraestrutura do Polo Costa Branca.

Analisando-se o valor final do ISA, observa-se que os municípios que possuem infraestrutura de saneamento mais precária são, na ordem decrescente, São Bento do Norte (0,17), Apodi (0,26), Porto do Mangue (0,28), Carnaubais (0,30) e Galinhos (0,31). Ressalta-se que quanto maior o ISA, melhor a infraestrutura de saneamento referente à abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de resíduos sólidos. Contudo, analisando-se isoladamente o Ice (índice de cobertura de esgoto) para o qual se atribuiu peso maior no cálculo do ISA, a ordem de precariedade, na ordem decrescente, para esse componente é a seguinte: Apodi, Caiçara e Itajá (1%), Galinhos e Grossos (2%), Tibau (4%) e São Bento do Norte (6%).

Dessa forma, é fundamental que sejam realizadas ações no sentido de suplantarem tais dificuldades, como forma de aumentar a qualidade de vida das populações locais, preservarem os recursos naturais e estimular o turismo, a partir do tratamento dos resíduos sólidos, implantação e/ou ampliação do sistema de esgotamento sanitário e também de

abastecimento de água, prioritariamente nos municípios com maiores deficiências. É importante ratificar que Tibau já é um município de bastante destaque na região por ser a principal praia de veraneio de muitos mossoroenses, às vezes até duplicando ou triplicando a sua população nos meses de verão. Já Galinhos é um município que está despontando para o turismo como um dos destinos mais promissores do Rio Grande do Norte, cujas características geográficas de península tornam ainda mais preocupantes suas deficiências em infraestrutura de saneamento, abastecimento de água e disposição dos resíduos sólidos. Complementando o diagnóstico da infraestrutura e redes foram inseridos dados relativos à: acessibilidade e rede de acesso a área (aérea como rodoviária, meios de transporte oferecido com linhas de ônibus e transportes alternativos, serviços de comunicação, bem como, o complemento de resíduos sólidos, indicando o destino final do lixo.

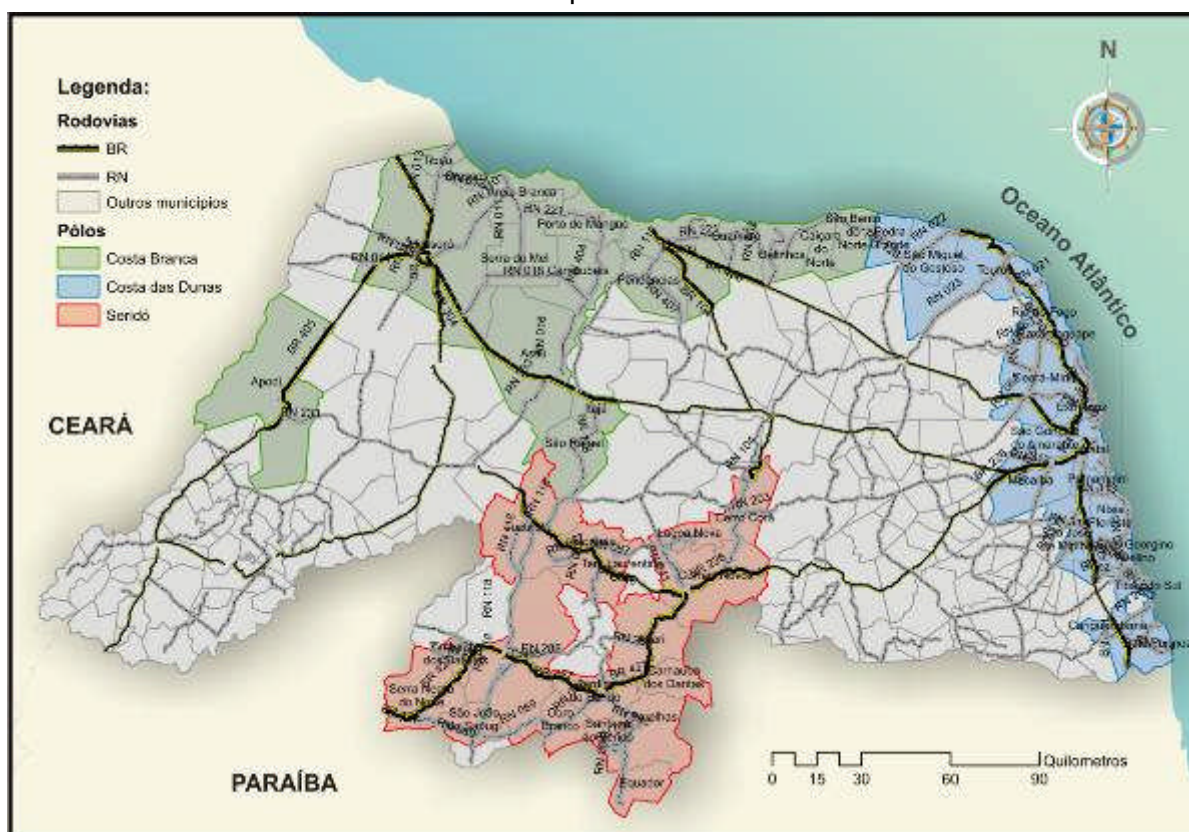
3.1.6.2. Acessibilidade e Rede de Acesso à Área

a) Sistema Rodoviário

A rede viária de acesso à área e principais atrativos, é composta pelas seguintes rodovias que parte do sistema rodoviário da região: **BR:** 304, 110, 406, 104 e 405. **RN:** 120, 129, 402, 401, 403, 104, 221, 022, 118, 016, 404, 016, 011, 221, 013, 012, 015, 117, 110.

O Polo Costa Branca é constituído por uma malha viária bastante extensa, e com várias ramificações, sendo o seu principal eixo a BR 304, que liga Natal à Fortaleza seguida pela BR 406 que faz a ligação entre Natal e Macau, dando acesso a várias rodovias estaduais (RNs).

FIGURA 35. Mapa Rodoviário do RN.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

A BR 304 dá acesso direto aos dois principais municípios do Polo, Mossoró e Assú; com boa trafegabilidade, possui acostamento e sinalização rodoviária, sendo deficiente na sinalização turística. O tráfego é bastante intenso principalmente de carretas e caminhões em função da base da Petrobrás em Mossoró. Apesar da boa conservação, no período do inverno fica bastante comprometida, pelo aparecimento de buracos que aumenta o tempo de viagem elevando o número de acidentes e danos aos veículos.

Da BR 304 partem as ramificações da BR 405 Mossoró - Apodi e BR 110 Mossoró - Areia Branca todas com pavimentação asfáltica e razoável estado de conservação.

A BR 406 na área do Polo Costa Branca cruza diversos municípios, e liga Natal a Macau, articulando também com Guamaré; esta BR tem bastante importância turística devido a sua localização que acompanha o litoral dando acesso a trechos dos municípios situados entre Pedra Grande e Macau, da qual derivam várias RNs com acesso direto aos municípios que compõem o Polo Costa Branca.

A BR 110 liga Mossoró /Upanema/ Areia Branca e a BR 104 que liga Macau/ Pedro Avelino, parte delas está em fase de execução à exceção do trecho Mossoró / Areia Branca que se encontra concluída e em estado razoável de conservação, deixando a desejar no que diz respeito aos acostamentos e a sinalização.

A BR 405 que liga Mossoró a Apodi começa a despertar interesse e importância turística em função do Lajedo de Soledade, constituindo também um importante elo entre a região de Mossoró e o Seridó, assim como outros destinos tanto turísticos como de continuidade rodoviária.

Quanto as RNs que são de grande importância para acesso direto tanto ao litoral norte onde se localizam a grande maioria dos municípios do Polo, como pela sua ligação entre municípios oferecendo opções de viagens com redução de tempo e percurso, podemos citar a partir da BR 406 as RNs 129 e 120 ligando a Caiçara e São Bento do Norte duas praias de valor cênico exuberante. Porém, a RN 120 precisa de intervenção em todos os seus aspectos voltados para a questão turística.

A RN 120 que liga a cidade de Parazinho a São Bento do Norte é uma opção indesejada do ponto de vista do turismo, uma vez que não possui a continuidade da RN 022 que prolongaria o trecho de São Miguel do Gostoso até Galinhos. Essa RN apresenta problemas do ponto de vista da confiabilidade, trafegabilidade e sinalização, considerada apenas um atalho, podendo ser utilizada como uma opção ao turismo de aventura desde que, devidamente adequada para essa finalidade.

A RN 402 liga a BR 406 a Galinhos, a 401 liga 406 a Guamaré, a RN 403 liga a BR 406 a praia de Diogo Lopes já no município de Macau, com um visual bastante expressivo em função dos manguezais existentes que valorizam a paisagem local.

Uma das rodovias que apresenta uma grande importância dentro do Polo é a RN-118 que liga Macau a BR 304, passando por Pendências, Alto do Rodrigues e Ipanguaçu, cidades que fazem parte do Vale do Assú, importante região da fruticultura irrigada.

A RN 016/404 acompanha o Rio Assú partindo da cidade do Assú em direção a Porto do Mangue, passando por Carnaubais, derivando a RN 016 em estrada de barro. Outro elo considerado importante é a continuidade da RN 221 que sai de Macau, passando por Ponta do Mel até Areia Branca, estando concluído apenas o trecho entre Ponta do Mel e Areia Branca, já que o outro trecho é composto por várias obras como: pontes, elevados, etc. Esta RN também destaca a importância de acesso a um dos pontos turísticos ainda em processo inicial de exploração que são as **Dunas do Rosado**, elemento de beleza cênica extraordinária. Neste trecho a via está em bom estado de conservação, quanto à pavimentação, porém apresenta trechos bastante sinuosos, com locais sem acostamento e sem sinalização adequada ao turista e segurança viária deficitária.

As RNs 013 Mossoró /Tibau, a RN 012 Mossoró / Grossos e a RN 015 e RN 117 Mossoró/ Senador Dix-Sept Rosado são vias intermunicipais que atendem ao fluxo local, a exceção da RN 013 que em período de verão intensifica o tráfego em função do município de Tibau ser a instância turística de veraneio das cidades do Oeste Potiguar, muito frequentado em especial, pela população de Mossoró.

Podemos destacar aqui a travessia que é feita de balsa ligando as cidades de Areia Branca a Grossos dando continuidade a RN 012.

A cidade de Serra do Mel é atendida pelas RNs 011 que se bifurca em dois trechos da RN 016 que liga a BR 304 a cidade de Carnaubais, estes acessos são em estrada de barro.

A RN 105, a partir da BR 304, segue em direção a cidade de Jucurutu passando pelos municípios de São Rafael e Itajá, onde está localizada a Barragem Armando Ribeiro distante aproximadamente 10 km da BR 304, constituindo um excelente local de observação do sangradouro em períodos de chuvas.

Alguns municípios litorâneos (Guamaré, Macau, Areia Branca, Grossos) do Polo Costa Branca possuem grande potencial turístico por suas belezas naturais (mangues, dunas, salinas, rios etc.). São esses mesmos recursos naturais que tornam o acesso de um município para outro por vezes difícil, tendo-se que desviar muitos quilômetros de carro para alcançar localidades vizinhas em virtude da impossibilidade de acesso rodoviário entre uma e outra. Portanto, seria interessante realizar estudos técnicos que avaliassem a possibilidade de ligação dos acessos entre os municípios.

O estudo de viabilidade irá nortear neste caso, a possibilidade de interligar os municípios sem causar danos ao meio ambiente no decorrer do trecho, conseqüentemente, mostrar alternativas para redução do tempo gasto nesses percursos, pois em alguns desses pontos só é possível chegar através de barco ou travessia de balsa, como é o caso de Areia Branca/Grossos.

O tráfego nas rodovias constituídas por RNs não apresenta trânsito intenso, com baixo fluxo de veículos, sendo na grande maioria de veículos de passeio, vans que fazem linhas intermunicipais, e muito raramente veículos pesados, compostos de caminhões de distribuição de mercadorias e ônibus de passageiros e ônibus escolar, evidência que não pode ser considerada para as BRs que apresentam um trânsito de carros pesado mais intenso, devido ao tráfego de ônibus de linha e caminhões de carga.

A grande maioria dos municípios dos Polo não dispõe de terminais rodoviários adequados para um volume de passageiros, utilizando, para essa finalidade, a parada de ônibus mais caracterizada como abrigo de passageiros. Apenas Mossoró, Assú e Areia Branca se destacam possuindo terminal rodoviário intermunicipal, vale salientar que Mossoró possui uma estação rodoviária bastante estruturada, porém usada de forma inoperante devido ao estado de má conservação das suas instalações.

b) Sistema Ferroviário

O uso do trem não faz mais parte do cenário da região, portanto, não é apropriado pelo setor do turismo, como alternativa de roteiro turístico.

No entanto, encontra-se em estudo a construção (ampliação da bitola) e operação da Estrada de Ferro que permitirá o escoamento dos produtos que vierem a chegar pelo porto de Areia Branca, ou exportados, através da ferrovia Nova Transnordestina, que ligará o cerrado do Nordeste aos portos de Suape (PE) e Pecém (CE) com bitola larga, tendo como principais cargas grãos, fertilizantes e minérios.

A Companhia Ferroviária do Nordeste obteve a concessão da Malha Nordeste, pertencente à Rede Ferroviária Federal S.A., no leilão realizado em 18/07/97. A outorga dessa concessão foi efetivada pelo Decreto Presidencial de 30/12/97, publicado no Diário Oficial da União de 31/12/97.

A empresa iniciou a operação dos serviços públicos de transporte ferroviário de cargas em 01/01/98. A visão da CFN é se tornar líder em logística no Nordeste a partir de 2010.

Observa-se nos mapas rodoviários a existência de uma linha férrea que ligaria Mossoró a Paraíba, passando por várias cidades do estado do RN, no entanto esta ferrovia não se encontra mais em operação.

c) Sistema Aeroviário

No Polo Costa Branca, o Aeroporto Dix-Sept Rosado é o único que pode operar vôos regionais e nacionais e tem capacidade para receber aviões de médio porte como Boeings 737 e Fokkers 100. Atualmente, o aeroporto encontra-se funcionando com limitações para vôos comerciais por falta de segurança e de iluminação.

Tão logo sejam corrigidas as pendências operacionais que prevê incentivo e abertura para que as companhias regionais possam operar em cidades fora do eixo das capitais, Mossoró poderá polarizar vários destes vôos em função de sua centralidade em relação à Natal e Fortaleza e pela sua importância econômica constituída em grande escala por 90% do sal exportado e consumido no País. É a maior exportadora de frutas do Brasil e segundo maior produtor de petróleo. Tem calcário com instalação de três fábricas de cimento. Lembrando que a parceria com a Petrobras e outras empresas com atividades na região de Mossoró para consolidar esta malha aérea comercial.

Entretanto, o local onde se encontra o aeroporto, inserido no contexto urbano, não é apropriado nem comporta maiores ampliações, devido a interferência com o atual padrão urbanístico da cidade que aponta para a verticalização, fato que deve ser levado em consideração, em razão dos cones de interferências de aproximação de aeronaves.

Ainda assim, a empresa de aviação NOAR LINHAS AEREAS, começou operar no trecho Natal-Mossoró, em outubro de 2010, com frequência diária.

d) Sistema Portuário

O Terminal Salineiro de Areia Branca, mais conhecido como Porto-Ilha fica localizado a 26 km de Areia Branca, Rio Grande do Norte, Brasil, distando cerca de 14 km da costa. A construção do porto resultou da necessidade de suprir a demanda de sal marinho no mercado interno brasileiro. Dentre as hipóteses analisadas prevaleceu a da execução do sistema ilha artificial. O terminal foi inaugurado em 3 de fevereiro de 1970 e é administrado pela Companhia Docas do Rio Grande do Norte (CODERN).

A exploração turística do terminal pode ser viabilizada, uma vez que representa uma atividade diferenciada, podendo ser aberto para visitas através de pequenas embarcações. Como formas de acesso ao porto têm-se:

- **Rodoviário:** a cidade de Areia Branca está interligada por meio de rodovias federais e estaduais a diversos municípios do Rio Grande do Norte e ao estado limítrofe do Ceará. As RN-012 e RN-013 alcançam a BR-304, permitindo atingir Natal e Fortaleza. A BR-110 liga Areia Branca a Mossoró e daí a várias partes da região;
- **Marítimo:** localizado em mar aberto, o porto-ilha não possui barra definida. O canal de acesso tem comprimento aproximado de 15 km, profundidade mínima de 11m e largura variável entre 400m e 1.000m.

Todo o sal movimentado no porto-ilha é oriundo das salinas do Rio Grande do Norte, principalmente, de Macau, Mossoró e Areia Branca. Não é apropriado no momento para atracar navios de turismo, porém é uma opção a partir de estudos operacionais.

É constituído de uma ilha artificial, construída de areia e aço, em alto mar, com aproximadamente 15 mil metros quadrados, passou a ser o porto de escoamento de todo o sal produzido no Rio Grande do Norte, realizando sua primeira operação no dia 04 de setembro de 1974. Possui infraestrutura básica própria de:

- **Energia Elétrica:** A energia elétrica é gerada e fornecida aos equipamentos operacionais no próprio Terminal, através de três grupos geradores;
- **Abastecimento de Água:** No Terminal existe um poço artesiano que garante o abastecimento do Terminal fornecendo água que é retirada a 1.282m de profundidade;
- **Comunicação e Telefones:** O Terminal dispõe de duas linhas telefônicas, dois telefones públicos e de rádio localizado em sala própria, no pavimento superior da edificação, permitindo comunicação entre o Terminal e Areia Branca. Não existem tomadas para ligações de telefones às embarcações na faixa do cais;
- **Abastecimento de Combustível:** O óleo diesel, que alimenta os grupos geradores, tratores e pás carregadeiras, é transportado para o Terminal através das barcaças que transferem sal para o Terminal. O óleo é bombeado para dois tanques de 50.000 litros de capacidade, localizados na área de serviço.

e) Sistema de Transporte Urbano

Apenas Mossoró é atendido por sistema de transporte urbano oficial, sendo que nos demais municípios o transporte coletivo urbano é feito por vans e mototaxi.

A cidade de Mossoró detém um sistema de transporte urbano ainda em processo de organização, sendo criado recentemente o órgão responsável pela implantação e operacionalização do sistema e efetivado a municipalização do sistema de trânsito e transporte coletivo. Mossoró opera com 03 empresas de ônibus com 52 veículos em circulação. Contudo, é válido ressaltar que o serviço não atende às demandas da população, uma vez que o número de linhas e de veículos é incapaz de atender a toda a extensão do município, sendo, portanto, imprescindível a ampliação de linhas e veículos para a melhoria do serviço.

Outra alternativa de transporte de passageiros dentro do Polo é o transporte fluvial, composto pela Balsa Areia Branca/ Grossos, que pela sua precariedade não conta com nenhum dado estatístico referente ao número de passageiros e veículos transportados. No entanto, de acordo com as informações contidas nas embarcações, o sistema dispõe de 04 embarcações, sendo três em operação contínua e uma embarcação de reserva, realizando o trajeto de hora em hora das 5:00 às 20:00h.

No município de Galinhos identifica-se outra forma de transporte fluvial, onde existe um terminal em terra, não transporta veículos apenas passageiros e bicicletas. O transporte é feito de hora em hora, em embarcações pequenas com no máximo 15 pessoas, limite que normalmente é excedido. A segurança é precária, não sendo observadas as normas de segurança para uma travessia de, aproximadamente, 20 minutos.

Também merece destaque o transporte urbano de passageiros existente na localidade de Galinhos, onde a maioria dos passageiros, dentro do núcleo urbano, são transportados por tração animal, a charrete, com acomodações para no máximo três pessoas. A negociação do preço é feita diretamente entre o charreteiro e o preço pode variar de acordo com cada negociação. Existe uma cooperativa local que administra e controla o número de associados, rotas, preço etc.

QUADRO 12. Polo Costa Branca: Transporte Coletivo.

MUNICÍPIOS	Urbano		Rural	
	Nº de Empresas	Veículos em operação	Nº de Empresas	Veículos em operação
Apodi	-	-	-	-
Areia Branca	-	-	-	-
Assú	01	04	01	03
Caiçara do Norte	-	-	-	-
Carnaubais	-	-	-	-
Galinhos	-	-	-	-
Grossos	02	04	-	-
Guamaré	-	-	-	-
Itajá	-	-	02	18
Macau	-	-	06	10
Mossoró	03	52	-	-
Pendências	01	10	-	-
Porto do Mangue	-	-	-	-
São Bento do Norte	-	-	-	-
São Rafael	-	-	-	-
Serra do Mel	-	-	-	-
Tibau	-	-	-	-

Fonte: DER/RN, 2008

Sabendo-se que o transporte fluvial é fundamental para a locomoção no Polo Costa Branca, é fundamental que cada município passe a fiscalizar e melhor gerir esse transporte, buscando se certificar que as embarcações apresentam boa estrutura e estão transportando apenas o limite máximo permitido.

Também é válido se pensar e planejar ações para maior aproveitamento turístico dessas embarcações e do potencial náutico do Polo, uma vez que nas travessias de rio é possível contemplar com calma e tranquilidade a paisagem local (mangues, salinas, aves etc.). Da mesma forma, as charretes de Galinhos são marcas registradas desse município, sendo fundamental sensibilizar os charreteiros a investir na estrutura de seu transporte, nos cuidados com a saúde do animal e na prática de preços justos com os turistas.

f) Sistema de Transporte Intermunicipal

A grande maioria do transporte público intermunicipal atuante no Polo em análise se dá através do sistema rodoviário, portanto o DER detém o controle das atividades tanto do terminal de ônibus como o de alternativos.

Conforme informações do DER existem 72 linhas de ônibus que interligam o Polo, com 23 empresas operando com uma demanda anual de 63.228 passageiros, com 99 veículos em operação (dados de 2008), sendo Mossoró responsável por 22% deste sistema, e Assú por 25%. As linhas que atendem o município de Macau são as que demandam maior número de passageiros (23%) circulando entre os municípios.

QUADRO 13. Polo Costa Branca: Transporte Regular por Município.

MUNICÍPIOS	Serviço de Transporte Regular- STR				
	Linhas	Empresa	Demanda Média Anual	Freq. Mensal - Ida e Volta	Nº de Veículos
Apodi	04	02	1.376	176	04
Areia Branca	02	02	4.239	216	04
Assú	18	03	12.286	868	24
Caiçara do Norte	00	00	00	00	00
Carnaubais	03	02	2.816	84	03
Galinhos	02	01	377	32	02
Grossos	00	00	00	00	00
Guamaré	02	01	983	96	02
Itajá	05	02	6.454	368	08
Macau	09	01	14.575	672	16
Mossoró	16	03	10.192	816	17
Pendências	06	01	8.675	396	09
Porto do Mangue	01	01	129	08	01
São Bento do Norte	01	01	216	216	03
São Rafael	02	02	781	120	05
Serra do Mel	01	01	129	08	01
Tibau	00	00	00	00	00

Fonte: DER, 2008

3.1.6.3. Distribuição de Energia Elétrica e Iluminação Pública

a) Distribuição de Energia Elétrica

A rede de distribuição de energia elétrica atende a todos os municípios do Polo Costa Branca, na totalidade dos imóveis localizados nas áreas urbanas, e ainda em processo de ampliação para todas as áreas rurais.

A distribuição de energia elétrica para os municípios se dá através das grandes subestações localizadas em Natal. Tais subestações recebem energia em alta tensão diretamente da Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF e a transforma em baixa tensão, para atender a todos os municípios, sendo que a comercialização, é realizada pela COSERN

Observa-se uma grande elevação no consumo *per capita* de energia no município de Guamaré, totalmente fora da média encontrada no Polo, este fato se dá pela instalação de grandes indústrias e a base da Petrobrás, onde a energia é consumida em valores elevados, assim como ocorre em Pendências com a presença da indústria de carcinicultura.

QUADRO 14. Polo Costa Branca: Consumo de Energia Elétrica.

MUNICÍPIOS	Número de Consumidores					
	Total	Residencial	Comercial	Industrial	Rural	Outros
Apodi	8.961	7.200	601	63	924	173
Areia Branca	7.025	6.304	507	56	20	138
Assú	10.846	9.478	882	44	332	110
Caiçara do Norte	1.475	1.339	83	15	11	27
Carnaubais	1.592	1.279	98	04	175	36
Galinhos	568	466	35	08	16	43
Grossos	2.354	2.149	94	34	38	39
Guamaré	3.087	2.675	163	18	107	84
Itajá	1.451	1.322	62	10	26	31
Macau	7.876	6.895	638	48	151	144
Mossoró	67.931	60.128	5.417	438	1.225	723
Pendências	3.269	2.910	157	12	117	73
Porto do Mangue	1.146	1.056	44	05	15	26
São Bento do Norte	954	693	38	-	186	37
São Rafael	2.311	2.081	133	07	57	33
Serra do Mel	2.215	2.022	111	05	21	56
Tibau	2.510	2.301	144	01	19	45

Fonte: IDEMA, 2007.

b) Iluminação Pública

Todos os municípios do Polo Costa Branca têm iluminação pública de forma satisfatória, pois onde é atendida por energia elétrica também é atendido por iluminação pública principalmente na área urbana.

A grande maioria das cidades passou recentemente por uma revisão completa, na qual foram realizadas trocas de postes e das luminárias públicas, quando necessária.

Com a transferência do controle e responsabilidade de manutenção da iluminação pública para os municípios e, apesar das atividades técnicas serem realizadas pela COSERN, algumas áreas ainda encontram-se sem cobertura de iluminação satisfatória, uma vez que o consumo é pago pelo município, ocasionando alguns trechos urbanos sem iluminação adequada.

3.1.6.4. Drenagem e Pavimentação Urbana

Todos os municípios de pequeno porte do Polo Costa Branca apresentam alguns trechos da área urbana pavimentados, na grande maioria apenas na área central e em algumas ruas principais, mas nas cidades de Mossoró e Assú, este recobrimento, principalmente a paralelepípedo, estende-se por quase toda área urbana.

No período chuvoso é comum, em todas as estradas que interligam as cidades e os aglomerados urbanos, bem como no sistema viário central dessas comunidades, encontrar-se avarias na cobertura asfáltica ou mesmo no recobrimento de barro ou paralelepípedo

Observa-se que anualmente nos meses de grandes precipitações acontecem alagamentos, como consequência do transbordamento dos Rios Assú/Piranhas e do Rio Mossoró, estes dois rios atravessam várias cidades ao longo de seu curso, provocando estragos em muitas delas.

O rio Assú tem provocado grandes estragos nos municípios do Vale do Assú, como: a cidade de Assú e seus arredores nas cotas mais baixas, as cidades de Pendências, Alto do Rodrigues e Ipanguaçu, além da própria cidade de Macau, localizada na foz do rio que recebe toda carga e volume d'água excedente do seu limite natural, trazendo, quando das cheias e inundações, grandes prejuízos econômicos e desalojamentos das famílias ribeirinhas.

É comum na época chuvosa a interrupção de várias estradas e acessos as cidades citadas, comprometendo assim a economia local, dentre tantos outros fatores negativos acarretados pela falta de plano de drenagem para a região.

3.1.6.5. Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário

As informações disponibilizadas no Sistema Nacional de Informações de Saneamento representam três aspectos fundamentais dos serviços: o nível de atendimento, o desempenho operacional, e o desempenho financeiro.

A grande maioria dos municípios do Polo apresenta índices de perdas físicas superiores a 60%, o que impõe a implantação de um Programa de Desenvolvimento Institucional que busque um aumento da eficiência dos seus sistemas. Para a CAERN, o índice de atendimento total de água é de 73,7% (meta em 2015 de 84,88%) e de 17,0% para o índice de atendimento total de esgotos (meta de 69,71%). Portanto, os investimentos em sistemas de esgotamento sanitário se fazem mais urgentes.

Esses investimentos são de extrema importância para o desenvolvimento turístico dos municípios do Polo Costa Branca, principalmente para o município de Galinhos, pois o mesmo possui uma visibilidade turística em nível nacional pelas suas belezas naturais exuberantes, contudo, o município enfrenta grandes problemas com o abastecimento de água, sendo necessário, inclusive, que os meios de hospedagem disponibilizem garrafas de água mineral para o banho dos hóspedes devido à má qualidade da água.

De acordo com o Índice de Saneamento Ambiental – ISA, o município de Galinhos está entre os municípios do Polo com o menor índice, chegando a 0,00 de abastecimento de água e 0,02 de esgotamento sanitário, sendo assim um fator bastante negativo para o desenvolvimento do turismo na região e prejudicial ao meio ambiente. Uma alternativa para esses problemas seria o incremento do sistema de abastecimento de água e também do saneamento básico.

Os municípios de Galinhos, Itajá e Serra do Mel, são administrados através de sistema autônomos municipais, isto é, autarquias de Serviços de Água e Esgotos.

3.1.6.6. Resíduos Sólidos

Os municípios integrantes do Polo Costa Branca têm informações pouco consistentes e que não estão, na grande maioria, sistematizadas nos órgãos municipais responsáveis pelos serviços de limpeza urbana.

Embora as atividades administrativas de formulação de políticas e planos estejam sob a responsabilidade do município ou da sua empresa, observa-se na parte operacional, uma crescente terceirização dos serviços, principalmente nas atividades de coleta domiciliar, varrição e recolhimento de entulhos, como é o caso da cidade de Mossoró, que inclusive tem o seu aterro sanitário.

A comparação da situação do gerenciamento da destinação final dos resíduos entre os anos de 2002 e 2006 mostra um considerável avanço.

Os antigos lixões continuam a ser pontos permanentes de contaminação. Os resíduos inertes são depositados em depressões. Esses materiais constituem-se em grave problema de destino final em todos os municípios.

O Estado o Rio Grande do Norte não dispõe de uma política de gestão de resíduos sólidos e os municípios não possuem planos de gerenciamento, como por exemplo, o Plano Diretor de Resíduos Sólidos, que tem como objetivo a identificação de problemas ocasionados pela má destinação dos resíduos sólidos e também na criação de alternativas para que o mesmo não prejudique o meio ambiente. Dessa forma, vale salientar, a importância da participação de todas as pessoas interessadas na melhoria do município, como o setor público, privado e a comunidade local, para que haja um desenvolvimento turístico de forma planejada. Formalmente, os únicos instrumentos existentes que institucionalizam o compartilhamento das ações são os Convênios.

Os distritos geralmente possuem serviços de coleta sem muita regularidade ou com frequência de apenas uma vez por semana, o que poderia ser melhorado utilizando-se critérios de dimensionamento de sistemas integrados.

Essa situação mostra-se bastante preocupante para uma região turística, uma vez que o armazenamento e a disposição inadequada dos resíduos sólidos são fatores negativos para essa atividade, já que a poluição causada pelos detritos além de contaminar os recursos naturais, contribui com a degradação visual dos recursos histórico-culturais, desqualificando os atrativos turísticos existentes na região, além, e, especialmente, de comprometer a qualidade de vida da comunidade local.

Assim, é fundamental que sejam tomadas medidas e elaborados planos para solucionar essa situação, seja a partir da criação de consórcios entre os municípios para a construção de aterros sanitários, pelo aumento do raio de abrangência da coleta seletiva ou pela reutilização e reciclagem do material reciclável.

O importante é se criar alternativas verdes e ambientalmente responsáveis para lidar com a questão de resíduos sólidos, além de haver a necessidade de se discutir tal assunto em nível global, envolvendo toda a comunidade, por meio de campanhas de sensibilização ou de palestras e programas nas escolas, associações de classe etc.

Enfim, é necessário que seja elaborado um documento que caracterize como ocorre a gestão dos resíduos sólidos em todo o Polo Costa Branca e ofereça as diretrizes de como torná-la mais eficiente e sustentável, como através da elaboração de um Plano Diretor de Resíduos Sólidos, a exemplo do que foi realizado no Polo Costa das Dunas.

3.1.6.7. Serviços de Comunicação

As cidades que compõem o Polo Costa Branca de uma forma geral são servidas por antenas de transmissão de sinal de televisão, recebem sinal de telefonia fixa e telefonia celular.

Nem todas as empresas recebem sinal regular de telefonia móvel ou celular satisfatória. As cidades e algumas áreas rurais são servidas por telefonia fixa através dos pontos distribuídos por telefone público.

Em todos os municípios existem agências ou postos de correios, onde operam com serviço de transporte de correspondência e de entrega de mercadorias.

Apenas os municípios de Mossoró, Assú, Macau, Areia Branca e Guamaré têm jornal de circulação local. Recebendo diariamente os dois maiores jornais de circulação do Estado.

QUADRO 15. Polo Costa Branca: Meios de Comunicação e Difusão.

Municípios	Telefonia Fixa		Emissoras de Rádio, Sinais de Recepção de TV e Jornais			
	Terminais Instalados	Terminais em Serviço	AM	FM	Sinais Recepção de TV	Jornais em Circulação
Apodi	2.112	1.564	01	03	03	04
Areia Branca	2.616	2.315	01	01	01	01
Assú	5.346	4.185	01	01	06	03
Caiçara do Norte	296	251	-	-	parabólica	-
Carnaubais	431	352	-	01	01	05
Galinhas	195	128	-	-	04	01
Grossos	625	413	-	02	01	-
Guamaré	837	708	-	01	04	02
Itajá	364	247	-	01	01	08
Macau	3.644	3.094	01	06	03	10
Mossoró	35.671	33.673	04	03	06	04
Pendências	884	827	-	01	01	04
Porto do Mangue	251	180	-	-	02	-
São Bento do Norte	259	122	-	01	02	01
São Rafael	507	418	-	-	-	-
Serra do Mel	476	304	-	-	-	03
Tibau	850	493	-	03	04	02

Fonte: IDEMA, Anuário Estatístico, 2007.
 Telemar/Oi (2003)
 Prefeituras Municipais

3.1.6.8. Serviços Públicos

Complementando o diagnóstico da infraestrutura e redes foram inseridos dados gerais relativos aos serviços básicos de: segurança pública; saúde e educação refletindo uma visão macro sobre as condições desses serviços no âmbito dos municípios do Polo.

a) Segurança Pública

A segurança pública do Polo Costa Branca é administrada pelo Governo do Estado, portanto, todos os municípios estão ligados a um mesmo órgão de controle.

O município de Mossoró concentra boa parte das atividades e locais de sede das instituições ligadas à segurança pública, desde a polícia civil, militar e corpo de bombeiro.

Das 29 (vinte e nove) delegacias existentes no Polo, 12 (doze) estão concentradas em Mossoró. Também é nesse município onde está sediado um posto da Polícia Rodoviária Federal, sendo que em caso de acidentes graves é solicitada à base de helicóptero, situada em João Pessoa/PB. Mossoró é o único município que tem todos os equipamentos de segurança. Constata-se que para o Polo existe uma média de 1,8 policiais para cada 1.000 moradores, fator relevante quando se procura reduzir os riscos sociais.

Dessa forma é possível avaliar que a segurança no Polo Costa Branca está bastante defasada para a população local e, conseqüentemente, para o turista que visita a localidade. O desenvolvimento turístico origina alguns fatores negativos, dentre eles, o aumento da violência; portanto, existe a necessidade de um projeto para o aumento do efetivo e melhoria da segurança no Polo Costa Branca, sendo uma das alternativas possíveis a implementação de postos policiais e delegacias para nas principais cidades turísticas (litorâneas) que oferecesse uma infraestrutura adequada.

Observa-se, também, uma grande incidência de acidentes automobilísticos, em função do uso excessivo de bugres nas praias e do excesso de velocidade.

Quanto aos casos de violência social, naturalmente, o índice maior se concentra em Mossoró, no entanto já se considera bastante alto a criminalidade nos municípios de Assú, Macau, dentre outros.

É necessário ratificar o crescimento do consumo de drogas entre jovens e adultos, especialmente, crack, nas cidades do Costa Branca, fato que influencia no crescimento de furtos e prostituição como meio do dependente químico conseguir dinheiro para comprar a droga. Por isso, é imperioso que sejam criadas e implementadas políticas públicas e ações de enfrentamento e combate às drogas em todo o Polo Costa Branca.

Considerando que os fluxos de pessoas aumentarão no futuro com o desenvolvimento do turismo, as cidades do Polo Costa Branca devem estar preparadas (ampliação e modernização da estrutura, contingente de policiais, veículos etc.) para incrementar a segurança pública, uma vez que a violência e a falta de segurança são fatores que marcam negativamente um destino turístico.

b) Saúde Pública

A média de equipamentos de saúde por habitante no Polo está na ordem de 1.227,612 hab/equipamentos, apenas Mossoró está com valores menores que a média, concentrando grande parte das unidades de atendimento, principalmente urgências e emergências. Todas as emergências ocorridas nos municípios do Costa Branca são transferidas para Mossoró ou Natal. São Rafael apresenta a maior deficiência na cobertura de saúde dos municípios do Polo. O melhor índice ficou com São Bento do Norte, onde apresenta 500 pessoas sendo atendidas por equipamento de saúde.

Através de convênio municipal, a população de Mossoró dispõe dos serviços de atendimento de urgência por meio do programa – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU. A tabela abaixo reflete a situação da rede de equipamentos de saúde, disponível por município, demonstrando a fragilidade do sistema para atendimento as demandas regionais, na medida em que os serviços hospitalares, ainda, encontram-se bastante concentrados no município de Mossoró.

TABELA 01. Polo Costa Branca: Tipo de Estabelecimento de Saúde por Município

Estabelecimentos de Saúde	Municípios																
	Apodi	Areia Branca	Assú	Caiçara do Norte	Carnaubais	Galinhos	Grossos	Guamaré	Itajá	Macau	Mossoró	Pendências	Porto do Mangue	São Bento do Norte	São Rafael	Serra do Mel	Tibau
Posto de Saúde	05	07	12	01	01	02	-	01	01	10	-	05	-	04	-	-	02
Centro de Saúde / Unidade Básica de Saúde	05	01	01	01	01	-	04	05	01	01	47	01	02	01	01	03	02
Unidades Mistas	-	-	01	-	01	-	01	-	-	02	-	01	-	01	-	01	-
Policlínica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01	01	-	-	-	-	-	-
Centro de Regulação de Serviços de Saúde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01	-	-	-	-	-	-
Centro de Hemoterapia e ou Hematoterapia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Centro de Atenção Psicossocial	01	01	01	-	-	-	-	-	-	-	04	-	-	-	-	-	-
Clínica ou Ambulatório Especializado	01	-	06	-	-	-	-	-	-	08	50	01	-	-	-	-	-
Consultório Isolado	-	01	09	-	-	-	-	-	-	-	81	-	-	-	-	-	-
Cooperativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	--	-	-	-	-	-	-
Farmácia Popular	-	-	01	-	-	-	-	-	-	-	01	-	-	-	-	-	-
Hospital Dia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	--	-	-	-	-	-	-
Hospital Especializado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	06	-	-	-	-	-	-
Hospital Geral	02	02	01	-	-	-	-	01	-	-	08	-	-	-	01	-	-
Pronto Socorro Especializado	-	02	-	-	-	-	-	-	-	-	01	-	-	-	--	-	-
Pronto Socorro Geral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01	03	-	-	-	--	-	-
TOTAL	16	14	40	02	03	02	05	07	02	24	231	08	02	06	02	04	04

Fonte: DATASUS, fev.2009.

c) Educação

O nível médio de escolaridade do Polo é relativamente baixo de 3,64 hab/aluno matriculado. Apesar da presença de Universidades e Faculdades incentivar a escolaridade, este diferencial ainda não está representado nos números. A situação se agrava no município de Galinhos que apresenta um número reduzido, ou seja, de 2,60 habitantes matriculados, fugindo totalmente da média geral. É urgente, portanto, a qualificação e capacitação dos moradores não apenas para o segmento do turismo, mas também como elemento básico de inclusão social nos municípios.

3.1.7. Análise Socioeconômica do Polo Costa Branca

Para elaboração deste item foram trabalhados os dados relacionados à população total, por situação de domicílio (urbana e rural), por gênero (feminino e masculino) e faixa etária (em anos) em cada município componente do Polo Costa Branca, além dos indicadores de condições de vida - o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) divulgado pelo PNUD, a expectativa de vida (em anos) e taxa de mortalidade geral por município. Acrescenta-se também, outros indicadores de relevância para a análise da socioeconomia da região tais como: a taxa de alfabetização (%), taxa de urbanização (%), densidade demográfica (habitantes por km²), e o Produto Interno Bruto, bem como a descrição das principais atividades econômicas desenvolvidas no Polo Costa Branca. E, para efeito de planejamento e monitoramento ao longo dos anos do PRODETUR constará a projeção populacional para o Polo até 2029

3.1.7.1. Produto Interno Bruto e Principais Atividades Econômicas do Polo

O Produto Interno Bruto equivale ao valor agregado de todos os bens e serviços finais produzidos em um determinado espaço geográfico durante um período específico. A tabela abaixo apresenta o PIB dos municípios do Polo Costa Branca a preços correntes e PIB *per capita* para entre 2003 e 2006, segundo dados do IBGE.

A diversidade entre os municípios do Polo Costa Branca se percebe pela apresentação de seus PIB *per capita*. Observa-se que estes cresceram de 2003 a 2006, o que pode denotar melhoria nas condições de vida da população, mas as variações entre os municípios são substanciais. Destacam-se nesse cenário os municípios de Guamaré e Porto do Mangue, cujos PIB *per capita* em 2006 foram R\$ 50.524 e R\$ 41.692, respectivamente. Isso se deve primordialmente aos *royalties* advindos da indústria petrolífera, principal atividade econômica das duas municipalidades.

Em seguida, entre os melhores PIB *per capita* do Polo, estão Areia Branca (R\$ 20.188), Galinhos (R\$ 15.283), Macau (R\$ 14.739) e Mossoró (R\$ 9.257), municípios que se destacam, especialmente, na produção e comercialização de sal marinho.

Os municípios com menores PIB *per capita* no ano de 2006 do Polo em questão foram Itajá e São Rafael, que registraram R\$ 3.233 e R\$ 3.549, respectivamente, valores bem abaixo do PIB encontrado no Rio Grande do Norte e na região Nordeste. Realidade que se repetiu em Apodi, Assú, Caiçara do Norte, São Bento do Norte e Tibau para o ano de 2006.

TABELA 02. Polo Costa Branca: Produto Interno Bruto a Preços Correntes e Produto Interno Bruto *per capita*, 2003-2006

Municípios do Polo Costa Branca	Produto Interno Bruto							
	2003		2004		2005		2006 (1)	
	A preços correntes (1 000 R\$)	Per capita (R\$)	A preços correntes (1 000 R\$)	Per capita (R\$)	A preços correntes (1 000 R\$)	Per capita (R\$)	A preços correntes (1 000 R\$)	Per capita (R\$)
Apodi	133 111	3 763	135 098	3 783	163 220	4 527	174 492	4 795
Areia Branca	268 044	11 626	306 401	13 205	419 662	17 970	474 441	20 188
Assú	162 294	3 270	182 961	3 651	220 071	4 349	245 394	4 803
Caiçara do Norte	16 304	2 777	18 826	3 201	21 404	3 634	25 930	4 396
Carnaubais	39 731	4 700	38 235	4 484	49 292	5 732	62 441	7 199
Galinhos	22 932	11 653	26 056	12 867	27 263	13 095	32 675	15 283
Grossos	56 101	6 498	70 101	8 018	80 754	9 123	93 682	10 454
Guamaré	159 119	17 727	202 256	21 963	342 902	36 309	488 922	50 524
Itajá	15 037	2 197	17 326	2 471	21 145	2 944	23 765	3 233
Macau	196 229	7 669	241 214	9 439	317 691	12 448	375 683	14 739
Mossoró	1 403 853	6 310	1 750 463	7 783	1 919 783	8 444	2 127 077	9 257
Pendências	60 570	5 249	67 541	5 833	82 528	7 103	98 940	8 488
Porto do Mangue	77 004	17 033	128 350	27 602	196 557	41 121	204 667	41 692
São Bento do Norte	8 833	2 554	10 257	2 947	18 180	5 188	20 879	5 920
São Rafael	20 162	2 416	23 074	2 752	24 176	2 870	30 044	3 549
Serra do Mel	23 117	2 777	31 800	3 808	39 978	4 774	51 986	6 189
Tibau	16 665	4 543	19 095	5 024	20 503	5 212	24 221	5 956
RN	13 515 095	4 626	15 580 455	5 260	17 869 516	5 950	20 556 655	6 754
Nordeste	217 037 426	4 355	247 042 512	4 899	280 545 055	5 499	311 174 975	6 029

Fonte: IBGE, 2009.

As principais atividades econômicas desenvolvidas no Polo Costa Branca são o extrativismo mineral, na forma de exploração de petróleo, gás natural e sal marinho, bem como a fruticultura irrigada.

Assú tem como suas principais fontes de renda a exploração petrolífera, a fruticultura e a pesca, destacando-se na economia potiguar como uma das cidades mais importantes do estado.

Já o município de Areia Branca é rico em petróleo, sal e pescado. Tem como base de sustentação econômica o extrativismo mineral, o sal e a prospecção petrolífera. A pesca da lagosta também se destaca, assim como a do camarão e do peixe. O município é um dos maiores produtores de petróleo em terra e está entre os primeiros colocados em arrecadação de *royalties*. Aqui se encontra o Terminal Salineiro de Areia Branca, mais conhecido como Porto Ilha, distante cerca de 14 km da costa. A construção do porto resultou da necessidade de suprir a demanda de sal marinho no mercado interno brasileiro.

Caiçara do Norte tem como principal atividade econômica a pesca do peixe voador.

A atividade econômica de Carnaubais baseia-se na agroindústria de exportação frutas tropicais, empregando nesta mão de obra para produção de tomate e banana.

Tem-se também a indústria do extrativismo vegetal da carnaúba, na qual se emprega mão de obra para o corte da palha, produção do pó, fabricação e exportação da cera de carnaúba e fabricação de vassouras e artesanato de palha.

O município de Galinhos sustenta-se no pescado de peixes-galos e de voadores, na facilidade em produzir salinas naturais, onde o sal é bastante farto, e também, na cultura de algodão e sisal.

O município de Guamaré é rico em minerais energéticos (petróleo e gás), sal e calcário. Lá, localiza-se o Polo Industrial de Guamaré e foi construído pela PETROBRÁS para beneficiar o óleo e o gás natural oriundos dos campos marítimos de Ubarana e Agulha, e dos campos terrestres de todo o Estado.

Macau também é rico em minerais energéticos: Petróleo e Gás, além do sal marinho, estando à cidade, assim como Areia Branca, rodeada de salinas por todos os lados.

Mossoró destaca-se na economia da fruticultura tropical. A região polarizada pela cidade é reconhecida pelo Ministério da Agricultura, desde 1990, como Área Livre da "Mosca da Fruta". Essa condição facilita a entrada dos produtos em mercados consumidores mais exigentes, como a Comunidade Européia, Estados Unidos e Japão. O destaque fica com o melão. O Rio Grande do Norte é responsável por 90% da produção brasileira da fruta que é exportada. O setor também é um dos grandes geradores de emprego em Mossoró e região.

A área polarizada por Mossoró inclui os municípios de Baraúna, Apodi, Governador Dix-Sept Rosado, Tibau, Grossos, Areia Branca e Caraúbas. As duas maiores empresas que exploram a fruticultura irrigada, desde a produção até a exportação, são a *Nolen* e a *Del Monte*, mas há um número considerável de médias e pequenas empresas.

Além da fruticultura irrigada, move a economia mossoroense exploração do petróleo e do sal marinho, estando presente na cidade um grande contingente de empresas prestadoras de serviços da estatal Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás, das empresas salineiras e das empresas do setor agroindustrial.

Em relação a Pendências, as principais atividades econômicas desenvolvidas são a pesca, a extração vegetal e o cultivo de pequenas lavouras. Serra do Mel foi um município projetado no modelo das agrovilas, e tem como principal característica a cultura do caju, o beneficiamento da castanha e a apicultura.

A atividade turística, a ser explicitada no item sobre a oferta, desenvolve-se de maneira variada em alguns pontos do território, podendo-se inferir que a tipologia de turismo mais característica do Polo Costa Branca é o de negócios. Além de Mossoró, que por sua característica econômica, possui grande vocação para essa tipologia, as demais localidades que exploram o sal marinho e o petróleo recebem vários visitantes com intenções comerciais.

Em outra vertente, pode-se falar em turismo de eventos, de cunho cultural, tendo-se Mossoró como o principal expoente. Ainda tendo um evento como catalisador da demanda de turistas, tem-se o carnaval como fator atrator de turistas para Areia Branca e Macau.

O turismo pedagógico se desenvolve nas regiões salineiras, principalmente Macau, Areia Branca e Galinhos, bem como em Apodi, no Lajedo de Soledade.

Tibau é marcado especialmente por um turismo de segunda residência, que faz a cidade até duplicar a sua população no período de veraneio, em função da vinda de muitas famílias de mossoroenses para a cidade.

Galinhos talvez seja um dos poucos municípios em que o turismo de lazer se mostra de forma mais clara, existindo um forte apelo da rusticidade local e do contato com a natureza, que confere a essa destinação um certo tom de aventura.

Nos demais municípios, o turismo se desenvolve de forma incipiente e esporádica, não se constituindo numa força econômica municipal.

Em virtude disso, percebe-se que o turismo faz e influencia de alguma maneira a economia desses municípios, mas ainda não é a atividade econômica mais importante, especialmente em se considerando que este ainda não é um Polo turístico consolidado. Na maior parte dos municípios, o turismo surge como um complemento às demais atividades econômicas (turismo de negócios).

3.1.7.2. Dinâmica Populacional

As análises dos dados populacionais basearam-se nos levantamentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, através do Censo Demográfico de 2000, da Contagem Populacional de 2007, da Síntese de Indicadores Sociais de 2008, e ainda, das projeções intercensitárias de 2006, 2008 e 2009. Outras fontes das informações utilizadas foram: o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde - DATASUS. Os dados foram apresentados, quando possível e/ou necessário, em amplitude municipal, estadual, regional e nacional. Alguns desses dados fazem parte do Anexo II

O Polo Costa Branca apresenta atualmente, segundo as estimativas intercensitárias divulgadas pelo IBGE em 2009, uma população de aproximadamente 478.245 habitantes, correspondendo a 15,2 % da população total norterio-grandense. A maior parte deste contingente populacional reside nos centros urbanos (situação de domicílio urbano), característica esta que acompanha tanto o Rio Grande do Norte quanto o Brasil, tendo por base a contagem populacional de 2007 e o Censo Demográfico de 2000, este movimento populacional migratório consolidou-se nas duas últimas décadas.

A tabela seguinte apresenta a população projetada dos 17 municípios do Polo Costa Branca para o ano de 2009. Destacam-se como municípios mais populosos: Mossoró com 244.287 habitantes, o que representa 51,1% da população do Polo e Assú que com seus 53.279 habitantes abrange cerca de 11,1% da população. Os municípios menos populosos são: Galinhos e São Bento do Norte com 2.272 (0,5 %) e 3.659 (0,8 %), respectivamente.

TABELA 03. População Total Projetada dos Municípios pertencentes ao Polo Costa Branca, 2009.

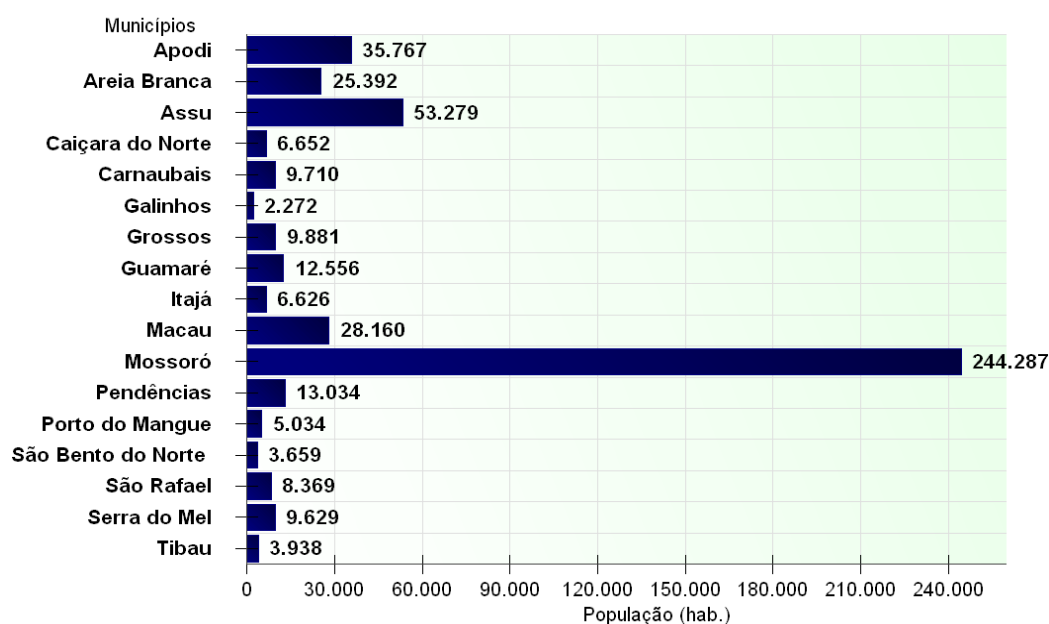
Municípios	População	% em Relação ao Polo
Apodi	35.767	7,5
Areia Branca	25.392	5,3
Assú	53.279	11,1
Caiçara do Norte	6.652	1,4
Carnaubais	9.710	2,0
Galinhos	2.272	0,5
Grossos	9.881	2,1
Guamaré	12.556	2,6
Itajá	6.626	1,4
Macau	28.160	5,9
Mossoró	244.287	51,1
Pendências	13.034	2,7
Porto do Mangue	5.034	1,1
São Bento do Norte	3.659	0,8

CONT. TABELA 03. População Total Projetada dos Municípios pertencentes ao Polo Costa Branca, 2009.

Municípios	População	% em Relação ao Polo
São Rafael	8.369	1,7
Serra do Mel	9.629	2,0
Tibau	3.938	0,8
Polo Costa Branca	478.245	100,0

Fonte: Projeções intercensitárias 2009, IBGE

FIGURA 36. População Total Estimada dos Municípios pertencentes ao Polo Costa Branca, 2009.



Fonte: Projeções intercensitárias 2009, IBGE.

Entre o Censo Demográfico de 2000 e a Contagem Populacional de 2007, a população do Costa Branca apresentou um crescimento relativo de 9,0%, passando de 421.075 habitantes para 459.127 habitantes. Pode-se destacar o município de Guamaré como o que mais cresceu em termos populacionais, com 44%, passando de 8.149 habitantes para 11.737 habitantes. O município de São Rafael foi o que apresentou maior decréscimo populacional, apresentando decréscimo relativo de 1,0 %, passando de 8.201 habitantes para 8.116 habitantes. De uma forma geral, o Polo Costa Branca cresceu em ritmo pouco maior do que o estado do RN e do Brasil, que tiveram crescimento relativo de 8,5 % e 8,3 % respectivamente.

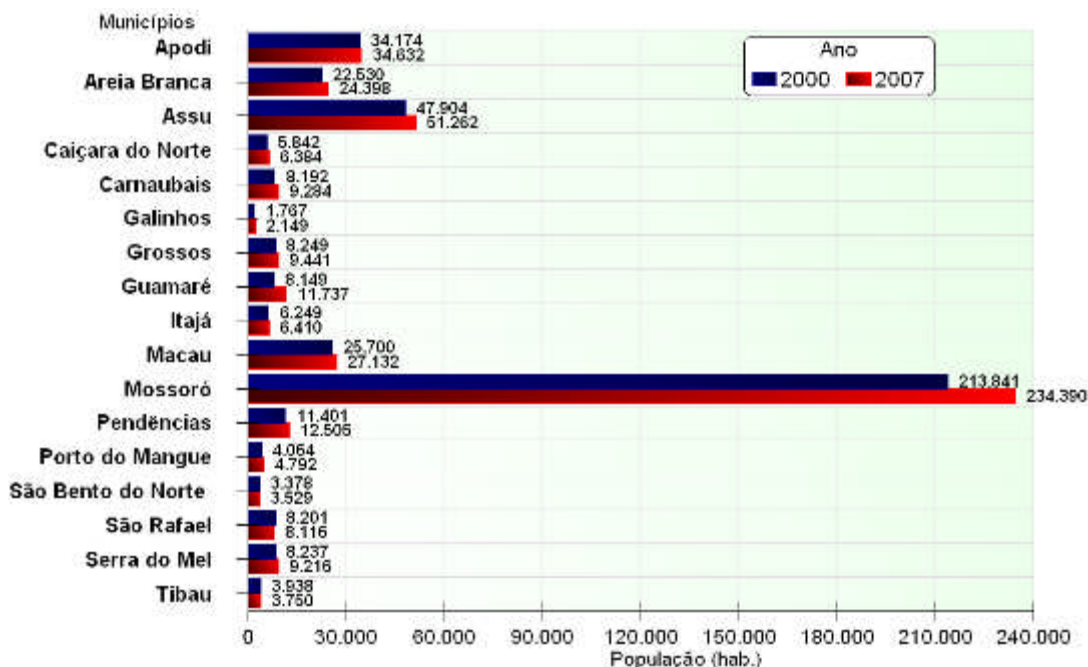
Na tabela abaixo é possível visualizar a evolução da população, em termos absolutos, nos anos de 2000 e 2007.

TABELA 04. População Total e Crescimento Populacional (%) dos Municípios pertencentes ao Polo Costa Branca, 2000 e 2007.

Municípios	População		Crescimento 2000-2007
	2000	2007	
Apodi	34.174	34.632	1,3%
Areia Branca	22.530	24.398	8,3%
Assú	47.904	51.262	7,0%
Caiçara do Norte	5.842	6.384	9,3%
Carnaubais	8.192	9.284	13,3%
Galinhos	1.767	2.149	21,6%
Grossos	8.249	9.441	14,5%
Guamaré	8.149	11.737	44,0%
Itajá	6.249	6.410	2,6%
Macau	25.700	27.132	5,6%
Mossoró	213.841	234.390	9,6%
Pendências	11.401	12.505	9,7%
Porto do Mangue	4.064	4.792	17,9%
São Bento do Norte	3.378	3.529	4,5%
São Rafael	8.201	8.116	-1,0%
Serra do Mel	8.237	9.216	11,9%
Tibau	3.197	3.750	17,3%
Polo Costa Branca	421.075	459.127	9,0%
RN	2.777.509	3.013.740	8,5%
Brasil	169.872.856	183.987.291	8,3%

Fonte: Censo Demográfico 2000 e Contagem Populacional 2007, IBGE;
 Estimativas do crescimento populacional: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

FIGURA 37. População Total dos Municípios pertencentes ao Polo Costa Branca, 2000 e 2007.



Fonte: Censo Demográfico 2000 e Contagem Populacional 2007, IBGE;
 Estimativas do crescimento populacional: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Considerando-se a população total de acordo com a situação de domicílio (urbana ou rural), verifica-se uma predominância populacional na área urbana: em torno de 73,2 % em 2000 e 77,0% em 2007, com um acréscimo percentual de 3,7 denotando uma alta taxa de urbanização, acompanhando a tendência do estado, com taxas de urbanização de 73,2% (2000) e 77,9% (2007) e um acréscimo de 3,8% no período. Por outro lado, esta é uma tendência inversa a nacional, com taxas de urbanização de 81,2% (2000) e 73,6% (2007), decrescendo 7,6%. Dentre os municípios com as maiores taxas de urbanização em 2007, destacam-se Caiçara do Norte (99,0 %) e Mossoró (91,4 %), e como os municípios com as menores taxas: São Bento do Norte (31,1 %) e Serra do Mel (19,3 %). Aqui é oportuno ressaltar que cabe a gestão municipal designar no seu território as áreas urbanas e rurais, divisão que é levada em conta no período da realização do censo demográfico do IBGE.

Por outro lado, ao ser observado o acréscimo entre 2000 e 2007, os municípios que mais aumentaram sua taxa de urbanização foram: Carnaubais (90,5 %) e São Bento do Norte (13,7 %), enquanto que aqueles que apresentaram maior decréscimo foram: Serra do Mel (80,6%) e Guamaré (18,4%), o que denota uma concentração da atividade econômica no setor primário. Cabe salientar, as atualizações territoriais e caracterização urbano-rural ocorridas em alguns municípios entre o Censo Demográfico de 2000 e a Contagem Populacional de 2007.

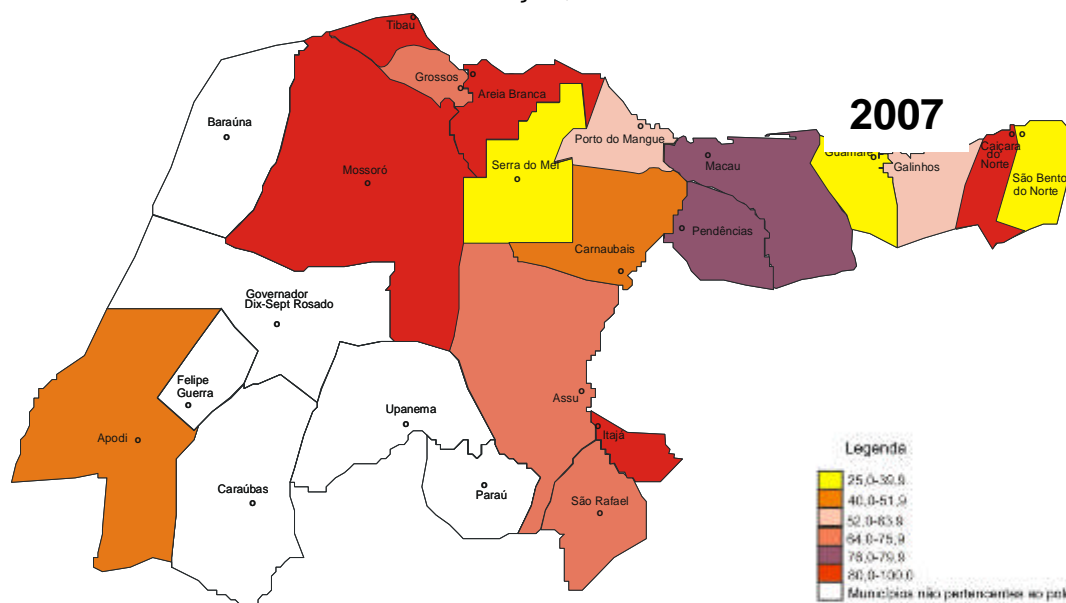
TABELA 05. População por Situação de Domicílio e Taxa de Urbanização (%) dos Municípios pertencentes ao Polo Costa Branca, 2000 e 2007.

Municípios	2000			2007		
	Urbana	Rural	Taxa de urbanização	Urbana	Rural	Taxa de urbanização
Apodi	16.353	17.821	47,9%	16.827	17.805	48,6%
Areia Branca	17.861	4.669	79,3%	19.531	4.867	80,1%
Assú	34.645	13.259	72,3%	38.273	12.989	74,7%
Caiçara do Norte	5.537	305	94,8%	6.318	66	99,0%
Carnaubais	2.104	6.088	25,7%	4.543	4.741	48,9%
Galinhos	1.001	766	56,6%	1.258	891	58,5%
Grossos	6.275	1.974	76,1%	7.108	2.338	75,2%
Guamaré	3.599	4.550	44,2%	4.232	7.505	36,1%
Itajá	5.128	1.121	82,1%	5.386	1.024	84,0%
Macau	18.612	7.088	72,4%	20.989	6.143	77,4%
Mossoró	199.081	14.760	93,1%	214.238	20.152	91,4%
Pendências	8.944	2.457	78,4%	9.848	2.657	78,8%
Porto do Mangue	2.285	1.779	56,2%	2.818	1.974	58,8%
São Bento do Norte	925	2.453	27,4%	1.099	2.430	31,1%
São Rafael	5.384	2.817	65,7%	5.369	2.747	66,2%
Serra do Mel	8.203	34	99,6%	1.780	7.436	19,3%
Tibau	2.688	509	84,1%	3.368	382	89,8%
Polo Costa Branca	338.625	82.450	80,4%	362.985	96.147	79,1%
RN	2.033.775	743.733	73,2%	2.319.217	694.523	77,0%
Brasil	137.925.238	31.947.618	81,2%	80.015.885	28.749.152	73,6%

Fonte: Censo Demográfico 2000 e Contagem Populacional 2007, IBGE;
 Estimativas taxas de urbanização Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Na figura abaixo, observa-se a evolução da urbanização em 2000 para 2007 nos municípios do Polo, verificando-se uma concentração das maiores taxas no centro geográfico, o que caracteriza uma concentração no setor de atividade econômica secundário e terciário.

FIGURA 38. Classificação dos municípios do Polo Costa Branca segundo a Taxa de Urbanização, 2000 e 2007.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

Nos municípios do Polo verifica-se uma predominância da população jovem (até os 19 anos), porém com tendências ao envelhecimento. Tendo por base dados de 2000 em que o percentual da população de 0 a 34 anos era de 67,7%, este diminuiu para 63,0% em 2007, enquanto que a população idosa (acima de 65 anos) passou de 6,0% para 6,6%. Observando as pirâmides etárias do Polo (Anexo II), tem-se um estreitamento moderado (uma diferença de 5,9%) de 2000 para 2007 na base (até 19 anos), um alargamento do corpo (20 aos 59 anos) e no topo (acima dos 60 anos), denotando um aumento na expectativa de vida.

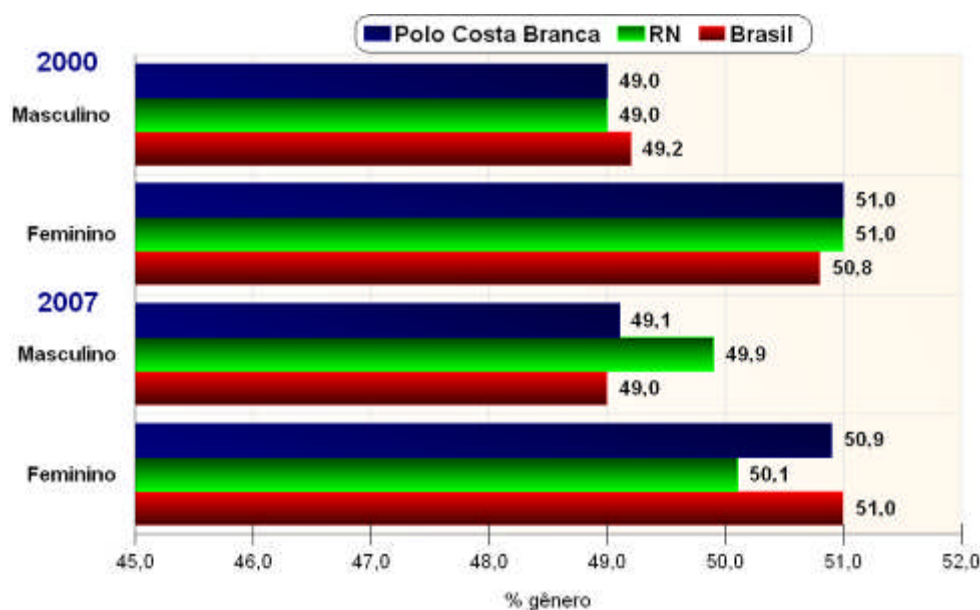
Os dados a seguir apresentam a evolução populacional dos municípios pertencentes ao Polo Costa Branca, distribuídas por gênero. E ainda, um comparativo entre os percentuais relativos entre o Polo em questão, o Rio Grande do Norte e o Brasil. De uma forma geral o Polo Costa Branca apresenta uma sensível predominância feminina entre os gêneros (homens são 49,1% e mulheres, 50,9%, em 2007), discordando da tendência estadual que apresenta um equilíbrio de gênero (49,9% de homens e 50,1% de mulheres), e acompanhando a tendência nacional (49,0% são homens e 51,0% são mulheres) para o mesmo período.

TABELA 06. População Total segundo o Gênero 2000 e 2007 - Polo Costa Branca

Municípios	2000		2007	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Apodi	17.154	17.020	17.289	17.138
Areia Branca	11.067	11.463	11.940	12.445
Assú	23.579	24.325	25.230	25.890
Caiçara do Norte	2.995	2.847	3.199	2.975
Carnaubais	4.065	4.127	4.527	4.469
Galinhos	930	837	1.097	1.042
Grossos	4.120	4.129	4.623	4.546
Guamaré	4.105	4.044	5.786	5.727
Itajá	3.155	3.094	3.249	3.106
Macau	12.594	13.106	13.176	13.735
Mossoró	102.823	111.018	111.983	120.202
Pendências	5.685	5.716	6.111	6.087
Porto do Mangue	2.106	1.958	2.508	2.259
São Bento do Norte	1.781	1.597	1.764	1.711
São Rafael	4.128	4.073	4.137	3.978
Serra do Mel	4.341	3.896	4.788	4.403
Tibau	1.630	1.567	1.828	1.761
Polo Costa Branca (Abs.)	206.258	214.817	223.235	231.474
Polo Costa Branca (%)	49,0	51,0	49,1	50,9
RN (%)	49,0	51,0	49,9	50,1
Brasil (%)	49,2	50,8	49,0	51,0

Fonte: Censo Demográfico 2000
 Contagem Populacional de 2007, IBGE

FIGURA 39. Comparativo por Gênero (%) entre o Polo Costa Branca, RN e o Brasil 2000 e 2007.



Fonte: Censo Demográfico 2000
 Contagem Populacional 2007, IBGE;

3.1.7.3. IDH-M, Expectativa de Vida e Taxa de Mortalidade

O IDH é um indicador de condições de vida populacional com objetivo de medir o grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida oferecida à população. Este índice é calculado com base em dados econômicos e sociais. O IDH vai de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Quanto mais próximo de 1, mais desenvolvido é o espaço demográfico. No cálculo do IDH são computados os seguintes fatores: educação (taxas de alfabetização e escolarização), longevidade (expectativa de vida da população) e renda (PIB per capita). De acordo com seus valores sua classificação será: De 0 a 0,499 - IDH baixo (espaços demográficos subdesenvolvidos). De 0,500 a 0,799 - IDH médio (espaços demográficos em processo de desenvolvimento). De 0,800 a 1 - IDH elevado (geralmente espaços demográficos em rápido processo de crescimento econômico - emergentes).

A tabela abaixo apresenta a evolução do IDH-M dos municípios integrantes do Polo Costa Branca, dos anos de 1991 a 2000. Percebe-se que houve crescimento em todos os IDH municipais, significando uma melhoria na qualidade de vida das populações locais. Os municípios que registram melhor IDH em 2000 são Mossoró (0,735) e Areia Branca (0,710), classificados, como de IDH médio, ou seja, espaços de médio desenvolvimento. O município com menor IDH é Porto do Mangue (0,598), vindo em seguida Galinhos (0,612).

QUADRO 16. Índice de Desenvolvimento Humano – IDH

Municípios	1991	2000
Apodi	0,544	0,654
Areia Branca	0,606	0,710
Assú	0,563	0,677
Caiçara do Norte	0,520	0,631
Carnaubais	0,531	0,651
Galinhos	0,504	0,612
Grossos	0,550	0,683
Guamaré	0,520	0,646
Itajá	0,501	0,635
Macau	0,610	0,690
Mossoró	0,635	0,735
Pendências	0,379	0,631
Porto do Mangue	-	0,598
São Bento do Norte	0,334	0,643
São Rafael	0,399	0,638
Serra do Mel	0,391	0,619
Tibau	-	0,678

Fonte: PNUD, 2009.

Confrontando-se os dados do IDH (Quadro16) com os do PIB (Tabela 02), percebe-se que não necessariamente municípios com maiores ganhos econômicos possuem a melhor realidade social, visto que Guamaré e Porto do Mangue são os municípios com melhor PIB do Polo Costa Branca, situação que não se repetiu no IDH.

O envelhecimento da população, antes estudado através da análise das pirâmides etárias, ocorre basicamente em função de dois aspectos: a diminuição da natalidade e o aumento da expectativa de vida. Cabe salientar também, uma taxa de mortalidade relativamente baixa. A tabela seguinte apresenta a expectativa de vida ao nascer, apresentando o número de anos que se espera que viva um recém-nascido que, ao longo de sua vida esteja exposto às taxas de mortalidade observadas na população ao momento do nascimento do mesmo (IBGE, 2006), dos municípios componentes do Polo no Censo Demográfico de 2000.

Em relação à longevidade destacam-se os municípios de Grossos (70,39 anos) e Mossoró (69,32 anos), apresentando uma expectativa de vida de mais de 69 anos, valor maior do que o apresentado pelo Rio Grande do Norte (aproximadamente 67 anos), da região Nordeste (aproximadamente 66 anos) e do Brasil (aproximadamente 68 anos). Os municípios com menores longevidades são; Pendências (aproximadamente 62 anos) e Serra do Mel (aproximadamente 63 anos).

TABELA 07. Expectativa de Vida ao Nascer dos Municípios do Polo Costa Branca, RN e Brasil - 2000.

Municípios	Expectativa de Vida (anos)
Apodi	68,05
Areia Branca	67,91
Assú	65,66
Caiçara do Norte	65,48
Carnaubais	66,51
Galinhos	66,31
Grossos	70,39
Guamaré	65,48
Itajá	63,83
Macau	67,65
Mossoró	69,32
Pendências	61,52
Porto do Mangue	63,83
São Bento do Norte	65,57
São Rafael	65,89
Serra do Mel	62,83
Tibau	67,91
RN	66,98
Nordeste	65,80
Brasil	68,60

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. IPEA / FJP / PNUD.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – 2000.

TABULAÇÕES ESPECIAIS: IBAM. Banco de Dados Municipais (IBAMCO)

A taxa de mortalidade ou coeficiente de mortalidade é um dado demográfico do número de óbitos geralmente para cada mil habitantes em uma dada região em um período de tempo. É calculada tomando-se a razão entre o número de óbitos dos residentes e a quantidade da população total residente multiplicando-se por 1000.

Na tabela seguinte, observa-se a mortalidade absoluta e a taxa de mortalidade por mil habitantes em cada município pertencente ao Polo Costa Branca. Dentre os municípios, o que apresenta maior taxa de mortalidade com 6,3% por mil habitantes é Caiçara do Norte; já os com menores índices de mortalidade com 2,0% por mil habitantes são Apodi e Porto do Mangue. De uma forma geral nove municípios têm taxa de mortalidade superior à registrada no Polo, que é de 4,3% por mil habitantes.

TABELA 08. Mortalidade geral e Taxa de Mortalidade geral nos Municípios pertencentes ao Polo Costa Branca - 2006

Municípios	Mortalidade geral (óbitos)	Taxa de mortalidade (%) por 1000 habitantes
Apodi	74	2,0
Areia Branca	114	4,9
Assú	173	3,4
Caiçara do Norte	37	6,3
Carnaubais	33	3,8
Galinhos	10	4,7
Grossos	38	4,2
Guamaré	39	4,0
Itajá	19	2,6
Macau	152	6,0
Mossoró	1.051	4,6
Pendências	59	5,1
Porto do Mangue	10	2,0
São Bento do Norte	18	5,1
São Rafael	49	5,8
Serra do Mel	33	3,9
Tibau	18	4,4
Polo Costa Branca	1.927	4,3

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações Sobre a Mortalidade - SIM, 2006.

Nota: Taxas de Mortalidade calculadas utilizando a população total estimada para TCU – IBGE, 2006

Outros índices apresentados, no que concerne à Educação são as taxas de analfabetismo da população do Polo Costa Branca, bem como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, que mede a qualidade da educação por município.

A taxa de analfabetismo é apresentada por município no quadro a seguir, tendo como fonte de referência o último Censo Demográfico de 2000. Naquele ano, a realidade apresentava altas taxas de analfabetismo para todos os municípios do Polo, chegando alguns a quase 40%. Os municípios que apresentaram menor taxa foram Mossoró (16,53%) e Areia Branca (18,86%), dados que ratificam o IDH municipal de ambos como os melhores do Polo Costa Branca. Em contrapartida, as piores taxas foram registradas em Galinhos (39,82%) e Porto do Mangue (39,94%).

QUADRO 17. Taxa de Analfabetismo Polo Costa Branca - 2000

Município	Taxa de Analfabetismo (%)
Apodi	26,58
Areia Branca	18,86
Assú	24,88
Caiçara do Norte	27,13
Carnaubais	29,74
Guamaré	29,83
Galinhos	39,82
Grossos	25,08
Itajá	28,95
Macau	20,97
Mossoró	16,53
Pendências	29,58
Porto do Mangue	39,94
São Bento do Norte	24,08
São Rafael	36,02
Serra do Mel	29,14
Tibau	21,83

Fonte: CENSO/2000 - IBGE.

Organização: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Em geral, o IDEB observado em 2007 dos municípios do Polo Costa Branca atingiu a meta projetada para esse ano, nos anos iniciais e finais, em alguns casos superando-as e atingindo metas maiores. Como é o caso de Serra do Mel, onde foi observada 3,6 nos anos iniciais, meta projetada para o ano de 2011. Alguns municípios, contudo, não conseguiram atingir as metas projetadas para o ano de 2007, ficando aquém do esperado: Areia Branca, Guamaré e Macau foram municípios cujos resultados observados em 2007 para os anos finais foram inferiores às metas projetadas para o mesmo ano. Já Caiçara do Norte e Mossoró, foram observados índices em 2007 para os anos iniciais menores do que os projetados para o mesmo período.

QUADRO 18. Costa Branca: IDEB por Município

Municípios do Polo Costa Branca	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	Anos Iniciais	Anos Finais	Anos Iniciais				Anos Finais			
	2007	2007	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013
Apodi	3,7	3,1	3,5	3,9	4,3	4,6	2,7	2,9	3,1	3,5
Areia Branca	2,9	2,5	3,1	3,5	3,9	4,2	2,8	2,9	3,2	3,6
Assú	2,8	2,2	2,3	2,6	3	3,3	2,2	2,4	2,8	3,2
Caiçara do Norte	2,4	2,1	2,9	3,2	3,7	3,9	-	2,4	2,7	3,2
Carnaubais	3,0	-	2,9	3,2	3,6	3,9	2,1	2,4	2,8	3,3
Galinhos	2,9	2,2	-	3,3	3,7	4,0	-	2,6	3,1	3,6
Grossos	3,0	3,2	2,4	2,7	3,1	3,3	-	3,4	3,7	4,1
Guamaré	3,6	2,4	2,7	3	3,4	3,7	2,5	2,7	2,9	3,3
Itajá	2,7	2,3	2,2	2,5	2,8	3,1	1,9	2,2	2,6	3,1
Macau	2,9	2,8	2,7	3,1	3,5	3,7	3,1	3,2	3,5	3,9
Mossoró	3,1	3,2	3,3	3,6	4,0	4,3	3,2	3,3	3,6	4,0
Pendências	3,1	2,3	2,4	2,7	3,1	3,4	2,4	2,6	2,8	3,3
Porto do Mangue	3,5	3	2,9	3,2	3,6	3,9	2,8	2,9	3,2	3,6
São Bento do Norte	2,6	2,2	-	3,0	3,4	3,7	2,4	2,6	2,9	3,4
São Rafael	2,9	1,4	2,6	2,9	3,3	3,6	2,7	2,9	3,1	3,5
Serra do Mel	3,6	-	2,8	3,2	3,6	3,9	-	-	-	-
Tibau	2,7	2,6	2,6	2,9	3,3	3,6	-	2,7	3	3,4

Fonte: Prova Brasil e Censo Escolar, 2009.

Organização: Start Consultoria, 2009.

Esses resultados permitem inferir que o nível de escolaridade da população vem crescendo, mas ainda é preciso fazer mais investimentos na educação: ampliação do número de vagas nas escolas, maior qualificação para professores, escolas mais bem estruturadas de modo que essa população tenha a base educacional para receber uma qualificação mais específica, seja para o turismo ou para outra área.

Índices de escolaridade baixos representam um problema no momento de se pensar em capacitação e qualificação para o turismo. Maiores níveis de educação permitem um aprendizado mais rápido, maior senso crítico e maior poder de tomada de decisão, traços importantes para atender o desejo de clientes cada vez mais exigentes.

3.1.7.4. Densidade Demográfica

O adensamento populacional dos municípios do Polo Costa Branca é considerado baixo. Com uma densidade demográfica de aproximadamente 46 habitantes por quilometro quadrado, valor acima da densidade demográfica brasileira que é de aproximadamente 22 habitantes por quilômetros quadrados, e abaixo da potiguar que é de aproximadamente 57 habitantes por quilômetros quadrados. Pode-se destacar Mossoró como o de maior densidade demográfica, com aproximadamente 111 habitantes por quilômetros quadrados e Galinhos como o de menor densidade demográfica, apresentando em torno de 06

habitantes por quilômetros quadrados. Em relação à área territorial, tem-se Mossoró (2.110,0 km²) como o de maior área e Grossos (126,0 km²) como o de menor área. O Polo tem área territorial total de 10.054,0 quilômetros quadrados.

TABELA 09. Área Territorial e Densidade Demográfica dos Municípios do Polo Costa Branca - 2007.

Municípios	Área Territorial (km ²)	Densidade Demográfica (hab/km ²)
Apodi	1.603,0	21,60
Areia Branca	358,0	68,15
Assú	1.269,0	40,40
Caiçara do Norte	190,0	33,60
Carnaubais	530,0	17,52
Galinhas	342,0	6,28
Grossos	126,0	74,93
Guamaré	259,0	45,32
Itajá	204,0	31,42
Macau	788,0	34,43
Mossoró	2.110,0	111,09
Pendências	419,0	29,84
Porto do Mangue	319,0	15,02
São Bento do Norte	289,0	12,21
São Rafael	469,0	17,30
Serra do Mel	617,0	14,94
Tibau	162,0	23,15
Polo Costa Branca	10.054,0	45,67
RN	52.796,8	57,08
Brasil	8.514.876,6	21,61

Fonte: Dados Primários: Contagem Populacional 2007, IBGE.

3.1.7.5. Projeção Populacional

As projeções populacionais para o Polo Costa Branca foram calculadas pelo Método AiBi ou dos coeficientes: Proposto em 1959, por Pickard, o denominado “Apportionment Method”, ou projeção da participação no crescimento, consiste em projetar a população baseando-se na contribuição de uma área pequena no crescimento absoluto da população esperada na área maior (Waldvogel, 1997, p. 40). Tomando como base a diferença relativa entre a população dos municípios (área menor) e a do estado (área maior) em dois momentos no passado, calcula-se a participação relativa de cada município no crescimento do estado. Esta proporção calculada é multiplicada pelo crescimento absoluto do estado no período que se deseja projetar, resultando no crescimento esperado para cada município, que somado à população do período base, resultará na população projetada.

Num horizonte de 20 anos, sabe-se que a população crescerá anualmente a ritmo menor a cada ano, como é natural. Em 2029, estima-se que a população no Polo Costa Branca

criará em torno de 0,8 % ao ano, chegando a 590.370 habitantes. Logicamente estas projeções não ponderam as alterações advindas de possíveis movimentos migratórios, em virtude da possibilidade de receber grande aporte de investimentos por parte do poder público e da iniciativa privada, o que poderá acarretar um aumento populacional por conta de migração interna. Porém serve para nortear e referenciar o contingente populacional do polo para tal horizonte.

QUADRO 19. População e Crescimentos Populacionais (%) projetados para Polo Costa Branca - 2009 a 2029.

Ano	População Projetada (hab.)	Crescimento (%) em Relação ao Ano Anterior
2009	478.245	1,0%
2010	487.901	2,0%
2011	493.717	1,2%
2012	499.416	1,2%
2013	505.003	1,1%
2014	510.484	1,1%
2015	515.861	1,1%
2016	521.138	1,0%
2017	526.322	1,0%
2018	531.418	1,0%
2019	536.428	0,9%
2020	541.359	0,9%
2021	552.573	2,1%
2022	557.586	0,9%
2023	562.524	0,9%
2024	567.380	0,9%
2025	572.150	0,8%
2026	576.827	0,8%
2027	581.400	0,8%
2028	585.868	0,8%
2029	590.370	0,8%

Fonte: Dados Primários: Censo demográfico 2000, Contagem Populacional 2007, Projeções populacionais para o Brasil e RN, IBGE.

Nota: As projeções foram feitas utilizando o método AIBI.

O cálculo da projeção populacional para o Polo Costa Branca é importante porque ratifica a necessidade de melhorias e ampliação de todos os serviços básicos dos municípios como saneamento básico, abastecimento de água, energia elétrica, gestão dos resíduos sólidos, dentre outros, uma vez que o aumento populacional acarretará o maior consumo desses serviços.

Da mesma forma, o desenvolvimento do turismo e a chegada de pessoas aos destinos turísticos, seja para apreciação da cultura ou dos atrativos naturais, importará na

necessidade de melhorias nesses serviços, especialmente se vislumbrarmos a existência dos períodos de alta temporada, atualmente, período das festas populares.

3.1.8. Caracterização Ambiental

Este item aborda a situação ambiental da área do Polo Costa Branca, incluindo informações sobre ecossistemas principais, áreas protegidas e unidades de conservação, zoneamento ambiental, capacidade de suporte dos recursos naturais, além da existência de áreas degradadas e suscetíveis a processos de ocupação e deterioração. O Anexo III traz o Glossário de Termos Geoambientais e no Anexo IV o Relatório Fotográfico deste item, respectivamente.

3.1.8.1. Ecossistemas Principais Existentes e Representativos para o Turismo

O Polo Costa Branca é a área mais preservada em termos de ocupação e desenvolvimento turístico. Situado na Zona Oeste e na faixa na faixa do litoral norte do Estado, este Polo é marcado por um significativo contraste: de um lado, a vegetação caatinga, do outro, o mar, dunas multicoloridas, falésias e praias praticamente desertas. Com isso, ainda são encontrados locais pouco explorados com representativos ecossistemas ainda intactos e sítios arqueológicos e paleontológicos. Apresenta-se a seguir, uma breve descrição dos principais ecossistemas que caracterizam a região.

a) Praias e Falésias

No que se refere ao litoral, a região apresenta extensas praias, dunas, manguezais, falésias. Trata-se, sem dúvidas, de um litoral que se destaca pela diversidade peculiar de ambientes, possuindo sítios arqueológicos e condições ideais para a prática de esportes náuticos e corridas de aventura como alternativa ao turismo ecológico. Além de praias, dunas e desertos da caatinga, que abriga uma diversidade de espécies, há também praias inseridas em áreas potenciais para criação de unidade de conservação identificadas nos estudos realizados pelo órgão estadual de meio ambiente, como as praias do Rosado, Ponta do Mel, Cristóvão e Redonda com o objetivo de preservar as falésias, dunas, caatinga e praias ainda virgens.

QUADRO 20. Polo Costa Branca: Principais Praias.

Municípios Litorâneos	Praias
Areia Branca	Praia Redonda, Praia de Baixa Grande, Praia Ponta do Mel, Upanema
Caiçara do Norte	Praia de Caiçara
Galinhos	Praia de Galinhos
Grossos	Praia de Grossos, Pernambuquinho
Guamaré	Praia do Presídio, Praia do Minhoto
Macau	Praia de Camapum
Porto do Mangue	Praia de Pedra Grande, Praia da Costinha
São Bento do Norte	Praia do Farol, Praia do Serafim
Tibau	Praia de Tibau, Praia das Manoelas

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009

No que tange às falésias, assim como ocorre no restante do litoral potiguar, as do Polo Costa Branca vêm sofrendo com a ocupação irregular, contribuindo para o desgaste e erosão dessas formações. Portanto, é necessário que sejam tomadas medidas para melhor conservação desses elementos e fiscalização, seja por meio de planos de proteção ou projetos específicos.

b) Dunas e Lagoas

As dunas⁹ se constituem em ambientes frágeis quanto ao equilíbrio ecológico, sendo de grande importância para a recarga das águas subterrâneas e alimentação de rios, riachos e lagoas costeiras. A rala cobertura vegetal é responsável pela estabilização das areias e amenização do clima, contribuindo, ainda, para o desenvolvimento de uma fauna típica, valorizando a paisagem local.

Outro aspecto que é bastante atrativo é a existência de lagoas interdunares. Essas lagoas surgem devido ao afloramento do lençol freático que tem sua carga constantemente reabastecida, na época chuvosa, sendo favorecidas pelo tipo de sedimentos existentes, no sentido de que, sendo constituído basicamente de areia (grãos de quartzo em sua maioria) é um solo bastante poroso e que assim facilita a infiltração de água. Quando há uma saturação dos espaços preenchidos, essa água emerge até a superfície, geralmente formando belas paisagens, proporcionando amenidades climáticas, servindo de habitat para diversas espécies e oferecendo ainda a oportunidade de práticas de esporte e lazer para o homem.

c) Caatinga

A Caatinga vem sofrendo fortes impactos ao longo do tempo, dentre os quais: superexploração dos solos, os desmatamentos que geram processos erosivos, assoreamentos de corpos aquáticos e perda da diversidade biológica, contaminação das águas pelo uso indiscriminado de agrotóxicos, salinização dos solos, que associadas à pressão antrópica sobre os recursos naturais, têm contribuído para os processos de desertificação.

A área de caatinga também foi historicamente ocupada pelas atividades da carcinicultura, salinas e, principalmente, pelo petróleo em alguns municípios do Polo.

d) Manguezais

Os manguezais são ecossistemas que se desenvolvem na foz dos rios, faixas de transição entre o ambiente marinho e o terrestre, nos lugares onde os rios deságuam no mar, comumente em forma de delta, no Polo Costa Branca. São habitados por espécies vegetais típicas de ambientes alagados, resistentes à alta salinidade da água e do solo.

Sabe-se, também, que com a destruição dos manguezais intensifica-se o assoreamento na costa e reduz, cada vez mais, quantitativa e qualitativamente, os elementos faunísticos desse ecossistema frágil (produtividade pesqueira), interferindo também a navegabilidade nesses locais.

⁹ Ver Fotografia 02 do Anexo I.

3.1.8.2. Áreas Protegidas

a) Unidades de Conservação

São encontradas, no Polo Costa Branca, unidades de conservação ambiental de uso direto tal como a **Reserva de Desenvolvimento Sustentável Ponta do Tubarão, a qual abrange Guamaré e Macau**, criada pela Lei estadual nº 8.349 de 17 de julho 2003 e de uso indireto. Tem-se ainda a Floresta Nacional Assú (FLONA), criada através da Portaria Federal nº 245 de 18/07/2001. Também está em processo de criação a **APA Dunas do Rosado**.

As **Dunas do Rosado** se constituem em um dos principais atrativos da região litorânea a partir de Ponta do Mel, em Areia Branca, com presença de falésias, até chegar ao Rio das Conchas, que passa por dentro da cidade de Porto do Mangue. Grande parte desses atributos naturais estará protegido pela Área de Proteção Ambiental (APA) das Dunas do Rosado, quando da sua criação, visando garantir a manutenção do ecossistema marinho, da vegetação local, e as dunas deixando a natureza do lugar livre das ameaças representadas pela exploração indevida. A formalização da APA requer também a criação e aprovação de um Plano de Manejo que defina as melhores formas de utilização e aproveitamento da área, definindo-se aí, entre outros, o modo de aproveitamento turístico.

A **Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão**, localizada no município de Macau¹⁰, com 12.946,03 ha de área, foi criada pela Lei estadual nº 8.349, de julho de 2003, com o objetivo de preservação de recursos naturais e sustentabilidade da população tradicional, onde serão permitidas pesquisas científicas, a pesca, e outras atividades econômicas mediante a utilização de práticas de acordo com disposto no Zoneamento Ambiental e no Plano de Manejo, ainda em criação.

A preservação dessas áreas é fundamental para o desenvolvimento do turismo, uma vez que as belezas naturais são o argumento de toda a região da Costa Branca, para buscar a realização de projetos de interesse comum para desenvolver a atividade turística.

Além das Unidades de Conservação, algumas outras áreas do Polo Costa Branca são protegidas (SEMARH, 2000).

- **Áreas de Reserva Florestal em Assentamentos (Área de conservação):**
 - Baixa da Quixabeira (453,9 ha) no município de São Bento do Norte;
 - Aurora da Serra (72,4 ha), Lagoa do Clementino (50,6 ha) e Soledade (216,2 ha), município de Apodi;
 - Praia de Ponta do Mel (340,3 ha) e Serra Vermelha (551,8 ha), município de Areia Branca;
 - Favela (570,0 ha), Hipólito (927,0 ha) e Lagoa Xavier (249,0 ha) no município de Mossoró;
 - Olho d'Água do Mato (439,6 ha) e Palheiros (2.229 ha), município de Assú;
 - Santo Antônio (220,2 ha) e Serrote/Serra Branca (1.486,6 ha), município de São Rafael.
- **Sítios Naturais merecedores de maior atenção pela atratividade turística:**
 - Lajedo de Soledade - município de Apodi;
 - Gruta dos Pingos - formação arenítica no município de Assú.
- **Áreas Potenciais para Criação de Unidades de Conservação.**

¹⁰ Ver Fotografia 03 do Anexo I.

Em 2003, o Programa de Conservação e Recuperação Ambiental foi criado pelo Instituto de Defesa do Meio Ambiente (IDEMA) para pôr em prática a implementação das Unidades de Conservação estaduais. O Programa prevê a criação de 14 novas Unidades até 2011, chegando a 22 Unidades de Conservação – UCs, estaduais. De acordo com o IDEMA (2008), pela primeira vez a criação de novas unidades está prevista no orçamento do Estado até 2011.

Como áreas com potencial para serem transformados em Unidades de Conservação no campo de abrangência do Polo tem-se a Chapada do Apodi, Lajedo de Soledade, e o Médio Assú (IDEMA, 2008).

O Sítio de Lajedo de Soledade, quanto ao aspecto arqueológico, é o maior representante da região, localizado no município de Apodi, onde podem ser encontrados registros das primeiras civilizações por meio de pinturas rupestres. Tanto para especialistas, quanto para turistas e aventureiros, o Lajedo de Soledade é uma das maiores atrações arqueológicas do país. Isso se deve a algumas particularidades como o fato de que o local já foi coberto pelo mar a milhões de anos, e dos fósseis de animais pré-históricos que já foram descobertos no local.

A fragilidade dos ecossistemas que caracterizam a região requer medidas visando à criação das Unidades de Conservação como instrumento de proteção e controle do uso, através de seus Planos de Manejo e Zoneamentos ambientais. O grande desafio da conservação da biodiversidade e o seu uso sustentável é a implementação dos meios de gestão ou manejo que garantam a continuidade dos recursos naturais. No caso da exploração turística, é importante que seja realizada de forma planejada, para tornar-se inclusive um importante instrumento nas ações de preservação e educação ambiental.

3.1.8.3. Instrumentos Reguladores

Alguns municípios do Polo apresentam instrumentos legais que visam auxiliar na proteção dos ecossistemas e no uso racional dos recursos ambientais, como os Planos Diretores e os Códigos de Meio Ambiente, apresentados no capítulo dedicado à gestão do turismo.

Tem-se ainda, em nível estadual, a Política Estadual do Meio Ambiente, através da Lei complementar nº 272/04, a Política Florestal do Estado (Lei nº 6.679/95), a Política Estadual de Recursos Hídricos (Lei nº 6.908/96), o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro (Lei nº 6.950/96), a resolução CONAMA nº 303/02, que define e limita as Áreas de Preservação Permanente, dentre outros.

Destaca-se ainda, o licenciamento ambiental, importante instrumento de gestão ambiental estabelecido na Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81), que deve ser feito previamente à instalação de qualquer empreendimento ou atividade potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente; possui como uma de suas mais expressivas características a participação social na tomada de decisão, por meio da realização de audiências públicas como parte do processo de execução do licenciamento expressa nas resoluções CONAMA nº 001/86 e nº 237/97.

3.1.8.4. Uso e Ocupação do Solo

A região do Polo tem como maioria das atividades predominantes, a produção de sal marinho, fruticultura irrigada, extração de petróleo e gás natural, pesca artesanal e carcinicultura e se desenvolvem de forma significativa dependendo dos corpos d'água¹¹,

¹¹ Ver Fotografias 04 e 05 do Anexo I.

com exceção das atividades petrolíferas. Outras atividades encontradas na área do Polo são as desenvolvidas na área de vegetação de Caatinga, a exemplo das indústrias ceramistas.

Todas essas atividades exigem a exploração e descaracterização de extensas áreas, dentre as quais se incluem as de potencialidade turística. É, portanto, importante o controle sobre essas atividades, para que não haja uma expansão desordenada da região.

Além disso, é imprescindível, o monitoramento e fiscalização, com vistas a evitar o desencadeamento de maiores impactos negativos. Não somente o órgão estadual de meio ambiente, o Instituto de Defesa do Meio Ambiente – IDEMA deve ser o responsável por isso, mas os municípios precisam criar mecanismos atuantes que integrem o sistema de meio ambiente, adotando inclusive técnicas, ferramentas e equipes informadas, informatizadas e com responsabilidade social e ética.

3.1.8.5. Recursos Hídricos

a) Bacias Hidrográficas

As Bacias Hidrográficas são um dos principais elementos físicos que compõem o patrimônio natural. São também fortes indicadoras do estado da qualidade ambiental, em decorrência das características da vegetação original, grau de desmatamentos e perda da biodiversidade. O Polo Costa Branca abrange as bacias hidrográficas Piranhas/Assú, Faixa Litorânea Norte de Escoamento Difuso e a Apodi/Mossoró.

A foz dos rios Piranhas/Assú e Apodi/Mossoró, apesar de sofrerem com a degradação proporcionada pelas atividades humanas, apresentam potencial turístico devido sua importância no suporte de diversos ecossistemas. O turismo se apropria de alguns espaços, especialmente das suas margens, para utilização como balneários realização de passeios de barcos que tem como principal objetivo a contemplação da paisagem.

Quanto à faixa de escoamento difuso, ao longo do seu percurso, são formados rios e lagoas de menor representatividade, as quais são exploradas como área de lazer para o turismo e outras atividades.

Observação importante para o turismo deve ser feita quanto às águas termais existentes no município de Mossoró, apesar de não se tratar da bacia hidrográfica, mas ser pertencente aos recursos hídricos hidrogeológicos acaba despertando curiosidade devido a temperatura elevada das águas extraídas do aquífero profundo. Sendo explicado o fenômeno justamente porque quando mais profundo o aquífero, mais elevada é a temperatura.

No entanto, apesar do desenvolvimento observado na região, as atividades econômicas desenvolvidas nas proximidades dos corpos d'água e dentro destes vêm acarretando transformações na paisagem dos estuários e deltas. Os mangues, definidos como Área de Preservação Permanente por legislação ambiental nacional, após a implantação das salinas há mais de 50 anos, foram devastados e, hoje, grande parte dessas áreas encontra-se ocupada pelos viveiros de camarão. Consequentemente, a utilização de agrotóxicos nas áreas agricultáveis de fruticultura e o comprometimento do aquífero pelo uso descontrolado da água; a exploração intensiva pela Petrobrás com desmatamento indiscriminado, vazamentos de óleo, deposição de rejeitos sem o menor cuidado ambiental e lançamento de dejetos no Rio Mossoró, vêm contaminando vastas áreas e degradando o ambiente fluvial, lacustre e marinho.

Outra preocupação que pode afetar não só as atividades que ocorrem, historicamente, como o turismo diretamente, refere-se à qualidade das águas potáveis, que são exploradas significativamente através de poços na área litorânea. As mesmas vêm passando por processos de contaminação devido à falta de saneamento, e de salinização, resultado das características naturais do material geológico da região e das atividades salineiras desenvolvidas nas fozes dos rios.

b) Balneabilidade

A balneabilidade das praias vem sendo monitorada através do projeto “Estudo de Balneabilidade das Praias do Estado do Rio Grande do Norte”, inserido no Programa Estadual “Água Viva”, executados conjuntamente pelo IDEMA (Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte), FUNCERN (Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do Rio Grande do Norte) e IFRN (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte).

Os municípios que fazem parte do Polo Costa Branca têm suas praias monitoradas através do programa incluindo: Macau (Camapum), Areia Branca (Ponta do Mel e Upanema), Grossos (Pernambuquinho) e Tibau (Manoelas e Tibau).

Considerando os seis pontos de amostragem desses municípios litorâneos, foram registrados índices de balneabilidade excelentes, favorecendo as praias como atrativo turístico. É fundamental que a balneabilidade das águas seja monitorada constantemente, a fim de identificar problemas e rapidamente buscar soluções para correção.

3.1.8.6. Fragilidade e Problemas Ambientais

É evidente a ocorrência, em algumas áreas do Polo, de problemas ambientais relacionados ao uso dos recursos naturais, resultando em degradação, como é o caso de erosão, salinização e desertificação em vários níveis e graus, o que acaba por afetar diretamente a vegetação e os corpos d’água.

Em relação ao litoral, vê-se a necessidade da elaboração de estudos que apontem as principais áreas com risco de erosão costeira no Polo Costa Branca, devendo-se ser replicado também no restante do litoral potiguar (Polo Costa das Dunas), para que identificando as fragilidades, sejam propostas soluções para seu contingenciamento.

Seguindo o mesmo entendimento, as falésias que atualmente sofrem com a ocupação irregular, especialmente em Porto do Mangue, devem ser alvo de estudos e propostas para maior preservação e monitoramento.

Uma das áreas de maior fragilidade ambiental identificada no Polo trata-se do complexo dunar Dunas do Rosado, ambiente natural e de frágil equilíbrio ecológico que pelo processo de ocupação que vem ocorrendo no seu entorno torna área suscetível a invasões e ocupações irregulares, como o acúmulo considerável de resíduos sólidos e concentrações de casas bem próximas à praia comprometendo os principais elementos naturais existentes.

Outras áreas de relevância ambiental para região e para o estado são os manguezais, um ecossistema bastante frágil e responsável pelo equilíbrio fluvio-marinho. No entanto, o que se observa ao longo dos anos é o crescente processo de degradação dessas áreas, gerado pelas atividades socioeconômicas que vem impactando e, conseqüentemente, comprometendo os principais elementos naturais existentes no Polo. Nesse sentido, os órgãos de gestão ambiental em nível estadual e municipal necessitam desenvolver ações para preservação e conservação dos manguezais, sua flora e fauna, sob pena de ver esses ambientes cada vez mais degradados.

Tal comprometimento faz com que as áreas que podem ser aproveitadas turisticamente, sejam prejudicadas, caso não haja a adoção urgente de medidas mais eficazes de controle.

O próprio turismo é uma atividade que deve ocorrer com planejamento e obedecer a regras estabelecidas, além de adotar técnicas e infraestrutura modernas e ecologicamente corretas, destacando-se aquelas traçadas pelo processo de licenciamento ambiental, para que não haja o comprometimento de seus recursos e atrativos, e seja garantida a sustentabilidade.

3.1.8.7. Capacidade Institucional – Gestão Ambiental

No Rio Grande do Norte a gestão ambiental tem a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – SEMARH, como órgão integrante da Administração Direta do Estado, responsável pelo planejamento, elaboração e avaliação da Política Estadual de Meio Ambiente e órgão central do sistema estadual de meio ambiente, nos termos da Lei nº 380, de 26 de dezembro de 2008 e Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte- IDEMA, órgão da administração indireta, vinculado a SEMARH, com atribuições de executar a referida política.

No âmbito da sua competência, cabe a SEMARH presidir o Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONEMA, órgão superior do Sistema Estadual de Meio Ambiente (SISEMA). O Sistema composto por órgãos e Entidades da Administração Pública do Estado e dos municípios constitui a estrutura legal responsável pela proteção e melhoria da qualidade ambiental do Estado e funciona como instrumento articulador da gestão ambiental.

A SEMARH, ainda, exerce as funções de órgão gestor da política de Recursos Hídricos do Estado com a responsabilidade de planejar, coordenar e executar as ações públicas estaduais relativas à oferta e à gestão dos recursos hídricos.

No âmbito da sua competência, a secretaria preside o Conselho Estadual de Recursos Hídricos. No exercício da sua competência tem como princípios:

- A universalização do acesso humano à distribuição da água, como um direito e uma prioridade do cidadão;
- O planejamento, o desenvolvimento e a gestão da utilização dos recursos hídricos do Estado, como vinculados os critérios sociais, econômicos, ambientais e concordantes com o desenvolvimento sustentável;
- A proteção das bacias hidrográficas contra eventos hidrológicos críticos, de origem natural ou de uso inadequado dos seus recursos, como ação efetiva, permanente de responsabilidade de todos os seus usuários.

Na instância municipal, verifica-se que a maior parte dos municípios do Polo Costa Branca dispõe estrutura administrativa para gestão ambiental, conforme apresentado no capítulo sobre gestão do turismo. Essa estrutura governamental é, em parte, resultado da execução do Programa Nacional de Capacitação de Gestores Municipais, promovido pelo Ministério do Meio Ambiente e realizado no Estado sob a Coordenação da Comissão Tripartite do Rio Grande do Norte, com apoio do Governo do Estado, por meio do Programa de Apoio a Gestão Ambiental dos Municípios, cujo objetivo era apoiar o processo de descentralização da gestão ambiental no âmbito do Estado, pelo assessoramento à criação e/ou implantação dos Sistemas Municipais de Meio Ambiente – SISMUMAs, onde a estratégia do Governo/IDEMA foi contemplar os 167 municípios do Estado, contribuindo para o fortalecimento do SISEMA.

No entanto, a capacidade institucional dos municípios (pessoal e equipamentos) que compõem a área do Polo ainda é incipiente, com exceção de Mossoró, devendo-se, então, criar projetos e soluções para o fortalecimento da gestão municipal do meio ambiente.

Além do aparato institucional, no âmbito estadual vem sendo implementado o **Projeto Orla**, desenvolvido em parceria com o governo estadual e governo federal, em articulação com os municípios. Este projeto tem como um dos objetivos: orientar o desenvolvimento das áreas costeiras por meio do planejamento, gerenciamento e manejo da área. É feito com a atuação dos municípios, através da elaboração de um Plano de Gestão Integrada – PGI.

Esse Plano de Gestão Integrada – PGI decorre de um processo participativo, onde as discussões dão-se no âmbito municipal com a participação dos principais atores envolvidos diretamente com a gestão da orla, bem como com todos aqueles interessados no desenvolvimento sustentável do município, mobilizados pela Prefeitura.

O Projeto, portanto, tem suas ações voltadas ao ordenamento dos espaços litorâneos sob domínio da União e na área de abrangência legal da orla, aproximando as políticas ambiental e patrimonial, com ampla articulação, entre as três esferas de governo e a sociedade.

Assim, o Projeto busca responder a uma série de desafios, como reflexo da fragilidade dos ecossistemas da orla, do crescimento do uso e ocupação do solo de forma desordenada e irregular, do aumento dos processos erosivos e de fontes contaminantes, do aumento de empreendimentos de grande porte, ocupando áreas muito grandes e com elevada taxa de ocupação nominal humana.

Além disto, o estabelecimento de critérios para destinação de usos de bens da União, visando o uso adequado de áreas públicas, a existência de espaços estratégicos (como portos, áreas militares) e de recursos naturais protegidos também se configuram em desafios para a gestão integrada da orla.

Areia Branca foi contemplada com esse projeto, assim como outras regiões litorâneas do Polo Costa Branca ainda serão beneficiadas, ou estão em processo de implementação do Projeto, como Galinhos, Macau, Guamaré e Tibau.

Além do Projeto Orla, outro item de relevante importância para o território litorâneo do Polo, que não existe, mas poderia ser implantado, refere-se ao Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro, o qual orienta o processo de ordenamento territorial, necessário para a obtenção das condições de sustentabilidade do desenvolvimento da zona costeira, em consonância com as diretrizes do Zoneamento Ecológico-Econômico do território nacional, como mecanismo de apoio às ações de monitoramento, licenciamento, fiscalização e gestão, aliada a um Sistema de Monitoramento Ambiental da Zona Costeira, composta por uma estrutura operacional de coleta contínua de dados e informações, para o acompanhamento da dinâmica de uso e ocupação da zona costeira e avaliação das metas de qualidade socioambiental, como definido no Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (Decreto 5.300/2004).



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

PARTE 2. SITUAÇÃO DO TURISMO NO POLO COSTA BRANCA

3.2. Oferta Turística No Polo Costa Branca

Para o Ministério do Turismo, a **oferta turística** é o conjunto de atrativos turísticos, serviços e equipamentos e toda infraestrutura de apoio ao turismo de um determinado destino turístico, utilizados em atividades designadas turísticas.

Ela engloba todos os elementos com valor para o turismo que o Polo em estudo tem a oferecer aos seus visitantes atuais e potenciais. Portanto, é representada pelo conjunto de atrativos turísticos, assim como bens e serviços que motivam ou com potencial de motivar as pessoas a visitarem especificamente uma localidade, região ou país. No planejamento turístico, a oferta turística é bastante ampla, sendo árduo o trabalho de estudá-la por completo. Por isso, neste estudo, optou-se por dividi-la em dois blocos: **atrativos turísticos e equipamentos e serviços turísticos**.

A coleta de dados aconteceu de duas formas: indireta, por meio de levantamento de estudos e dados na Secretaria do Estado de Turismo – SETUR, Secretarias de Turismo Municipais, Guia Quatro Rodas, dentre outros; e de forma direta, através da visita *in loco* ao Polo Turístico, onde se pode conhecer a oferta de atrativos turísticos, bem como avaliar uma amostra da oferta de equipamentos e serviços oferecidos.

Um dos instrumentos de coleta direta de dados foi um questionário (Anexo I) encaminhado aos Secretários de Turismo municipais, que deveriam ser preenchidos sobre vários aspectos do município: atrativos turísticos, equipamentos e serviços turísticos, gestão do turismo, entre outros, que deveriam ser preenchidos e reenviados à Consultoria. Esse instrumento, ao mesmo tempo em que subsidiou informações quantitativas sobre a oferta turística do Polo, também forneceu indícios da fragilidade institucional das Secretarias de Turismo municipais, em função da dificuldade de preenchimento dos questionários.

No tocante às visitas *in loco*, a primeira delas contou com equipe multidisciplinar de turismólogo, arquiteto, engenheiro, sociólogo e geógrafo, em fevereiro de 2009. Já a segunda visita ocorreu em junho do mesmo ano, com o objetivo de avaliar mais especificamente os equipamentos e serviços turísticos. Nas duas visitas a consultoria produziu um relatório fotográfico que consta do Anexo V.

Além disso, o entendimento de que o turismo deve ser discutido e planejado por aqueles que habitam e conhecem a realidade local levou a equipe de consultoria a realizar oficina com o Conselho Regional de Turismo do Polo (13/05/09) em que foi discutida a realidade do turismo no tocante aos aspectos de produto turístico, comercialização, gestão do turismo, gestão ambiental e infraestrutura.

O levantamento consistiu na observação dos atrativos de toda a área de estudo e, a partir da identificação desses elementos, foi descrito respeitando a classificação padronizada definida no plano de trabalho. A classificação dos recursos e atrativos turísticos teve como base conceitual a Metodologia de Inventário da Oferta Turística da EMBRATUR, complementada pelos critérios de classificação do referencial teórico utilizado no planejamento turístico.

3.2.1. Atrativos Turísticos

O primeiro item a ser abordado no estudo da oferta turística do Polo Costa Branca são os atrativos turísticos, ou seja, aqueles elementos naturais e culturais que, por suas características, motivam as viagens das pessoas. Nesse estudo, foram subdivididos em cinco categorias: naturais, histórico-culturais, manifestações e usos tradicionais e populares, realizações técnicas e científicas contemporâneas e eventos programados, conforme conceituação de Deborah Cordeiro.

- **Naturais:** Compreendem os elementos da natureza que, ao serem utilizados para fins turísticos, passam a atrair fluxos turísticos (montanhas, rios, praias, cavernas, cachoeiras, clima, flora, fauna). Por essa razão, requerem controle sobre seu uso e capacidade de recepção;
- **Histórico-culturais:** elementos da cultura que, ao serem utilizados para fins turísticos, passam a atrair fluxos turísticos. São os bens e valores culturais de natureza material e imaterial produzidos pelo homem e apropriados pelo turismo, da pré-história à época atual, como testemunhos de uma cultura, representados por suas formas de expressão; modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, os objetos, os documentos, as edificações e demais espaços para destinos diversos; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico;
- **Manifestações e usos tradicionais e populares:** são criações culturais de natureza imaterial que, ao serem apropriadas pelo turismo, passam a ser chamadas “atrativos”, como festas, celebrações, rituais, folguedos, jogos, saberes e fazeres e seus produtos, música, dança, práticas culturais coletivas concentradas em determinados espaços, fundadas na tradição e manifestadas por indivíduos ou grupos de indivíduos, como expressão de sua identidade cultural e social;
- **Realizações técnicas e científicas contemporâneas:** são os elementos da natureza ou da cultura que, ao serem utilizados para fins turísticos, passam a atrair fluxos turísticos. Esta categoria engloba exploração de minério, exploração agrícola pastoril, exploração industrial, obras de arte, centros científicos e técnicos, etc.;
- **Acontecimentos programados:** Eventos realizados na localidade e que fazem parte do calendário da cidade há pelo menos três edições. Congressos, convenções, feiras e exposições e realizações desportivas, artísticas, culturais, gastronômicas, sociais e assistenciais, etc. Para que esses atrativos possam ser utilizados pelo turista é necessária a existência de equipamentos e a prestação de alguns serviços. Somente, assim, acontece a atividade turística.

A partir da coleta de dados foi identificado no **Polo Costa Branca um conjunto de 340 elementos turísticos**, a maior parte dos quais, contudo, sem ser efetivamente aproveitada turisticamente. A Tabela abaixo mostra a distribuição dos atrativos turísticos por categoria.

TABELA 10. Polo Costa Branca: Distribuição dos Atrativos Turísticos por Categoria.

Categoria	Atrativos Turísticos	(%)
Naturais	91	26,8
Histórico-culturais	64	18,8
Manifestações e usos populares	108	31,8
Realizações técnicas e científicas contemporâneas	16	4,7
Acontecimentos Programados	61	17,9
Total	340	100

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Pode-se dizer que o fato de muitos dos atrativos ainda não serem apropriados pela atividade turística se deve ao fato de que **a maior parte dos municípios do Polo Costa Branca está**

em um estágio de desenvolvimento turístico bastante incipiente, havendo, assim, pouca infraestrutura específica e capacidade de gestão.

A tabela acima informa que a categoria de maior representatividade são as **Manifestações e usos tradicionais populares (31,8%)**, estando inseridas nesta categoria festas populares, religiosas, comemorações cívicas, gastronomia, artesanato, feiras e mercados. Em seguida, estão os **recursos e atrativos naturais (26,8%)**, que se destacam no Polo pela sua faixa litorânea, dunas, lagos, lagoas, vegetação, enfim, todos os elementos que tem na sua base um recurso da natureza.

Os elementos **histórico-culturais abarcam 18,8%** da oferta de recursos e atrativos turísticos, congregando monumentos arquitetônicos, sítios históricos e arqueológicos. Os **acontecimentos programados** referem-se a eventos que fazem parte do calendário de atividades dos municípios e representam **17,9%** do total de recursos e atrativos do Polo Costa Branca.

Por fim, as **realizações técnicas e científicas contemporâneas** que compreendem usinas e barragens, centros científicos e técnicos, exploração industrial, agrícola e pastoril com **4,7% da oferta**.

3.2.1.1. Atrativos Turísticos Naturais

O conjunto de atrativos naturais do Polo Costa Branca é formado por suas praias, rios, lagoas, lagos, dunas, águas termais etc., sendo objeto de análise desse estudo apenas aqueles de maior relevância. Abaixo, apresenta-se um Quadro com os principais atrativos naturais do Polo Costa Branca por município.

QUADRO 21. Principais Atrativos Naturais por Município

Município	Atrativos Naturais
Apodi	Lagoa de Apodi
	Gruta do Roncador
Assú	Delta do Rio Assú
	Lagoa do Piató
	Baobás centenários
Areia Branca	Praias
	Falésias
	Dunas
	Mangues
Caiçara do Norte	Dunas
	Praias
	Lagos
Galinhos	Mangues
	Lagoas Interdunares
	Mangue
	Dunas
	Praias
Grossos	Alagamar
	Mangues
	Praias
Guamaré	Dunas de Mangue Seco
	Praias

Macau	Dunas
	Mangues
	Praias
	Ponta do Tubarão
Mossoró	Águas Termais
Porto do Mangue	Dunas do Rosado
	Praias
	Deserto do Alagamar
	Rio das Conchas
São Rafael	Lagea Formosa
Tibau	Morros de Areia Colorida
	Praias
	Pedra do Chapéu

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

O Polo Costa Branca apresenta um litoral com 170 km de extensão aproximadamente, ainda bastante rústico e inexplorado, do ponto de vista turístico, contando, de acordo com o livro Praias Potiguares (2005), com 29 praias.

QUADRO 22. Principais Praias do Polo Costa Branca.

Município	Mapeamento das Praias
Areia Branca	Upanema, Baixa Grande, de São José, Morro Pintado, Redonda, São Cristóvão, Ponta do Mel, do Pontal
Caiçara do Norte	Do Farol
Galinhos	Galinhos, Galos, do Capim, do Farol
Grossos	Alagamar, Pernambucoquinho
Guamaré	do Minhoto
Macau	Barreiras, Camapum, Diogo Lopes, Soledade, Ponta do Tubarão
Porto do Mangue	Costinha, Pedra Grande
São Bento do Norte	Do Cerafim, do Farol
Tibau	Do Ceará, Emanoelas, Gado Bravo, do Meio

Fonte: Praias Potiguares, 2005; Pesquisa *in loco*, 2009.

Organização: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

A faixa litorânea do Costa Branca é caracterizada por ser ainda bastante rústica, pouco adensada, ideal para turistas que procuram destinos mais preservados e tranquilos, onde a atividade turística é ainda incipiente, mas com abundantes recursos para desenvolver um turismo de caráter natural, com maior contato com a natureza e com a comunidade.

Assim, pode-se dizer que a maior parte das praias não possui fluxos turísticos frequentes, sendo mais procuradas por moradores da comunidade e do próprio estado do Rio Grande do Norte.

No estágio em que se encontram, as praias do Polo Costa Branca são ideais para o desenvolvimento do ecoturismo, visto que os turistas desse segmento têm como destinos principais ambientes preservados. Dessa forma, para que as belezas litorâneas se mantenham preservadas e não sejam dizimadas pela visitação descontrolada, ocupações irregulares, poluição etc., faz-se necessário a elaboração de planos e projetos para ocupação e gestão turística do litoral do Costa Branca, que possam definir os limites de utilização sustentável de cada praia, as atividades que podem ser desenvolvidas em cada

trecho do litoral, quais as infraestruturas necessárias que harmonizem melhorias para o turismo e preservação ambiental, entre outras.

Algumas praias, porém, já recebem fluxos de estrangeiros frequentes como é o caso de **Galinhos**. Uma das pousadas do município tem uma parceria com uma agência de turismo de aventura de Fortaleza que opera com o mercado francês: oferecem passeios Fortaleza-Natal, com parada de 01 dia em Galinhos. Além desses, recebem grupos de turistas vindos por operadoras e agências de Natal como CVC, Mar Azul, *LUCK* e Lizandro Turismo.

Ainda assim, Galinhos mantém aquele aspecto de vilarejo rústico “perdido da civilização”, em grande parte por sua condição geográfica, que não permite a chegada na ilha de carros, a não ser aqueles com tração nas quatro rodas, uma vez que o acesso se dá apenas por balsa ou pelo litoral. Por esse motivo, o deslocamento na ilha é feito apenas por charretes. Um dos grandes entraves, contudo, é a qualidade da água da cidade (salobra). Os meios de hospedagem, por exemplo, oferecem garrações de água mineral para que seus hóspedes possam se banhar. Além das praias, existem também lagoas, como a do Capim, que podem ser visitadas e que compõem sua oferta de sol e praia do município.

FIGURA 40. Chegando em Galinhos



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

FIGURA 41. Galinhos



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

A Praia de **Ponta do Mel**, em Areia Branca, destaca-se por sua beleza selvagem e por apresentar aspectos de serra, sertão e mar. As dunas brancas misturam-se às falésias vermelhas, fenômeno que origina dunas de coloração rosada, como as de Redonda e as do Rosado (Porto do Mangue). Os cactos e a vegetação da caatinga chegam à praia, caracterizando o “encontro do mar com o sertão”.

Tibau, por sua forte característica de praia de veraneio e ser limítrofe com o estado do Ceará, recebe fluxos de turistas potiguares e cearenses nos períodos de alta estação. A cidade tende a ficar com vários prédios fechados ao longo do ano, que reabrem nos feriados e veraneio. Um dos grandes diferenciais de Tibau são os seus morros de areia colorida que, por muito tempo, foram retirados para a fabricação das conhecidas garrafinhas de areia colorida, situação que prejudicou bastante a integridade dos morros. Atualmente, as areias utilizadas para esse artesanato são coloridas artificialmente.

O município de **Macau** tem na praia de Diogo Lopes o seu grande destaque, que tem aproximadamente 8 km de extensão com dunas ainda inexploradas, reserva de manguezais e belos coqueirais. Possui infraestrutura básica, mas a turística é precária. Está localizada a cerca de 30 km da sede, podendo-se chegar à comunidade por estrada asfaltada.

As praias de Areia Branca, Macau e Guamaré têm seus fluxos intensificados nos períodos de festas populares, como o Carnaval, em virtude da popularidade dos seus carnavais de rua, atraindo turistas de toda a região e do Estado.

Associados à faixa litorânea, pode-se destacar também mangues, lagoas e dunas. As mais famosas dunas do Polo Costa Branca são as do **Rosado**, localizadas no município de Porto do Mangue. A coloração rosácea das dunas originou seu nome, também sendo ponto de parada dos roteiros *off road* entre Natal e Fortaleza, com pernoite na praia de Ponta do Mel, em Areia Branca. Hoje, não existe muito controle da visitação de turistas, sendo imperioso a elaboração de um plano de manejo para que se definam as formas de utilização dessa área.

FIGURA 42. Porto do Mangue - Dunas do Rosado



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

FIGURA 43. Porto do Mangue - Dunas do Rosado



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Percebe-se, pelas fotos acima (e também em anexo) que o litoral do Polo Costa Branca possui uma paisagem bastante singular, com características do sertão nordestino que difere, por exemplo, do litoral do Polo Costa das Dunas.

É oportuno, portanto, que as intervenções humanas sejam mínimas, apenas as necessárias para estruturar o produto turístico que vier a ser desenvolvido, com a finalidade de que essa região do Estado possa atrair nichos de turismo distintos do Polo Costa das Dunas, caracterizada por um modelo massivo. Nesse pensamento de conservação e preservação dos recursos naturais litorâneos, até os acessos que porventura sejam estruturados devem ser planejados a partir de uma nova visão, de acessos mais sustentáveis, como os idealizados para as estradas-parque, por exemplo, ou de caminhos turísticos. O conceito de estrada-parque desenvolvido no Estado do Rio de Janeiro¹² a definiu como “via automotiva que, inserida no todo ou em parte em unidade de conservação da natureza, possua características que compatibilizem sua utilização com a preservação dos ecossistemas locais, a valorização da paisagem e dos valores culturais e, ainda, que fomentem a educação ambiental, o turismo consciente, o lazer e o desenvolvimento socioeconômico da região onde está inserida.”

Vislumbra-se então, que essa concepção possa ser utilizada no Polo Costa Branca, adaptando à realidade local, de modo que, pelo menos no que tange à área litorânea, exista essa ideologia inerente de conservação e preservação ambiental.

Dessa forma, faz-se necessário a realização de planejamento voltado para o desenvolvimento do ecoturismo na região, podendo-se utilizar como primeiro passo a

¹² DECRETO nº 40.979, de 15 de outubro de 2007.

elaboração de um plano de ecoturismo e, de maneira concomitante, estudos de viabilidade técnica de estruturação de rotas ou caminhos turísticos verdes nesse litoral que oportunizem locais de parada e contemplação da paisagem e maior contato do turista com a cultural local.

Noutro ponto, vale destacar que as águas do Polo Costa Branca também são aptas à navegação, sendo possível desenvolver o segmento de turismo náutico. Atualmente, não existe qualquer infraestrutura específica ou planos que normatizem e gerenciem essa atividade. Por isso, para que o turismo náutico possa ser aproveitado, é necessária a realização de estudos que identifiquem os melhores locais para a construção de ancoradouros, trapiches, marinas etc. Da mesma forma, esse plano de turismo náutico pode definir a forma de gestão e administração desses espaços, a adoção de selos de qualidade etc.

Atualmente, os barcos ou balsas são usados principalmente como forma de transpor os rios, levando pessoas e automóveis de um para outro município. São elas: balsa Grossos-Areia Branca e balsa continente-Galinhos, permitindo aos passageiros apreciar as belezas dos mangues e das aves na travessia. A balsa Grossos-Areia Branca permite a travessia de pessoas e automóveis, enquanto em Galinhos as embarcações transportam apenas pessoas. Em ambos os casos, há horários regulares para a saída das embarcações.

E isso é tudo que existe, até em função da inexistência de fluxos de turistas regulares. O crescimento desses fluxos irá criar uma demanda e, dessa forma, a oportunidade para a estruturação de passeios litorâneos, em embarcações mais modernas e seguras, para atender aos anseios dos turistas – seja no próprio município, em passeios no mangue ou nos rios, ou num roteiro integrado entre os municípios litorâneos do Polo, com paradas estratégicas em terra.

FIGURA 44. Balsa Areia Branca-Grossos



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

FIGURA 45. Balsa para Galinhos



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

FIGURA 46. Mangue e Pássaros na travessia Areia Branca-Grossos



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Os municípios de Caiçara do Norte e São Bento do Norte compartilham um pequeno litoral, caracterizado por sua enseada. Existem algumas barracas rústicas que dão suporte aos visitantes e um farol (foto abaixo) que marca a paisagem do litoral. Os fluxos se limitam aos da própria comunidade, inexistindo um turismo consolidado.

FIGURA 47. Caiçara do Norte



Fonte: Prefeitura Municipal de Caiçara do Norte.

FIGURA 48. São Bento do Norte



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Saindo um pouco do litoral, tem-se como destaque entre os atrativos naturais as **águas termais** de Mossoró, aproveitadas exclusivamente pelo Hotel Thermas e Resort, composto por piscinas de águas termais de várias temperaturas, piscinas normais e outros equipamentos recreacionais e esportivos como parque aquático, quadra de esportes, etc.

Entre as lagoas sertanejas, pode-se mencionar a Lagoa do Piató, em Assú, que já conta com um terminal turístico e recebe fluxos de visitantes das comunidades vizinhas especialmente nos finais de semana.

A região onde se encontra a **Lagea Formosa**, em São Rafael, constitui-se num diferencial ao sol e praia do Polo Costa Branca. A grande formação rochosa em granito é ideal para a prática de trilhas e esportes de aventura como *trekking*, rapel, parapente, etc.

FIGURA 49. Pedra do Chapéu em Tibau



Fonte: Site do Polo Costa Branca¹³, 2009.

FIGURA 50. Lagoa do Piató (Assú)



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

A região onde se encontra a **Lagea Formosa**, em São Rafael, constitui-se num diferencial ao sol e praia do Polo Costa Branca. A grande formação rochosa em granito é ideal para a prática de trilhas e esportes de aventura como trekking, rapel, parapente etc.

Em Apodi existe ainda a **gruta do Roncador**, com 480 metros de extensão, que no site da Sociedade Brasileira de Espeleologia consta como a maior do Rio Grande do Norte. Sua visitação é indicada mais para os espeleologistas, que são cientistas ou mesmo aventureiros que pesquisam e exploram cavernas.

3.2.1.2. Atrativos Turísticos Histórico-Culturais

O Polo Costa Branca apresenta uma cultura bastante variada. Apesar do patrimônio histórico-cultural físico, na forma de prédios e monumentos, não ser tão rico e imponente como em outras localidades do Estado e do Brasil, o conjunto de elementos, como já apresentado na primeira parte desse diagnóstico, é bastante significativo.

¹³ Site hoje se encontra desativado.

QUADRO 23. Atrativos Turísticos Histórico-Culturais

Município	Mapeamento dos Atrativos Histórico-Culturais
Apodi	Lajedo de Soledade
Areia Branca	Prédio da Rua Joca Soares
Assú	Casario histórico
Caçara do Norte	Farol de Santo Alberto
Carnaubais	-
Galinhos	Farol de Galinhos
Grossos	Moinho Holandês
Guamaré	-
Itajá	-
Macau	Moinho de Vento
	Museu José Elviro
	Museu Carnavalesco Colo Santana
	Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição
Mossoró	Museu Municipal Lauro da Escócia
	Museu do Petróleo
	Memorial da Resistência
	Estação das Artes Eliseu Ventania
	Palácio da Resistência
	Catedral de Santa Luzia
	Igreja de São Vicente
Teatro Municipal Dix-Huit Rosado	
Pendências	-
Porto do Mangue	-
São Bento do Norte	Farol de Santo Alberto
São Rafael	-
Serra do Mel	-
Tibau	-

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009

Entre os principais elementos pode-se destacar o **Lajedo de Soledade**, em Apodi. Esse sítio arqueológico abrange cerca de 1 km² de dimensão incrustado numa formação rochosa calcária do período paleolítico, com idade geológica estimada em 90 milhões de anos. Essa formação rochosa sofreu a erosão da água das chuvas, abrindo um mini-cânion com cavernas e fendas onde estão gravadas as pinturas rupestres, representando figuras de espécies que seriam araras, papagaios, garças, lagartos e formas geométricas, cuja idade pode variar de 3.000 a 10.000 anos.

FIGURA 51. Lajedo de Soledade



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

FIGURA 52. Lajedo de Soledade



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

FIGURA 53. Painel das Mãos



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

FIGURA 54. Painel das Araras



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

É certamente o sítio arqueológico mais conhecido do Rio Grande do Norte, salvo da destruição pela Petrobrás, que fez os primeiros investimentos para a preservação e utilização sustentável desse atrativo. É um atrativo turístico muito visitado por escolas, fazendo parte da rota do turismo pedagógico do Estado. Segundo informações da Secretaria de Turismo Municipal, o Lajedo de Soledade recebeu uma média de 12.000 pessoas no ano de 2009.

A infraestrutura de visitação do Lajedo consiste apenas em escadas que possibilitam aos turistas descenderem aos cânions onde estão as pinturas rupestres, além da estrutura do Museu do Lajedo. Não existem maiores estruturas que preservem os sítios ou que sinalizem as rotas (além de flechas indicativas no chão), sendo necessário, portanto, que esta estrutura seja ampliada – seja por meio de um trabalho de interpretação turística, da melhoria dos acessos aos sítios ou outros recomendáveis.

Além da visita aos sítios arqueológicos, o turista pode visitar também o Museu do Lajedo, no qual existe uma exposição de material coletado e conta a história da arqueologia naquela região. O ingresso custa R\$ 2,00. O estado de conservação do Museu, contudo, deixa a desejar, estando com a estrutura velha, paredes descascando, falta de iluminação etc.

Assim, seria interessante que as ações para melhoria do sítio incluíssem também o Museu do Lajedo, recuperando as instalações existentes, além de modernizá-la com equipamentos eletrônicos multimídia interativos, salas para projeção de filmes educativos sobre o passado arqueológico da região, educação ambiental e demais ferramentas consideradas viáveis ao projeto.

Existe também uma loja de souvenirs com produtos do Lajedo de Soledade, produzidos pela própria comunidade como camisetas, canetas, canecas, chaveiros etc.

FIGURA 55. Museu do Lajedo



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

FIGURA 56. Museu do Lajedo



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Em **Assú**, existe um casario histórico encravado no centro da cidade que foi tombado pelo Patrimônio Histórico-Cultural. Contudo, seu estado de conservação é precário, comprometendo o valor arquitetônico e turístico. Na região, esse casario é referência, devendo, portanto, ser preservado. Ratificando a veia cultural da cidade, é conhecida ainda como Terra dos Poetas, por ter sido berço de grandes nomes da literatura potiguar.

Dessa forma, sob pena de se perder esse importante legado cultural do Rio Grande do Norte, além de ponto de interesse histórico e turístico no Polo Costa Branca, é necessário que sejam tomadas medidas para proteção, recuperação e conservação do patrimônio-histórico, podendo-se proceder à elaboração de projetos para valorização da cultura e de utilização desses espaços para atividades culturais e turísticas.

FIGURA 57. Areia Branca



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

FIGURA 58. Assú



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

O patrimônio de **Mossoró** está em boa parte ligado à história de resistência da cidade. É relatado que em 1927, Lampião invadiu a cidade, mas foi vencido e expulso; enquanto um dos mais importantes cangaceiros de seu bando: Jararaca foi capturado e, posteriormente, morto, estando, hoje, enterrado no Cemitério de Mossoró. Este fato fez do túmulo de Jararaca ser um dos mais visitados no dia de finados.

Dentre os pontos de destaque estão: a Igreja de São Vicente – que até hoje conserva os buracos de bala deixados naquele dia, o Palácio da Resistência (atual sede da prefeitura e casa do prefeito à época), a Estação das Artes (antiga estação de trens), o Museu Lauro da Escócia, que serviu de trincheiras no momento da batalha, assim como o Memorial da Resistência: lugar que conta a história do cangaço, bem como a trajetória de Lampião em Mossoró. O Memorial da Resistência mostra, a partir de fotos, painéis e textos, com entrada franca, o contexto histórico do cangaço, a invasão do bando de Lampião e a resistência da cidade, apontando os fatos mais marcantes.

Durante os festejos de São João, é apresentado anualmente o espetáculo “Chuva de Bala no País de Mossoró” que teatraliza, no átrio da Igreja São Vicente, esse importante momento para a história de Mossoró, sendo uma das atrações de maior destaque no evento.

FIGURA 59. Memorial da Resistência



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

FIGURA 60. Igreja de São Vicente



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

A cidade de Mossoró está bastante ligada à cultura, sendo inclusive conhecida como a “Capital Cultural do Rio Grande do Norte”, diante do grande investimento em eventos de caráter cultural. Nesse sentido, é imprescindível que a gestão de turismo e de cultura do município continue a investir na valorização do patrimônio e história locais, a fim de fortalecer esse grande apelo cultural que a cidade detém.

Vê-se que iniciativas como museus temáticos e espetáculos de teatro são meios válidos e viáveis para valorização da cultura, fortalecimento da identidade cultural e além do mais, da criação de produtos com interesse para turistas e comunidade. Assim, são idéias que podem ser replicadas em outros municípios do Polo Costa Branca, sendo imprescindível a formação de parcerias entre gestores públicos e a sociedade civil na elaboração de projetos, preparação de pessoal e captação de recursos para executar essas ações.

3.2.1.3. Manifestações e Usos Populares e Tradicionais

As manifestações e usos populares e tradicionais englobam festas tradicionais, religiosas e toda forma de expressão artística e cultural, sendo bastante representativas em todo o Polo.

QUADRO 24. Manifestações e Usos Populares e Tradicionais por Município

Município	Mapeamento das Manifestações e Usos Populares
Apodi	Carnaval
Areia Branca	Festa de N. Sra. dos Navegantes Carnaval
Assú	São João Quadrilhas Juninas
Carnaubais	Carnaval
Caiçara do Norte	Carnaval
Galinhos	Carnaval
Grossos	Carnaval
Guamaré	Carnaval
Macau	Festa de N. Sra. dos Navegantes Carnaval
Mossoró	Mossoró Cidade Junina Chuva de Bala no País de Mossoró Auto da Liberdade Festa de Santa Luzia Oratório de Santa Luzia
Pendências	Carnaval
São Bento do Norte	Carnaval
São Rafael	Carnaval
Tibau	Carnaval

Fonte: Prefeituras Municipais, 2009.
 Organização: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Um dos grandes motivadores das viagens para o Polo Costa Branca são as suas festas populares, como o Carnaval, os Festejos Juninos e as Festas Religiosas. No hall de elementos identificados como atrativos turísticos, o Carnaval é o elemento comum a quase todos os municípios. Estes atraem fluxos incipientes de turistas, com exceção dos carnavais de Areia Branca e Macau, conhecidos como um dos maiores e mais badalados do Rio Grande do Norte. Outros carnavais que merecem destaque é o de Tibau e Apodi.

Em relação ao Carnaval de Macau, o município oferece como diferencial a Balsa do frevo, Escolas de Samba, Blocos carnavalescos, Blocos dos Ursos entre outros. Atrai aproximadamente 25 e 30 mil pessoas por dia, sendo realizado no Largo da Folia, de acordo com a Secretaria Municipal de Turismo.

Os festejos juninos são característicos a todo Nordeste, fazem parte da cultura nordestina. No entanto, municípios que transformaram esse traço da cultura no Polo Costa Branca com vistas a atrair turistas são Assú e Mossoró.

No primeiro caso, trata-se do São João mais antigo do mundo, com mais de 250 anos de tradição. As comemorações do padroeiro da cidade de Assú englobam tanto o religioso quanto o profano, cujos shows com artistas de fama nacional chegam a atrair até 50 mil pessoas na Praça São João.

Mossoró destaca-se no Rio Grande do Norte como um grande Polo Cultural dentre os inúmeros acontecimentos que promove, o “Mossoró Cidade Junina” é certamente o maior. Os festejos juninos contam com uma variedade de atrações: festival de quadrilhas juninas, shows com artistas nacionais e locais, exibição de filmes, feira de artesanato e comidas típicas, apresentações culturais, etc. O espaço utilizado é a Estação das Artes Eliseu Ventania, no centro de Mossoró.

Segundo dados da Prefeitura de Mossoró, o evento ocupa uma área de 48.000 m², com estimativas de público de 1 milhão de visitantes, em 2009. As informações disponíveis no site da Prefeitura davam conta que durante o evento há um incremento de 20% no volume de vendas no comércio.

O espetáculo teatral “Chuva de Bala no País de Mossoró” encena a resistência dos mossoroenses ao bando de Lampião e é um dos principais atrativos do “Mossoró Cidade Junina”. É encenado anualmente no adro da Igreja São Vicente, palco de uma das batalhas entre cangaceiros e mossoroenses.

FIGURA 61. “Chuva de Bala no País de Mossoró”



Fonte: Prefeitura de Mossoró, 2009.

FIGURA 62. “Mossoró Cidade Junina”



Fonte: Prefeitura de Mossoró, 2009.

Como forma de promover o turismo religioso, a festa de Nossa Senhora dos Navegantes, em Areia Branca, chega a reunir, segundo a Secretaria de Turismo, mais de 150 mil pessoas nos dez dias de celebração. A programação religiosa é intensa e conta com novenas e missas, culminando com uma grande procissão marítima e terrestre pelas ruas da cidade. A estrutura montada para abrigar a festa profana é tão grande quanto a do Carnaval, tendo apresentações de grandes nomes da música popular brasileira, eventos culturais, camarotes e dois grandes palcos montados no Largo da Folia.

Tais eventos possuem o poder de atrair visitantes de diversos locais, contribuindo com maior circulação de divisas nos municípios, aumento da taxa de ocupação hoteleira, geração de empregos temporários, etc. No entanto, não há informações precisas sobre a renda gerada ou o número de empregos temporários gerados.

Para que os eventos, tantos os religiosos quanto os profanos, tenham destaque ainda maior e atraiam mais visitantes, é fundamental que a infraestrutura das cidades receptoras esteja compatível com a demanda de pessoas que pretende receber, como saneamento básico, coleta de lixo, abastecimento de água, segurança pública, banheiros públicos, fornecimento de energia elétrica, não esquecendo, da infraestrutura turística de hotéis, pousadas, restaurantes, bares entre outros.

A organização é elemento chave para o sucesso de um evento, sendo essencial uma programação diversificada (crianças, jovens e adultos), de qualidade, que envolva

elementos da cultura para diferenciá-la e torná-la mais atrativa, já que em toda a região diversos eventos semelhantes ocorrem.

Assim, cada município deve trabalhar de forma a desenvolver e/ou fortalecer as características identitárias de seus eventos, sendo importante também se formar parcerias entre os municípios visando à elaboração de um calendário de eventos.

A **gastronomia** também se faz presente nos municípios de Areia Branca, Grossos, Guamaré, Macau, Porto do Mangue, São Bento do Norte e Tibau através dos pratos preparados à base de peixes, crustáceos e frutos do mar. Já nos municípios de Assú, Carnaubais, Mossoró e Pendências identificam-se pratos elaborados a partir de ingredientes regionais como à carne de sol, a galinha caipira e vários pratos a base de milho.

É preciso, contudo, fazer com que esse importante elemento da cultura agregue valor aos produtos e destinos turísticos a serem estruturados no Polo Costa Branca, seja através da melhor estruturação dos equipamentos de alimentação, a elaboração de cardápios com pratos que valorizem as tradições culinárias locais ou, da incorporação da gastronomia como ponto de interesse em outro produto maior, como os eventos culturais, por exemplo.

Um dos itens que mais identificam o Polo Costa Branca em termos de artesanato são as garrafinhas feitas com areias coloridas, comuns em Tibau. Há outros tipos de trabalhos realizados em cerâmica branca, em palhas de coqueiro, palhas de carnaúba, folha de bananeira, labirinto, fibras e quengas de coco, conchas do mar, etc.

Como uma das mais fortes expressões da cultura de qualquer povo, o artesanato também tem grande potencial de agregar valor aos destinos a que se relacionam. Por isso, é fundamental o fortalecimento de parcerias entre associações de artesãos, prefeituras e Governo do Estado visando ao incremento desse setor, como incentivos fiscais, cursos de capacitação, empreendedorismo, construção de espaços para comercialização de produtos entre outros.

É oportuno comentar sobre as manifestações artísticas e folclóricas que, como ocorre em boa parte do Rio Grande do Norte, não tem recebido a devida atenção e investimentos nos municípios, o que, dentre outras coisas, contribui para o seu enfraquecimento. Estas, em se existindo um fluxo turístico constante, são importantes para apresentar ao turista um pouco da cultura local, além de ser um momento de entretenimento.

3.2.1.4. Realizações Técnicas e Científicas Contemporâneas

Esse item trata dos elementos da natureza ou da cultura que, ao serem utilizados para fins turísticos, passam a atrair fluxos turísticos. Esta categoria engloba exploração de minério, exploração agrícola pastoril, exploração industrial, obras de arte, centros científicos e técnicos etc.

QUADRO 25. Realizações Técnicas e Científicas Contemporâneas

Município	Realizações Técnicas e Científicas Contemporâneas
Apodi	Barragem de Santa Cruz
Areia Branca	Porto Ilha
Assú	Fruticultura
Carnaubais	-
Caiçara do Norte	-
Galinhos	Salina Diamante Branco
Grossos	Salinas
Guamaré	-
Itajá	Barragem Armando Ribeiro Gonçalves
Macau	Parque Salineiro da Salinor
Mossoró	Museu do Petróleo
Pendências	-
Porto do Mangue	Atividade petrolífera
São Bento do Norte	-
São Rafael	-
Serra do Mel	Produção e beneficiamento de castanha de cajú

Fonte: Prefeituras Municipais, 2009.

Organização: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

O Polo Costa Branca é assim denominado por ser uma região cuja economia gira em torno da exploração de sal marinho, sendo alguns desses municípios grandes produtores e exportadores de sal.

Vale frisar o papel de destaque das salinas na paisagem do Costa Branca. O nome do Polo advém do branco do sal, sendo o Rio Grande do Norte responsável por 95% de toda a produção no país. Algumas das salinas como as de Areia Branca e Macau são pontos de interesse e visitação turística, especialmente no que se refere ao turismo pedagógico. Mas não são aproveitadas em toda a sua potencialidade, devendo-se pensar em formas de melhor aproveitamento, bem como melhor recepção de turistas nas salinas. A criação de museus, centros interpretativos, roteiros integrados, etc., são idéias a serem aproveitadas para exaltar a importância econômica e a singularidade de tal atrativo.

FIGURA 63. Salinas em Macau



Fonte: Prefeitura Municipal de Macau, 2009.

FIGURA 64. Polo Petroquímico em Guamaré



Fonte: Start Consultoria, 2009.

Destaque também é o Porto Ilha, considerado internacionalmente como um dos melhores projetos de engenharia naval do mundo, atrativo para o turismo pedagógico e científico na região. A região do vale do Assú com a fruticultura é outro ponto de interesse nessa categoria, bem como os cavalos de petróleo que compõem a paisagem em alguns municípios da região.

Dessa forma, verifica-se que as atividades econômicas do Polo Costa Branca também criam oportunidades para aproveitamento turístico. É preciso, contudo, estudar com maior detalhamento esses atrativos (salinas, petróleo, fruticultura) com o objetivo de formatar projetos e captar recursos para dinamização desses espaços: seja em roteiros integrados de turismo pedagógico e científico ou na formatação de produtos independentes, que contem a história do produto, extração, processamento, distribuição, entre outros. No caso das frutas, possibilitando ao turista a degustação da própria fruta ou de produtos feitos a partir delas (doces, compotas, sucos, bolos etc.).

Outro ponto de interesse é também a Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, localizada no município de Itajá, que atraem visitantes, especialmente no período de chuvas, em que ocorre a sangria da barragem. Nesse período, é bastante visitada, juntamente com várias das barragens e açudes que se localizam no Polo Seridó, num roteiro informal chamado de “Caminho das Águas”.

3.2.1.5. Acontecimentos Programados

Os acontecimentos programados são eventos realizados na localidade e que fazem parte do calendário da cidade há pelo menos três edições. Incluem-se nessa categoria: congressos, convenções, feiras e exposições e realizações desportivas, artísticas, culturais, gastronômicas, sociais e assistenciais etc.

Aqueles que podem ser considerados como atrativos turísticos variam: feiras de animais, festivais literários, vaquejadas, carnaval fora de época. Na oferta de eventos programados, o município de Mossoró é aquele com a maior concentração de eventos dessa natureza. A cidade, além de um calendário de eventos culturais, também investe em outros eventos mais ligados a negócios e comércio, como a FICRO, a EXPROFUIT, a Festa do Bode e o Festival Aéreo de Mossoró. No quadro abaixo, são apresentados os principais acontecimentos por município.

QUADRO 26. Polo Costa Branca: Acontecimentos Programados

Município	Mapeamento dos Acontecimentos Programados
Apodi	Caprifeira Vaquejada
Areia Branca	-
Assú	Assúfolia
Carnaubais	-
Caiçara do Norte	-
Galinhos	-
Grossos	-
Guamaré	-
Itajá	-
Macau	-
Mossoró	Vaquejada de Porcino <i>Park</i> Vaquejada Porcino <i>Park</i> Circuito Nacional Vaquejada <i>Park</i> Mossoró Mossoró <i>Motoshow</i> Festival Mossoroense de Folclore FICRO – Feira da Indústria e Comercio Feira da Beleza de Mossoró Festival Gastronômico de Mossoró <i>Jeep Fest</i> <i>Expofruit</i> Congresso Nacional de Irrigação e Drenagem FESTUERN – Festival de teatro da UERN Feira do Livro de Mossoró Festa do Bode Festival Aéreo de Mossoró
Pendências	-
Porto do Mangue	-
São Bento do Norte	-
São Rafael	-
Serra do Mel	Festa do Caju
Tibau	-

Fonte: Prefeituras Municipais, 2009.

Organização: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

A *Festa do Bode* é a maior feira de caprinos e ovinos do Nordeste, atraindo compradores e expositores de todo o país. Outros eventos também possuem chamam a atenção nacionalmente como o Festival Aéreo de Mossoró e a Vaquejada Porcino *Park*.

Eventos de alcance regional, ou seja, que atraem público da região Nordeste são a Caprifeira de Apodi, o *Mossoró Moto Show*, o Festival Gastronômico de Mossoró, eventos que recebem turistas de outros estados do Nordeste.

À exceção da *EXPOFRUIT* – Feira Internacional da Fruticultura Irrigada, que tem atraído empresários de todo o mundo, o restante dos eventos elencados tem interesse apenas local, ou seja, restringem-se ao Rio Grande do Norte.

A *EXPOFRUIT* acontece no mês de junho, e tem como público produtores, exportadores, distribuidores, estudiosos entre outros interessados na fruticultura irrigada. A Feira não se restringe aos negócios somente, oferecendo aos seus participantes Seminários Científicos,

Mini-cursos, Clínica de tecnologia entre outros. Segundo o site oficial do evento, a Expofruit 2009 reuniu público de países como França, Itália, Alemanha, Espanha, Holanda, República Tcheca, Bélgica, Noruega, EUA, Rússia, entre outros. A Feira, que vem crescendo aproximadamente 30%, já é a mais representativa no segmento de Fruticultura Tropical Irrigada no Brasil, e gera negócios na ordem de US\$ 18 milhões.

Devido ao grande potencial, especialmente, de Mossoró, por sua posição estratégica entre duas capitais nordestinas (Natal e Fortaleza), é de suma importância fortalecer o turismo de eventos e negócios. Dessa forma, vários hotéis já possuem salões de eventos, assim como está previsto a construção de um centro de convenções em Mossoró para consolidar a cidade como destino de negócios e eventos.

3.2.2. Turismo e Escala

Com base na análise da oferta turística do Polo Costa Branca é possível determinar os principais segmentos de turismo e a escala potencial de atratividade: local (apenas Rio Grande do Norte), regional (Região Nordeste), nacional (Brasil) e internacional (mundo). Essa tabela não é exaustiva, apresentando os principais tipos de turismo e os principais tipos de atrativos associados.

É importante frisar que um estudo mais detalhado e aprofundado deve ser realizado, para identificar as tendências do mercado turístico e o interesse em consumir tais produtos, pois o Polo Costa Branca não possui uma pesquisa onde possam ser avaliadas as oportunidades de mercado para os respectivos produtos que os destinos oferecem. Através dessa pesquisa, seria possível identificar o potencial de cada produto turístico, bem como, o perfil, as necessidades e os desejos dos consumidores, gerando com isso, uma maior satisfação dos mesmos para com o local visitado.

Uma pesquisa de mercado para o Polo Costa Branca traria grandes benefícios para o setor, no sentido de que os pontos prioritários seriam traçados com maior precisão e, conseqüentemente, as estratégias e ações atendidas com uma maior eficiência por já ter passado por um processo criterioso de avaliação.

QUADRO 27. Tipos de Turismo e Escala Potencial.

Tipo de Turismo	Município	Escala Potencial	Principais Atrativos Associados
TURISMO DE NEGÓCIOS	Areia Branca	Regional	Sal
	Guamaré	Nacional	Petróleo
	Macau	Regional	Sal
	Mossoró	Nacional	Sal, petróleo
TURISMO SOL E PRAIA	Tibau	Regional	Praias, Morro de Areias coloridas, Pedra do Chapéu
	Grossos	Local	Praias,
	Areia Branca	Regional	Praias, salinas
	Porto do Mangue	Internacional	Praias, Dunas do Rosado
	Macau	Regional	Praias, salinas
	Guamaré	Local	Praias
	Galinhos	Internacional	Praias, lagoas, salinas
	Caiçara do Norte	Regional	Praias
São Bento do Norte	Regional	Praias	
TURISMO CULTURAL	Assú	Local	Casario histórico, personalidades (poetas)
	Areia Branca	Local	Carnaval
	Macau	Local	Carnaval
	Mossoró	Regional	Mossoró Cidade Junina, Chuva de Bala no País de Mossoró, história, Auto da Liberdade, Memorial da Resistência
TURISMO ARQUEOLÓGICO	Apodi	Nacional	Lajedo de Soledade
TURISMO DE EVENTOS	Assú	Local	São João
	Areia Branca	Local	Carnaval
	Macau	Local	Carnaval
	Mossoró	Regional	Expofruit, FICRO
TURISMO DE AVENTURA	Apodi	Regional	Lajedo de Soledade
	Porto do Mangue	Nacional	Dunas do Rosado
	São Rafael	Regional	Lagea Formosa, Cidade Submersa, mergulho, Serras
TURISMO PEDAGÓGICO	Apodi	Local	Lajedo de Soledade
	Assú	Local	Casario histórico, personalidades (poetas), fruticultura irrigada
	Areia Branca	Local	Parque salineiro
	Macau	Local	Parque salineiro
	Mossoró	Local	História de Lampião, petróleo
	Galinhos	Local	Parque salineiro
Guamaré	Local	Petróleo	

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Como já mencionado, o turismo no Costa Branca ainda está se consolidando, não havendo fluxos regulares de turistas atualmente. Pode-se dizer que o segmento de turismo mais dinâmico hoje é o de **negócios**, em virtude das diversas atividades econômicas que se processam na região como a fruticultura, o sal e o petróleo, tendo Mossoró como o centro principal. Entende-se que este tem potencial de atração nacional e regional.

Em se tratando do **turismo de sol e praia**, a singularidade do litoral e/ou de produtos associados, como no caso das Dunas do Rosado, definiu a escala potencial de atratividade. A maior parte dos atrativos associados é de praias, salinas e também lagoas.

A cultura no Costa Branca é bastante marcante, mas o **turismo cultural** ainda é pouco difundido. Mossoró é a cidade que mais investe em **eventos** culturais, atraindo uma demanda regional de turistas. Assú, além do São João e do patrimônio histórico físico, tem uma tradição de ser berço de poetas – podendo esse traço servir como tematização de roteiros e/ou produtos. Areia Branca e Macau caracterizam-se pela manifestação do Carnaval.

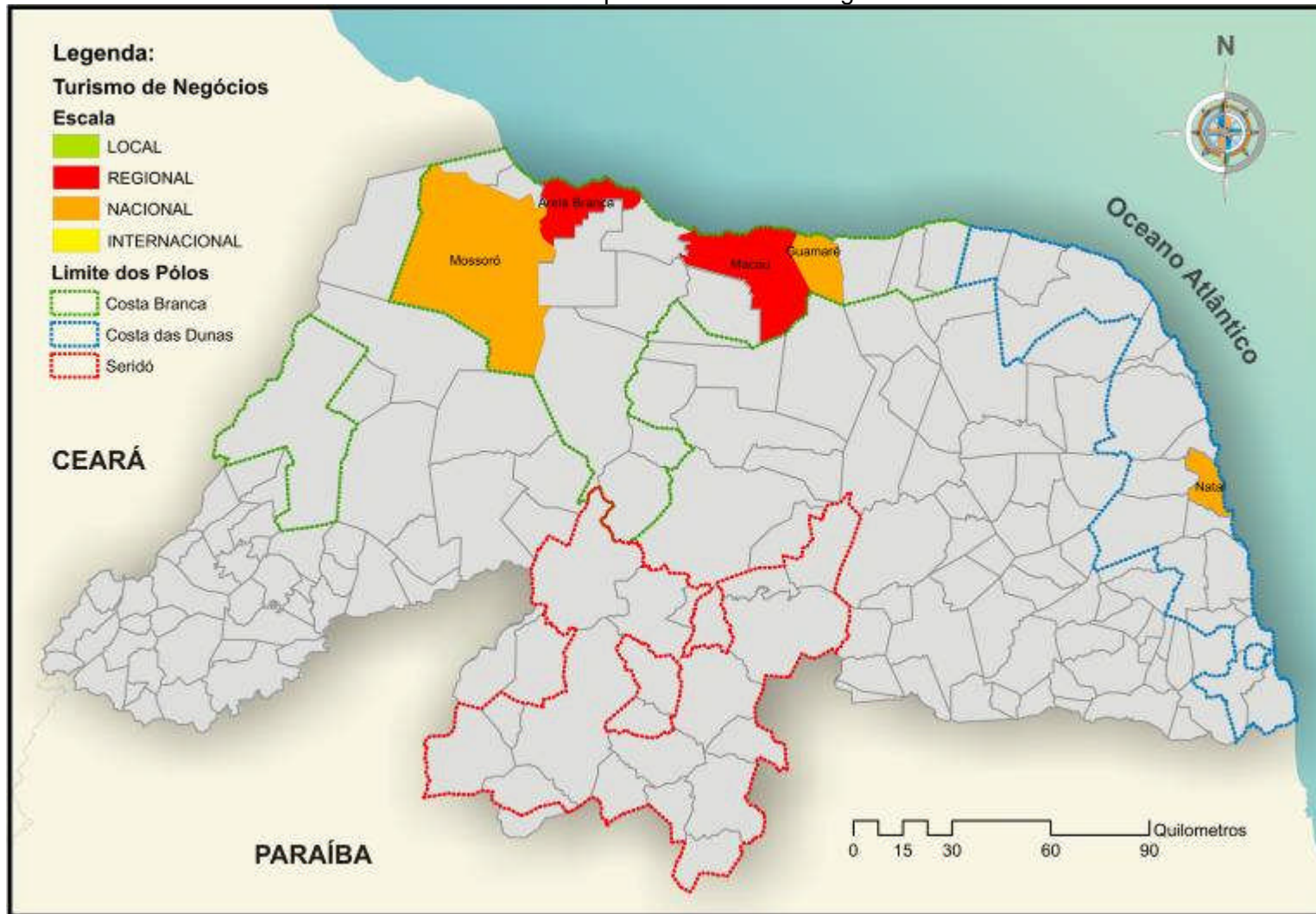
No **turismo de eventos**, como já demonstrado, Mossoró é o principal expoente do Polo Costa Branca. Isso porque como maior cidade do Polo, centraliza as sedes das diversas empresas que atuam na região com a exploração do sal, petróleo, gás, cimento etc., além da infraestrutura turística da cidade. Nesse sentido, pode-se destacar tanto os eventos ligados a negócios como os eventos culturais.

Fazendo parte de um nicho do turismo cultural, o **turismo arqueológico** é o maior potencial de Apodi, na forma do Lajedo de Soledade, um produto já conhecido e comercializado, tanto em roteiros de turismo pedagógico, quanto de turismo arqueológico ou de aventura. Entende-se a potencialidade do sítio, associado ao turismo praticado no Seridó, que também é predominantemente arqueológico, com potencial de atratividade nacional.

Além de Apodi, o **turismo de aventura** tem maior potencial de aproveitamento em Porto do Mangue, em função das Dunas do Rosado, que já fazem parte de roteiros *off road*, e São Rafael: a Lagea Formosa é uma região propícia para a prática de *trekking*, rapel; além da possibilidade de passeios de barco e mergulhos até a cidade que foi submersa para a construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves. O turismo de aventura tem potencial regional para ser explorado.

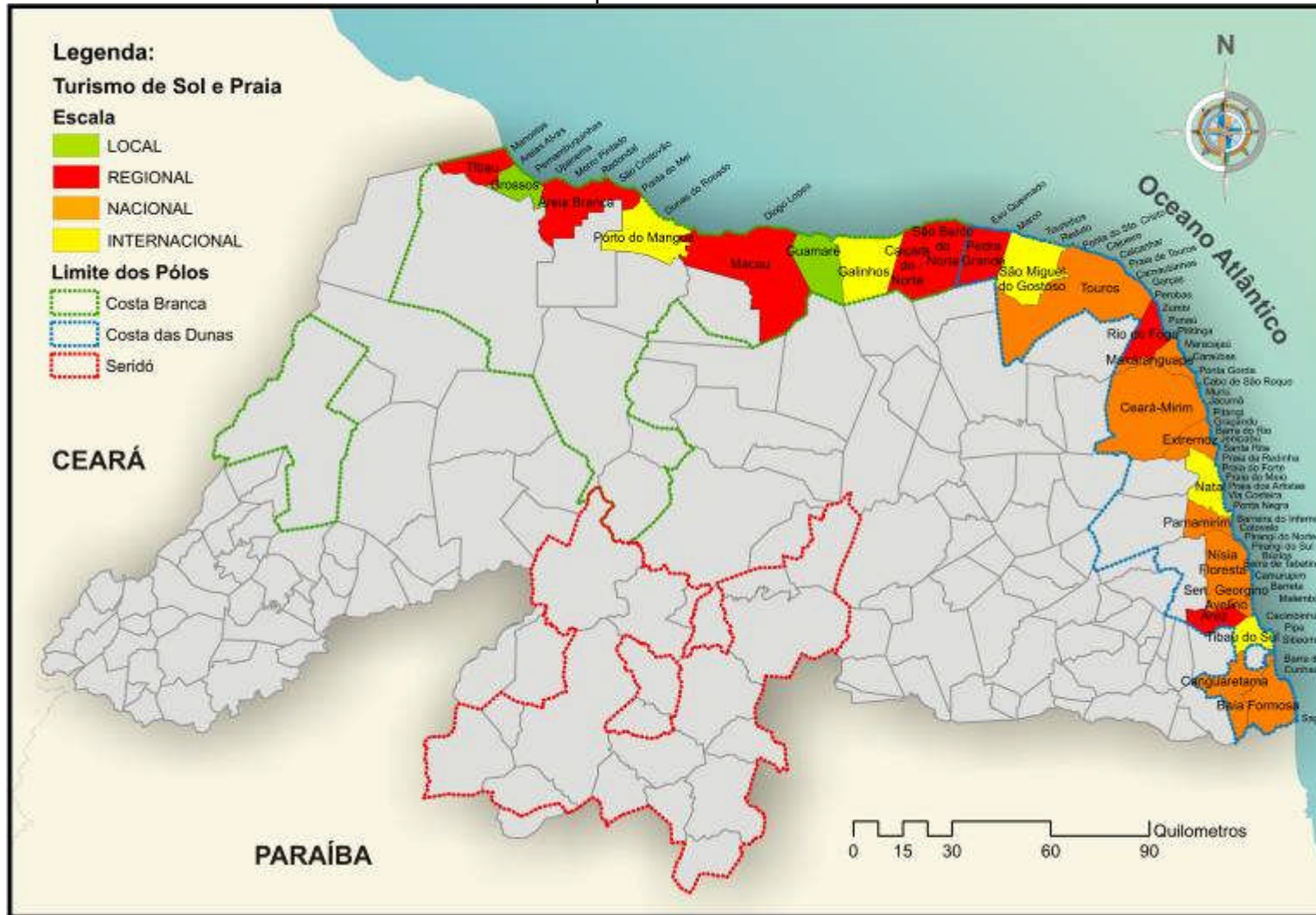
O **turismo pedagógico** é talvez a modalidade mais praticada no Polo, uma vez que vários dos atrativos do Polo (Lajedo de Soledade, salinas, fruticultura, história, petróleo, etc.) possuem grandes destaques no aspecto econômico e cultural do Rio Grande do Norte, sendo, portanto, predominantemente de escala local.

FIGURA 65. Mapa do Turismo de Negócios



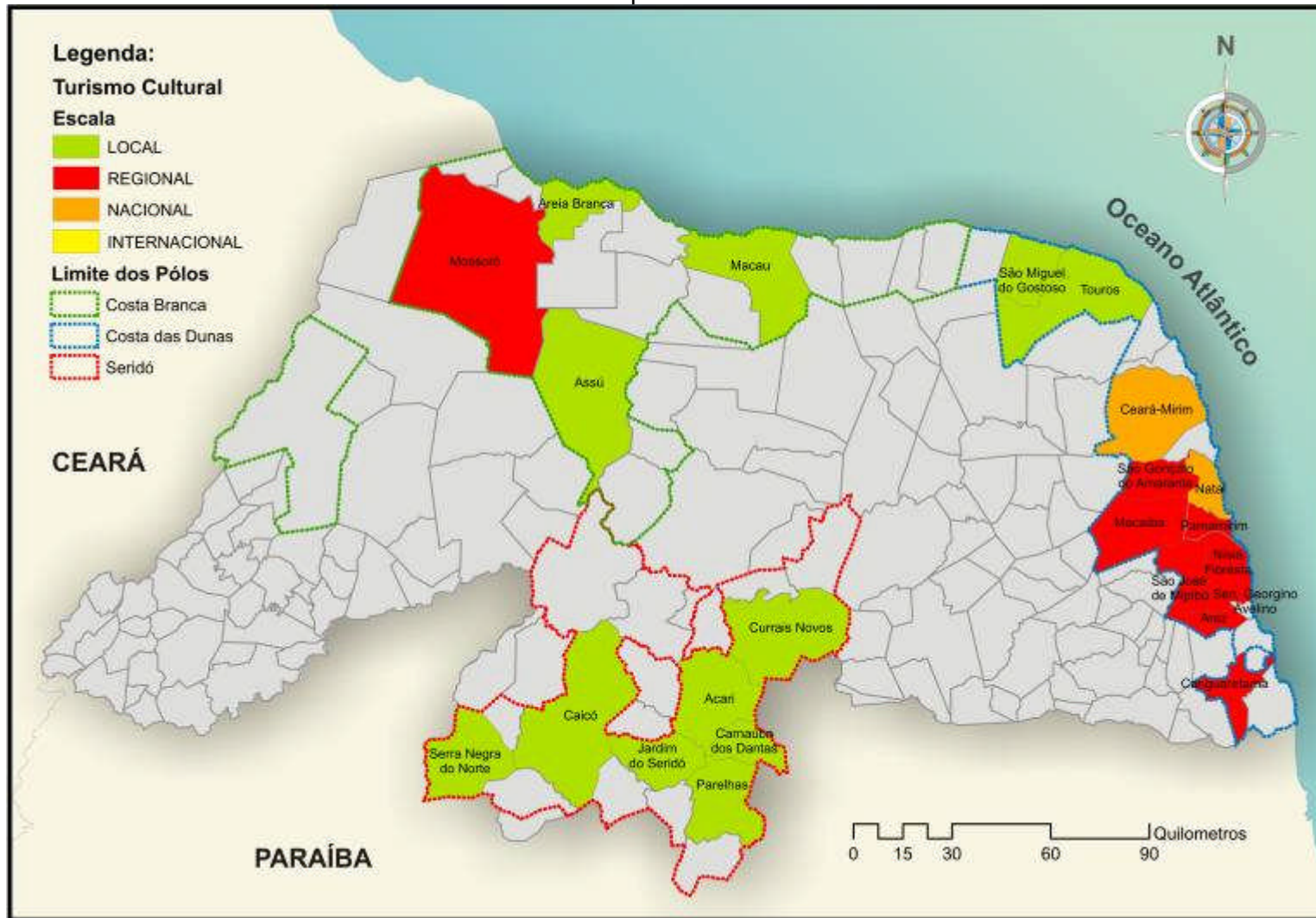
Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

FIGURA 66. Mapa do Turismo de Sol e Praia



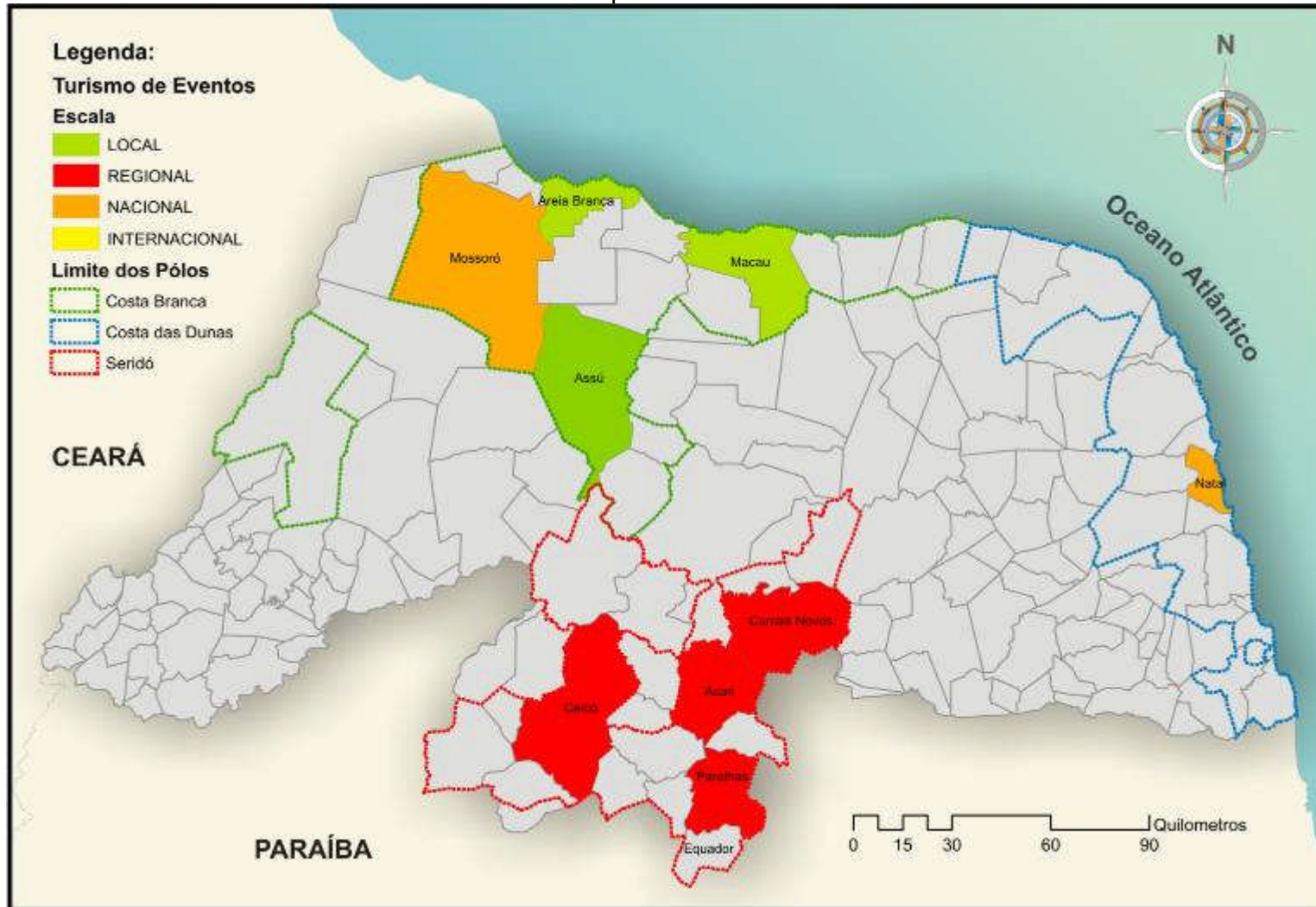
Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

FIGURA 67. Mapa do Turismo Cultural



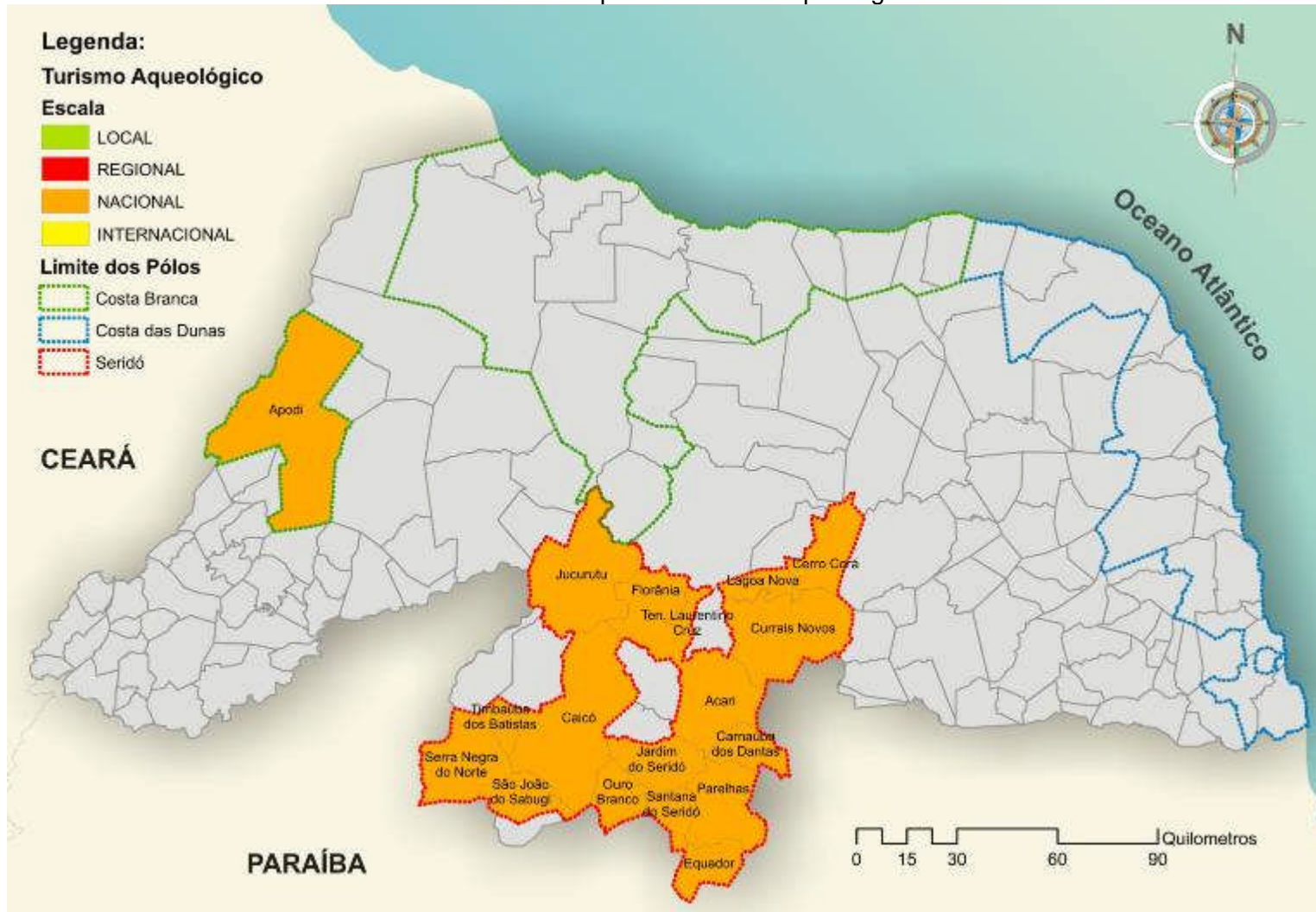
Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

FIGURA 68. Mapa do Turismo de Eventos



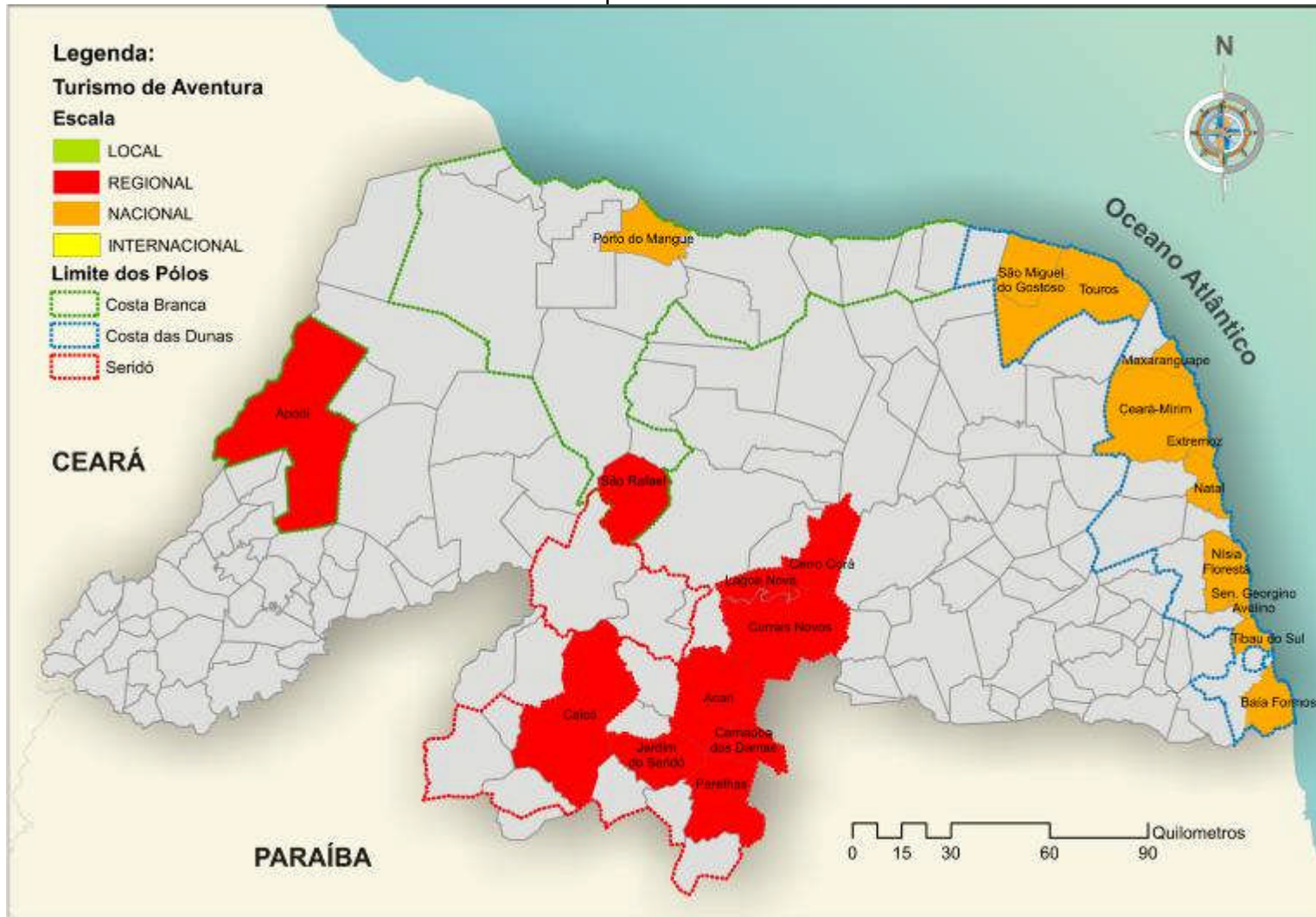
Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

FIGURA 69. Mapa do Turismo Arqueológico



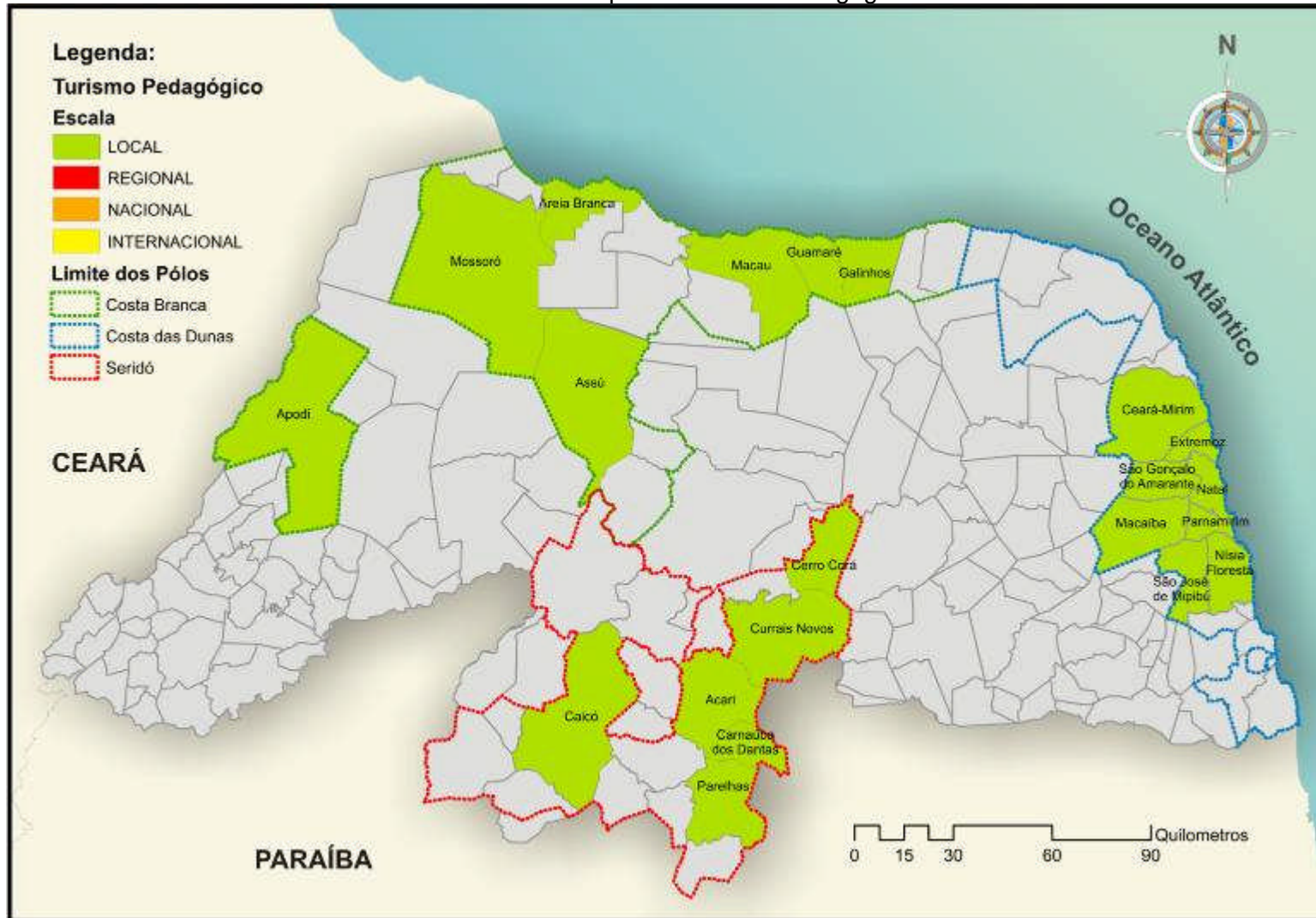
Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

FIGURA 70. Mapa do Turismo de Aventura



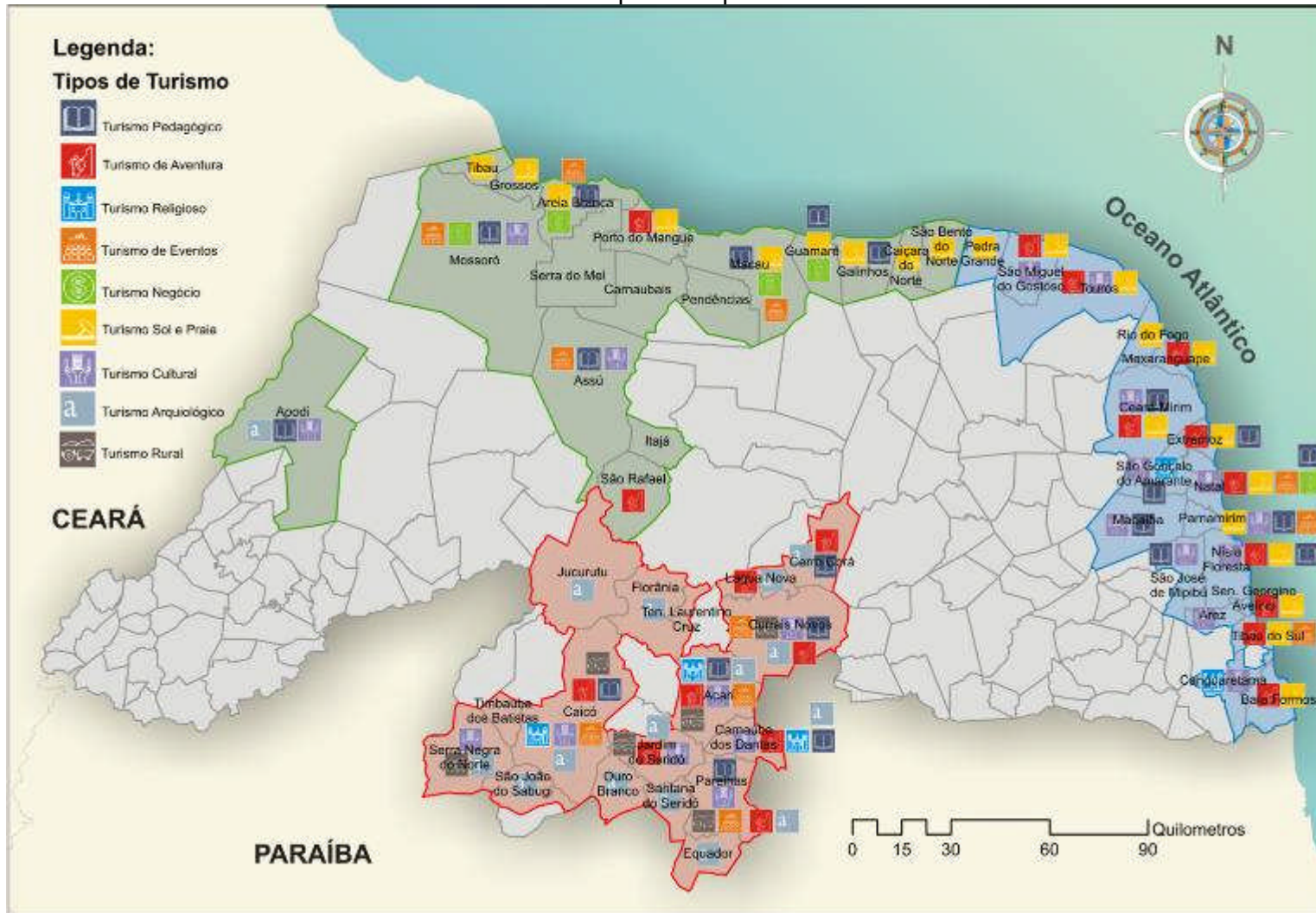
Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

FIGURA 71. Mapa do Turismo Pedagógico



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

FIGURA 72. Mapa dos Tipos de Turismo



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

3.2.3. Equipamentos e Serviços Turísticos

A avaliação dos equipamentos e serviços turísticos do Polo Costa Branca utilizou, além de dados das Secretarias Municipais de Turismo, SETUR e site do Polo Costa Branca, informações obtidas *in loco*, a partir de pesquisa de campo realizada pela Consultoria entre os dias 22 e 23 de junho de 2009 com o preenchimento de formulários e registro fotográficos, para a análise qualitativa.

3.2.3.1. Equipamentos de Hospedagem

Para realizar o levantamento e avaliação dos equipamentos de hospedagem do Polo Costa Branca, adotou-se como metodologia a aplicação de formulários, preenchidos pelos secretários de turismo ou facilitador dentro do município no processo de elaboração do PDITS e a visita *in loco*, com preenchimento de questionário pelo avaliador.

A oferta de meios de hospedagem do Polo Costa Branca reúne um número aproximado de **100 equipamentos hoteleiros**, entre hotéis e pousadas, sendo **1.914 unidades habitacionais e 4.483 leitos**. A maior concentração deles está nos municípios de Mossoró e Assú.

TABELA 11. Número de MHs, UHs e Leitos por Município do Polo Costa Branca.

Município	Nº de MHs	Nº de UHs	Nº de Leitos
Apodi	06	117	240
Areia Branca	16	148	305
Assú	13	230	700
Caiçara do Norte	00	00	00
Carnaubais	03	32	61
Galinhos	10	69	196
Grossos	02	11	11
Guamaré	08	206	316
Itajá	00	00	00
Macau	11	133	303
Mossoró	13	794	1.783
Pendências	03	49	109
Porto do Mangue	01	01	20
São Bento do Norte	03	25	60
São Rafael	01	10	120
Serra do Mel	00	00	00
Tibau	10	89	259
TOTAL	100	1.914	4.483

Fonte: Prefeituras Municipais, 2009.

Organização: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

A infraestrutura dos meios de hospedagem pode ser avaliada como modesta, com equipamentos de pequeno porte e de caráter predominantemente familiar, sendo os mais bem equipados os equipamentos de Mossoró, já que recebem turistas não só a passeio, mas também a negócios.

É importante dizer que em alguns municípios, a exemplo de Guamaré, hotéis e pousadas foram construídos para atender à demanda de trabalhadores que precisam permanecer no

município em função do trabalho na indústria petroquímica, não havendo interesse por parte desses empresários em atender a outro público.

Um item avaliado durante a visita aos meios de hospedagem do Polo Costa Branca foi a acessibilidade. Os resultados obtidos apontam que apesar de ser uma exigência do mercado, apenas seis equipamentos possuem suas áreas sociais acessíveis, somando oito unidades habitacionais e onze banheiros adaptados a portadores de necessidades especiais.

FIGURA 73. UH no Polo Costa Branca



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

FIGURA 74. Meio de Hospedagem no Polo Costa Branca



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Os serviços oferecidos pelos meios de hospedagem são basicamente os de A&B, sendo que vários dos restaurantes dos hotéis e pousadas estão abertos ao público para almoço e jantar. Além disso, ressalta-se a disponibilidade de serviço de internet *wireless*, mesmo em número reduzido. Naqueles equipamentos em que predominam hóspedes que estão a trabalho, a internet já é uma realidade nos serviços ofertados.

Quando se trata de **sazonalidade**, os municípios do Polo Costa Branca parecem não compartilhar da mesma realidade, o que se percebe é a divisão em três categorias bem definidas: os litorâneos, que apresentam alta e baixa estação bem definidas; os municípios cujos equipamentos são voltados principalmente para o atendimento de clientes que se hospedam por motivos de trabalho; e outros que não possuem um fluxo regular de visitantes de qualquer natureza.

No primeiro caso, enquadram-se aqueles que enfrentam situações de estações antagônicas, grande ocupação na alta estação em contraposição a equipamentos fechados na baixa estação. Essa realidade é evidente em Tibau, em que os meios de hospedagem, na baixa estação, ficam fechados durante a semana, abrindo somente no final de semana e, regularmente, na alta temporada. Em Galinhos essa realidade também é evidenciada nas declarações dos donos de pousadas que mantêm seus empreendimentos fechados na baixa estação.

A respeito de Tibau, é importante ressaltar que esta é a praia de veraneio dos habitantes de Mossoró, sendo marcante a presença de segundas-residências, que ficam fechadas durante todo o ano à espera das férias escolares e veraneio. Nos últimos anos, popularizaram-se os condomínios residenciais, também de segunda-residência, estando eles presentes em toda a extensão do município.

No segundo caso estão os municípios que têm seus empreendimentos voltados ao atendimento dos visitantes que estão no município a trabalho: não existe sazonalidade, uma

vez que o fluxo de hóspedes é mantido durante todo o ano com um incremento nas datas festivas, a exemplo do São João e do carnaval.

Finalmente estão aqueles municípios sem grandes fluxos, seja pela falta de atrativos turísticos ou mesmo de projeção econômica que o torne centro de negócios ou local de trabalho. Para estes, não há alta estação ou baixa estação, sobrevivendo de passantes e outras pessoas que pernoitam no município, a exemplo de Pendências.

FIGURA 75. Segunda-residência em Tibau



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

FIGURA 76. Condomínio Residencial em Tibau



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Vale salientar que não existem informações ou estudos sobre a taxa de ocupação hoteleira para o Polo Costa Branca, nem mesmo para os maiores municípios como Mossoró e Assú.

Em termos de tarifas praticadas, essas são tão variadas quanto a sazonalidade do Polo Costa Branca. Em geral, podem variar de R\$ 50,00 a R\$ 200,00 na baixa estação e de R\$ 100,00 a R\$ 300,00 na alta estação. Alguns equipamentos afirmaram não haver uma mudança de preços entre uma estação e outra, enquanto outros vendem, nos períodos de maior procura, pacotes fechados de 03 a 04 dias por um valor de quase R\$ 1.000,00.

Em termos de Resorts, pode-se apontar o Thermas Hotel e Resort como um representante em Mossoró, cujo maior atrativo são as águas termais, características da cidade. Este empreendimento oferece um complexo de piscinas, quentes e frias, além de outros serviços recreacionais como quadras de esportes, pedalinhos, playground, etc. Para diversificar a sua oferta, o Hotel também oferece hoje espaço para eventos.

Em virtude da infraestrutura e dos serviços ofertados pelo Thermas Hotel e Resort, o empreendimento possui uma equipe com 200 funcionários, composta prioritariamente por pessoas nativas de Mossoró, o que significa uma valorização da mão de obra local com geração de renda e melhoria da qualidade dessas pessoas e de suas famílias. Além disso, pode-se inferir que o empreendimento também contribui para a qualificação profissional dos munícipes, na medida em que oferece cursos de aperfeiçoamento ao seu corpo funcional para o atendimento à demanda do hotel; qualificação essa que acaba sendo partilhada com outros profissionais direta ou indiretamente ligados ao empreendimento e ligados à cadeia turística local.

FIGURA 77. Thermas Hotel e Resort



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

FIGURA 78. Thermas Hotel e Resort



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Em síntese, no que diz respeito à avaliação dos equipamentos de hospedagem, conclui-se que, excetuando o município de Mossoró, onde a infraestrutura hoteleira já está mais desenvolvida, com uma oferta diversificada, predominando os hotéis voltados para o atendimento à demanda advinda do turismo de eventos e de negócios, os demais municípios carecem de melhorias. Contudo, faz-se mister ressaltar que em alguns municípios, a exemplo de Pendências, Itajá, São Rafael e Carnaubais, a atividade turística, em virtude da própria dinâmica do município, ainda parece estar longe de ser uma realidade.

Dos municípios litorâneos que integram o Polo Costa Branca, os que se apresentam mais bem equipados são Galinhos e Areia Branca, havendo um fluxo constante de visitantes no primeiro.

Vê-se, portanto, que muito tem que ser investido no setor de hospedagem para que esse item do produto turístico do Polo Costa Branca esteja em condições de atender às necessidades de conforto dos turistas, uma vez que o aumento dos fluxos irá requerer ampliação da capacidade de leitos atuais, além das melhorias na infraestrutura dos empreendimentos (acessibilidade, móveis, decoração etc.) a fim de atender a um público mais exigente.

Finalmente, a capacitação é visivelmente um ponto fraco no Polo, podendo-se observar as fragilidades na grande maioria dos equipamentos visitados, fragilidades percebidas no atendimento, na postura, na forma de se expressar e de falar dos profissionais que atenderam a equipe, quando da visita e avaliação.

3.2.3.2. Equipamentos de Alimentação

De acordo com as informações fornecidas pelas prefeituras municipais, com a visita *in loco* e com o levantamento feito no *site* oficial do Polo, os municípios integrantes do Costa Branca contam com uma oferta de **303 equipamentos de Alimentos e Bebidas**.

TABELA 12. Equipamentos de Alimentos e Bebidas do Polo Costa Branca.

Município	Classificação				TOTAL
	Restaurantes	Lanchonetes	Bares e Choperias	Outros	
Apodi	10	04	00	00	14
Areia Branca	13	15	20	00	48
Assú	08	01	00	00	09
Caiçara do Norte	08	06	08	00	22
Carnaubais	06	03	04	00	13
Galinhas	00	01	01	00	02
Grossos	08	04	05	00	17
Guamaré	08	01	00	00	09
Itajá	00	00	00	00	0
Macau	09	00	02	03	14
Mossoró	28	14	22	06	70
Porto do Mangue	08	02	08	00	18
Pendências	01	00	01	00	02
São Bento do Norte	05	03	03	00	11
Serra do Mel	04	04	00	00	08
São Rafael	06	04	15	00	25
Tibau	07	06	08	00	21
Total	129	68	97	09	303

Fonte: Prefeituras Municipais, 2009; Site do Polo Costa Branca, 2009.

Organização: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Mossoró destaca-se com maior concentração de equipamentos de alimentos e bebidas, representando 23,1% do total, vindo em seguida Areia Branca.

Em termos de serviços, os equipamentos de alimentação do Costa Branca carecem de qualificação profissional em todos os níveis. Mesmo em Mossoró, a maior cidade do Polo, os serviços estão muito aquém do ideal, até mesmo em símbolos do consumo como *shopping center*.

Pensando na melhoria da qualidade do produto turístico do Polo Costa Branca é imperioso, portanto, que tais dificuldades sejam superadas a partir da maior capacitação profissional da mão de obra e dos proprietários, da implantação de melhorias infraestruturais nos estabelecimentos como acessibilidade para deficientes, comprometimento com a segurança alimentar, criação e adoção de selos de qualidade, etc.

A população mossoroense e aquela que aproveita dos serviços da cidade foi bastante beneficiada com a inauguração do Mossoró West Shopping, em julho de 2007, dinamizando uma área até então considerada afastada do centro da cidade. De lá para cá, grandes representantes da culinária potiguar como as franquias Pittsburg (fast-food) e Tábua de Carne (churrascaria) abriram filiais em Mossoró.

Outra atração em se tratando de equipamentos de A&B é a Praça da Convivência de Mossoró. Localizada no Corredor Cultural de Mossoró, inaugurada em 2008, conta com uma média de 22 empreendimentos entre bares, lanchonetes e restaurantes, e que animam a vida noturna da cidade.

FIGURA 79. Praça de Convivência - Mossoró



Foto: Prefeitura de Mossoró, 2009.

FIGURA 80. Praça de Convivência - Mossoró



Foto: Prefeitura de Mossoró, 2009.

A Praça de Convivência é parte de um projeto ao longo da Av. Rio Branco, em Mossoró, que conta com vários atrativos: praça de esportes, praça para crianças, a Estação das Artes Eliseu Ventania e o Memorial da Resistência.

3.2.4. Agências de Viagens e Autolocadoras

De acordo com as informações fornecidas pelas prefeituras municipais, e em consonância com o que foi exposto durante todo o relatório, o município de Mossoró, por ser centro econômico da região do Oeste Potiguar, é mais bem equipado em número de agências de viagens e locadoras de automóveis. Assú também possui agência e autolocadora.

As agências de viagens concentram-se em Mossoró (08), existindo ainda em Assú (01), Macau (02) e São Rafael (01), de acordo com dados das prefeituras municipais. No que tange às autolocadoras, totalizam 07, sendo 01 em Assú, 01 em Carnaubais, 02 em Macau e 03 em Mossoró.

TABELA 13. Polo Costa Branca: Equipamentos de Apoio ao Turista.

Município	Agência de Viagens	Autolocadoras
Apodi	00	00
Areia Branca	00	00
Assú	01	01
Caiçara do Norte	00	00
Carnaubais	00	01
Galinhos	00	00
Grossos	00	00
Guamaré	00	00
Itajá	00	00
Macau	02	02
Mossoró	08	03
Pendências	00	00
Porto do Mangue	00	00
São Bento do Norte	00	00
São Rafael	01	00
Serra do Mel	00	00
Tibau	00	00
TOTAL	12	07

Fonte: Prefeituras Municipais, 2009.

Organização: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Sobre os guias de turismo, o SENAC formou recentemente, no final de 2009, a primeira turma de guia de turismo regional no Polo Costa Branca, com 22 pessoas.

No momento atual, não se percebe uma deficiência nesses serviços, considerando que os fluxos de turistas ainda são muitos incipientes e grande parte dos que lá chegam utilizam-se do carro. Contudo, o desenvolvimento e o fortalecimento do turismo de sol e praia e de outras modalidades de turismo no Polo podem oferecer oportunidades para abertura de novas empresas que contemplem esses nichos, ou mesmo a parceria de empresas já instaladas no Polo com empresas localizadas nas principais cidades emissoras de turistas para essa região.

3.2.5. Serviço de Informações Turísticas

Apesar de sua importância para a atividade turística, os serviços de **Informações Turísticas** no Polo Costa Branca, a exemplo do que acontece no restante do Estado, é bastante precário. São poucos os pontos de informação turística que efetivamente funcionam, sendo entendido como aqueles que possuem pessoas capacitadas a fornecerem informações, materiais disponíveis (folders, mapas, roteiros, etc.) para serem entregues aos turistas, bem como – a disponibilidade da própria informação – que às vezes é defasada e não condiz com a realidade. Na verdade, **a estrutura precária dos postos de informação e/ou sua inexistência é reflexo da carência de informações e dados turísticos atualizados e consolidados, pelos órgãos oficiais do turismo, sejam municipais ou estadual.**

As Prefeituras Municipais informaram que existem três Postos de Informações Turísticas: em Grossos, Mossoró e São Bento do Norte, cujos endereços e horários de funcionamento estão dispostos no quadro abaixo.

QUADRO 28. Postos de Informações Turísticas.

Município	Localização	Horário de funcionamento
Grossos	Secretaria de Turismo	07:00 às 13:00
Mossoró	Praça da Conveniência	Em fase de implantação
São Bento do Norte	Secretaria de Turismo, meio Ambiente e Cultura - SETAM	08:00 às 12:00 14:00 às 18:00

Fonte: Prefeituras Municipais, 2009.

Organização: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

É importante ressaltar que o tipo de informações fornecidas por estes equipamentos é condizente com a infraestrutura geral e dinâmica turística do município. Tendo o município de Mossoró como o que apresenta melhores condições, em virtude de ser um município que trabalha melhor a questão do turismo, pois está consolidado dentro do Polo Costa Branca como centro polarizador de eventos de negócios e cultura.

Diante dessa ausência ou precariedade dos postos de informações turísticas, é perceptível a necessidade da implantação e estruturação desse serviço nos principais destinos do Polo Costa Branca, sendo ideal a implementação de postos em local de fácil acesso e localização pelos turistas (como nas praças centrais, centros de artesanato etc.), bem sinalizado, com profissional capacitado para informar sobre o município e a região, além de material promocional e informativo para distribuição. Além disso, com ferramentas eletrônicas básicas, atualmente, como acesso à internet e com um sistema de banco de dados que permita repassar também informações sobre outros pontos do Polo Costa Branca.

Por isso, considerando a vocação turística do Polo Costa Branca e a importância desse tipo de serviço não só para turistas, mas para o planejamento turístico institucional, empresarial, vez que fornece aos órgãos institucionais informações sobre sua demanda, é imprescindível a implantação de postos de informações turísticas em rede, capazes de atender aos anseios da demanda por informações sobre produtos, serviços e atrativos do Polo e subsidiar informações para o planejamento da atividade. No mesmo contexto, faz-se imprescindível dotar as Secretarias de Turismo, estadual e municipais de um Sistema que possa ser retroalimentado e fornecer informações confiáveis para balizar o planejamento da atividade.

3.2.6. Equipamentos para Venda de Artesanato

Dos dezessete municípios do Polo Costa Branca, há o registro de pontos específicos para venda de artesanato em 12 deles. Em dois municípios, Guararé e Tibau, os artesãos comercializam seus produtos nas próprias residências, mas os números não foram especificados pelas prefeituras. Já no município de Mossoró, há o registro de duas lojas voltadas exclusivamente para a venda desses produtos, localizadas em pontos estratégicos, no Memorial da Resistência e no Espaço Arte da Terra.

TABELA 14. Equipamentos para Venda de Artesanato.

Município	Loja	Residência	Associação/ Cooperativa	Centro de Artesanato	Outros	TOTAL
Apodi	0	0	0	01	0	01
Areia Branca	0	0	0	0	0	0
Assú	0	0	0	0	01	01
Caiçara do Norte	0	0	0	01	0	01
Carnaubais	0	0	01	0	0	01
Galinhas	0	0	0	01	0	01
Grossos	01	0	0	0	0	01
Guararé	0	0	0	0	0	0
Macau	0	0	0	0	01	01
Mossoró	01	0	01	0	0	02
Pendências	0	0	0	0	0	0
Porto do Mangue	0	0	0	0	0	0
Itajá	0	0	0	0	0	0
Serra do Mel	0	0	02	0	0	02
São Bento do Norte	01	0	0	0	0	01
São Rafael	0	0	01	0	0	01
Tibau	0	0	0	01	0	01
TOTAL	03	0	04	04	06	13

Fonte: Prefeituras Municipais, 2009.

Organização: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

FIGURA 81. Ponto de venda de artesanato – Mossoró



Fonte: Fco. Linhares Filho, 2009.

FIGURA 82. Artesanato em Assú



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Em Apodi, a Petrobrás estruturou o Centro de Atividades do Lajedo, onde foram realizados cursos para produção de peças de artesanato e cursos de capacitação em gestão de produção e vendas dos produtos fabricados ali. O CAL conta com cerca de 25 artesãos que produzem peças em palhas e argila para vender para os turistas que visitam o Lajedo.

É importante destacar que a inexistência de pontos específicos de venda de artesanato não indica que há inexistência do artesanato; ele é presente em todos os municípios. Mas, como na maior parte dos municípios não existe um fluxo de turistas e visitantes constantes, ou seja, não há uma demanda real por esse produto, ele não é comercializado na maior parte deles. Apesar de não se ter o número preciso, acredita-se que a maior parte dessa produção é vendida nas residências dos próprios artesãos, de maneira informal.

Dada a importância do artesanato para o turismo, é fundamental a estruturação de espaços específicos para a comercialização desses produtos, em se identificando a viabilidade econômica desse tipo de empreendimento, tanto para a prefeitura quanto para os artesãos. Nesse sentido, é oportuno indicar que estejam localizados naqueles municípios que efetivamente recebam mais turistas, podendo haver uma parceria com os demais para que enviem a sua produção para esses centros de comercialização.

3.2.7. Equipamentos e Serviços para Reuniões e Eventos

No Polo Costa Branca, os equipamentos específicos para a realização de reuniões e eventos estão localizados em Mossoró, dispendo alguns hotéis de espaços para esse fim. O Hotel Thermas dispõe de local com capacidade para 1.000 pessoas. Nos demais municípios, os espaços reservados são geralmente logradouros públicos e/ou quadras poliesportivas para a realização de eventos ao ar livre, como festas de padroeira, juninas, etc.

QUADRO 29. Disponibilidade de Equipamentos para Realização de Reuniões e Eventos

Município	Espaço	Capacidade (em pessoas)
Apodi	Casa da Cultura de Apodi	200
Areia Branca	Hotel Costa Atlântico	100
Assú	Centro de Convenções	300
	Sindicato da Lavoura	150
	Hotel Vila Nova	150
Caiçara do Norte	Pátio da Igreja de São Pedro	7.000
	Igreja de Santa Luzia	3.000
Carnaubais	Não informado	Não informado
Galinhos	Câmara Municipal	50
	Clube Municipal	350
Grossos	Centro Juvenil	500
	Casa da Cultura	100
	Câmara Municipal	50
	Auditório da Escola Sagrado Coração de Jesus	80
Guamaré	Sala da Câmara Municipal	1.000
	Ginásio de Esportes	600
	Clube Municipal	Não informado
	Centro Pastoral	Não informado
	Pousada Aquarela	20
Itajá	Não informado	Não informado
Macau	Quadra do CEIMH	10.000
	Clube da Praia de Camapum	20.000
	Quadra do Porto de São Pedro	5.000
	Lions Clube de Macau	5.000
	Clube do Unidos	5.000
	Largo Cultural	30.000
	Calçadão da Praia de Camapum	20.000
	BNB Clube	8.000
	Clube da Alcanorte	8.000
	Parque de Vaquejada Flávio Sá	25.000
	Centro Petrobrás de Cultura Porto de AMA	150
	Arena do Forró	8.000
	Casa de Show Recanto da Ema	10.000
	Praça da Conceição	5.000
Rancho de Cultura Petrobrás	2.000	
Mossoró	Hotel Sabino Palace	84
	Hotel Villa Oeste	690
	Hotel Valley	60
	Hotel Thermas	1.000
	Teatro Municipal Dix-Huit Rosado Maia	740
	ACIM	60
	Hotel Garbos	675
	Estação das Artes - Auditório Jornalista Dorian Jorge Freire	115

CONT. QUADRO 29. Disponibilidade de Equipamentos para Realização de Reuniões e Eventos

Município	Espaço	Capacidade (em pessoas)
Pendências	Ginásio de Esportes	Não informado
	Clube da Maçonaria	Não informado
Porto do Mangue	Clube	200
São Bento do Norte	Praça Pública Pres. Vargas	3.000
	Largo do Cemitério	1.500
	Terminal Turístico	4.000
São Rafael	Câmara Municipal	100
	Clube Náutico Piranhas	1.500
	Centro Pastoral	200
Serra do Mel	Praça Pública José Cortez Pereira	10.000
Tibau	Clube Álibi	5.000
	Espaço do Coconha	80/100

Fonte: Prefeituras Municipais, 2009.

Organização: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

No que tange aos espaços para eventos de negócios, reuniões, congressos etc. os municípios que oferecem maior capacidade de atendimento a demanda são Mossoró (51% do total), Guamaré (25%) e Assú (9,10%) cujas infraestruturas contam com Centro de Convenções e Auditórios.

FIGURA 83. Auditório de Hotel no Polo Costa Branca.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

FIGURA 84. Estação das Artes preparada para o "Mossoró Cidade Junina"



Fonte: Francisco Linhares Filho, 2009.

Para os eventos em locais abertos, a maioria dos municípios utiliza os logradouros públicos. Em se tratando de Mossoró, a Estação das Artes Elizeu Ventania é o local que congrega os grandes eventos ao ar livre do município.

Assim, percebe-se que a estrutura para eventos e negócios é ainda incipiente, uma vez que muitos dos locais informados pelas prefeituras municipais não são específicos para esse fim (Clubes, Câmaras Municipais, etc.) e, portanto, não apresentam a estrutura necessária para

tal. Nem mesmo Mossoró, conhecida por seus eventos, possui ainda um Centro de Convenções capaz de atrair eventos e feiras de grande porte em um ambiente fechado.

Está previsto para ser construído em Mossoró um centro de convenções, equipamento que nem a cidade e nem o Polo possuem hoje, que será importante para fortalecer esse segmento.

3.2.8. Demanda Turística

A Pesquisa de Demanda Turística da SETUR realizada no Polo Costa Branca acontece apenas no município de Mossoró, uma vez ao ano, por ocasião da realização do “Mossoró Cidade Junina”. As informações coletadas, contudo, não se mostram muito confiáveis, em função da pequena amostra e de sua não-eventualidade, sendo preferível não utilizá-los.

3.2.8.1. Gastos Turísticos - FIPE

a) Preparação e análise das estimativas de pernoites e gastos turísticos dos visitantes estrangeiros ocorridos no Rio Grande do Norte em 2006.

Este item do Diagnóstico responde pela medição dos gastos turísticos, a nível local, envolvendo visitantes estrangeiros. Essas informações são importantes para o desenvolvimento do turismo nas regiões e municípios, notadamente no que se refere ao planejamento e avaliação do impacto das ações previstas (ou em andamento) no Polo Costa Branca.

Para tanto, utiliza-se aqui os dados da **Pesquisa de Turismo Receptivo** realizada pelo Ministério do Turismo (MTur) e desenvolvida pela Fundação de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (FIPE/USP), a partir de informações coletadas anualmente em aeroportos e vias terrestres nacionais no momento que os visitantes estrangeiros deixam o território nacional.

Muito embora os dados globais e indicadores da Pesquisa de Turismo Receptivo venham sendo divulgados pela EMBRATUR há mais de duas décadas, as frequentes revisões da metodologia e dos instrumentos de coleta podem chegar a comprometer a comparabilidade dos resultados ao longo do tempo. Por outra parte, a utilização mais recente dos microdados da Pesquisa, além de limitada de forma quase exclusiva para a EMBRATUR, é dificultada pela complexidade do arquivo preparado pela FIPE no que concerne principalmente ao tratamento dado às omissões de resposta, aos alternativos critérios propostos para a eliminação de *layers* e, sobretudo, devido à falta de transparência em relação às variáveis do arquivo que em forma definitiva foram utilizadas em cada ano para a preparação e divulgação dos resultados.

As dificuldades do uso dos dados a nível local são ainda maiores, haja vista que os únicos dados levantados com esse nível de detalhamento na Pesquisa é a identificação de até um máximo de seis cidades mais importantes visitadas no Brasil e seus correspondentes pernoites. Dessa forma, o insuficiente tamanho da amostra de turistas entrevistados compromete a obtenção de resultados estatisticamente confiáveis no caso das cidades ou municípios turísticos de menor porte.

A preparação de resultados específicos sobre os gastos locais só pode ser viabilizada através de estimativas indiretas diante da inexistência de dados diretos declarados sobre os desembolsos turísticos efetivamente ocorridos em cada cidade visitada.

Pelas mesmas razões, ainda que o questionário da Pesquisa aplicada contenha uma ampla quantidade de variáveis interessantes acerca da viagem realizada, muitas das quais se referem a opiniões sobre a principal cidade visitada ou a dados pessoais dos turistas

entrevistados, o aproveitamento dos resultados a nível local deve ficar restrito apenas a cruzamentos entre os indicadores indiretos de gastos e às pernoites com variáveis de caracterização associadas ao conjunto das pessoas da família ou do grupo visitante.

Na preparação do estudo, duas restrições acabaram sendo importantes na definição do conteúdo do mesmo: por uma parte, que a leitura dos dados ficou limitada apenas à Pesquisa de Turismo Receptivo do ano 2006. Nesse sentido esclarece-se que a despeito da EMBRATUR já ter divulgado os dados globais correspondentes à Pesquisa de 2007, na base de microdados disponível nessa instituição, até a data de preparação deste Diagnóstico, não constava a informação relativa às cidades visitadas e suas respectivas pernoites, o que impossibilitou a quantificação mais atualizada dos gastos nos Polos e municípios selecionados em 2007; por outra, que nesse levantamento o tamanho da amostra ficou limitado a **1.025 visitas a municípios dos três Polos** – Seridó, Costa das Dunas e Costa Branca. O fato de **986 dessas visitas (96,1%)** ter ocorrido nos municípios de Natal e Tibau do Sul, ambos localizados no Polo Costa das Dunas, foi determinante na apresentação e detalhamento das estimativas apresentadas no documento.

Nesse sentido optou-se por manter a apresentação integrada dos três Polos de turismo – Costa Branca, Costa das Dunas e Seridó - pois os dados da FIPE apresentam-se mais consistentes quando relativizados em comparação regional.

b) Breve resumo sobre a Metodologia e Conteúdo dos dados da Pesquisa de Turismo Receptivo - FIPE - de 2006

Por encomenda da EMBRATUR, a FIPE/SP desenvolve desde 2004 o **Estudo de Demanda Turística** através do qual é possível conhecer anualmente o perfil socioeconômico, motivações, avaliações e os gastos turísticos efetuados por estrangeiros que visitam o país e sobre nacionais que viajam para o exterior.

No intuito de se dispor de um bom retrato das oscilações sazonais dessas demandas turísticas, as entrevistas foram efetivadas nos meses de janeiro (alta temporada), maio (baixa temporada), julho (média temporada) e outubro/ novembro (média-baixa temporada). A amostra da Pesquisa FIPE obedece a um modelo de *seleção multi-etápico não probabilístico*, isto é, quotas de entrevistas previamente definidas em termos de locais de saída aérea e terrestre e países de origem dos turistas; leva em consideração também critérios estatísticos relativos ao tamanho mínimo da amostra e as limitações orçamentárias a respeito do total das entrevistas a serem efetuadas no ano¹⁴.

A captação dos dados sobre o Turismo receptivo é realizada através de dois formulários, o aéreo e o terrestre, com quesitos e categorias de resposta muito parecidos para garantir a agregação de resultados dessas duas coletas.

Os principais temas levantados nos instrumentos da Pesquisa de Turismo Receptivo em 2006 dizem relação aos seguintes dados:

- Perfil socioeconômico dos visitantes estrangeiros;
- Localidade e etapa de entrada ao país;
- Os gastos de viagem em moeda nacional e estrangeira realizados fora e dentro do país discriminados por tipo de gastos;
- O total de pessoas de 6 anos e mais que acompanham o entrevistado;
- Cidades visitadas e os respectivos pernoites.

¹⁴ As etapas de seleção da amostra, não explicitadas pela FIPE, se referem aos meses e dias da pesquisa, linhas aéreas e vôos a serem considerados e, finalmente, à própria identificação dos turistas estrangeiros a serem entrevistados.

NOTA TÉCNICA PESQUISA FIPE, 2006

O processo de estimação adotado na Pesquisa de Turismo Receptivo faz uso dos dados sobre as entradas de turistas registradas pela Polícia Federal no ano de referência, discriminados por local de ingresso ao país (h) e por nacionalidade dos visitantes (i). *Esses dados servem para dimensionar o Universo anual de Turistas, o que permite o cálculo de fatores de expansão F_{hi} ou pesos, os que são calculados na forma de quociente entre o Total do Universo de entradas no ano no domínio hi (N_{hi}) dividido pelo Total de pessoas entrevistadas pertencentes ao mesmo domínio hi (n_{hi}):*

$$F_{hi} = N_{hi}/n_{hi}$$

Entretanto, a omissão de respostas em alguns quesitos e a identificação de *layers* (valores atípicos extremos, muito baixos ou muito exagerados), que devem ser desconsiderados para não comprometer os valores médios de gastos ou pernoites de alguns domínios, fazem com que esses fatores de expansão F_{hi} devam ser revisados. As revisões são efetivadas pela FIPE cada vez que um valor da base de microdados é omitido, sempre levando em consideração os domínios de estimação hi onde essas omissões ocorrem. Dessa forma, cada entrevistado pertencente a um domínio hi revisado pode apresentar pesos diferenciados ($F'_{hi} = N_{hi}/n'_{hi}$) para cada variável. As correções praticadas, no entanto, se complicam ainda mais já que a FIPE experimenta alternativos procedimentos de eliminação de valores declarados.

Também são levantados dados a respeito das motivações da viagem, meios de hospedagem utilizados e avaliações sobre os atrativos e infraestrutura urbana oferecida, além da satisfação ou não das expectativas da viagem. Os dados demográficos, nacionalidade e grau de instrução dos visitantes se referem apenas às pessoas entrevistadas.

A base de microdados da Pesquisa de Turismo Receptivo contém os dados originalmente levantados em cada quesito dos formulários aéreo e terrestre, sendo que cada entrevista ocupa uma única linha nessa base de dados. Adicionalmente, a mesma base de dados preparada pela FIPE apresenta em colunas separadas os valores das variáveis corrigidas após a crítica dos dados originais. (Anexo VI)

De antemão, é preciso esclarecer que a unidade de referência adotada para a preparação das estimativas sobre gastos e pernoites neste documento é a visita que um turista isolado ou em grupo faz a uma determinada cidade ou município.

Nesse sentido, é importante salientar que o formulário de captação dos dados sobre o turismo internacional receptivo reconhece até um máximo de seis cidades visitadas no Brasil que a pessoa entrevistada pode declarar, sendo que essas cidades podem estar localizadas em qualquer Unidade da Federação. Se esse declarante é acompanhado por outra(s) pessoa(s) entende-se que todas elas visitaram a mesma cidade declarada pelo entrevistado. Lembra-se ainda, por ser muito importante, que o formulário indaga sobre o total de pernoites passado em cada uma dessas cidades. De posse dessas respostas sobre as cidades visitadas, é possível gerar uma variável para cada uma das seis opções possíveis de resposta.

Outra questão abordada antes da preparação dos resultados deste estudo foi o grau de detalhamento a ser adotado na apresentação dos resultados, assunto que foi definido tecnicamente levando em consideração o tamanho da amostra absoluta de visitas ocorridas em cada domínio geográfico de interesse, sejam eles Polos ou municípios isolados. Normalmente, recomenda-se que esse mínimo de tamanho alcance a 25 ou 30 observações, situação que esteve longe de ocorrer na Pesquisa de Turismo Receptivo de 2006 em dois dos três Polos Turísticos e na totalidade dos municípios desses três Polos, com as únicas exceções dos municípios de Natal e Tibau do Sul.

TABELA 15. RN: Total de Turistas Estrangeiros por Polo, segundo Pesquisa do Turismo Receptivo - 2006

POLOS TURÍSTICOS	Amostra	Total Estimado
Seridó	05	2.584
Costa Branca	13	1.435
Costa das Dunas	1.007	214.544
Total	1.025	218.563

Fonte: FIPE, 2006

Os dados da tabela acima dão conta que o total das visitas estimadas nos três Polos de RN alcança 218.563, sendo que 1.453 delas para os municípios do Polo Costa Branca, ou apenas 0,66% do total. A quase totalidade do turismo estadual ocorre no Polo Costa das Dunas – Natal e Tibau do Sul, sendo residual a contribuição do Costa Branca e Seridó para os gastos de turistas estrangeiros no RN.

Visando facilitar a consulta à base de microdados e a criação de novas variáveis foi construída uma base de dados mais reduzida onde foram incluídas apenas as entrevistas com registro de uma ou mais visitas a alguma cidade de Rio Grande do Norte, pertencente ou não aos municípios dos três Polos.

Na seção seguinte são apresentadas as estimativas expandidas definitivas relativas às principais variáveis descritas anteriormente, detalhadas por Polos e municípios selecionados de Rio Grande do Norte, estimativas essas que se baseiam na Pesquisa de Turismo Receptivo de 2006. Comentários sucintos acerca desses resultados completam essa apresentação.

c) Apresentação de resultados e comentários sobre as dimensões da demanda turística internacional

As estimativas apresentadas oferecem uma visão resumida das dimensões do movimento internacional de turistas ocorrido em 2006 nos três Polos e principais municípios de RN que interessam neste documento. Os resultados acerca dos pernoites, gastos turísticos no Brasil realizados por estrangeiros e pessoas visitantes de 06 anos a mais permitem o cálculo de dois indicadores turísticos importantes: a média de gastos por pernoite *per capita* e a média de pernoites passadas pelos visitantes em cada uma dessas áreas geográficas.

Os resultados confirmam a grande concentração do movimento de turistas estrangeiros que visitam os 52 municípios integrantes dos três Polos de desenvolvimento turístico do RN haja vista que grande parte das pernoites, gastos e pessoas estão concentrados no Polo Costa das Dunas.

TABELA 16. RN: Estimativas expandidas de pernoites, gastos, pessoas e principais indicadores.

POLOS TURÍSTICOS	Pernoites	Gasto no Brasil	Pessoas	Gasto médio por pernoite <i>per capita</i> (R\$)	Média de Pernoite <i>Per Capita</i>
Seridó	7.498	628.300	2.518	83,80	3,0
Costa Branca	85.559	4.043.998	3.289	47,3	26,0
Costa das Dunas	3.975.384	458.244.343	369.388	115,3	10,80
Total	4.068.441	462.521.539	256.542	128,9	10,50

Fonte: FIPE, 2006

TABELA 17. RN: Estimativas Expandidas e Gastos Turísticos (em %) por Tipo

POLOS TURÍSTICOS	Alojamento	Alimentação	Transporte	Compras	Atrativos/passeios	Outros	Total
Seridó	-	376.981	251.318	-	-	-	628.300
(%)	-	60,0	40,0	-	-	-	100,00
Costa Branca	693.308	623.119	729.914	545.908	121.118	1.330.631	4.043.998
(%)	17,1	15,4	18,0	13,5	3,0	32,9	100,0
Costa das Dunas	79.716.150	146.581.190	51.011.351	102.096.457	59.037.009	19.802.185	458.244.343
(%)	17,4	32,0	11,1	22,3	12,9	4,3	100,0

Fonte: FIPE, 2006

Para o Polo Costa Branca foi registrado um gasto *per capita* (por pernoite) de R\$ 47,30, menor valor dos três Polos apresentados, com média de R\$ 26,00. Em termos de Gastos, destacam-se os itens Transporte (18%), Alojamento (17,1%) e Alimentação (15,4%).

3.2.9. Produtos Turísticos

O Ministério do Turismo define produto turístico como sendo o conjunto de atrativos, equipamentos e serviços turísticos acrescidos de facilidades, localizados em um ou mais municípios, ofertado de forma organizada por um determinado preço. Ou seja, mais que atrativos isoladamente, o produto turístico é a reunião de atrativos turísticos, bens e serviços, infraestrutura, preço, etc.

A partir da análise da oferta turística do Polo Costa Branca, foram identificados 03 atrativos turísticos de grande força no Polo, em graus variados de desenvolvimento e consolidação e, que podem ser caracterizados como produtos turísticos.

QUADRO 30. Costa Branca: Produtos Turísticos e Atrativos Agregados Costa Branca.

Produto	Atrativos Agregados
Mossoró	"Mossoró Cidade Junina" com o evento "Chuva de Bala no País de Mossoró"; Hotel Thermas e suas águas termais
Costa Branca	Galinhos, Dunas do Rosado, Praias do Costa Branca, Parque salineiro, Passeio de 4x4, Passeio de Buggy, Carnaval
Lajedo de Soledade	Museu do Lajedo CAL – Centro de Artesãos do Lajedo

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

3.2.9.1. Classificação Diagnóstica dos Produtos Turísticos do Polo Costa Branca

Após estudo e análise da oferta turística que compõe o Polo Costa Branca, foram selecionados 03 produtos turísticos principais, por serem já comercializados e por seu poder de agregar outros atrativos/produtos.

Neste item, serão delimitadas variáveis para classificação dos produtos turísticos, determinando o seu grau de importância no quadro geral da região, sendo possível

estabelecer prioridades para a escolha e a tomada de decisões para os governantes e empreendedores do Estado.

A metodologia utilizada para a classificação tomou como base o modelo de Ruschmann Consultores utilizado no PDITS do Polo Costa do Sol (CE) com algumas adaptações feitas pela Consultoria. Neste modelo, são determinados: potencial de atratividade, critérios de hierarquização e critérios de priorização, a partir dos quais irá se calcular o Potencial de Implantação do produto turístico.

a) Potencial de atratividade (a): Consideram-se as características de peculiaridade e o interesse que o elemento pode despertar nos turistas. Atribui-se um valor quantitativo a suas características, estabelecendo uma ordem quantitativa para priorizar seu desenvolvimento para o turismo. É importante ressaltar que nessa escala encontram-se classificados atrativos de diferentes naturezas, e que, portanto, podem ter potencial de atratividade ligado a diferentes fatores, como beleza cênica, importância histórica, qualidade dos artefatos à venda e outros. Conforme Ruschmann Consultores (2002, p. 198) a Organização Mundial do Turismo (OMT), em conjunto com a CICATUR, estabeleceu uma tabela de hierarquia que classifica os atrativos da seguinte forma:

QUADRO 31. Classificação de Hierarquias

Hierarquia	Características
3	É todo atrativo turístico excepcional e de grande interesse, com significação para o mercado turístico internacional, capaz de, por si só, motivar importantes correntes de visitantes, atuais ou potenciais.
2	Atrativos com aspectos excepcionais em um país, capazes de motivar uma corrente atual ou potencial de visitantes dos mercados internos e externos, seja por si só ou em conjunto com outros atrativos contíguos.
1	Atrativos com algum aspecto expressivo, capazes de interessar visitantes oriundos de lugares distantes, dos mercados internos e externos, que tenham chegado à área por outras motivações turísticas ou de motivar correntes turísticas locais (atuais ou potenciais).
0	Atrativos sem mérito suficiente para serem incluídos nas hierarquias superiores, mas que formam parte do patrimônio turístico como elementos que podem complementar outros de maior hierarquia, no desenvolvimento e funcionamento de quaisquer das unidades do espaço turístico que, em geral, podem motivar correntes turísticas locais, em particular a demanda de recreação popular.

Fonte: Ruschmann Consultores, 2001.

b) Critérios de hierarquização: são aqueles que permitem classificar cada atrativo, de acordo com uma escala preestabelecida e assim fornecer subsídios para a diferenciação objetiva de suas características e dos graus de importância entre eles.

- **Grau de uso atual (b):** permite analisar o volume de fluxo turístico efetivo na atualidade e sua importância dentro do Município e da área turística. Difere do grau de interesse por representar a situação atual ao invés da potencial. Um alto grau de uso indica que o atrativo apresenta uma utilização turística efetiva, enquanto o menor grau representa os recursos turísticos.
- **Representatividade (c):** fundamenta-se na singularidade ou raridade do atrativo dentro da área turística. Quanto mais se assemelhar a outros atrativos da área turística, menos interessante ou prioritário é. Deve-se considerar não apenas o

número de elementos de uma mesma categoria de atrativos, mas também a homogeneidade desse grupo.

- **Apoio local e comunitário (d):** permite analisar o grau de interesse da comunidade local para o desenvolvimento e disponibilidade ao público, a partir da opinião de seus líderes. Na área não foram encontradas grandes variações neste item, sendo que as variações existentes apresentam uma gradação extremamente tênue e, portanto, não puderam ser quantificadas. Deste modo, optou-se por dar uma mesma nota a todos os produtos turísticos da área turística.

c) Critérios de priorização: permitem entender os diferentes fatores que podem determinar a urgência ou não da sua implantação como atrativo turístico, de acordo com os seguintes itens:

- **Acessibilidade (e):** facilidade de acesso apresentada por cada um dos elementos turísticos. Um elemento de fácil acesso apresenta um maior potencial para a atividade turística tradicional. Entretanto, ressalta-se que, para o segmento de ecoturismo, muitas vezes o difícil acesso acaba por constituir-se como um fator positivo. Além disso, um atrativo tradicional com um alto grau de interesse, porém com acessibilidade precária deve ter seu acesso melhorado a fim de gerar um fluxo turístico efetivo. Foram consideradas, não apenas as condições do acesso principal do produto, mas também a distância que este apresenta em relação ao aeroporto de Parnamirim. Produtos que apresentam uma distância superior a 200 quilômetros obtiveram notas superiores.
- **Condições receptivas (f):** analisa a infraestrutura receptiva instalada no atrativo e em seu entorno, levando em conta elementos como banheiros públicos, serviços de alimentação e hospedagem, estacionamento e outros. Atrativos com um alto grau de interesse e condições receptivas precárias são prioritários para ações de implantação de infraestrutura.
- **Fragilidade (g):** valoriza a capacidade de suporte das pressões de visitação, ou seja, quanto menos frágil o elemento em relação à visitação, mais interessante será para seu desenvolvimento turístico; quanto mais frágil, maiores serão os obstáculos para sua incorporação ao turismo.

QUADRO 32. Valoração dos Critérios de Hierarquização e Priorização.

Critérios		Valores			
		0	1	2	3
Potencial de Atratividade (a)		Nenhum	Baixo, pequena Atratividade	Médio, Atratividade Mediana	Alto, grande Atratividade
De Hierarquização	Grau de Uso Atual (b)	Fluxo Turístico Insignificante	Pouco intenso, pequeno fluxo	Média intensidade e fluxo	Muito intenso, grande fluxo
	Representatividade (c)	-	Elemento bastante comum	Pequeno grupo de elementos similares	Elemento singular, raro
	Apoio Local e Comunitário (d)	-	Apoiado por uma pequena parte da comunidade	Médio apoio	Apoiado por boa parte da comunidade
De Priorização	Acessibilidade (e)	-	Boa acessibilidade	Existente, porém apresenta problemas	Condições precárias
	Condições Receptivas (f)	-	Estrutura adequada	Estrutura existente, porém insatisfatória	Sem estrutura
	Fragilidades (h)	-	Elemento pouco frágil	Elemento de fragilidade mediana	Elemento frágil

Fonte: Ruschmann Consultores, 2002.

A partir da valoração das variáveis de cada produto turístico e com o objetivo de montar um ranking de cada um deles, serão calculados os valores dos índices que correspondem ao somatório das variáveis.

- **Índice de Hierarquia:** Analisa a importância de um determinado atrativo ou recurso para a atividade turística no Polo turístico. Quanto maior o valor numérico atribuído, maior a importância do elemento. É calculado pela soma das três variáveis de hierarquia ($IH = b + c + d$).
- **Índice de Priorização:** Indica o grau de prioridade de ações de conservação, estruturação do acesso, das condições receptivas e relativas à fragilidade. O maior valor indica aqueles de maior necessidade de intervenções. Calcula-se a partir da multiplicação das variáveis de priorização ($IP = e \times f \times g$).
- **Índice de Implantação:** É um número arbitrário obtido da multiplicação direta dos índices de Hierarquização, Priorização e do Potencial de Atratividade. Avalia a prioridade de intervenção segundo a importância do atrativo, sendo que aqueles de maior importância e prioridade ocupam as primeiras posições ($I = a \times IH \times IP$).

Aplicando-se essa valoração aos produtos turísticos definidos para o Polo Costa Branca, chegou-se ao seguinte quadro.

QUADRO 33. Classificação de Principais Atrativos Turísticos do Polo Costa Branca.

Atrativos Turísticos	Potencial de Atratividade (a)	Grau de uso atual (b)	Representatividade (c)	Apoio local e Comunitário (d)	Acessibilidade (e)	Condições Receptivas (f)	Fragilidade (g)
Carnaval (Areia Branca e Macau)	1	2	1	2	2	2	1
Praias do Costa Branca	2	0	1	2	2	2	3
Dunas do Rosado	3	0	3	2	2	3	3
Galinhas	2	1	2	2	2	3	3
Mossoró Cidade Junina	1	2	2	2	1	1	1
Chuva de Bala no País de Mossoró	1	2	2	2	1	1	1
Hotel Thermas	0	2	2	2	1	1	2
Lajedo de Soledade	1	2	2	2	2	2	3
Parque Salineiro	1	2	2	2	2	2	2

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

A partir da valoração das variáveis de cada atrativo turístico foi montado um *ranking* que expressa a ordem de importância dos atrativos e que pode servir como sinalizador de prioridades de investimentos a serem realizados no Polo.

QUADRO 34. Índices dos Produtos Turísticos – Polo Costa Branca.

Atrativos Turísticos	Índice de Hierarquia (b+c+d)	Índice de Priorização (exfxg)	Índice de Implantação (axlHxIP)	Ranking
Dunas do Rosado	5	18	270	1
Galinhos	5	18	180	2
Praias do Costa Branca	3	12	72	3
Lajedo de Soledade	6	12	72	3
Parque Salineiro	6	8	48	4
Carnaval	5	4	20	5
Mossoró Cidade Junina	6	1	6	6
Chuva de Bala no País de Mossoró	6	1	6	7
Hotel Thermas	6	2	0	8

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

É importante frisar que no topo ficaram os atrativos mais frágeis e que precisam de maiores investimentos para seu melhor aproveitamento turístico. Nas primeiras colocações ficaram as Dunas do Rosado e Galinhos.

3.2.10. Mercado de Trabalho

A seguir, são apresentados os números sobre o mercado de trabalho formal e informal do turismo no Polo Costa Branca.

Os dados do mercado de trabalho formal foram obtidos no MTE – Ministério do Trabalho e Emprego – no anuário RAIS para os anos de 2007 e 2008. Para o ano de 2009 combinados os dados da RAIS 2008 com o saldo de admissões e demissões do banco de dados do CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – do MTE. O período é o mês de dezembro do ano de referência.

O emprego informal não é observado pelos bancos de dados RAIS-CAGED, por isso, para calculá-lo foram utilizados dados do Censo 2000. No cálculo da participação do emprego informal considerou-se a razão do número de pessoas ocupadas no mercado informal pelo número de pessoas no mercado formal para o conjunto das atividades econômicas. Essa é uma aproximação razoável, considerando-se que a maior parte dos municípios da amostra é formada por economias de estrutura relativamente simples, pouco diversificadas.

As tabelas mostram que o mercado de trabalho em turismo tem crescido nos últimos anos, concentrando a sua mão de obra especialmente em Mossoró, Assú e Areia Branca.

No ano de 2009, o número de empregos diretos foi de 6.467, sendo 3.105 formais e 3.362 informais, ficando claro o grande índice de informalidade do setor, que chega a ser maior, em alguns anos, do que o índice de empregos formais. Isso é reflexo direto da informalidade das empresas. Os setores que mais empregam são os de alimentação, hospedagem, transporte, como se depreende do Quadro 09.

O Relatório de Cadastro Empresarial do SEBRAE, disponível em abril de 2010, informa os dados de empresas formais e informais em vários ramos para os municípios do Rio Grande

do Norte. Para o Polo Costa Branca, foram cadastradas: em alimentação, 1.531 empreendimentos e 121 no setor de alojamento.

Pelos dados fornecidos pelos órgãos oficiais de turismo e exibidos no início da seção sobre Equipamentos Turísticos, o Polo Costa Branca possui 100 Meios de Hospedagem e **303** estabelecimentos de alimentação. Frise-se que a maior parte de tais estabelecimentos é inadequada para os padrões de qualidade turística, mas resta patente o *gap* da informalidade no setor. Os quadros com os dados do cadastro empresarial do SEBRAE para o Polo Costa Branca são apresentados no anexo desse produto (Anexo VII)

TABELA 18. Resumo do Mercado de Trabalho em Turismo no Polo Costa Branca 2007-2009.

Municípios	2007			2008			2009		
	Diretos Formais	Diretos Informais	Total de Empregos Diretos	Diretos Formais	Diretos Informais	Total de Empregos Diretos	Diretos Formais	Diretos Informais	Total de Empregos Diretos
Apodi	19	53	72	22	62	84	24	67	91
Areia Branca	105	104	209	124	123	247	130	129	259
Assú	180	312	492	220	382	602	235	408	643
Caiçara do Norte	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Caraúbas	37	67	104	44	79	123	44	79	123
Galinhos	10	13	23	14	18	32	17	22	39
Grossos	01	01	02	02	03	05	02	03	05
Guamaré	56	75	131	63	84	147	65	86	151
Itajá	0	0	0	01	01	02	01	01	02
Macau	90	112	202	92	114	206	101	126	227
Mossoró	1.859	1.750	3.609	2.252	2.120	4.372	2443	2.299	4.742
Pendências	24	34	58	09	13	22	09	13	22
Porto do Mangue	01	05	06	0	0	0	0	0	0
São Bento do Norte	0	0	0	0	0	0	0	0	0
São Rafael	01	04	05	0	0	0	0	0	0
Serra do Mel	0	0	0	25	106	131	25	106	131
Tibau	05	13	18	09	23	32	09	23	32
Total	2.388	2.543	4.931	2.877	3.127	6.004	3.105	3.362	6.467

Fonte: Elaborado com base dados MTE-RAIS/CAGED 2010.

TABELA 19. Resumo do Mercado de Trabalho em Turismo por Segmento no Polo Costa Branca (2009).

Municípios	Estabelecimentos hoteleiros e outros tipos de alojamento		Restaurantes e outros tipos de serviço de alimentação		Outros transportes terrestres		Transporte aéreo regular		Atividades de agência de viagens e organização de viagens		Aluguel de automóveis		Atividades desportivas e outras relacionadas ao lazer	
	Diretos Formais	Diretos Informais	Diretos Formais	Diretos Informais	Diretos Formais	Diretos Informais	Diretos Formais	Diretos Informais	Diretos Formais	Diretos Informais	Diretos Formais	Diretos Informais	Diretos Formais	Diretos Informais
Apodi	19	53	01	03	00	00	0	0	0	0	00	0	04	11
Areia Branca	25	25	74	73	31	31	0	0	0	0	0	0	0	0
Assú	80	139	80	139	67	116	0	0	0	0	0	0	8	14
Caçara do Norte	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Caraúbas	03	05	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	41	74
Galinhos	17	22	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Grossos	0	0	02	03	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Guamaré	42	56	23	31	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Itajá	0	0	01	01	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Macau	31	39	34	42	36	45	0	0	0	0	0	0	0	0
Mossoró	484	456	1.328	1.250	240	226	08	08	23	22	311	293	49	46
Pendências	01	01	01	01	0	0	0	0	0	0	07	10	0	0
Porto do Mangue	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
São Bento do Norte	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
São Rafael	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Serra do Mel	25	106	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tibau	05	13	04	10	0	0	0	0	0	0	00	0	0	0
Total	732	914	1.548	1.554	374	418	08	08	23	22	318	303	102	145

Fonte: Elaborado com base dados MTE-RAIS/CAGED 2010.

3.2.11. Capacitação Profissional

A capacitação profissional ainda é um fato preocupante no Polo Costa Branca, que pode prejudicar a imagem do produto turístico que comercializam. Por isso, é urgente que ações de capacitação e qualificação, governamentais e privadas, ocorram para preparar a mão de obra e o empresariado local para elevar a qualidade do produto turístico. Essas ações podem ocorrer através da elaboração de um diagnóstico para identificação da situação atual da capacitação no Polo Costa Branca e a demanda por capacitação, seja de pessoas do *trade* ou da comunidade que querem se inserir no mercado de trabalho, que deve apontar a demanda de cursos de qualificação e aperfeiçoamento para todos os municípios do Polo.

No tocante às instituições de capacitação que atuam no Polo Costa Branca, pode-se citar SENAC, SEBRAE e MICROLINS como instituições qualificadoras da mão de obra e de gestores, e também a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, com curso de graduação em turismo. O quadro abaixo elenca essas instituições, com os cursos oferecidos.

QUADRO 35. Costa Branca: Instituições de Capacitação Profissional em Turismo

Tipo	Instituição	Município	Curso	Carga Horária
Profissionalizante	SENAC	Mossoró	Camareira em Meios de Hospedagem	170
			Enogastronomia	12
			Guia de Turismo Regional	630
			Manipulação Segura de Alimentos	30
	MICROLINS	Mossoró	Barman	48
			Garçom	48
			Hotelaria	60
			Turismo	60
		Assú	Barman	48
			Garçom	48
			Hotelaria	60
			Turismo	60
SEBRAE	Assú	Diversos	-	
	Mossoró	Diversos	-	
Graduação	UERN	Mossoró	Turismo	2.960

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

É válido destacar que a Microlins informou que apesar de constar alguns cursos relacionados à área de turismo e hotelaria, não tem aberto turmas porque a demanda é pequena. Em relação ao SENAC e SEBRAE, essas duas instituições vêm atuando mais efetivamente em parceria para promover a qualificação no Costa Branca desde 2008 a maio de 2009.

O SENAC promoveu capacitação para 270 pessoas, no ano de 2008, em cursos de capacitação, aperfeiçoamento e outras modalidades de capacitação como palestras e workshops. Em 2009, a primeira turma de guias regionais de turismo do Polo Costa Branca se formou, trazendo ao mercado 22 novos profissionais. Já o SEBRAE, em 2008, capacitou 588 pessoas em cursos como informações turísticas, aperfeiçoamento para garçom, técnicas de venda, empreendedorismo, qualidade no atendimento etc. Os municípios beneficiados com tais ações foram Mossoró, Assú, Macau, Guamaré e Areia Branca.

Contudo, por se tratar de um processo dinâmico, a capacitação da cadeia produtiva do turismo, bem como da população, a fim de que seja inserida no mercado de trabalho, deve estar sempre na pauta de ações essenciais para a qualidade do produto turístico e para a prestação dos serviços. Especialmente, considerando que o planejamento do Polo Costa Branca poderá indicar segmentos de turismo prioritário, devendo os novos cursos de capacitação contemplar as necessidades geradas por esse planejamento.

Em se tratando dos empresários, é fundamental a contínua parceria com o SEBRAE, pois como instituição que visa o desenvolvimento da pequena e média empresa como as do Costa Branca, os cursos, palestras, workshops etc. são uma grande ferramenta para qualificação e aprimoramento dos empresários e, conseqüentemente, de melhorias em suas empresas.

3.2.12. Gestão do Turismo

A gestão é um dos componentes mais importantes de qualquer sistema, visto que objetiva gerir e administrar recursos, planejar e propor ações e melhorias para o pleno desenvolvimento de certa atividade, de forma integrada com seus clientes internos e externos.

3.2.12.1. Estrutura Estadual de Turismo

O presente item fará uma análise da gestão do turismo em nível estadual, caracterizada pela SETUR, e em nível municipal, concernente às secretarias municipais de turismo. Nesse sentido, os dados e informações utilizadas relativos à gestão estadual do turismo foram retiradas do Diagnóstico Institucional da SETUR, realizado por ocasião da elaboração do seu Plano de Fortalecimento, ainda em processo de conclusão.

a) SETUR

A Secretaria de Estado do Turismo - SETUR é composta, parcialmente, pela equipe técnica que pertencia à antiga Empresa de Promoções do Turismo do Rio Grande do Norte – EMPROTURN, que foi a responsável pela promoção do turismo do Estado no período de 1971 a 1995, quando foi extinta. Com a extinção EMPROTURN foi criada a Sub-secretaria de Turismo, em 1995, vinculada à Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo. Contudo, diante da demanda do setor, em 1996, foi criada a Secretaria de Estado do Turismo – SETUR, mas que apresenta dificuldades operacionais, na medida em que a burocracia imposta pela legislação, aos órgãos da administração direta, engessa e trava as atividades. Diante dessa situação, em 2007, foi criada a Empresa Potiguar de Turismo – EMPROTUR.

O quadro de pessoal da Secretaria de Turismo dispõe atualmente de 65 servidores originários principalmente da EMPROTURN, e conta com 27 servidores que ocupam de cargos comissionados (42%), sendo alguns destes cedidos de outros órgãos estaduais.

Entretanto, mesmo com essas mudanças no formato das estruturas administrativas, percebe-se que há uma carência no órgão estadual de turismo e no de promoção, devido à necessidade de fortalecê-los institucionalmente. Este fortalecimento passa por um planejamento estratégico pleno, buscando-se uma estruturação de acordo com as atividades que são operacionalizadas.

Partindo de uma visão macroestrutural pode-se apontar a ausência desse planejamento estratégico, que é o instrumento que define os rumos da organização para o longo prazo. Desta forma, a SETUR precisa melhorar sua estruturação para cumprir plenamente seu papel de desenvolver o turismo, e tornar sólida esta atividade econômica no Rio Grande do

Norte. Na percepção da Consultoria isto ocorre devido à freqüente troca de gestores na Secretaria, que provoca a descontinuidade das ações, gerando dificuldade para as lideranças para colocarem em prática o processo de planejamento.

Analisando-se num nível mais intermediário verifica-se que há necessidade de melhorar a formalização dos processos internos, que ocorre atualmente apenas em alguns setores da Secretaria. Um dos setores que apresentou processos definidos foi a Coordenação de Desenvolvimento Turístico – CODET, com sistema de cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor, executado pelo Ministério do Turismo, em parceria com os Órgãos Oficiais de Turismo. Observa-se também uma falta de padronização quanto aos procedimentos internos, algumas vezes atreladas às pessoas que neles atuam. Esse fator, além de gerar dificuldades no fluxo de atividades entre os clientes internos, pode levar à descaracterização de algumas funções, e promover uma distorção da imagem da SETUR para os clientes externos, que muitas vezes dependem de informações da SETUR para desenvolverem estratégias para os seus negócios.

Atualmente, na estrutura da SETUR, há a Coordenadoria Técnica que desenvolve as ações do Programa de Regionalização do Turismo, e acompanha as instâncias regionais de governanças no Estado, sendo dessa maneira um dos principais canais de comunicação entre o Estado e Prefeitura, no desenvolvimento de ações de planejamento do turismo estadual. Também, é integrante da SETUR, a Unidade Executora Estadual – UEE, que operacionaliza as ações do PRODETUR, que mantém uma ligação estreita com os municípios, no tocante as ações específicas do PRODETUR.

Com relação à liderança setorial, observou-se que algumas pessoas que tem esta atribuição vêm desempenhando o papel de forma positiva e com isso seus setores tem se destacado dentro da Secretaria, a exemplo da UIF, referendada por alguns colaboradores como referência para alguns setores. Por outro lado, isso não ocorre em todos os setores, encontrando-se em alguns, uma maior dificuldade no que tange o real desempenho dos seus líderes nas relações com seus liderados, no sentido de delegar e acompanhar as atividades, buscando potencializá-los e orientá-los sempre que se fizer necessário. Estas dificuldades podem gerar entraves nos fluxos entre os diversos setores que se inter-relacionam. Por último, pode-se mencionar a ausência de política salarial para os servidores da SETUR, gerando desmotivação devido à defasagem salarial.

No que tange à equipe técnica para operacionalizar a política e os programas de turismo para o Rio Grande do Norte, a SETUR, faz-se necessário definir uma estrutura técnica efetiva. Todos os servidores públicos foram cedidos por outras repartições públicas, além de haver um número significativo de cargos comissionados que exercem funções temporárias. Este último fator dificulta a continuidade das ações na SETUR, já que, a cada nova gestão política, tende-se a mudar os cargos comissionados, necessitando de novo tempo de aprendizagem e adaptação das equipes às atividades. É válido ressaltar que até hoje nunca foi realizado sequer um concurso público para atender aos quadros de técnicos efetivos na Secretaria do Estado de Turismo.

É importante registrar que na Coordenadoria Técnica há um técnico que exerce a função de “Interlocutor Estadual do Programa de Regionalização” que faz o elo de comunicação entre as ações do MTur com as Prefeituras, com o objetivo que as propostas do Plano Nacional de Turismo sejam realizadas da melhor maneira.

Por estar prevista a possibilidade de terceirização na Administração Pública para atividades não afins, a SETUR tem contratos de terceirização para locação dos veículos e equipamento de fotocópia, bem como para a efetuação de atividades de capacitação e treinamentos para os Municípios, através de processo licitatório, com o SENAC e SEBRAE, ou através de convênios, via PRODETUR.

Os principais recursos tecnológicos utilizados na SETUR são equipamentos de informática como computadores, impressoras, fotocopadora e serviço de internet, que

precisam tanto de manutenção, com atualizações periódicas ou substituições. Constatou-se à necessidade de que o órgão disponha de um software de gestão de projetos o que facilitaria na concepção do mesmo a gestão e acompanhamento.

A estrutura física é um ponto crítico no momento, dada a inadequação dos ambientes para o bom andamento das atividades, porém tal ponto já está a caminho da solução com as obras de adequação na sede própria da SETUR. Se os ambientes forem preparados, contemplando as conexões entre os setores e as necessidades dos clientes internos e externos as deficiências atuais serão minimizadas.

Analisando-se o relacionamento da SETUR a EMPROTUR, percebe-se a necessidade de uma maior aproximação e sintonia entre o órgão de planejamento do turismo e o órgão de promoção turística, para evitar atuações dessincronizadas ou sobrepostas. Tal realidade torna-se prejudicial aos planos de comercialização e promoção do Rio Grande do Norte e seus polos turísticos, uma vez que as ações priorizadas pela EMPROTUR, em termos de mercado e público, podem não estar alinhadas às metas idealizadas ou planejadas pela SETUR.

Apresenta-se abaixo um quadro completo que aponta as fragilidades identificadas por esse diagnóstico, considerando as áreas de escopo utilizadas, visando demonstrar de forma mais objetiva os tópicos a serem potencializados para a obtenção de melhorias na gestão da SETUR.

QUADRO 36. Principais Problemas Identificados na SETUR

ITEM	PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS
Gestão Estratégica	<ul style="list-style-type: none"> • Inexistência de um planejamento estratégico formalizado; • Planejamento gerado apenas por demandas específicas e pontuais dos gestores; • Baixo nível de compreensão dos objetivos da SETUR bem como das suas prioridades; • Falta de sintonia entre o planejamento da SETUR e da EMPROTUR; • Falta de entendimento sobre as posições hierárquicas.
Gestão de Processos	<ul style="list-style-type: none"> • Padronização e formalização dos processos apenas em alguns setores; • Baixo nível de controle dos processos, seja em meio físico ou eletrônico; • Baixa integração dos processos intra-setoriais, ocasionando descontinuidade e/ou retrabalho;
Gestão de Pessoas	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de atuação mais diretiva e conclusiva dos líderes; • Necessidade do aumento da capacidade de resposta em equipe; • Distribuição não equitativa ou desigual dos servidores pelos setores; • Desmotivação e falta de comprometimento de alguns colaboradores; • Necessidade de maior capacitação técnica específica para o turismo;
Gestão da Tecnologia da Informação	<ul style="list-style-type: none"> • Infraestrutura deficitária no que tange ao parque tecnológico; • Inexistência de um sistema que integre as informações intra-setoriais; • Inexistência de equipe técnica especializada; • Inexistência de um local para alojamento e guarda dos equipamentos de informática defeituosos ou em estoque; • Equipamentos obsoletos, quebrados e/ou em número insuficiente; • Baixa qualidade do acesso à internet; • Falta de um mecanismo de aceleração do acesso à informação interna (software); • Baixo nível de controle das informações eletrônicas; • Ausência de um site atualizado com informações específicas, relevantes e compatíveis com a atuação da SETUR;

CONT. QUADRO 36. Principais Problemas Identificados na SETUR

ITEM	PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS
Análise Conclusiva do Clima Organizacional	<ul style="list-style-type: none"> • Desmotivação e falta de comprometimento com a Secretaria por parte de alguns servidores; • Dificuldade em obter os resultados almejados ou mesmo concluir algumas tarefas previstas; • Infraestrutura inadequada para o trabalho diário;
Estrutura Orgânica	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de disparidades entre a estrutura formalizada e a praticada; • Ausência de definição e disseminação das funções por setor, bem como da hierarquia da organização; • Organograma desatualizado.
Terceirização dos Serviços	<ul style="list-style-type: none"> • Inexistência de uma área responsável por analisar o relacionamento com os terceirizados, visando o controle e melhoria dos serviços prestados, bem com a redução de custos;
Planejamento	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de um planejamento estratégico capaz de nortear as ações da entidade; • Inexistência de planos de ação que objetivem viabilizar as metas da SETUR; • Inexistência do hábito de planejar e executar ações de médio e longo prazo; • Ausência de ferramenta de apoio (sistema) que seja capaz de organizar e socializar as informações sobre objetivos definidos.
Integração de Ações	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade de manter a interação entre as equipes ou setores de forma sistematizada ou continuada;
Estrutura Física	<ul style="list-style-type: none"> • Espaço limitado para organização do mobiliário e locomoção dos servidores; • Ambiente para recepção de visitantes e/ou interessados inadequado; • Falta de organização e sistematização do arquivo;
Recursos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> • Não realização de concurso público; • Inexistência de equipe técnica no quadro de pessoal; • Alta proporcionalidade de cargos comissionados, frente aos contratados; • Entraves para realização de capacitação motivacional e técnica; • Necessidade evidente e imediata de capacitação técnica e comportamental;
Recursos Tecnológicos	<ul style="list-style-type: none"> • Computadores obsoletos e contaminados com vírus; • Necessidade de aquisição de computadores e periféricos; • Necessidade de suporte técnico contínuo; • Falta de suprimentos tecnológicos. Exemplo: Cartucho de tinta; • Site desatualizado; • Ausência de uma regra geral que norteie o acompanhamento das atividades de tecnologia da informação; • Ausência de vinculação de um sistema de informação com os processos internos;
Recursos Financeiros	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de um processo sistematizado e participativo para elaboração do orçamento anual; • Existência de cortes nas verbas, inviabilizando a execução de projetos;
Programas e Projetos Administrados	<ul style="list-style-type: none"> • Deficiência de planejamento financeiro, impactando na execução dos programas previstos.

CONT. QUADRO 36. Principais Problemas Identificados na SETUR

ITEM	PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS
Percepções e Expectativas do Trade Turístico	<ul style="list-style-type: none"> • Estrutura física da SETUR inapropriada; • Falta de divulgação dos atrativos turísticos do RN; • Falta de planejamento administrativo; • Ausência de um sistema de informações turísticas; • Baixo nível de integração e comprometimento dos servidores; • Falta de equipe técnica, principalmente para elaboração de projetos; • Consultas aos empresários sem apresentação de resultados; • Apoio limitado aos segmentos;
Relação SETUR-EMPROTUR	<ul style="list-style-type: none"> • Divisão confusa das funções entre SETUR e EMPROTUR; • Duplicidade de atividades realizadas pela SETUR e também pela EMPROTUR; • Dificuldade de comunicação entre os dois órgãos; • Baixa compreensão do raio de atuação de cada órgão por parte dos servidores da SETUR;
Benchmarking	<ul style="list-style-type: none"> • Não utilização da ferramenta “Benchmarking”, ocasionando atraso nas decisões e superficialidade perante os conhecimentos específicos do turismo;
Integração de Ações com Municípios	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de relacionamento mais aprofundado com os municípios, de modo a gerar resultados mais concretos a partir das intercessões existentes entre os mesmos;

Fonte: Diagnóstico Institucional – Plano de Fortalecimento da SETUR, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2010.

Diz-se que o turismo é uma prioridade para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte, mas para que isso se concretize e passe do plano das palavras às ações, é preciso que o planejamento estratégico, traçando-se metas futuras, seja realizado e implantado, de forma individual e independente e, também, em parceria com municípios, Governo Federal e outros estados nordestinos.

O primeiro passo para transformação dessa realidade já foi dado: a elaboração do Plano de Fortalecimento da SETUR, que propõe estruturar a Secretaria, no que se refere a aquisição de equipamentos, capacitação técnica e estruturação administrativa com a finalidade de corrigir as distorções acima citadas e fortalecer o órgão para a gestão da atividade turística no Estado.

b) Unidade Executora Estadual – UEE (PRODETUR)

A Unidade Executora Estadual – UEE do PRODETUR/RN foi instituída através de Decreto Governamental n. 12.371, de 11 de novembro de 1.994, destinada a promover o gerenciamento, a execução e supervisão de atividades, serviços e obras do Programa, atendendo às recomendações do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, para que o Governo do Estado tivesse um setor para operacionalização do Programa.

Após algumas mudanças na estrutura da UEE, bem como a transferência de sua vinculação, que passou por várias Secretarias, em abril de 2002 a UEE/RN voltou a integrar a estrutura da Secretaria Estadual de Turismo e a contar com uma estrutura voltada a atender a demanda do PRODETUR II, de acordo com os componentes previstos no contrato de empréstimo.

A UEE está estruturada com uma coordenação que é o próprio Subsecretário da SETUR, e quatro coordenadorias: Jurídica, Técnica, Operacional e Administrativa e Financeira. Além desses cargos, a estrutura da UEE conta também com Sub-coordenadorias de: Transportes,

Saneamento, Meio Ambiente, Qualificação Profissional, Resíduos Sólidos, Informática e Fortalecimento da Gestão Municipal.

3.2.12.2. Estrutura Municipal de Turismo

Para a análise da estrutura institucional dos municípios do Polo Costa Branca foi elaborado e enviado um questionário às Prefeituras Municipais, com prazo para devolução, estando a Consultoria à disposição para esclarecimentos.

O preenchimento do questionário, enviado em conjunto com o questionário sobre a oferta turística dos municípios, se mostrou um desafio, sendo necessária a cobrança reiterada e adiamento de prazos.

QUADRO 37. Status do Preenchimento dos Questionários Enviados

MUNICÍPIO	Status
Apodi	Sim
Areia Branca	Sim
Assú	Sim
Caiçara do Norte	Sim
Carnaubais	Sim
Galinhos	Sim
Grossos	Sim
Guamaré	Sim
Itajá	Não
Macau	Sim
Mossoró	Sim
Pendências	Sim
Porto do Mangue	Sim
São Bento do Norte	Sim
São Rafael	Sim
Tibau	Sim
Serra do Mel	Sim

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

A proposta do preenchimento do questionário era quantificar e qualificar o aparato público, especialmente quanto à gestão do turismo, as quais apenas a equipe municipal pode disponibilizar. Essas informações permitem uma análise sobre as estruturas administrativas do turismo em atender as demandas que o desenvolvimento sustentável da atividade requer, bem como, conhecer os instrumentos de planejamento existentes nos municípios. Em algumas situações, mesmo a prefeitura não tendo respondido ao questionário, a equipe da consultoria buscou levantar os dados, sobre a instância de governança regional e legislações, que estavam disponíveis em outras fontes.

Quando se analisa a capacidade institucional dos municípios do Polo Turístico Costa Branca, nota-se que a estruturação dos órgãos é pequena. Apenas nas cidades em que o turismo vem sendo trabalhado há algum tempo existe uma estrutura organizacional estruturada, com equipe técnica e equipamentos, como Mossoró, por exemplo. Mas, mesmo assim, se percebe poucos profissionais com formação em turismo ou em áreas afins desenvolvendo atividades nas prefeituras, e quando há, geralmente são em cargos comissionados ou contratados.

É comum, encontrar órgãos municipais de turismo sem técnicos efetivos ou até mesmo funcionários que exercem funções administrativas, ou seja, é notória a deficiência quantitativa de recursos humanos aptos para gerenciar a atividade turística, quiçá, até mesmo deficiência qualitativa, no sentido de planejamento turístico.

É importante contratar técnicos, a partir da realização de concursos públicos, e qualificar os já existentes, preferencialmente os efetivos, do setor turístico, uma vez que tanto a política do turismo, do urbanismo e do meio ambiente, constituem-se nos pilares da realidade de sustentação e crescimento da economia e nas oportunidades de geração de ocupação e renda de forma ordenada e sustentável para a população. Existe também a importância da utilização desses instrumentos para que seja desenvolvido um planejamento cada vez mais consistente e eficaz dentro das equipes técnicas municipais. Há a necessidade de constituição de equipe municipal voltada a esse fim, como também é fundamental que as Prefeituras agreguem uma política voltada às ações estratégicas e organizacionais do município para que possa conduzir o processo de desenvolvimento do turismo e impedir que aconteça de forma desordenada e sem sustentabilidade.

Observa-se, no geral, que os órgãos municipais ressentem-se de uma estrutura mais compatível com os avanços tecnológicos atuais, notadamente nos aspectos de informações. Nota-se, inclusive, falta de equipamentos para realizar as atividades rotineiras, situação agravada pelo fato de muitas secretarias não possuírem dotação orçamentária própria. Essa ausência de recursos orçamentários alocados compromete as ações municipais na gestão do turismo, impedindo até mesmo a execução de um planejamento.

Esse fato fica patente no momento da elaboração do PDITS. Muitos municípios desconheciam a sua própria oferta turística, seja de atrativos turísticos, seja do número de equipamentos e serviços existentes na localidade. Da mesma forma, inexistem quaisquer dados sobre perfil dos turistas, fluxos de visitantes, taxas de ocupação hoteleira, dentre outros indicadores.

Contudo, acredita-se que essa realidade das gestões municipais existentes no Polo Costa Branca não seja diferente das demais existentes no país. O que se encontra nas administrações públicas é sistema de governo que se resume a estrutura parcial de planejamento, muito focada em programação orçamentária; pouca estrutura em planejamento de curto prazo e inexistente em planejamento de médio e longo prazo. É difícil encontrar sistemas de monitoramento, avaliação global de gestão, gerência de sistemas e processos, gestão governamental, agenda do dirigente, análise de grande estratégia, dentre outros. Isso fica claro ao se fazer o levantamento e perceber que na região não há dados concisos sobre o turismo.

Focando-se em setores específicos como turismo e meio ambiente, por exemplo, percebe-se ser o número de funcionários, a estrutura e os equipamentos insuficientes às exigências atuais e, conseqüentemente às futuras, principalmente para atendimento à demanda de cumprimento da nova política proposta pelo Plano Nacional do Turismo e pelo Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil.

Faz-se necessário que os municípios trabalhem com a perspectiva de fortalecimento da gestão do turismo com vistas ao aprimoramento de sua capacidade gerencial para manter a governabilidade necessária à manutenção da qualidade de vida de seus moradores e a perpetuação dos atrativos naturais, históricos, culturais e turísticos do seu município.

Assim, faz-se imprescindível a elaboração de ações que fortaleçam a capacidade de gestão dos órgãos municipais de turismo, e também meio ambiente e cultura, para que tenham a capacidade de planejar e executar ações com eficiência, especialmente naqueles municípios litorâneos.

Da mesma forma, é preciso criar mecanismo de maior interação e troca de informações entre as secretarias municipais de turismo e a SETUR para que, apesar de independentes, os esforços sejam conjuntos para desenvolver o turismo, especialmente no que tange às

informações e dados sobre a oferta turística, fluxos de turista, perfil etc., dados hoje inexistentes na maior parte dos municípios.

3.2.12.3. Instrumentos de Planejamento Municipal - Legislação

A ausência de instrumentos normativos (Planos Diretores, Leis de Uso do Solo, Códigos de Obras, Código de Meio Ambiente e Plano de Turismo), dificulta o desenvolvimento sustentável do turismo, pois, não há especificações sobre onde e de que forma o turismo pode se desenvolver no espaço geográfico.

Um dos desafios do Poder Público consiste em elaborar as legislações de sua competência, ou seja, aquelas que interferem diretamente no interesse público municipal, bem como cumpri-las, gerindo o território municipal bem como outras temáticas com o objetivo do bem comum. Para isso, necessitam tanto de instrumentos de planejamento coerentes com o que prega as legislações federais, bem como de uma estrutura administrativa capaz de gerir tais instrumentos e fiscalizar a sua aplicação. Essa, talvez, seja a fase mais difícil.

Nesse tópico, entende-se que o Plano Diretor, o Código de Obras, o Código de Meio Ambiente e o Plano de Turismo são instrumentos legais mínimos necessários ao planejamento sustentável do turismo no Polo Costa Branca.

A Constituição Federal de 1988 dispõe o Plano Diretor como o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, necessário para que a propriedade cumpra a sua função social, especificando a sua obrigatoriedade para municípios com mais de vinte mil habitantes. Com o advento do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001), estendeu a sua obrigatoriedade também para municípios inseridos em zonas de especial interesse turístico.

O Estatuto da Cidade propõe um Plano Diretor Participativo, tendo como regra fundamental a participação da população nas etapas de elaboração, implantação e fiscalização da gestão do Plano, buscando elaborar um modelo de planejamento urbano com os diversos setores da sociedade.

O Quadro abaixo apresenta a relação dos municípios do Polo e seu status quanto à existência ou não das legislações referidas.

QUADRO 38. Legislações Municipais

Município	Plano Diretor	Código de Meio Ambiente	Código de Obras	Plano de Turismo
Apodi	Sim	Não	Sim	Não
Areia Branca	Sim	Não	Sim	Não
Assú	Sim	Não	Sim	Sim
Caiçara do Norte	Não	Não	Não	Não
Carnaubais	Não	Não	Não	Não
Galinhos	Não	Não	Sim	Não
Grossos	Não	Não	Não	Sim
Guamaré	Não	Não	Não	Sim
Itajá	Não	Não	Não	Não
Macau	Sim	Não	Não	Não
Mossoró	Sim	Sim	Sim	Sim
Pendências	Não	Não	Não	Não
Porto do Mangue	Não	Não	Não	Não
São Bento do Norte	Não	Não	Não	Não
São Rafael	Não	Não	Não	Não
Tibau	Não	Não	Não	Não
Serra do Mel	Não	Não	Não	Não

Fonte: Prefeituras Municipais, 2009.

Organização: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Vê-se que dos dezessete municípios do Polo, apenas cinco deles (Mossoró, Areia Branca, Assú, Macau e Mossoró) possuem Plano Diretor; apenas um tem o Código de Meio Ambiente (Mossoró). No tocante ao Código de Obras, cinco municípios contam com essa legislação (Apodi, Areia Branca, Assú, Galinhos e Mossoró), enquanto quatro afirmaram ter Plano de Turismo (Assú, Grossos, Guamaré e Mossoró).

O Polo Costa Branca, como ficou demonstrado na Parte 1 é uma área bastante sensível, já que apresenta um ambiente frágil e a convivência de diversas atividades econômicas impactantes como a exploração de petróleo e sal. Assim, faz-se mister que o planejamento territorial seja elaborado a partir da instituição e aplicação de legislações reguladoras para que o turismo que aí se desenvolva venha a somar, trazendo benefícios para a comunidade.

Dessa forma, é fundamental que o Polo Costa Branca, prioritariamente, esteja preparado institucionalmente para o turismo antes da execução de obras e infraestruturas na região, sendo premente que todos os municípios contem com Plano Diretor, Código de Obras e Código de Meio Ambiente.

Não se trata apenas do processo de elaboração de Leis, mas sim do acompanhamento e monitoramento de sua implantação no âmbito municipal e dos seus reflexos na qualidade de vida da população, creditando ao Governo Municipal a responsabilidade do cumprimento das regras, nela estabelecidas. Com o fortalecimento da gestão municipal, as equipes de técnicos municipais estarão habilitados a aplicar os instrumentos elaborados.

3.2.12.4. Instâncias de Governanças - Conselhos

A implementação e execução do Plano Nacional do Turismo (2007/2010) propõe que nas instâncias estaduais de turismo tenha a contextualização das ações da Política Nacional, estruturando o turismo nos estados, regiões e municípios, propondo, deliberando, validando e encaminhando assuntos de competência e interesse da Política Estadual do Turismo.

O Governo do Estado do Rio Grande do Norte com o objetivo de cumprir as determinações do Plano Nacional do Turismo passou a instituir as instâncias de governanças regionais de turismo, de maneira paritária, composta por instituições envolvidas com o turismo.

Entretanto, antes das determinações do Plano Nacional de Turismo, o Governo do Estado em parceria com o Banco do Nordeste instituiu, em 2005, o Conselho de Turismo do Polo Costa Branca, que atualmente é composto por 30 (trinta) instituições membros, que desenvolvem ações ligadas, direta ou indiretamente, com o turismo, são elas:

Poder Público

- BNB – Banco do Nordeste do Brasil;
- GRPU – Gerência Regional do Patrimônio da União;
- Petrobrás – Empresa Brasileira de Petróleo;
- SETUR - Secretaria de Estado do Turismo;
- SETHAS - Secretaria de Estado do Trabalho da Habitação e da Assistência Social;
- Prefeitura Municipal de Apodi;
- Prefeitura Municipal de Areia Branca;
- Prefeitura Municipal de Assú;
- Prefeitura Municipal de Galinhos;
- Prefeitura Municipal de Guamaré;
- Prefeitura Municipal de Macau;
- Prefeitura Municipal de São Bento do Norte;
- Prefeitura Municipal de Mossoró;
- Prefeitura Municipal de Pendências;
- Prefeitura Municipal de Porto do Mangue;
- Prefeitura Municipal de Itajá;
- Prefeitura Municipal de Carnaubais;
- Prefeitura Municipal de Serra do Mel;
- Prefeitura Municipal de São Rafael;
- Prefeitura Municipal de Caiçara do Norte.

Sociedade Civil Organizada:

- ABIH - Associação Brasileira da Indústria de Hotéis;
- ACIM - Associação Comercial e Industrial de Mossoró;
- CDL – Câmara dos Dirigentes Lojistas;
- COOPTUR - Cooperativa de Turismo;

- IFRN – Instituto Federal do Rio Grande do Norte;
- ONG Baobá;
- ONG Salvart;
- SEBRAE - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do RN;
- SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial;
- UERN – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

É importante ressaltar, conforme previsto no Plano de Trabalho, o Conselho Regional atua como importante espaço de planejamento, deliberação e viabilização de ações e projetos de desenvolvimento de turismo no Polo Costa Branca. O Conselho tem por função estratégica coordenar, conduzir, monitorar e legitimar a elaboração do PDITS do Polo. Durante o processo de elaboração do PDITS, o Conselho representará momentos de síntese, quando haverá a ampliação dos debates e a avaliação dos resultados atingidos até um determinado estágio do processo, para dar encaminhamento às novas etapas.

Os municípios, de uma maneira geral, não possuem um Conselho Municipal de Turismo em funcionamento, com exceção de Apodi, Mossoró e Porto do Mangue. Enquanto que Guamaré e Areia Branca têm conselho desativado.

O meio ambiente, na maioria dos municípios do Polo, não possui uma instância de governança, à exceção de Areia Branca, Carnaubais, Grossos, Mossoró e Porto do Mangue.

QUADRO 39. Instâncias de Governança

Município	Conselho Municipal de Turismo	Conselho de Meio Ambiente	Membro Titular do Conselho Regional
Apodi	Não	Não	Sim
Areia Branca	Sim	Não	Sim
Assú	Sim/Desativado	Sim	Sim
Caiçara do Norte	Não	Não	Não
Carnaubais	Não	Sim	Não
Galinhos	Não	Não	Sim
Grossos	Não	Sim	Não
Guamaré	Sim/Desativado	Não	Sim
Itajá	Não	Não	Não
Macau	Não	Não	Sim
Mossoró	Sim	Sim	Sim
Pendências	Não	Não	Não
Porto do Mangue	Sim	Sim	Sim
São Bento do Norte	Não	Não	Não
São Rafael	Não	Não	Não
Serra do Mel	NR	NR	Não
Tibau	Não	Não	Não

Fonte: Prefeituras Municipais, 2009.

Organização: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Essa instância de governança é relevante para o município por proporcionar um espaço voltado para um novo paradigma de desenvolvimento. É um local formado por diversos atores que podem pensar o turismo, ou seja, são espaços de negociação que permite a

construção de consensos, gestão de conflitos e que possibilita a produção coletiva de projetos.

Em resumo, vê-se que o Rio Grande do Norte tanto em nível estadual como municipal possui pouca capacidade de gestão do turismo, área que deverá ser bastante trabalhada no PDITS. Além da infraestrutura deficitária (falta de computadores, impressoras, telefone, etc.), carece ainda de técnicos efetivos capacitados para o planejamento e a gestão do turismo. O número de funcionários efetivos é insignificante se comparado aos cargos comissionados, prejudicando, assim, a continuidade no planejamento e gestão. Tal situação se reflete em todos os níveis da gestão do turismo: ausência de informações básicas dos municípios como da oferta de equipamentos turísticos, atrativos turísticos, contagem de fluxo de visitantes, taxa de ocupação hoteleira, dentre outros.

3.2.13. Promoção Turística

A promoção turística do Rio Grande do Norte é feita pela EMPROTUR, Empresa Potiguar de Promoção Turística, responsável por promover o Estado em feiras e eventos turísticos nacionais e internacionais.

As ações de Marketing de promoção do Estado abrangem: participação em feiras e eventos que envolvam o *trade* turístico nacional e Internacional; panfletagem, outdoors e banners; - veiculação de imagens e informações acerca do Rio Grande do Norte na mídia direcionada para a área turística; captação de vôos *charters*, especialmente de provenientes de países europeus; informações divulgadas pelas redes hoteleiras, via internet; informações divulgadas através de *busdoor*, *outdoors* entre outros (especificamente em Portugal, fruto da Semana do Turismo do Natal em Portugal); e outras ações de menor grau de influência.

Contudo, não existe uma política de marketing estratégica, que oriente os investimentos em promoção turística em mercados prioritários, ocorrendo de forma dispersa e sem fundamentação em estudos de mercado.

Nesse contexto, é de fundamental importância a realização de pesquisas de mercado que identifiquem nichos de turistas interessados nos produtos turísticos que o Polo Costa Branca tem a oferecer. Com os resultados da pesquisa de mercado, seria possível elaborar um plano de marketing focado para os objetivos em curto, médio e longo prazos que Estado planeja para essa região turística, seja de posicionamento no mercado, de diversificação de oferta ou de requalificação para atrair novos clientes etc., tudo para torná-lo mais atraente e mais competitivo regional, nacional e internacionalmente.

Além disso, importa dizer que o gasto com promoção turística no Rio Grande do Norte ainda é muito limitado. Segundo informações da SETUR, foram gastos em 2008 R\$ 882.056,00, enquanto em 2009 esse valor pulou para R\$ 6.644.925,00. O trabalho desenvolvimento para o Fortalecimento Institucional da SETUR diagnosticou que os recursos do órgão são bastante limitados e imprevisíveis, sendo comum que as verbas que estavam inicialmente previstas sejam cortadas no decorrer do ano.

O SEBRAE é importante parceiro da SETUR e EMPROTUR no trabalho de promoção turística do Polo Costa Branca, tendo sido iniciado em 2009 uma consultoria para roteirização e promoção do Polo Costa Branca, renovada esse ano.

O Polo Costa Branca até pouco tempo atrás contava com um site institucional, que foi recentemente tirado do ar. Em termos de promoção e divulgação na internet, conta, em termos institucionais, apenas das informações contidas no site da SETUR. Este, diga-se de passagem, possui um limitado número de informações, além de ser pouco dinâmico e atrativo, bastante aquém das expectativas dos turistas que fazem suas pesquisas pela internet.

Dessa forma, é fundamental que a promoção turística do Polo Costa Branca, bem como a do Rio Grande do Norte seja feita de forma planejada – a partir da definição de um público-alvo, da elaboração de estratégias de captação de pessoas, da reestruturação e modernização do site do Polo etc. Assim, mostra-se importante a realização de pesquisa de mercado potencial, bem como de formas de dinamizar a promoção pela internet e outras mídias sociais.

Em termos de destinos, Galinhos tem despertado atenção na mídia nacional, sendo alvo de reportagens de televisão e de sites turísticos, como o UOL.

3.2.14. Concorrência/Competitividade

O Rio Grande do Norte tem buscado criar Polos turísticos com o objetivo de dispor as localidades de mais uma atividade produtiva. Surge, assim, o **Polo Costa Branca** localizado na região do semi-árido, zona oeste do Estado, com 17 municípios. O Polo caracteriza-se por dispor em seu conjunto municípios com alternativas do turismo de natureza, cultural, religioso ou místico, gastronômico, eventos ou negócios, rural, e do turismo de Sol e praia.

Além disso, o Polo é composto por municípios que desenvolvem atividades produtivas de grande importância para a economia do Estado como o sal, a fruticultura irrigada e o petróleo. É importante destacar estes aspectos econômicos, uma vez que, o desenvolvimento da atividade turística, em função da sazonalidade, necessita de outros setores produtivos que possam auxiliar na atração de turistas para a região.

O desenvolvimento da atividade turística em todo o mundo tem levado a necessidade de busca de informações consistentes sobre a atividade turística, com este objetivo o Fórum Econômico Mundial publicou um documento que revela o ranking de competitividade dos países onde o Brasil encontra-se em 45º lugar; neste mesmo sentido o Governo Federal, através do Ministério do Turismo estar desenvolvendo um trabalho em 65 destinos indutores do turismo do Brasil, em busca de informações que possam medir a sua competitividade. Diante do esforço que vem sendo realizado para buscar informações da atividade turística será feito a seguir uma breve análise de alguns indicadores socioeconômicos do Polo Costa Branca que permitem um certo posicionamento em relação à concorrência.

3.2.14.1. Concorrentes

Observam-se a existência de vários competidores diretos e indiretos ao Polo. Diretamente pode-se dizer que as cidades do Polo Costa Branca concorrem com o Polo do Seridó nos recursos turísticos: sítios arqueológicos e paleontológicos, blocos rochosos, lagoas, açudes, festas, festivais, culinária, artesanato e uma cultura interiorana e com o Polo Costa das Dunas no turismo de Sol & Mar, inclusive sendo este com uma melhor estrutura competitiva, sendo a fonte de entrada de turistas regionais, nacionais e internacionais no Estado do RN.

Vale considerar, ainda, que o Rio Grande do Norte concorre fortemente com os Estados vizinhos do Ceará, Paraíba e Pernambuco no turismo com característica sol e praia, e também no ecoturismo com recursos e atrativos turísticos diversificados, como se pode ver no quadro dos municípios que competem com o turismo do Polo Costa Branca.

QUADRO 40. Municípios Concorrentes do Polo Costa Branca (RN, CE, PB, PE)

Municípios RN	Atrativos
São Miguel do Gostoso, Rio do Fogo, Touros, Maxaranguape, Extremoz, Ceará-mirim, Natal, Parnamirim, Nísia Floresta, Arez, Tibau do Sul, Baía Formosa, Caicó, Currais Novos, Acari, Parelhas, Jardim do Seridó, Carnaúbas dos Dantas, Serra de São Bento, Lajes, Martins, Patú e Apodi.	Praias adequadas, recifes, passeios de barcos e de bugre, construções históricas, floresta tropical, Sítios arqueológicos, paredões e blocos rochosos, Atrativos paleontológicos, Piscinas naturais, morros, lagoa, açudes, serras, mirantes, lajedos, festas, festivais, culinária e artesanato.
Municípios CE	Atrativos
Fortim, Aracati, Icapuí, Barroquinha, Camicim, Jijoca de Jericoacoara, Cruz, Acaraú Itarema, Quixadá, Quixaramobim, Palmácea, Pacoti, Guaramiranga, Mulungu, Aratuba, Baturité, Redenção, Juazeiro do Norte, Crato, Nova Olinda, Santana do Cariri, Araripe, Jardim, Barbalha, Missão Velha.	Praias, dunas, coqueirais, piscinas naturais, formações rochosas, falésias, ilhas, cavernas, cânios, lagoas, sítios arqueológicos, açudes, monumentos históricos, festas, culinária, artesanato, trilhas, cachoeiras, fontes, mirantes, balneários, engenhos, museus, igrejas, monumentos, romarias.
Municípios PB	Atrativos
João Pessoa, Bayeux, Conde, Cabedelo, Pitimbu, Lucena, Rio Tinto, Baía da Tradição, Macacão, Marataca, Capina Grande, Ingá, Fagundes, Boqueirão, Bananeiras, Cabaceiras, Pocinho, Areia, Araruna, Pirpirituba, Serraria, Guarabira, Souza, Santa Luzia, S. J. do Rio do Peixe, Coremas, Maturéia.	Praias, dunas, coqueirais, piscinas naturais, formações rochosas, falésias, ilhas fluviais, manguezais, rios piscosos, blocos de rochas, fendas, cachoeiras, sítio arqueológicos, Fósseis, reserva ecológica, vestígios de dinossauros, fontes, arte, festas e culinária.
Municípios PE	Atrativos
Goiana, Iamaracá, Itapissuma, Igaráçu, Cabo Santo Agostinho, Ipojuca, Barreiros, São José da Coroa Grande, Caruaru, Gravatá, Garanhuns, Pesqueira, Venturosa, Arcoverde, Bonito, Serra Talhada, Triunfo, Belém do São Francisco, Santa Maria da Boa Vista, Petrolina.	Praias, dunas, coqueirais, piscinas naturais, formações rochosas, falésias, ilhas, rios, recifes, manguezais, Formação areníticas, sítios arqueológicos, piscinas naturais, cavernas, cachoeiras, mirante, fontes, trilhas, furnas, mata atlântica, grutas, engenhos, culinária, corredeiras, festas e artesanato.

Fonte: Embratur, 2001.

No quadro dos concorrentes se observa que dentro do próprio Estado o Polo encontra concorrentes como Caicó, Currais Novos, Acari, Serra de São Bento, Martins, Patú, Natal, Tibau do Sul, Parnamirim, Maxaranguape, entre outros, com os mesmos atrativos. Nos Estados vizinhos alguns municípios já apresentam um maior grau de desenvolvimento da atividade turística como Fortaleza, Aracati, Jericoacoara, Quixadá, Guaramiranga e Juazeiro do Norte no Ceará; João Pessoa, Baía da Tradição, Cabedelo, Campina Grande, Areia e Souza na Paraíba; Recife, Itamaracá, Cabo de Santo Agostinho, São José da Coroa Grande, Gravatá, Garanhuns e Petrolina em Pernambuco.

O município de Mossoró tem apresentado atrativos turísticos que se destacam no cenário regional e nacional, como os festejos juninos que já concorre diretamente com Campina Grande e Caruaru; já os litorâneos apresentam atrativos turísticos que podem obter crescimento através de um corredor turístico (Areia Branca-São Miguel do Gostoso) ligado ao Polo Costa das Dunas, principalmente com o município de São Miguel do Gostoso pelo seu reconhecimento a nível estadual e nacional por suas belezas naturais e por ser um local propício para o desenvolvimento do ecoturismo e também ao litoral do Ceará. A criação de roteiros turísticos integrados as belas praias, com o ecoturismo e com o turismo de eventos pode ser um diferencial para o Polo.

Entretanto, considerando as macrodimensões de infraestrutura, turismo, políticas públicas, economia e sustentabilidade, já apresentadas, surgem inúmeras deficiências, demonstrando a necessidade de partir de ações elementares à estruturação da atividade turística. Inclusive levando em consideração que já existe no estado o Polo Costa das Dunas com condições de competitividade muito mais desenvolvidas, mesmo assim, ainda aquém de outros estados nordestinos como Ceará, Pernambuco e Bahia.

O Polo Costa Branca tem o município de Mossoró como seu indutor com melhor infraestrutura de apoio e de recepção para o turismo da região, já os municípios litorâneos podem integrar suas ações com o próprio Polo e com o Polo Costa das Dunas. Mesmo observando a necessidade de maior infraestrutura em diversos aspectos socioeconômicos, percebe-se que o crescimento econômico que alguns municípios têm apresentado indica a possibilidade de estabelecer uma ligação virtuosa com a atividade turística, desde que realize ações voltadas para a estruturação da atividade nas Macrodimensões de Infraestrutura, Turismo, Políticas Públicas, Economia e Sustentabilidade.

O Polo Costa Branca atualmente não possui nenhum estudo de demanda potencial ou atual que abarque a diversidade de sua oferta turística – sertão e litoral. A única pesquisa de demanda ocorre em Mossoró, realizada apenas no período do evento “Mossoró Cidade Junina”.

Assim, em função da oferta turística do Polo Costa Branca e dos estudos iniciais aqui apresentados, pode-se inferir que o Polo tem um grande potencial para desenvolver o turismo de sol e praia, turismo de natureza/ecoturismo, turismo aventura e turismo náutico.

Em recente pesquisa sobre hábitos de consumo da demanda nacional – real e potencial – do Ministério do Turismo, constatou-se que a maior parte dos turistas associa às viagens a idéia de descanso e tranquilidade, sendo as praias a imagem que melhor define isso. Por isso, o Polo Costa Branca apresenta uma grande vantagem competitiva.

Apesar de ser um dos maiores segmentos de turismo mundial, é bastante difícil definir o perfil do **turismo de sol e praia**, segundo informações do Ministério do Turismo¹⁵. Porém, as características físicas e ofertas de serviços de um destino poderão vir a determinar o tipo de frequentador do mesmo. Alguns estudos gerais apontam que o turismo no litoral é especialmente sensível à variação da renda dos consumidores, na medida em que o aumento de renda do turista significa um incremento na sua demanda por esse tipo de lugar. O que se percebe são algumas características comuns aos turistas e usuários da praia motivados pelo desejo de descanso, práticas esportivas, diversão, novas experiências e busca de vivências e interação com as comunidades receptoras.

O ecoturismo, como segmento de mercado turístico, é bastante competitivo e deve oferecer produtos compatíveis com as exigências do ecoturista que, por se tratar de um público diferenciado, exige alta qualidade de produtos e serviços. Assim, aliado a essa estratégia – deve ser realizado um trabalho maciço de qualificação e capacitação profissional, bem como da melhoria da estrutura dos equipamentos e infraestrutura ofertada no Polo Costa Branca.

Para o MTur, o **ecoturista** apresenta perfis diferenciados em função das diversas atividades motivacionais que determinam as características de cada público. Entretanto, é possível observar alguns elementos comuns e classificar como características do perfil de maior incidência no segmento os indivíduos: entre 25 e 50 anos; poder aquisitivo médio e alto; escolaridade de nível superior; profissão de caráter liberal; viaja sozinho ou em pequenos grupos; permanência média no destino: nacional 4 dias e internacional 10 dias; procedência de grandes centros urbanos e o desejo de contribuir para a conservação do meio ambiente.

Como o anterior, um perfil único para o **turista de aventura** é difícil de definir, já que também dependerá da atividade que pretende fazer. Apresentam, contudo, elementos comuns, como o apreço pela emoção, pelo desafio e por novas experiências e sensações.

¹⁵ Ministério do Turismo. Curso de Segmentação do Turismo: Estruturação do Produto Turístico, 2009.

Com base nesse pressuposto, podem-se elencar algumas características gerais do consumidor desse segmento: idade entre 18 e 40 anos; poder aquisitivo médio a alto; nível superior completo; demonstra respeito pelo ambiente natural e social; exige qualidade, segurança, acessibilidade e informação; sendo suas motivações: recreação ativa, desafios e emoção; vivências e experiências memoráveis e interação com outros praticantes.

Em relação ao perfil do **turista náutico**, este varia em relação ao tipo de viagem, à propriedade da embarcação, entre outros, como se pode perceber no Quadro abaixo.

QUADRO 41. Perfil do Turista Náutico

Tipos de Turista	Motivação	Perfil
Turista de Cruzeiro	Neste nicho, a embarcação destaca-se como o próprio atrativo motivador do deslocamento. Mais do que conhecer cidades, passear por diferentes regiões, o turista náutico de cruzeiro busca vivenciar ao máximo as experiências internas do navio.	<ul style="list-style-type: none"> - Faixa etária entre 31 e 65 anos; - Cerca de 80% possuem uma renda média familiar acima de R\$ 5.000,00; - 54% possuem nível superior e 20% pós-graduação; - 55% dos que optam por cruzeiros costumam viajar para o exterior; - 94% realizam outras viagens pelo país; - Busca segurança, agilidade e conforto; - Pouca disponibilidade de tempo; - Visita o maior número de atrativos durante as atracações (restaurantes, shows e feiras, por exemplo); - 75% retornam ao destino turístico por via aérea.
Turista Náutico de Recreio e Esporte (barcos de pequeno e médio porte)	<p>Realizar uma viagem ativa, em contato com a água e no caso dos barcos à vela, interagindo com o sistema de ventos das regiões visitadas.</p> <p>Desfrutar de autonomia e liberdade, já que reúnem no mesmo equipamento (o barco) a moradia/estadia e o meio de transporte, podendo alterar roteiros e tempo de permanência de acordo com os próprios interesses e necessidades.</p> <p>A preservação da natureza, riqueza cultural e gastronomia são fatores que agregam valor e influenciam fortemente no momento da escolha do destino, assim como a possibilidade de realizar atividades náuticas, em lazer ou em competição.</p>	<p style="text-align: center;">Turista Internacional</p> <p>Com embarcação própria:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Idade entre 40 e 50 anos; - Poder aquisitivo elevado (gasta, em média, cinco vezes mais que um turista convencional); - É profissional liberal ou empresário; - Interessa-se pela cultura, gastronomia e esportes da região (principalmente náuticos); - Permanece a bordo grande parte do tempo; - É, na maioria das vezes, europeu ou americano; - Visita vários destinos durante a permanência no País; - Gera postos de trabalho ao contratar serviços de manutenção e marinheiros; - Continua gastando no destino mesmo quando volta ao país de origem, pois deixa o barco no país visitado para aproveitar mais uma temporada no futuro. <p>Com embarcação alugada:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Entre 30 e 50 anos; - Majoritariamente homens; - Escolaridade: Técnico/Superior; - É profissional liberal ou empresário.

CONT. QUADRO 41. Perfil do Turista Náutico

Tipos de Turista	Motivação	Perfil	
		Turista Nacional	<p>Com embarcação própria</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pertence à classe média alta ou classe alta; - É empresário, profissional liberal ou aposentado; - Possui tempo disponível para viagens longas; - As embarcações permanecem no mesmo porto ou marina por mais de seis meses; - Parte deste grupo se movimenta pelo litoral em busca de eventos náuticos esportivos como regatas e outras competições. Uma pequena parcela deste destoa do padrão normal em relação ao tempo. Por isso, contrata profissionais que possam levar os barcos. <p>Com embarcação alugada</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pertence à classe média; - Utiliza serviços de aluguel oferecidos pelas marinas e clubes náuticos; - Realiza viagens curtas e de fim de semana.

Fonte: Ministério do Turismo, Curso de Segmentação do Turismo: Estruturação do Produto Turístico, 2009.

Esse é um mercado com grande poder aquisitivo e, como o turista de aventura e o ecoturista, exige equipamentos e serviços de qualidade e infraestrutura adequada às suas necessidades.

Como estratégia de comercialização e promoção turística, deve-se investir prioritariamente no litoral, entre os municípios de Areia Branca e São Miguel do Gostoso que ocasiona a integração dos dois polos turísticos, aproveitando-se também a marca já conhecida de Natal (Polo Costa das Dunas), com o diferencial de ser um destino litorâneo com praias menos adensadas, intocadas e selvagens, voltadas para um nicho de mercado que prefere ambientes mais preservados. Um público que valorize a singularidade e autenticidade da experiência, preocupado em manter uma relação mais estreita com a natureza e seu estado de conservação, bem como com as comunidades receptoras, como o ecoturista.

Em estudo realizado pelo Governo de Portugal sobre o mercado do turismo náutico na Europa (principal emissor de turistas náuticos), a Alemanha e Escandinávia são os principais emissores de turista no movimento interno ao continente. Já o movimento aduaneiro de Gibraltar, Bahamas e Trinidad (1999-2003) apontam que britânicos e franceses são os que mais se lançam ao mar em busca de viagens transoceânicas. O principal destino destes é o Caribe. Porém, com o Decreto Presidencial que amplia o prazo de permanência dos barcos estrangeiros de lazer de três meses (renováveis por mais três meses) para dois anos, o Brasil se coloca na rota de destinos possíveis e atraentes para este segmento do turismo internacional.

O Polo Costa Branca, dessa forma, tem que preparar as bases legais, como por exemplo, o Plano Diretor de Turismo Náutico que pode ser realizado em parceria com o Polo Costa das Dunas – a partir de instrumentos de planejamento, e as bases infraestruturais para a recepção de tais nichos de mercado, sendo necessário investir largamente em capacitação

e qualificação profissional, gestão empresarial, fortalecimento institucional, além da infraestrutura de ancoradouros públicos, portos, serviços de busca e salvamento, equipamentos de saúde, saneamento ambiental entre outros, para que dessa forma esse segmento seja estruturado e ordenado de acordo com as normas estabelecidas no plano.

Os ancoradouros públicos são alternativas favoráveis para a inserção do turismo náutico no Polo Costa Branca, dessa forma o Plano Diretor de Turismo Náutico tem como papel fundamental direcionar uma infraestrutura adequada dos ancoradouros, analisando a particularidade e a viabilidade técnica de cada trecho do litoral, pois os mesmos possuem tanto utilidade turística como para a prática da pesca artesanal.

3.2.15. Turismo e Comunidade no Polo Costa Branca

Há uma aceitação consensual de que acesso e hospedagem se constituem nos elementos básicos para dinamização da atividade de turismo, aos quais se somam recursos naturais, atrativos culturais, históricos e também serviços de apoio a atividade, além de dinamização de cadeias, etc. Ao mesmo tempo, na atualidade, os estudos temáticos do turismo ganham relevância devido a importância econômica e social das atividades de lazer e turismo nas sociedades contemporâneas, observando-se uma maior diversidade de fatores estudados, particularmente quando se trata de turismo e sustentabilidade. Em tal perspectiva, o conhecimento e audição da comunidade é incontestável. A comunidade, no geral, está associada a experiências positivas, mas também evoca tudo o que se sente falta e do que se precisa para viver seguro e confiante. A vida na cidade inclui a sociabilidade entre estranhos e diversos, em contínua mudança, e isso requer minimamente a qualificação do espaço social habitado e dos seus agentes.

Na condição de fenômeno socioeconômico, com consequentes desdobramentos sociais, o turismo não se limita apenas a empreendimentos de governos e mercado, mas também a pessoas (sociedade), já que o seu desenvolvimento também inclui dois aspectos importantes: o interesse dos turistas e o interesse do local (sociedade receptora) que recebe os turistas. No geral, o primeiro deseja e busca áreas atrativas para uso do tempo livre; o segundo atrai os turistas por meio de características que já possui ou que pode criar. A interação entre essas duas partes resultará em territórios mais ou menos atraentes, e, mantida a atração, a atividade se torna dinâmica na medida em que a localidade se organiza para tal. Nessa perspectiva, a percepção e interesse da comunidade em relação a atividade também devem ser levados em conta no processo de planejamento.

O planejamento do turismo envolve também conceitos diversos, que são compatíveis com a diversidade da própria natureza do planejamento: uns priorizam os resultados, outros os objetivos, outros evidenciam a necessária leitura da realidade como processo inicial, já outros priorizam a infra-estrutura. Ou seja, a variação se dá na razão direta das escolhas dos planejadores ou condutores do processo, mas é fato que a comunidade, suas características, percepções, aceitações ou críticas acerca da atividade são sempre consideradas, uma vez que a atividade comporta um expressivo grau de envolvimento de pessoas, particularmente aceitação e respeito mútuo entre local e visitante.

Como atividade que se desenvolve sempre *in loco* com expressivo processo de interação entre os agentes sociais, no turismo a relação humana é direta, o contato é “face a face”, no qual a postura do indivíduo é determinante. Trata-se de uma atividade da qual se cobra da sociedade receptora não apenas atrativos, capacitação e qualificação, mas também adesão a um projeto “civilizador”, prática da hospitalidade e acolhimento. Em síntese, a sustentabilidade no turismo inclui: sustentabilidade econômica (uso adequado dos recursos e respeito aos direitos das gerações futuras), sustentabilidade sociocultural (preservação da identidade, aceitação e respeito mútuo entre local e visitante) e sustentabilidade ambiental (manejo adequado dos recursos, preservando-a para futuras gerações). Ou seja, no

processo de planejamento as ações são orientadas para a identificação de potencialidades, direção e controle do processo, que poderá maximizar os efeitos positivos da atividade localmente, mantendo o equilíbrio e ou minimizando os conflitos inerentes a atividade, e isso fortalece o necessário conhecimento da comunidade, pois seus vínculos permanentes remetem ao passado, ao presente e ao futuro.

Considerados os aspectos abordados acima, foi realizada uma pesquisa, cujo questionário e resultado fazem parte do Anexo VIII e IX, com a comunidade local do Polo Costa Branca. A Consultoria entendeu ser relevante a sua realização, pois acredita que o que o planejamento do turismo deve se coadunar aos anseios das comunidades receptoras, que nem sempre é voz ativa ou participa de reuniões de conselhos de turismo ou audiências públicas em sua municipalidade. Por isso, a presente pesquisa é apenas uma amostra das percepções da comunidade do Polo Costa Branca a prática do turismo, particularmente aspectos relacionados à presença de visitantes, equipamentos e serviços, trabalho, capacitação profissional etc.

Compreendeu um estudo de natureza quantitativa, com dados primários, incorporando também informações qualitativas. Para tanto foi utilizada a entrevista estruturada do tipo questionário, com perguntas abertas e fechadas. Ao todo foram realizadas 310 entrevistas, distribuídas entre 07 dos 18 municípios que compõem o Polo Costa Branca. A amostragem foi não-probabilística aleatória simples casualizada, tendo como informantes os moradores residentes nos municípios componente da amostra, de ambos os sexos, com idade a partir de 17 anos, com no mínimo ensino fundamental completo, entrevistando-se apenas um indivíduo por residência, que foram escolhidas de forma aleatória. A técnica de abordagem da entrevista foi direta – face a face.

A seleção da amostra foi realizada em duas etapas. Inicialmente foram selecionados os municípios tomando-se por base a existência de equipamentos de hospedagem, de lazer e equipamentos de infraestrutura, sendo necessário, além desses três itens, haver algum fluxo turístico para o local. Na segunda etapa, foi calculada a amostra para o Polo, distribuída proporcionalmente com base na Contagem Populacional 2007 (IBGE) entre os municípios selecionados anteriormente.

Dos 17 municípios integrantes do Polo Costa Branca, 07 foram selecionados para compor a amostra da pesquisa: Mossoró, Apodi, Macau, Areia Branca, Galinhos, Porto do Mangue e Tibau, conforme dados apresentados na tabela abaixo.

TABELA 20. Distribuição dos Entrevistados segundo os Municípios da Amostra

Municípios	Abs.	%
Mossoró	242	65,4
Apodi	38	10,3
Macau	30	8,1
Areia Branca	27	7,3
Galinhos	15	4,1
Porto do Mangue	10	2,7
Tibau	08	2,2
Total	370	100,0

Fonte: Pesquisa direta, Start Consultoria, abril/2009.

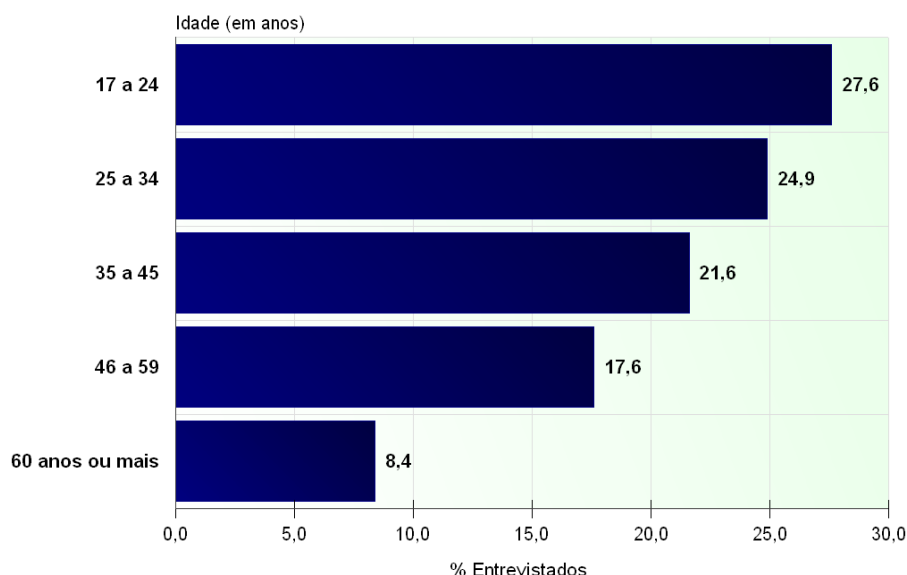
Como se pode observar, a maior quantidade de pessoas entrevistadas foi em Mossoró (65%), sendo seguido por Apodi (10,3%), Macau (8,1%), Areia Branca (7,3%), Galinhos (4,1%), Porto do Mangue (2,7%) e Tibau (2,2%).

3.2.15.1. Perfil do Entrevistado

Para compor o perfil dos entrevistados, foram considerados: faixa etária, sexo, grau de escolaridade, ocupação e nível de renda. O Anexo IX traz as tabelas com os valores absolutos e percentuais.

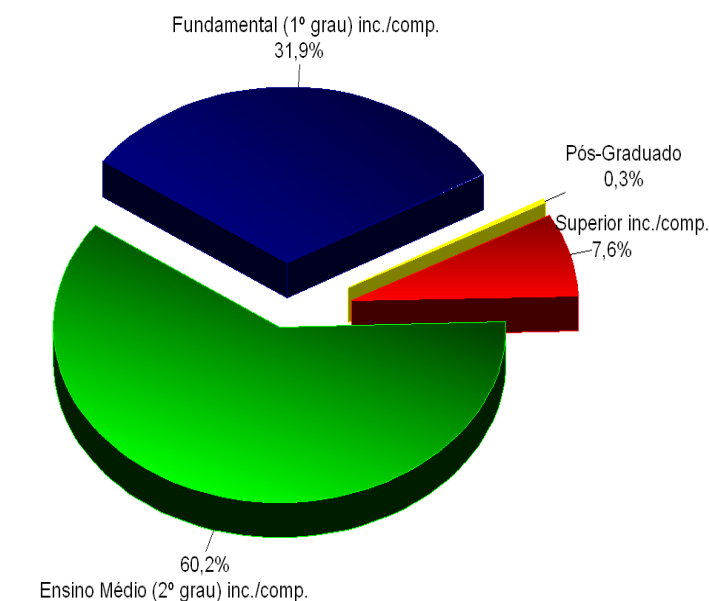
Considerados os dados relacionados à idade, sexo e ocupação, observa-se que se trata de uma população relativamente jovem: 27,6% têm entre 17 e 25 anos e outros 24,9% têm entre 26 e 35 anos, predominando as mulheres (51,1%) na amostra pesquisada. São indivíduos com formação educacional limitada, uma vez que a maior parcela deles (68,9%) cursou o ensino médio, completo ou incompleto, afora uma parcela de 31,9% que possuem até o ensino fundamental de escolaridade, seja completo ou incompleto.

FIGURA 85. Distribuição dos Entrevistados segundo a Idade



Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

FIGURA 86. Distribuição dos Entrevistados segundo a Escolaridade



Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

Pensando-se na atividade turística, vê-se que existe uma população em idade produtiva, mas com nível educacional baixo, fator que certamente prejudica sua inserção no mercado e a realização de cursos de capacitação e qualificação profissional.

Em termos de ocupação, 26,5% são funcionários de empresas privadas, 14% são autônomos, enquanto as donas-de-casa e os estudantes dividem a terceira colocação com 13%. No momento da pesquisa, registrou-se ainda um percentual de 5,7% de pessoas sem nenhuma ocupação.

TABELA 21. Distribuição dos Entrevistados segundo a Ocupação

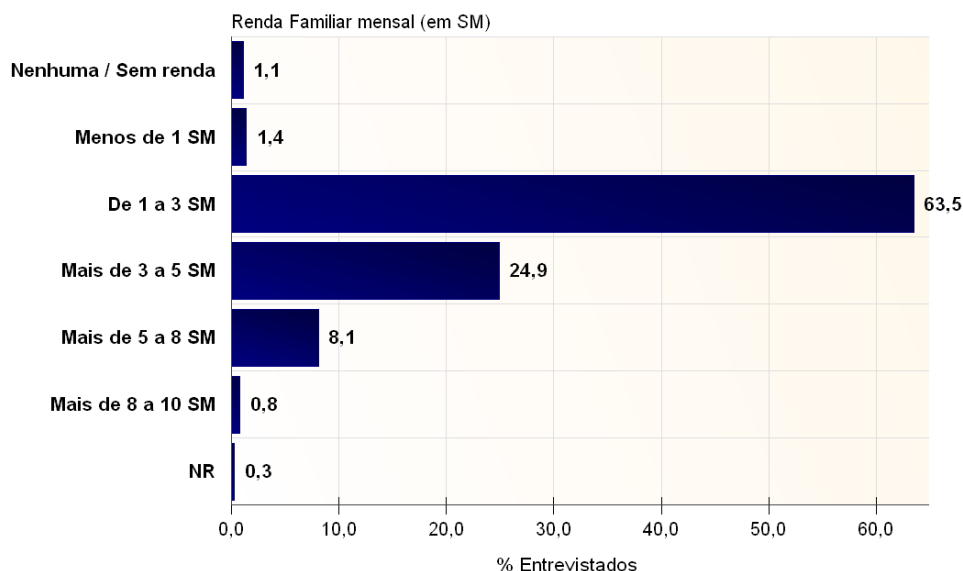
Ocupação	Abs.	%
Funcionário Empresa Privada	98	26,5
Autônomo	53	14,3
Dona de casa / Do lar	48	13,0
Estudante	48	13,0
Aposentado (a) / Pensionista	29	7,8
Comerciante	25	6,8
Funcionário Público	25	6,8
Área de vendas / Vendedor	16	4,3
Doméstica	04	1,1
Área jurídica	02	0,5
Área da saúde	01	0,3
Nenhuma / Desempregado	21	5,7
Total	370	100,0

Fonte: Pesquisa direta, Start Consultoria, abril/2009.

A renda familiar mensal preponderante situa-se entre 1 e 3 Salários Mínimos, correspondendo a 63,5% dos entrevistados, o que indica que a maior parcela da população

possui rendimentos limitados. Uma parcela bem menor (24,9%) afirmou ter renda familiar mensal entre 3 e 5 salários mínimos, possuindo assim um maior poder de compra.

FIGURA 87. Distribuição dos Entrevistados segundo a Renda Familiar Mensal (SM)



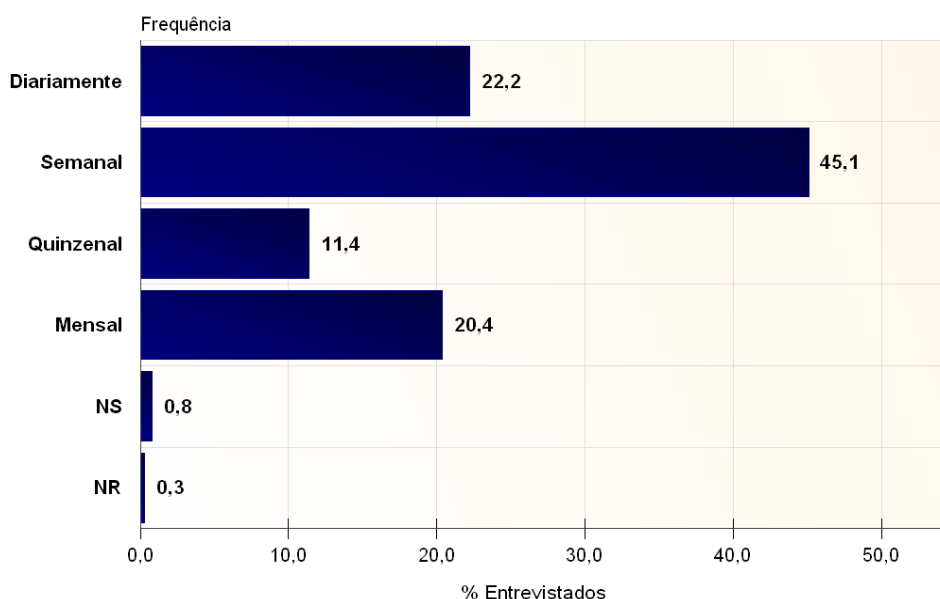
Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

3.2.15.2. Percepção da Comunidade sobre o Turismo

Nessa etapa, será apresentada a percepção que a comunidade possui acerca de movimentos e acontecimentos em sua cidade que indiquem a prática local, mesmo que mínima, da atividade de turismo. Aspectos questionados são: a frequência com que vêm pessoas a passeio no município, quais os potenciais que o município dispõe para o turismo, os benefícios e prejuízos que o turismo pode trazer para comunidade, entre outros, como se verá a seguir.

As pessoas em viagem a passeio são vistas semanalmente (45,1%) e diariamente (22,2%) em seus municípios, segundo os entrevistados, o que indica a presença de turistas nesse território. Percentual de mensalmente (20,4%) também foi significativo, podendo-se inferir que a presença de visitantes não é tão rotineira.

FIGURA 88. Frequência com que o Município Recebe Turistas a Passeio



Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

Questionados sobre quais atrativos turísticos indicariam para serem visitados pelos turistas, os cinco mais apontados pela comunidade entrevista foram: Praias (15%), Águas termais/Hotel Thermas (14,6%), Estação das Artes (6,2%), Carnaval (6,2%) e empatados no quinto lugar: Museu de Lampião (Memorial da Liberdade) e Lajedo de Soledade, ambos com 5,3% das opiniões. Percebe-se a predominância de aspectos ligados à história e identidade cultural do Polo Costa Branca. No capítulo da oferta turística, viu-se que esses são elementos bastante fortes dentre os atrativos do Polo. Os entrevistados apontaram três motivos determinantes para que pessoas fossem visitar o seu município, predominando: festas populares (60,3%); riqueza natural (50%) e alternativas de passeios, diversão e lazer (46,8%).

FIGURA 89. Motivo que leva os Turistas a Visitarem o Município (*Somas das Citações*)

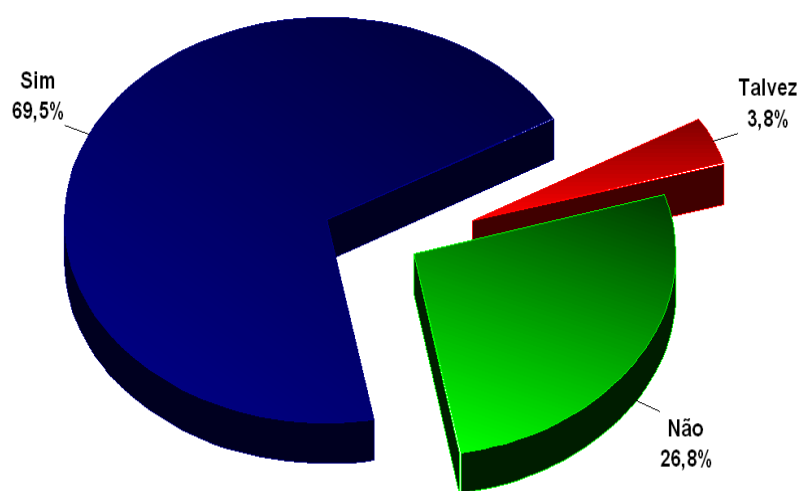


Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

Aqui, o primeiro lugar (festas populares) ratifica a resposta da questão anterior, sem, contudo, haver um desmerecimento de outros recursos do Polo, como os naturais, por exemplo.

Segundo 69,5% da população entrevistada, seu município oferece bons locais para que o turista possa visitar, hospedar-se e comer. Ao contrário destes, 26,8% afirmaram que o município não dispõe de tais características. É um índice alto, que pode indicar tanto que a população não conhece os potenciais de seu município ou não acredita que estes sejam capazes de criar demandas de turistas.

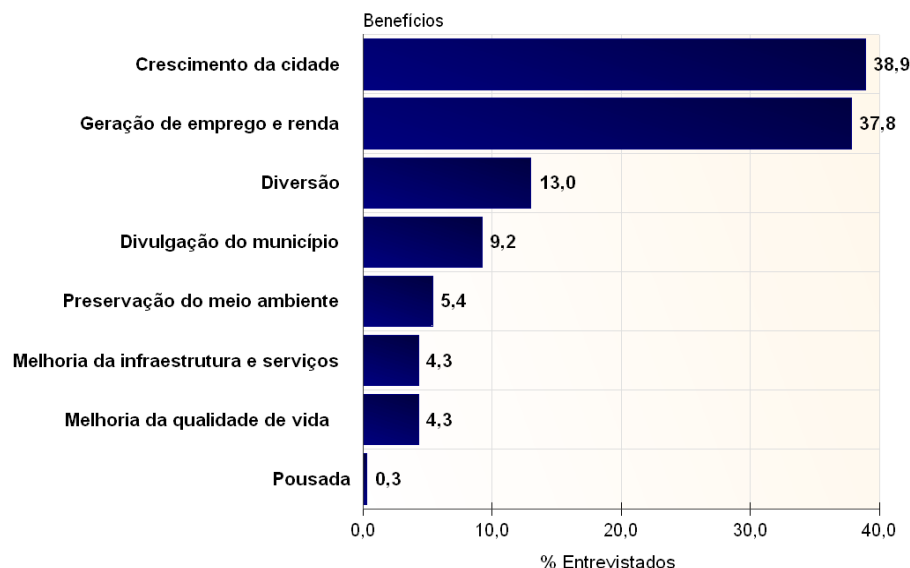
FIGURA 90. Existência de Produtos e Serviços Turísticos no Município



Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

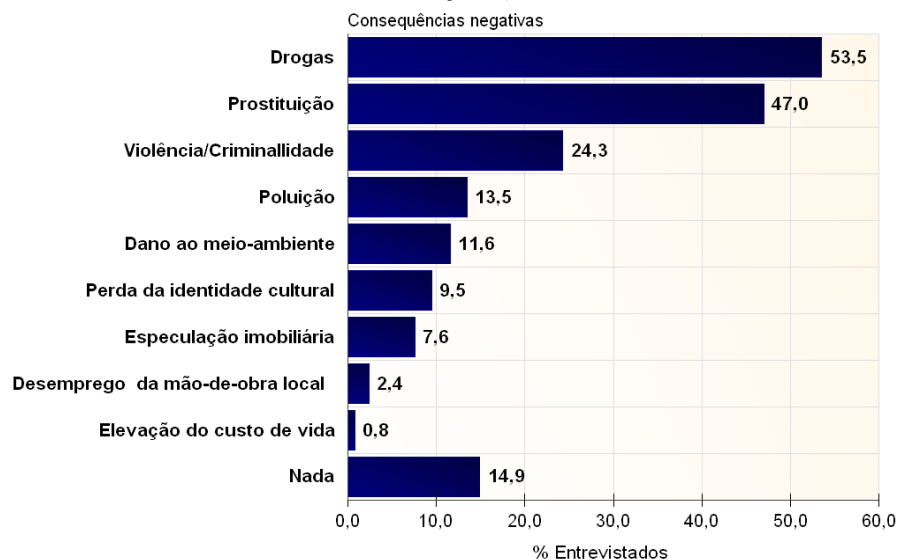
A pesquisa buscou ainda identificar quais são os dois pontos positivos e dois negativos que a atividade turística traz para a localidade em que se instala. Para a população entrevistada, os benefícios indicados são crescimento da cidade 38,9%, geração de emprego e renda para 37,8% e Diversão (13%). É interessante notar que os entrevistados não parecem associar o crescimento da cidade e a geração de emprego e renda à melhoria da qualidade de vida ou à melhoria da infraestrutura e serviços.

FIGURA 91. Benefícios que o Turismo pode trazer para seu Município
 (Somadas das Citações)



Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

FIGURA 92. Impactos negativos que o Turismo pode trazer para seu município (Somadas das Citações)



Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

Em contraposição aos benefícios também foram apontadas consequências negativas: drogas (53,5%), prostituição (47%), violência/criminalidade (24,3%), conforme visualizado no gráfico acima. A preocupação com o meio ambiente também é sentida: 13,5% indicaram poluição e outros 11,6%, danos ao meio ambiente. Existem 14% que acreditam que o turismo não traz nenhum passivo para o município em que se instala. Fica aparente o fato da população não associar a chegada do turismo à elevação do custo de vida da localidade, nem tampouco à especulação imobiliária, realidade comum às áreas notadamente turísticas.

Apesar do conhecimento de alguns dos efeitos indesejados associados ao turismo, prevalece à aceitação dos benefícios que a atividade trará para a região, uma vez 86,8% dos entrevistados desejam que os seus municípios recebam mais turistas.

Com vistas a identificar fragilidades locais, solicitou-se que a população avaliasse alguns aspectos da infraestrutura do município, já que a existência de infraestrutura urbana e turística é um dos pontos que certamente favorecem ao turismo. Foram avaliados: educação, saúde pública, limpeza pública, abastecimento de água, iluminação pública, condição das ruas de acesso, coleta de lixo, segurança pública, transporte público e qualidade da água. Considerando-se o saldo final de cada item, feito a partir da diferença entre as avaliações positivas e negativas, tem-se que os aspectos com saldo mais positivo e, portanto, melhor avaliados pela comunidade entrevistada são: Limpeza Pública (+25,1%), Educação (+15,7), Coleta de lixo (+15,7) e Iluminação Pública (+11,4). Em contrapartida, Segurança Pública (-10,3), Qualidade da Água (-7,0) e Saúde Pública (-3,5) foram os itens com menor saldo, conforme se pode ver abaixo.

TABELA 22. Avaliação da Infraestrutura Municipal, considerando que: 1 = Péssimo; 2 = Ruim; 3 = Regular; 4 = Bom; 5 = Excelente

Áreas de Infraestrutura	Péssimo		Ruim		Regular		Bom		Excelente		Total	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Educação	34	9,2	46	12,4	152	41,1	124	33,5	14	3,8	370	100,0
Saúde pública	52	14,1	67	18,1	145	39,2	94	25,4	12	3,2	370	100,0
Limpeza Pública	22	5,9	46	12,4	141	38,1	138	37,3	23	6,2	370	100,0
Abastecimento de água	30	8,1	60	16,2	156	42,2	107	28,9	17	4,6	370	100,0
Iluminação pública	14	3,8	80	21,6	140	37,8	123	33,2	13	3,5	370	100,0
Condição das ruas de acesso	25	6,8	84	22,8	140	37,9	105	28,5	15	4,1	369	100,0
Coleta de lixo	32	8,6	49	13,2	150	40,5	121	32,7	18	4,9	370	100,0
Segurança pública	73	19,8	68	18,5	124	33,7	95	25,8	08	2,2	368	100,0
Transporte público	29	7,8	63	17,0	154	41,6	114	30,8	10	2,7	370	100,0
Qualidade da água	56	15,2	79	21,4	125	33,9	96	26,0	13	3,5	369	100,0
Avaliação Geral	367	9,9	642	17,4	1427	38,6	1117	30,2	143	3,9	3696	100,0

Nota: Os valores foram calculados, somente para os que mencionaram algum tipo de avaliação, excluindo as respostas NR e NS.

Fonte: Pesquisa direta, Start Consultoria, abril/2009.

TABELA 23. Resumo das Avaliações de algumas Áreas de Infraestrutura

Áreas de Infraestrutura	Positiva	Negativa	Saldo
Educação	37,3	21,6	15,7
Saúde pública	28,6	32,2	-3,5
Limpeza Pública	43,5	18,4	25,1
Abastecimento de água	33,5	24,3	9,2
Iluminação pública	36,8	25,4	11,4
Condição das ruas de acesso	32,5	29,5	3,0
Coleta de lixo	37,6	21,9	15,7
Segurança pública	28,0	38,3	-10,3
Transporte público	33,5	24,9	8,6
Qualidade da água	29,5	36,6	-7,0
Avaliação Geral	34,1	27,3	6,8

Nota: Avaliação Positiva (Percentual Bom + Excelente) e Avaliação Negativa (Percentual Ruim + Péssimo)

Fonte: Pesquisa direta, Start Consultoria, abril/2009.

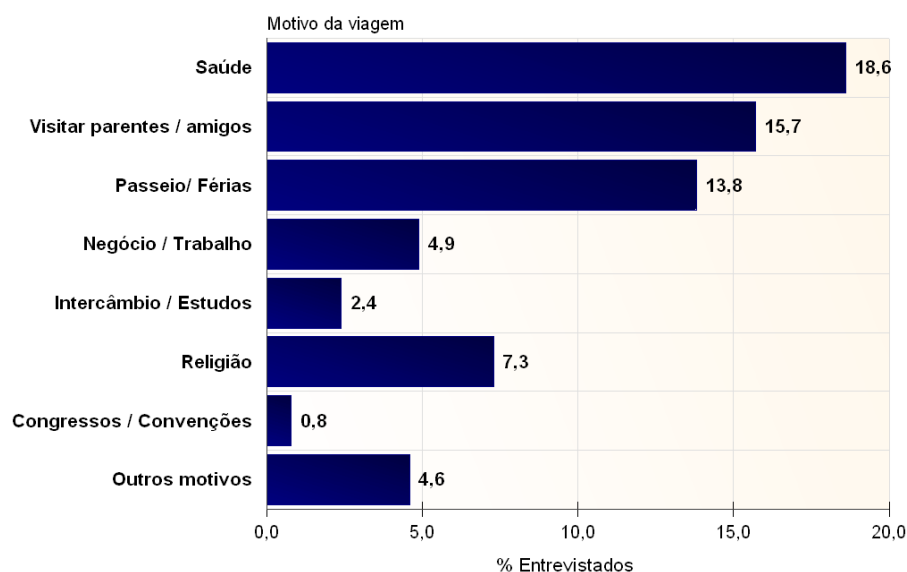
As áreas que receberem pior avaliação devem ser alvo de ações específicas e esforço conjunto dentre os vários atores governamentais para a sua solução e/ou melhoria, pois são carências que não só afetam os visitantes, mas especialmente os moradores locais.

3.2.15.3. Práticas de Turismo da Comunidade

Outro aspecto que se buscou conhecer da comunidade entrevistada foram suas motivações de viagem, buscando determinar também o alcance dos deslocamentos com origem local no período recente. Uma das características marcantes da sociedade contemporânea são as circularidades e a diversidade de motivos que levam os indivíduos a se deslocarem de uma origem a um destino específico. Além disso, tais resultados podem indicar para onde a comunidade se desloca: se dentro do Polo turístico ou para outros locais/Polos, no Rio Grande do Norte ou em outro estado.

Verificou-se que o principal motivo de viagem é a Saúde (18,6%), seguida de Visita a parentes e amigos (15,7%) e Passeio/férias (13,8%). A religião é uma motivação de viagem para 7,3% das pessoas entrevistadas. A cidade do Natal foi identificada como o principal destino buscado na maior parte das modalidades acima indicadas. Ou seja, apesar da distância que separa a capital do Rio Grande do Norte de algumas dessas localidades, esta é bastante procurada para suprir diversos tipos de necessidades.

FIGURA 93. Motivação da Viagem



Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

Na motivação saúde, os principais destinos procurados foram: Natal (42%), Mossoró (24,6%) e Fortaleza-CE (5,8%). A proximidade de Mossoró e outros municípios do Polo Costa Branca do Ceará favorece a procura da capital cearense em busca de consultas médicas e outros tratamentos de saúde que não estão disponíveis em seu município.

Na motivação visita a parentes e amigos, Natal, Caicó e Tibau foram os municípios mais citados, abarcando 24,1%, 13,8% e 10,3%, respectivamente. Em se tratando da motivação passeio/férias, Tibau (19,6%), Natal (13,7%) e, dividindo a terceira colocação com 7,9%, Caicó e Mossoró foram os mais citados. Conforme mencionado, Tibau é praia de veraneio

de uma grande parcela da população mossoroense. É válido citar ainda a presença de Aracati-CE e Fortaleza-CE que pela proximidade em relação à Mossoró, configuram-se como opções de lazer

Na motivação religião, Caicó (18,5%) e Grossos (11,1%) foram os que mais se destacaram. Caicó é um dos principais destinos do Rio Grande do Norte de turismo religioso, famoso pela festa em homenagem a sua padroeira Sant'Ana.

A atividade turística por se desenvolver e se apropriar de um determinado território, muitas vezes modificando-o e a rotina de seus habitantes, tem que se preocupar em ouvi-la, a fim de conhecer suas opiniões e receber desta o aval para ali se instalar. O turismo sustentável tem em um de seus pilares a inclusão da comunidade, de modo que possa ser ator ativo de todo o processo.

Os dados coletados com a pesquisa direta com alguns participantes da comunidade do Polo Costa Branca permitem inferir que esta já reconhece a prática do turismo em sua territorialidade, ainda que não de forma extensiva. A população entrevistada vê nos atrativos naturais e elementos que representam a sua cultura, seu saber-fazer como pontos de atratividade de turistas para o Polo turístico, percepção que vem ao encontro dos levantamentos realizados no capítulo da oferta turística. Têm a consciência de aspectos positivos e negativos que o turismo pode causar a sua localidade. Contudo, os benefícios trazidos parecem ser maiores e mais vantajosos, uma vez que desejam a chegada de mais turistas ao seu município.

Por fim, 18,6% dos entrevistados, realizaram viagens no último ano, cujo principal motivo foi saúde. O principal destino dessa população é Natal, verificando-se uma forte dependência destes para com a capital do Rio Grande do Norte.

3.2.15.4. Trabalho e Capacitação Profissional

A pesquisa buscou também conhecer a participação da comunidade entrevistada em atividades ligadas ao turismo, bem como o seu nível de capacitação. Questionados se eles ou alguém da família trabalhavam com turismo ou em alguma atividade correlata, 79,7% responderam negativamente, denotando que os empregos associados ao setor são pouco representativos.

TABELA 24. Pessoas da Família que Trabalham com Turismo ou em Serviços Relacionados ao Turismo (pousadas, hotéis, restaurantes, guias turísticos, feiras de artesanato, casas de shows, etc.), segundo a Quantidade de Pessoas
 Polo COSTA BRANCA.

Quantidade	Abs.	%
0	295	79,7
01	55	14,9
02	16	4,3
07	01	0,3
NS	03	0,8
Total	370	100,0

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

Em termos de capacitação, buscou-se averiguar cursos realizados pela população entrevistada que pudessem ser aproveitados na atividade turística como cursos idiomas, informática, profissionalizantes e cursos específicos da área de turismo e hotelaria.

A pesquisa constatou que a maior parte da população entrevistada é pouco qualificada, uma vez que a maioria não possui qualquer tipo de curso. 77,1% dos entrevistados responderam que nem ele nem qualquer pessoa da família fizeram qualquer curso de inglês. Esse percentual aumenta para 95,7% quando referente a outros idiomas. Abaixo, ainda segundo os entrevistados, foram levantados os números de pessoas que possuem curso de inglês no Polo:

TABELA 25. Pessoas da Família que possuem Curso de INGLÊS - Polo COSTA BRANCA.

Quantidade	Abs.	%
0	312	84,3
01	43	11,6
02	09	2,4
NS	06	1,6
Total	370	100,0

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 26. Pessoas da Família que dominam OUTROS IDIOMAS Polo COSTA BRANCA.

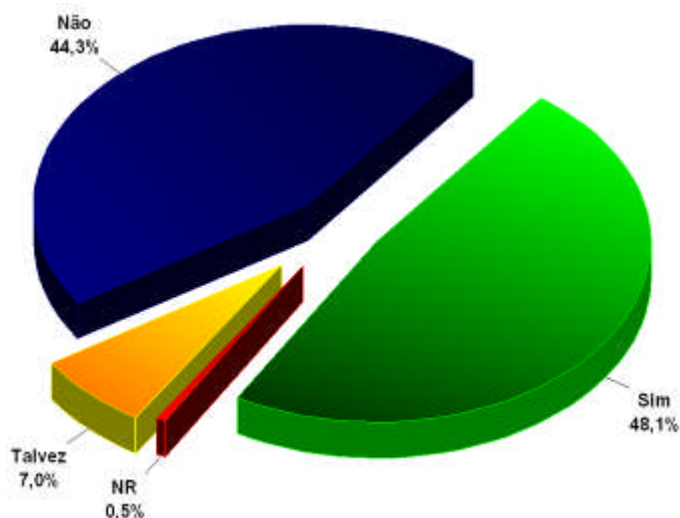
Quantidade	Abs.	%
0	354	95,7
01	07	1,9
02	03	0,8
03	01	0,3
NS	05	1,4
Total	370	100,0

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

Para os cursos de informática os percentuais já são um pouco melhores: 29,8% informaram que ele ou outro membro da família tinham curso na área. Sobre cursos profissionalizantes, 84,6% não tinham qualquer curso, percentual que se eleva a 95,7% quando questionados sobre cursos afetos à área de turismo e hotelaria.

É interessante constatar que, apesar da pesquisa apontar para uma baixa qualificação profissional, 48,1% da população entrevistada acredita que a população de seu município está capacitada para trabalhar com o turismo, em oposição a 44,3% que discordam.

FIGURA 94. Capacitação da População para Trabalhar com o Turismo



Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

A pesquisa demonstra que grande parcela dos entrevistados parece não ter consciência do nível de capacitação que precisa para atuar no turismo, de forma que a excelência na qualidade da prestação de serviços que um destino turístico deve possuir para ser competitivo local, nacional e internacionalmente.

Da população entrevistada, apenas 21,1% têm conhecimento de cursos de capacitação voltados ao turismo no município, apontando Microlins, SENAC, CCAA (escola de idiomas), SENAI e SEBRAE como as principais instituições capacitadoras.

Foi mencionada algumas vezes a deficiência de qualificação profissional no Polo de maneira geral, constatação apreendida nas vivências pessoais, visitas de campo e discussões em oficinas com representantes dos municípios do Costa Branca.

Diante do exposto, programas de capacitação e qualificação, também via políticas públicas, dos recursos humanos, bem como gestores e sensibilização da comunidade são de fundamental importância para aumentar a qualidade do produto final. Tais ações resultarão em destinos cada vez mais competitivos, além de favorecer a satisfação e expectativas dos turistas.

Em síntese, a pesquisa mostrou que a comunidade entrevistada do Polo Costa Branca é conhecedora da importância do turismo em seus municípios, mesmo essa sendo ainda uma atividade esporádica em vários municípios litorâneos, já que afirmaram a presença semanal ou mensal de turistas na localidade.

Há o reconhecimento do turismo como uma possibilidade de desenvolvimento das cidades, criação de postos de emprego e melhoria da qualidade de vida, ao mesmo tempo em que identificam os efeitos nefastos da atividade: prostituição, drogas, violência e aumento da criminalidade. Ainda assim, apóiam o pleno desenvolvimento da atividade turística em seu território.

Entendem que o Polo Costa Branca é rico em vários aspectos capazes de atrair fluxos de visitantes como as festas populares e os recursos naturais, assim como há grandes problemas a serem enfrentados, como a melhoria da saúde e do sistema de segurança pública.

Assim, vê-se que a comunidade entrevistada mostrou-se favorável ao desenvolvimento do turismo no Polo Costa Branca. Em termos de capacitação, esta é insuficiente, havendo a

necessidade de se realizar mais cursos de qualificação e capacitação específicos para inseri-los no mercado de trabalho.

4. JUSTIFICATIVA DA SELEÇÃO DA ÁREA TURÍSTICA

Para elaboração do PDITS, dentro do PRODETUR Nacional, é necessário justificar a escolha do que é chamado “Área Turística” que constitui o território apto a receber investimentos, ações e projetos de desenvolvimento do turismo, considerando que o turismo não ocorre de forma igual em todos esses territórios, mesmo que existam potenciais latentes (históricos ou naturais).

A preocupação do PDITS, então, deve ser a elaboração de critérios objetivos na escolha de tais áreas, não permitindo assim a perda de energia, recursos e iniciativas em áreas pouco propícias ao crescimento da atividade de turismo na região. Após a coleta e análise dos dados expressos neste Diagnóstico Estratégico, é possível então situar a situação do Polo Costa Branca enquanto Área Turística a ser considerada, ponderando tais ATs de forma diferenciada devido aos elementos virtuosos e problemas existentes.

A Área Turística Costa Branca parte de uma divisão em dois recortes territoriais: a) o **Polo Costa Branca**, constituído de 17 municípios é incluída integralmente como área de planejamento para fins de estudo, avaliação, diagnósticos e demanda; b) dentro do Polo Costa Branca, entretanto, os dados revelaram uma diversidade de situações, onde em alguns municípios o turismo está em processo de consolidação (com a presença de atrativos) e em outros é apenas uma possibilidade (devido a existência de recursos).

A dimensão regional dos recursos e atrativos turísticos ficou evidente no caso do Polo Costa Branca, que se destaca pelo potencial dos seus recursos naturais (praias e dunas) e histórico-culturais (patrimônio material e imaterial, festas e artesanato); essa riqueza conjunta não está sendo devidamente aproveitada, seja por falta de infraestrutura turística, seja pela não existência de um mercado de massa.

Entretanto, esse fator apenas reforça a necessidade de se atuar regionalmente em dois sentidos: reforçar o Polo Costa Branca como base comum de PLANEJAMENTO e reconhecer algumas centralidades onde a união de recursos, atrativos e infraestrutura poderão ocorrer.

Ao considerar o estudo realizado (Parte 1 deste documento) sobre a região e rede urbana existente, ficou evidente que o município de Mossoró lidera a rede Costa Branca, principalmente devido sua densidade populacional, de serviços avançados e formação de estoque de riqueza. Do ponto de vista da infraestrutura é o município melhor aparelhado para suportar aumentos de densidade ou grandes projetos implantados. Por esses motivos, considerou-se como Centro Articulador do Costa Branca, mesmo que não possua uma densidade de atrativos e recursos turísticos na mesma dimensão. Em seguida destaca-se o município de **Assú**, como centro articulador secundário, responsável pela conexão entre Sertão e litoral, entre a bacia hídrica e as praias (aliás, sua função historicamente construída de transição entre a rede urbana do Seridó e a rede urbana de Mossoró). Assú é fundamental na rede urbana Costa Branca, pois permite a conexão entre a economia do interior e a do litoral.

Especificamente na linha norte das praias, destaque na rede urbana para Guamaré (economia extrativa do petróleo) e Areia Branca (economia extrativa do sal); com potencial econômico, mas que não implica em agregação de valor na renda circulante, esses municípios necessitam de novas oportunidades de emprego e renda mais diversificados, no sentido de formação de um papel mais representativo na rede, hoje dominada por Mossoró e Assú.

Por fim, na rede urbana e infraestrutura, ocorrem os demais municípios que não se posicionam de forma articulada e sim nucleados de forma molecular, sem relações mais complexas, possuindo elementos naturais de turismo, mas sem densidade socioeconômica na formação da base da riqueza da rede.

Isso significa a possibilidade de determinar escalas de atuação de projetos, programas e ações priorizando áreas turísticas nos aspectos de centralidade e organizando todo o Polo em um cenário de sinergia entre os municípios e não competição direta (o que levaria a uma perda da capacidade de parcerias).

Ao levar em consideração a “Preferência dos Usuários” o Diagnóstico aponta que os principais eventos que atraem os turistas ocorrem em dois grupos bem determinados: a agitação cultural e popular de Mossoró e Assú (carnaval, festas, shows e eventos programados), em contraposição da linha de praia, dominada por recursos e atrativos naturais; esse é o caso singular de Galinhos e Areia Branca, com atrativos internacionais e regionais.

Outro elemento é a capacidade de acessibilidade e conectividade dentro do Polo de Turismo. Tema importante, mas que, como visto acima, a rede formada pelas BRs e RNs possuem funções do tipo “ida e volta”, isto é, há uma dificuldade em articular uma rede permeável e acessível ligando a linha de praia com os Centros Articuladores de Mossoró e Assú. Mossoró, inclusive, comporta-se como elemento radial organizando a rede de vias de transportes.

Elemento fundamental para a escolha das áreas turísticas é a capacidade da região em suportar a pressão da atividade turística, sem causar perdas de elementos naturais e culturais. O litoral norte - suas praias e dunas - é formada pelas dinâmicas do oceano, ventos, rio e vegetação, em um equilíbrio constantemente frágil; pela pouca presença do turismo de massa na região, tais elementos apresentam uma boa performance até agora em termos de conservação e preservação; isso não significa a inexistência de riscos latentes, principalmente no uso pelas segundas residências em Tibau, por exemplo, ou pela qualidade da água em Areia Branca. A boa presença de reservas naturais já demarcadas (em São Bento do Norte, Apodi, Areia Branca, Assú e São Rafael) é fundamental para configurar o Polo Costa Branca como área turística de interesse também ambiental e paisagístico (vide a importância das Dunas do Rosado nesse aspecto).

Por fim, o quadro institucional e de gestão. Especificamente em relação ao turismo na escala municipal foi observado que a presença e atuação de órgãos (como secretarias de turismo) ainda é recente e pequena, principalmente nos municípios cujo turismo é tema recente. Mesmo dessa forma, foi possível perceber algumas experiências e formação de redes de profissionais e instituições (SEBRAE, por exemplo) trabalhando junto a esses municípios. Mas há muito a se fazer ainda no planejamento urbano, pois apenas cinco municípios (Apodi, Areia Branca, Assú, Mossoró e Macau) possuem Planos Diretores, apenas Mossoró possui Código de Meio Ambiente e quatro Planos locais de turismo (Mossoró, Assú, Grossos e Guamaré).

Assim para efeito do Diagnóstico Estratégico da atual situação de consolidação ou amadurecimento do turismo dentro deste Polo, apresenta-se aqui uma proposta de territorialização das áreas turísticas a partir de quatro níveis diferentes. Esses níveis foram selecionados levando em consideração os seguintes critérios:

- a) Posicionamento do município na atual rede urbana do Polo (parte inicial deste documento);
- b) Quantidade e hierarquização dos atrativos e produtos turísticos (estado de consolidação, potencial de crescimento, questões ambientais);
- c) Demanda efetiva de turistas para os atrativos;

- d) Maior ou menor densidade nos processos de gestão para o turismo e gestão urbana;
- e) Infraestrutura e demais elementos sócio-econômicos.

Entretanto, como aqui se trata de um Planejamento para o setor do turismo, os critérios (b), (c) e (d) possuíram peso superior dos itens (a) e (e).

Para um maior refinamento das informações utilizando como critério de corte a consolidação dos produtos turísticos, a partir dos dados de demanda e gastos turísticos observados nos capítulos anteriores, foi formulado quatro níveis de consolidação do turismo:

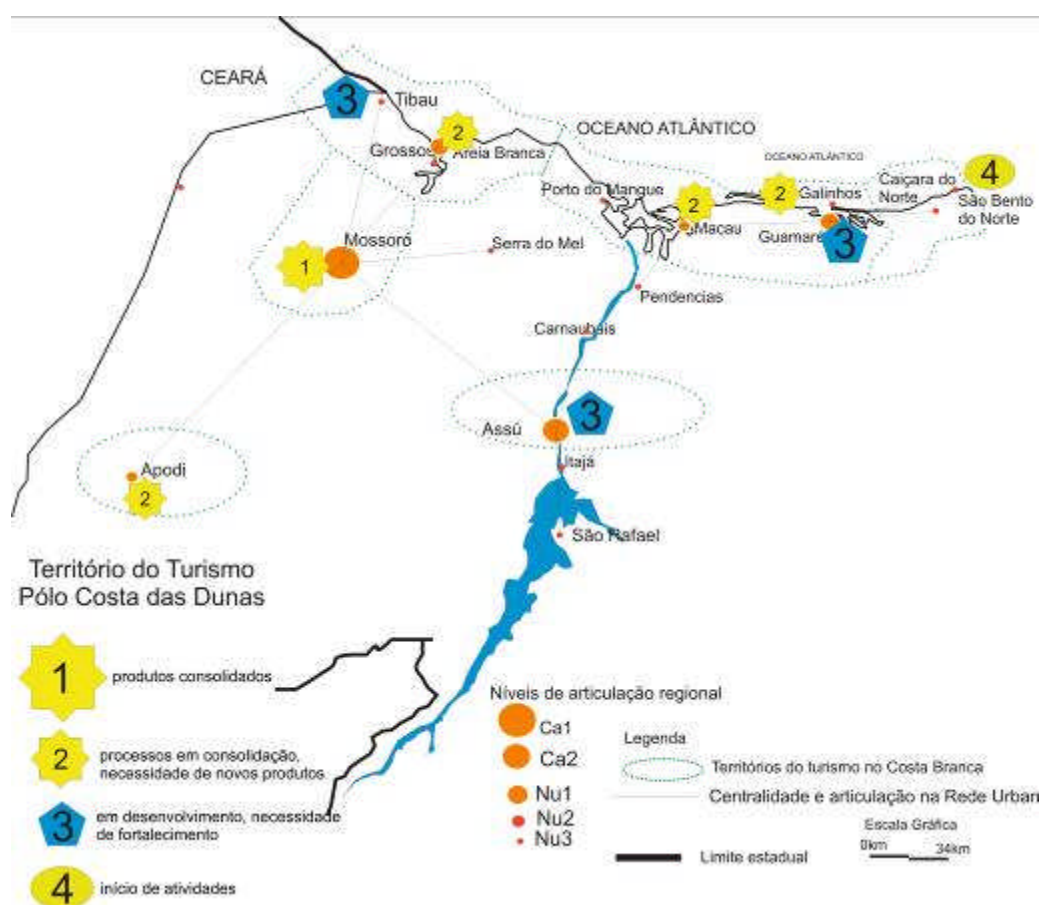
NÍVEL 1: destaca-se por possuir produtos consolidados – **Mossoró**.

NÍVEL 2: produtos diversificados, em processo de consolidação e capacidade de transformação em novos produtos – **Macau, Galinhos, Apodi e Areia Branca**.

NÍVEL 3: em processo de desenvolvimento – **Tibau, Grossos, Assú e Guamaré**.

NÍVEL 4: início das atividades – **São Bento do Norte, Caiçara do Norte, Carnaubais, São Rafael, Itajá, Pendências, Serra do Mel, Porto do Mangue**.

FIGURA 95. Costa Branca: Integração da Rede Urbana com a Hierarquia de Produtos Turísticos Consolidados



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Esse território pode ainda ser desdobrado em mais quatro formas de organização desse turismo a partir de uma matriz de relacionamento em fragilidades e potencialidades, seja na rede urbana seja nas atividades turísticas.

QUADRO 42. Costa Branca: Matriz de Cruzamento entre Rede Urbana e Municípios com Produtos Turísticos Consolidados

FORTE NA REDE URBANA FORTE NA CONSOLIDAÇÃO DO TURISMO	FRACO NA REDE URBANA FORTE NA CONSOLIDAÇÃO DO TURISMO
Mossoró, Macau	Galinhos, Areia Branca, Apodi
FORTE NA REDE URBANA EM DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	FRACO NA REDE URBANA EM DESENVOLVIMENTO DO TURISMO
Assú, Guamaré	Tibau, Grossos, Porto do Mangue, São Rafael, Itajá, Serra do Mel, Carnaubais, Pendências, São Bento do Norte, Caiçara do Norte

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

O quadro acima revela quatro agrupamentos: Mossoró, Guamaré e Macau possuem situação favorável (respeitando as escalas) em relação à presença na rede urbana e consolidação do turismo, sendo território interessante em termos de aproveitamento e sinergia entre os setores econômicos; em posição intermediária estão Tibau e Galinhos, que embora fortes no turismo possuem fraca adesão à rede urbana (infraestrutura e economia); por outro lado, Assú e Areia Branca já são fortes na rede urbana, porém perdem competitividade no desenvolvimento do turismo, precisando transformar atrativos em produtos. E por fim, há um conjunto de municípios cuja participação na rede urbana é preocupante assim como sua situação dos atrativos turísticos, pois a maioria deles possui recursos (alguns com apenas um ou dois deles), mas ainda não possuem bases empresarias ou de gestão que os aproveitem.

Nesse sentido, compreende-se que o Diagnóstico permitiu identificar a situação global e específica da Área Turística de forma a orientar as Estratégias e Plano de Ação futuramente, desdobrando as dificuldades aqui apontadas e as potencialidades assinaladas.

5. FORMULAÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

Para melhor embasar as ações propostas para o futuro do Polo Costa Branca, seria fundamental contar com projeções dos principais indicadores do turismo (taxa de ocupação hoteleira, fluxo de turistas, gasto médio diário etc.) que pudessem indicar o crescimento ou a retração do setor para o futuro. Contudo, devido à inexistência de dados e indicadores confiáveis sobre o turismo do Polo, será apresentado apenas o cenário provável de desenvolvimento.

5.1. Cenário de Desenvolvimento

O cenário é a descrição de um futuro possível, imaginável ou desejável para um determinado território. Ele explora as diferentes variáveis observadas no território (pontos fortes e fracos) e na sua relação com o mundo exterior (oportunidades e riscos), examinando aspectos a serem mudados ou a serem mantidos na transição da situação atual para a desejada, sempre se valendo das oportunidades e fortalezas identificadas para a superação das fragilidades existentes com redução dos riscos para essa transição.

O Cenário de Desenvolvimento corresponde à visão de futuro resultante dos debates e oficinas de planejamento, das quais participaram representantes dos diferentes segmentos sociais. Este é tomado como referência para a formulação das propostas apresentadas no PDITS.

QUADRO 43. Cenários - Estratégia de Produto Turístico.

SITUAÇÃO ATUAL	CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO
Poucos atrativos turísticos consolidados.	Vários atrativos e produtos turísticos surgem através do planejamento sustentável.
Cenários paisagísticos pouco aproveitados e mal cuidados	Cenários paisagísticos continuam mal aproveitados e deterioram-se pela má conservação
Praias com paisagens rústicas pouco aproveitadas turisticamente.	Beleza das praias rústicas mantidas com aproveitamento turístico sustentável, através do desenvolvimento de planos e projetos para ocupação da orla
Atrativos naturais pouco utilizados para o Ecoturismo.	Ecoturismo desenvolvido no litoral, interligando o Polo Costa Branca ao Polo Costa das Dunas, de forma sustentável.
Praia de Tibau ocupada desordenadamente.	Praia de Tibau organizada com a implementação do Plano Diretor.
Turismo náutico pouco desenvolvido no Polo.	Estruturação e desenvolvimento do segmento de turismo náutico no Polo, a partir da elaboração de planos de desenvolvimento e dotação do litoral de ancoradouros e outras infraestruturas necessárias para a atividade
Principais atrativos e produtos com conservação razoável.	Atrativos e produtos turísticos bem conservados por meio do planejamento e gestão do turismo.
Dunas começam a ser ocupadas irregularmente.	Dunas utilizadas para fins turísticos de forma sustentável respeitando a legislação ambiental.
Sub-utilização das águas termais como produto turístico.	Ampliação da utilização das águas termais como produto turístico.

CONT. QUADRO 43. Cenários - Estratégia de Produto Turístico.

SITUAÇÃO ATUAL	CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO
Dunas do Rosado pouco aproveitadas e divulgadas turisticamente com APA sendo instituída.	Dunas do Rosado consolidam-se como atrativo turístico, sendo utilizadas de forma sustentável e cumprindo a legislação ambiental vigente.
Utilização do Lajedo de Soledade de forma não controlada, com acesso, infraestrutura e sinalização deficiente.	Estruturação programada do Lajedo de Soledade para recebimento de turistas, depois de definido o seu limite de utilização sustentável.
Carnaval consolidado em alguns municípios, porém pouco organizado.	Carnaval consolidado com melhor estrutura e organização sendo inserido no calendário de eventos do Polo e do RN.
Eventos culturais acontecem de maneira pontual em algumas localidades.	Turismo de eventos culturais acontecendo de forma organizada e melhor distribuída no Polo; Instituição de um calendário de eventos no Polo.
Salinas inseridas em roteiros de turismo pedagógico.	Salinas consolidadas como produto turístico do Polo, com atração de outros segmentos de turistas.
Turismo de negócios concentrado em alguns municípios do Polo durante a semana.	Turismo de negócios integrado com outras atividades turísticas do Polo com a melhoria da estrutura de receptivo.
Pouca qualificação profissional para o turismo nos diferentes níveis, apesar da existência de instituições de formação profissional na região.	Qualificação profissional melhorada por meio do estímulo a programas de capacitação para os diferentes níveis dos profissionais de turismo.
Baixo nível de escolaridade não favorece a capacitação profissional para o turismo.	Esforços integrados para a melhoria da escolaridade favorecem a capacitação profissional para o turismo.
Serviços de apoio ao turismo (receptivo, agências, operadoras, locadoras, etc.) concentrado em poucos municípios.	Maior número e melhor estruturação de empresas de receptivo.
Falta de postos de atendimento ao turista.	Postos de atendimento ao turista implantado em pontos estratégico, com equipamentos, material informativo, pessoal capacitado e interligados em rede.
Meios de hospedagem insuficientes e inadequados.	O turismo organizado leva à ampliação e melhoria dos meios de hospedagem por exigência da demanda.
Equipamentos e serviços de alimentação com condições e qualidade insatisfatórias.	Equipamentos e serviços de alimentação ampliados, de melhor qualidade e bem distribuídos pelo Polo em função do planejamento e estruturação do turismo.
Sinalização turística inexistente no Polo.	Sinalização turística definida para todo o Polo, com implantação programada segundo a estruturação dos produtos e roteiros turísticos.
Poucas lojas e equipamentos turísticos aceitam cartões de crédito.	Comércio e serviços se expandem com ampla aceitação de cartões de crédito.
Baixo nível de emprego associado à atividade turística.	Planejamento e gestão integrada ampliam o nível de emprego no turismo e estimulam o empreendedorismo.
Empresariado pouco sensibilizado para novos investimentos no turismo.	Grande parte dos empresários sensibilizada e motivada para investir na melhoria da qualidade do turismo.
Artesanato pouco diversificado, com baixa representatividade e comercialização.	Artesanato diversificado, valorizado e comercializado, inclusive fora do RN, agregando valor ao produto turístico.
Gastronomia pouco difundida e valorizada.	Gastronomia valorizada, agregando valor ao produto turístico do Polo.
Produção associada ao turismo bastante incipiente.	Programa estruturado de ampliação e melhoria da produção associada ao turismo oferece oportunidades de trabalho à população.

QUADRO 44. Cenários - Estratégia de Comercialização.

SITUAÇÃO ATUAL	CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO
Planejamento de <i>marketing</i> inexistente dificulta a comercialização de roteiros e produtos	Plano de <i>marketing</i> estruturado favorece a divulgação e comercialização dos roteiros e produtos
Falta de estudos acerca do mercado existente no Polo Costa Branca para o desenvolvimento da atividade turística	Pesquisa de mercado elaborada, oferecendo subsídios para o planejamento sustentável do turismo no Polo Costa Branca

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

QUADRO 45. Cenários - Fortalecimento Institucional.

SITUAÇÃO ATUAL	CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO
Prefeituras com órgãos municipais de gestão do turismo sem estrutura	Estimulados pelo Conselho e pelo PDITS os municípios estruturam os órgãos de turismo, com base em planos de fortalecimento institucional e capacitação de técnicos
Órgãos municipais de turismo com quadro técnico provisório e com pequena qualificação	Órgãos de turismo com equipe efetiva (concursada) e qualificada para a gestão da atividade turística
Pouca cooperação intermunicipal e com as demais esferas de governo	Reuniões do Conselho e aprovação do PDITS propiciam a articulação entre os Municípios, o Estado e o Governo Federal
Falta de política pública e recursos financeiros para planejamento, gestão e promoção do turismo	Implementação de políticas públicas de conformidade com o PPA, LDO e LOA para o desenvolvimento do turismo
Sistema de informações turísticas inexistentes	Sistema de informações turísticas do Polo implantado e permanentemente atualizado
Inexistência ou não cumprimento da legislação urbanística e ambiental	Leis urbanísticas e ambientais elaboradas e em vigor com fiscalização do seu cumprimento
Pouca participação social no turismo	População sensibilizada e motivada quanto à importância de sua participação no turismo como forma de melhoria da qualidade de vida
Parcerias insuficientes para combater a exploração sexual e o tráfico de drogas	Ampliação do turismo pode levar a um aumento da exploração sexual, da prostituição e do tráfico de drogas, com algumas ações de parceria para seu combate em andamento
Inexistência de planos diretores em alguns municípios do Polo para ordenamento territorial.	Polo Costa Branca com plano diretor desenvolvido para expansão planejada dos municípios.
Falta de instrumento normativo que norteie a instalação das edificações nos municípios.	Planejamento e estruturação urbanística do Polo Costa Branca por intermédio do Código de Obras.
Ausência de regulamentação de defesa do meio ambiente.	Código de Meio Ambiente constituído no Polo Costa Branca, de acordo com as indicações estabelecidas no mesmo.

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

QUADRO 46. Cenários - Infraestrutura e Serviços Básicos.

SITUAÇÃO ATUAL	CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO
Aeroporto com funcionamento limitado para vôos comerciais	Aeroporto adequado para operacionalização de vôos comerciais regulares
Limpeza pública razoável, com aterros sanitários apenas em três municípios, sem a devida gestão dos resíduos.	Coleta seletiva e aterros (sanitários ou controlados) implantados no Polo
Sistemas de esgotamento sanitário precários	Ampliação dos sistemas de esgotamento e tratamento sanitário em todas as sedes municipais
Pavimentação regular em alguns pontos das áreas centrais das cidades	Pavimentação ampliada também para as áreas periféricas das cidades, priorizando os atrativos e produtos turísticos
Drenagem precária em diversos pontos do Polo	Sistema de drenagem ampliado no Polo
Inundações de algumas cidades no período chuvoso	Medidas de adequação e controle nos períodos de chuva nas cidades
Terminais rodoviários inexistentes ou precários	Terminais rodoviários com estrutura adequada em todos os municípios do Polo
Rodovias e estradas de acesso aos atrativos mal conservados e não sinalizadas	Melhoria das rodovias com implantação de acostamento, sinalização e manutenção sistemática; Estradas de acesso aos atrativos bem conservados
Acessos rodoviários inexistentes entre alguns municípios vizinhos em função dos ecossistemas	Elaboração de estudos que definem a viabilidade técnica de implantação de acessos rodoviários, a fim de diminuir as distâncias percorridas
Não há alcance de telefonia móvel em várias áreas	Extensão da telefonia móvel para os principais destinos do Polo
Dificuldade de circulação para os portadores de necessidades especiais	Implantação de facilidades de circulação para os portadores de necessidades especiais nos principais destinos turísticos
Segurança pública precária	Melhoria da segurança pública no Polo em função da ampliação e qualificação dos efetivos policiais e melhores equipamentos
Abastecimento de água precário em diversas localidades do Polo	Ampliação do sistema de abastecimento de água do Polo
Poucas agências bancárias, inexistência de caixas eletrônicos ou casas de câmbio	Implantação de caixas eletrônicos nos principais destinos e de casas de câmbio nos principais receptivos

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

QUADRO 47. Cenários - Gestão Ambiental.

SITUAÇÃO ATUAL	CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO
Atividades econômicas de forte impacto ambiental com perda de recursos naturais	Atividades econômicas coexistem com o turismo a partir do Zoneamento Ecológico Econômico
Ocupação irregular em áreas legalmente protegidas e de fragilidade ambiental	Áreas protegidas a partir da fiscalização e aplicação da legislação ambiental pertinente
Unidades de conservação da natureza ainda em implantação e em pequena quantidade	Criação de novas Unidades de Conservação e aplicação das normas reguladas em seus planos de manejo, favorecendo o turismo de natureza
População pouco conscientizada sobre a importância da proteção ambiental	Trabalho de educação ambiental da população evita a deterioração dos recursos turísticos e favorece a proteção ambiental
Área costeira bastante propícia ao processo de erosão.	Controle da erosão através de estudos para a conservação e estabilidade da área costeira.
Pouca proteção das falésias.	Falésias protegidas e com infraestrutura adequada para conservação da paisagem.

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

5.2. Análise SWOT

A análise SWOT é uma técnica de planejamento estratégico que identifica e cruza os Pontos Fortes (Strength), Pontos Fracos (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats) de um determinado elemento. Aspectos próprios do elemento analisado fazem parte do Ambiente Interno (Pontos Fortes e Fracos), enquanto na análise do Ambiente Externo, o foco é o ambiente no qual ele se encontra (Oportunidades e Ameaças).

Essa metodologia possibilita o cruzamento das quatro categorias de informação, resultando estratégias a serem seguidas a fim de conseguir o sucesso do elemento analisado.

QUADRO 48. Matriz SWOT.

		Ambiente Interno ao Polo	
		Pontos Fortes (S)	Pontos Fracos (W)
Ambiente externo ao Polo	Oportunidades (O)	DESENVOLVIMENTO As estratégias objetivam otimizar e maximizar os pontos fortes e aproveitar as oportunidades existentes	CRESCIMENTO As estratégias objetivam minimizar ou reestruturar os pontos fracos a partir de algumas oportunidades setoriais que existam
	Ameaças (T)	MANUTENÇÃO As estratégias objetivam reconhecer os riscos externos e ponderar seu impacto nos pontos fortes em médio prazo	SOBREVIVÊNCIA As estratégias objetivam reconhecer a pouca eficácia de determinadas ações e contornar os pontos fracos que possuem ameaças presentes.

Do cruzamento do quadrante, originam-se:

- **Estratégias S-O (Desenvolvimento):** perseguem oportunidades que são boas para fortalecer os pontos fortes;
- **Estratégias W-O (Crescimento):** ultrapassam as fraquezas para atingirem oportunidades;
- **Estratégias S-T (Manutenção):** usar os pontos fortes para reduzir a vulnerabilidade às ameaças externas;
- **Estratégias W-T (Sobrevivência):** estabelecer um plano defensivo para prevenir que os pontos fracos sejam susceptíveis às ameaças externas.

Para facilitar a compreensão das análises, subdividiu-se o Componente Estratégia de Produto Turístico em duas temáticas: a primeira que focaliza os atrativos turísticos do Polo Costa Branca e a segunda que corresponde a Infraestrutura do Turismo e Serviços. Em seguida, será apresentada a análise SWOT para os demais componentes de planejamento: Estratégia de Comercialização, Fortalecimento Institucional, Infraestrutura e Serviços Básicos e Gestão Ambiental.

QUADRO 49. Matriz SWOT Estratégia de Produto Turístico: Atrativos Turísticos.

	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<p>Estratégia de Produto Turístico POLO COSTA BRANCA Atrativos turísticos</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Praias semidesertas e pouco adensadas - Atrativos complementares à praia (águas termais, salinas, lagoas, dunas, Lajedo de Soledade etc.) - Singularidade das Dunas do Rosado - Singularidade das salinas - Lajedo de Soledade conhecido regionalmente - Patrimônio cultural (sítios arqueológicos, festividades) - Potencial para o turismo náutico - Paisagem natural propícia para criação de acessos culturais como forma de atrativos 	<ul style="list-style-type: none"> - Fluxo turístico incipiente - Atrativos naturais frágeis (faixa litorânea, dunas) - Ocupação desordenada na praia de Tibau - Baixa conservação e valorização do patrimônio-histórico - Lajedo de Soledade com infraestrutura deficitária - Falta de coesão da oferta turística - Inexistência de planos de desenvolvimento e infraestrutura específica para aproveitamento do turismo náutico
<p>OPORTUNIDADES</p> <ul style="list-style-type: none"> - Natal como sede da Copa do Mundo de 2014 - Proximidade com o Ceará - Crescimento da demanda na área de planejamento - Crescimento do interesse em destinos ecológicos - Expansão do mercado de turismo náutico no Brasil 	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver estratégias para o desenvolvimento do turismo de sol e praia de menor impacto - Ter o turismo ecológico, de baixo impacto e sustentável como prática a ser seguida - Elaborar planos de desenvolvimento para o ecoturismo, bem como utilizar concepções sustentáveis para a criação de rotas turísticas e acessos - Elaborar estratégias para aproveitamento dos atrativos singulares: Dunas do Rosado e Salinas - Fortalecer o atrativo turístico Lajedo de Soledade, devendo associá-lo aos demais sítios arqueológicos do Seridó - Estudar formas de melhor aproveitamento do patrimônio histórico-cultural para fins turísticos - Estruturar ações para aproveitamento do potencial náutico e atração de turistas de classe A 	<ul style="list-style-type: none"> - Estruturar ações de captação da demanda de grupos específicos de Natal e Fortaleza para o turismo de sol e praia de baixo impacto - Definir ações para reestruturação receptivo do Lajedo de Soledade, visando a preservação do patrimônio histórico e o turismo sustentável - Implementar instrumentos de planejamento e gestão da ocupação e uso do solo com vistas à organização do território para receber novos investimentos - Elaborar planos e programas de gestão, infraestrutura específica e incentivos para desenvolvimento do turismo náutico no Polo Costa Branca
<p>AMEAÇAS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Degradação dos atrativos naturais e histórico-culturais - Conflitos de uso de solo com atividades econômicas 	<ul style="list-style-type: none"> - Delimitar uso de áreas para aproveitamento turístico com estudos do limite de utilização sustentável 	<ul style="list-style-type: none"> - Monitorar e fiscalizar o uso racional dos atrativos naturais para o turismo

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

QUADRO 50. Matriz SWOT Estratégia de Produto Turístico: Infraestrutura de apoio ao turismo.

	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<p>Estratégia de Produto Turístico POLO COSTA BRANCA Infraestrutura de apoio ao turismo</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de oferta de equipamentos de hospedagem e alimentação - Existência de centros de capacitação profissional e empresarial 	<ul style="list-style-type: none"> - Equipamentos e serviços de alimentação e hospedagem com qualidade insatisfatória - Equipamentos de qualidade concentrados nas principais cidades do Polo - Baixo nível de capacitação profissional - Baixa capacidade empreendedora dos empresários do setor e da população local - Poucos estabelecimentos trabalham com cartão de crédito - Alto índice de informalidade no setor - Sinalização turística inexistente - Postos de informação turística inexistentes - Postos de auto-atendimento bancário e agências de câmbios concentrados nas maiores cidades
<p>OPORTUNIDADES</p> <ul style="list-style-type: none"> - Natal como sede da Copa do Mundo de 2014 - Existência de recursos públicos para investimentos em turismo - Crescimento da demanda na área de planejamento - Existência de linhas de financiamento para empreendimentos turísticos - Lei Geral do Turismo (CADASTUR) - Interesse da população em se inserir na atividade turística 	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver ações para a melhoria da qualidade dos equipamentos turísticos 	<ul style="list-style-type: none"> - Incentivar a instalação de equipamentos de alimentação e hospedagem de qualidade em outras localidades do Polo - Intensificar os programas de capacitação profissional dos agentes do turismo e da população local - Fortalecer o empreendedorismo local por meio de capacitação empresarial - Instituir pontos de informação turística - Implementar a sinalização turística dos atrativos turísticos
<p>AMEAÇAS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Crescimento do número de empresas turísticas de baixa qualidade - Alto índice de fechamento de novas empresas 	<ul style="list-style-type: none"> - Incentivar a ampliação da oferta de cursos de capacitação 	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver políticas de incentivo às pequenas empresas e cooperativas - Criar mecanismos de certificação da qualidade dos cursos oferecidos - Incentivar as empresas a aderirem a Programas de Selo de qualidade

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

QUADRO 51. Matriz SWOT Estratégia de Comercialização.

	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<p>Componente Estratégia de Comercialização</p> <p>POLO COSTA BRANCA</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Mossoró possui um forte apelo cultural - A SETUR divulga o Polo nos eventos em que participa - Existência de site institucional do Polo Costa Branca 	<ul style="list-style-type: none"> - Inexistência de Plano de Marketing e planejamento estratégico - Municípios não participam de eventos de divulgação do destino - Ações de promoção turística desarticuladas, descontínuas e improvisadas - Site institucional defasado, sem informações específicas, que atende apenas a fins de divulgação
<p>OPORTUNIDADES</p> <ul style="list-style-type: none"> - Associação à marca Natal como destino de descanso e lazer - Novas mídias para promoção turística 	<ul style="list-style-type: none"> - Posicionar a marca Costa Branca como balneário tropical de caráter ecológico - Associar a marca Costa Branca ao destino Natal como roteiro de sol e praia no âmbito do turismo de natureza - Fortalecer a identidade do Polo como destino cultural - Incentivar a utilização de outros tipos de mídia 	<ul style="list-style-type: none"> - Elaborar e implantar Plano de Marketing com estratégias anuais definidas - Incentivar maior participação dos municípios em eventos de divulgação regional e nacional - Desenvolver um sistema de comercialização on-line para o Polo
<p>AMEAÇAS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aumento da competitividade dos concorrentes - Destinos nordestinos com planejamento de marketing mais avançado 	<ul style="list-style-type: none"> - Enfocar as características singulares dos destinos do Polo Branca 	<ul style="list-style-type: none"> - Priorizar a comunicação segmentada

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

QUADRO 52. Matriz SWOT Fortalecimento Institucional.

	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<p>Componente Fortalecimento Institucional</p> <p>POLO COSTA BRANCA</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Grande parte dos municípios com Órgão Oficial de Turismo - Existência do Conselho de Turismo do Polo como instância de governança - Diversidade de produtos e destinos turísticos no Polo Costa Branca 	<ul style="list-style-type: none"> - Órgãos de turismo e meio ambiente pouco estruturados para o planejamento - Técnicos municipais e estaduais pouco capacitados - Falta de instrumentos de gestão territorial e ambiental e turística - Pouca capacitação institucional para efetivar a aplicação dos instrumentos de planejamento territorial e ambiental - Inexistência de banco de dados e estatísticas municipais e estaduais do turismo - Carência de Gestão Municipal organizada, para a definição das diretrizes do turismo no Polo Costa Branca - Falta de uma pesquisa de mercado para identificar os produtos em potencial turístico do Polo Costa Branca
<p>OPORTUNIDADES</p> <ul style="list-style-type: none"> - Experiência da gestão estadual com PRODETUR - Programa de Regionalização do Turismo (MTur) - Plano Nacional de Turismo 	<ul style="list-style-type: none"> - Fortalecer a gestão municipal do turismo e meio ambiente com base nas diretrizes nacionais 	<ul style="list-style-type: none"> - Elaborar instrumentos de planejamento urbano e ambiental (Plano Diretor, Código de Obras, Código de Meio Ambiente) - Estruturar órgãos municipais de turismo e elevar a sua capacidade institucional quanto à gestão do patrimônio natural e histórico-cultural - Desenvolver sistema de informações turísticas com projeto integrado de rede - Elaborar programa de capacitação para a aplicação dos instrumentos de gestão urbana, ambiental e turística dos técnicos efetivos municipais
<p>AMEAÇAS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Descontinuidade nas políticas públicas - Falta de articulação de planos setoriais de desenvolvimento turístico - Decisões políticas prevalecem sobre questões técnicas 	<ul style="list-style-type: none"> - Integrar as ações de turismo aos demais setores da administração municipal, principalmente com meio ambiente 	<ul style="list-style-type: none"> - Criar um corpo mínimo de técnicos efetivos para a gestão urbana, turística e ambiental - Capacitar os gestores públicos e os técnicos efetivos do turismo e meio ambiente

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

QUADRO 53. Matriz SWOT Infraestrutura e Serviços Básicos.

<p>Componente Infraestrutura e Serviços Básicos POLO COSTA BRANCA</p>	<p>PONTOS FORTES</p> <ul style="list-style-type: none"> - Acessos principais (BRs) entre os destinos em bom estado de conservação - RNs interligando municípios possibilitam a redução do tempo de percurso 	<p>PONTOS FRACOS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Acessibilidade precária nas RNs que ligam a atrativos, sem acostamento e com sinalização precária - Dificuldade de acessos rodoviários entre alguns municípios litorâneos em função dos ecossistemas - Insuficiência da cobertura de saneamento básico (água, esgoto, drenagem e coleta de lixo) - Existência de lixões - Terminais rodoviários inexistentes na maior parte dos municípios e/ou precários - Aeroporto de Mossoró com limitações para recebimento de vôos comerciais por não atender as exigências da ANAC - Falta de acessibilidade para portadores de necessidades especiais - Falta de cobertura de telefonia móvel em vários locais - Segurança pública precária nas principais cidades
<p>OPORTUNIDADES</p> <ul style="list-style-type: none"> - Existência de recursos federais para obras - Área de interesse econômico 	<ul style="list-style-type: none"> - Investir em melhorias e ampliação do sistema rodoviário que liga a atrativos - Elaborar projetos para captação por parte dos municípios de recursos federais para a melhoria da infraestrutura básica - Ampliação do sistema de transporte náutico no Polo 	<ul style="list-style-type: none"> - Incrementar as condições de acesso e sinalização das RNs - Elaborar e implantar Plano Diretor de Resíduos Sólidos - Criar e/ou estruturar terminais rodoviários - Elaborar estudos de viabilidade econômica para implantação de acessos rodoviários em Macau, Guamaré, Areia Branca, Grossos e Porto do Mangue - Elaborar estudos que visem a melhorias do Aeroporto de Mossoró - Sensibilizar as prefeituras municipais para a implantação de programas que visem melhorar a acessibilidade no município - Sensibilizar as companhias de telefonia móvel da importância da cobertura em municípios turísticos - Estruturar política de segurança pública para o Polo, especialmente destinos turísticos
<p>AMEAÇAS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Insuficiência de recursos para a manutenção da infraestrutura - Aumento da população fixa flutuante - Degradação ambiental pelo condicionamento inadequado do lixo - Aumento do índice de violência 	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver ações coordenadas entre municípios para a manutenção da infraestrutura básica 	<ul style="list-style-type: none"> - Priorizar ações estruturantes nas áreas de interesse turístico - Propor soluções para aumento do número de delegacias, postos policiais e aumento do contingente de agentes nas principais cidades turísticas

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

QUADRO 54. Matriz SWOT Gestão Ambiental.

	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
Componente Gestão Ambiental POLO COSTA BRANCA	<ul style="list-style-type: none"> - Área litorânea com pequena ocupação - Recursos naturais bem conservados - Bons índices de balneabilidade das praias - Falésias do Polo Costa Branca com grande potencial turístico 	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de poucas UC's - Morosidade na criação de UC's (Dunas do Rosado) - Apenas Mossoró com Código de Meio Ambiente elaborado - Baixa capacidade de fiscalização e monitoramento das áreas naturais frágeis - Alguns atrativos naturais utilizados sem definição do seu limite de utilização sustentável - Ocupação irregular em áreas legalmente protegidas e de fragilidade ambiental - Atividades econômicas de forte impacto ambiental com perda de recursos naturais - Elevada erosão costeira
OPORTUNIDADES <ul style="list-style-type: none"> - Investimentos governamentais para a promoção do turismo sustentável - Avaliação Ambiental Estratégica do Polo Costa Branca criada paralelamente ao PDITS - Aumento da preocupação ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir a conservação dos bons índices de balneabilidade das praias - Implantar planos e projetos que auxiliem na conservação e preservação dos recursos naturais - Promover palestras e oficinas de sensibilização e educação ambiental para as comunidades do Polo - Elaborar estudos para proteção das falésias 	<ul style="list-style-type: none"> - Implantar Código de Meio Ambiente em todos os municípios - Estimular a elaboração de Plano de Manejo das Dunas do Rosado para controle da exploração do atrativo - Implantar as recomendações da Avaliação Ambiental Estratégica para mitigar impactos
AMEAÇAS <ul style="list-style-type: none"> - Falta de controle da utilização dos recursos naturais - Pressão de investimentos privados em áreas frágeis 	<ul style="list-style-type: none"> - Incentivar a criação de novas áreas de preservação ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> - Incentivar a criação de UC's - Agilizar a criação de UC's, especialmente a das Dunas do Rosado - Ampliar a fiscalização e o monitoramento das áreas naturais frágeis - Elaborar Zoneamento Ecológico Econômico para as áreas litorâneas do Polo - Definir o limite de utilização sustentável dos recursos naturais para aproveitamento turístico

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

5.3. Macroestratégias

As macroestratégias apresentadas abaixo resultam da síntese das análises realizadas anteriormente e definem as linhas de planejamento que deverão ser seguidas para o planejamento turístico do Polo Costa Branca.

Tais estratégias abrangem uma área turística com produtos e destinos turísticos em processo de desenvolvimento e consolidação, que tem maior vocação para o **turismo de sol e praia**, com características diversas do praticado no Polo Costa das Dunas. Isto é, um turismo de sol e praia de baixo impacto, não massificado, tendo como premissa básica a conservação ambiental, bem como o respeito aos bens culturais e aos modos de ser e agir dos diferentes grupos sociais que fazem parte desta região. Da mesma forma, podem-se fortalecer atividades associadas ao litoral, como o turismo náutico e também o turismo de aventura.

Para tal, as macroestratégias de cada um dos cinco componentes do Programa foram pensadas em conjunto e integradas, de modo que cada uma delas seja peça fundamental no desenvolvimento turístico do Polo. Dessa forma, definem-se as seguintes macroestratégias:

5.3.1. Componente Estratégia de Produto Turístico

- Fortalecimento dos segmentos de sol e praia e ecoturismo, a partir do aproveitamento sustentável e de baixo impacto dos atrativos naturais litorâneos;
- Investimento no potencial existente para desenvolvimento do turismo náutico do Polo Costa Branca, a partir da construção de infraestrutura específica;
- Recuperação e valorização do patrimônio histórico-cultural do Polo Costa Branca;
- Melhoria da capacitação profissional para os diferentes tipos e níveis do turismo, a fim de criar novas oportunidades de emprego e incrementar a qualidade na prestação de serviços turísticos;
- Melhoria da capacitação profissional e empresarial para os diferentes tipos e níveis do turismo, a fim de criar novas oportunidades de emprego e incrementar a qualidade na prestação de serviços turísticos;
- Qualificação dos produtos e destinos turísticos do Polo Costa Branca, a partir estruturação de um sistema de informações e postos de atendimento ao turista em rede.

5.3.2. Componente Estratégia de Comercialização

- Fortalecimento do planejamento estratégico de marketing para o Polo Costa Branca, a fim de dar maior eficácia e eficiência às ações de comunicação e marketing, conquistando novos nichos de mercado e utilizando-se de diversos tipos de mídia.

5.3.3. Componente Fortalecimento Institucional

- Fortalecimento da gestão do turismo do Polo Costa Branca, em nível estadual e municipal, por meio da estruturação dos órgãos de turismo e da capacitação de técnicos efetivos;
- Estímulo à criação e aplicação dos instrumentos de planejamento e gestão urbana, ambiental e turística no Polo, com vistas a implementar um turismo planejado de base sustentável;
- Elaboração, estruturação e implantação do sistema de informações turísticas para subsidiar a tomada de decisões para o planejamento e gestão do turismo.

5.3.4. Componente Infraestrutura e Serviços Básicos

- Incremento e recuperação da infraestrutura básica e específica para o turismo, como forma de contribuir para melhorar a qualidade do produto turístico e a vida das comunidades locais.

5.3.5. Componente Gestão Ambiental

- Melhoria da qualidade ambiental do Polo Costa Branca visando à preservação e ao aproveitamento sustentável dos recursos naturais para a atividade turística.

Essas estratégias darão origem a ações, cujo objetivo é o de fortalecer o segmento do turismo de sol e praia no Polo Costa Branca, a partir de uma concepção ecológica e sustentável de utilização dos recursos naturais e aproveitamento da faixa litorânea.

6. PLANO DE AÇÃO: SELEÇÃO DE PROCEDIMENTOS, AÇÕES E PROJETOS

O presente Plano de Ação apresenta projetos e programas alvos de investimentos, para propiciar um cenário de desenvolvimento e de viabilização das estratégias turísticas definidas para o Polo Costa Branca.

Durante as diversas etapas de elaboração do PDITS ficou bastante evidente a grande diversidade de elementos de interesse turístico no Polo, em função da sua heterogeneidade: a coexistência de um rico litoral pouco ocupado e do sertão numa mesma região de planejamento. Contudo, nesse primeiro impulso de planejamento regional, ficou consensuado concentrar esforços naquele segmento que exigirá menor esforço para se desenvolver, tanto em função da oferta turística quanto da demanda atual e potencial de turistas. Quer-se, com isso, evitar a pulverização de recursos, com o risco de se atuar em diversas frentes, e, efetivamente, não se conseguir atingir as metas e os resultados pretendidos em nenhuma delas. Assim, o segmento a ser priorizado será o de sol e praia e, paralelamente, o do ecoturismo, já que se quer um turismo de baixo impacto, que não sobrecarregue e degrade os ambientes frágeis. Portanto, não obstante a existência de produtos turísticos já consolidados no Polo Costa Branca, como as festividades, o patrimônio histórico-cultural, o turismo de negócios, etc., as ações, ora elencadas, visam o fortalecimento do turismo de sol e praia e do ecoturismo, como forma de complementar o principal produto turístico do estado e diversificar a oferta com elementos naturais ainda com pouca interferência humana direta ou modificações ambientais evidentes.

Assim o litoral da Área Turística do Costa Branca por ser dotado de extraordinários recursos climáticos, ambientais e paisagísticos, que o diferenciam e o destacam do litoral do Polo Costa das Dunas, acrescentará novos elementos a oferta turística tradicional, sendo necessário ao PDITS Costa Branca atuar no planejamento, controle ambiental dos sítios naturais e fomento na estruturação de destinos.

É interessante ressaltar que na oferta turística do Polo encontra-se o Lajedo Soledade, importante sítio arqueológico do estado que, por suas características e localização não pode se integrar na mesma estratégia de comercialização do turismo litorâneo, sendo recomendado a sua integração ao Polo Seridó, em função de sua similaridade e, portanto, possuir o mesmo público-alvo.

Nessa perspectiva foi definido como destino prioritário para o PDITS, a ser desenvolvida nos próximos 04 anos, o destino Costa Branca, com a preocupação de estruturar os principais atrativos da região para um aumento de demanda futura, conciliando com a valorização da natureza em toda a sua essencialidade, para que esta possa ser exposta aos visitantes com toda a sua exuberância e integridade.

DESTINO COSTA BRANCA

Produto Costa Branca

Descritivo: Composto pelos municípios de Tibau, Areia Branca, Macau, Grossos, Porto do Mangue, Guamaré, Galinhos, São Bento do Norte e Caiçara do Norte. A faixa litorânea do Costa Branca caracteriza-se pela rusticidade de suas praias, em função da atividade turística incipiente e da baixa antropização, sendo ideal para turistas que privilegiam maior contato com a natureza e com comunidades locais. Além das praias, lagoas, falésias, dunas e vegetação, pode ainda agregar valor ao destino a visita às salinas, experiência tradicional do Polo Costa Branca, havendo ainda potencial para desenvolvimento do turismo náutico. Tem como municípios de maior destaque em função dos seus atrativos Galinhos, pela característica peculiar da localidade, e Porto do Mangue com as Dunas do Rosado, por sua singularidade. No entanto, a infraestrutura básica carece de melhorias, especialmente em se

tratando de cobertura de saneamento básico e acessibilidade. A infraestrutura turística também é incipiente, com maior concentração de equipamentos de pequeno porte em Areia Branca, Galinhos, Guamaré e Macau.

Tipo de Turismo: Turismo de sol e praia; Turismo náutico; Turismo de natureza/ecoturismo.

Estágio de desenvolvimento: Destino emergente, em desenvolvimento.

Objetivo estratégico: Ter as características de um balneário tropical com vistas a desenvolver atividades de entretenimento e lazer ao ar livre, de baixo impacto, para proporcionar experiências turísticas abrangidas, principalmente, pelo Turismo de Sol e Praia, Náutico, de Natureza/ECoturismo para pequenos grupos específicos nacionais e estrangeiros.

Tal configuração permite, então, estabelecer para o PDITS Costa Branca uma visão de futuro condizente com o tipo de atividade turística demandada ao Polo, assim como a preocupação de estruturar os principais atrativos da região para um aumento de demanda futura. A visão de futuro (formadora de um cenário de desenvolvimento) apóia-se no fortalecimento do turismo de base sustentável, buscando não impactar de forma significativa o ambiente marinho-lacustre do litoral, focalizando os investimentos no binômio sol e praia.

A integração das diversas ações apresentadas a seguir – dispostas por componentes de planejamento e por macroestratégias de desenvolvimento – objetivam, pois, dinamizar o destino selecionado e priorizado, ensejando maior eficiência de ações a partir da concentração de recursos. Ao mesmo tempo, ações de Fortalecimento Institucional, Comercialização e Marketing e Gestão Ambiental possuem caráter transversal, já que sua implementação trará benefícios para todas as áreas e todos os setores do turismo do Polo Costa Branca.

A implementação das ações e projetos propostos convergem para o objetivo estratégico do PDITS do Polo Costa Branca, qual seja a ampliação da atividade turística em novas áreas geográficas do Estado.

6.1. Estratégias e Ações

6.1.1. Componente Estratégia de Produto Turístico

Estratégia 01. Fortalecimento dos segmentos de sol e praia e ecoturismo, a partir do aproveitamento sustentável e de baixo impacto dos atrativos naturais litorâneos.

Ação 01. Elaborar estudos de viabilidade e projetos técnicos de Caminhos Turísticos e Interpretativos de Guamaré-Galinhos.

Objetivo: Analisar a viabilidade econômica, social e ambiental de implantação dos Caminhos Turísticos e Interpretativos de Guamaré a Galinhos, bem como seu projeto executivo, tendo no conceito de estrada-parque sua principal concepção de desenvolvimento sustentável, ou seja, uma via de acesso para o aproveitamento turístico, proporcionando ao usuário a contemplação das belezas cênicas das paisagens, ao mesmo tempo em que preserva e valoriza o patrimônio natural e cultural das localidades.

Justificativa: A área compreendida entre Guimarães e Galinhos apresenta manguezal, estuário, restingas, dunas, rios e áreas alagadiças. Há nela especial interesse paisagístico e ambiental, sobretudo, em função dos valores da economia local e da produção desses recursos de grande fragilidade ambiental. Pretende-se fazer um acesso mais verde e ecologicamente sustentável, baseando-se no conceito de estrada-parque, ou seja, uma via adaptada ao ambiente natural e cultura, planejada de forma a evitar ou minimizar os impactos ambientais, colaborar na preservação da paisagem e para salvaguardar a segurança do usuário, reduzindo os conflitos entre fauna, flora e o uso da estrada. Por isso, propõe-se a realização de estudos de viabilidade, definindo traçado e projeto executivo, sob a ótica da manutenção e conservação dos recursos ambientais, da convivência com o meio natural e da sustentabilidade. Ou seja, realizar estudos para implantação de uma Estrada Parque onde a natureza será especialmente protegida, tendo em vista assegurar a contemplação da paisagem pelas pessoas que ali trafegam em veículos, a pé ou qualquer meio de locomoção.

Descrição da ação: Elaboração de estudos de viabilidade econômica, ambiental e social para a implantação de Caminhos Turísticos e Interpretativos, tendo-se o conceito de estrada-parque como norteador do projeto. Os estudos devem apontar a viabilidade, bem como o traçado ideal para a estrada. O projeto executivo deve atentar, além dos itens básicos para a implantação de acessos, para a adequação ambiental da via, especificando o conjunto de intervenções que compatibilizem a utilização da via com a preservação dos ecossistemas locais, a valorização da paisagem e valores culturais e o fomento à educação ambiental, ao turismo consciente, ao lazer e ao desenvolvimento socioeconômico da região. Deve definir ainda locais de paradas para apreciação da paisagem e descanso; infraestrutura de apoio aos viajantes, passagens que permitam a travessia segura de animais silvestres, tratamento especial a pontos e trechos da estrada que mereçam ser valorizados etc. O projeto executivo deve englobar projeto de sinalização turística e interpretativa dos “Caminhos”, esta entendida como uma atividade educativa que pretende revelar significados e inter-relações do lugar. Estes trabalhos de interpretação em torno do patrimônio exigem uma sucessão de atividades que passam pela identificação, investigação e recuperação/valorização do registro, prossegue com a sua dinamização e divulgação, por intermédio de uma comunicação atrativa, com informação breve reveladora de significados de modo a estimular o apreço nos visitantes pelo seu patrimônio natural e histórico. Os estudos de viabilidade e o projeto executivo devem, ainda, ser apresentados e validados em audiência pública para as populações que serão afetadas por sua implantação.

Produtos e Resultados: Estudos de viabilidade econômica, social e ambiental; Projeto executivo dos Caminhos Turísticos e Interpretativos; Preservação e valorização do patrimônio natural e cultural do lugar.

Ação 02. Elaborar estudos de viabilidade para valorização turística das salinas do Polo Costa Branca.

Objetivo: Analisar a viabilidade econômica, social e ambiental para estruturação e utilização das salinas como produto turístico do Polo Costa Branca.

Justificativa: O Rio Grande do Norte é o maior produtor de sal do Brasil. As salinas atualmente são visitadas de forma incipiente por grupos que fazem turismo pedagógico. Pretende-se aproveitar a singularidade do parque salineiro e estruturar ações para o seu fortalecimento e maior aproveitamento como produto turístico do Polo Costa Branca.

Descrição da Ação: Elaboração de estudos de viabilidade técnica, econômica, social e ambiental para o aproveitamento turístico das Salinas do Polo Costa Branca como produto turístico, apontando alternativas para sua utilização, interpretação etc.

Produtos e Resultados: Estudos de viabilidade técnica, econômica, social e ambiental.

Ação 03. Elaborar Plano de Ecoturismo para o litoral de Areia Branca-São Miguel do Gostoso.

Objetivo: Elaborar um Plano de Ecoturismo para o litoral do Costa Branca, partindo de Areia Branca até o município de São Miguel do Gostoso, no Polo Costa das Dunas, como forma de estruturar e ordenar o ecoturismo na região e fortalecer a atividade turística no estado.

Justificativa: O Polo Costa Branca possui um ambiente natural muito frágil, palco também de várias atividades econômicas como extração de sal, petróleo, gás natural etc. A riqueza e beleza dos recursos naturais permitem a realização de diversas atividades esportivas e de lazer, como atividades aquáticas, de aventura, contemplação etc. O Plano de Ecoturismo viria como instrumento de planejamento e gestão do uso sustentável do litoral.

Descrição da Ação: Elaboração do Plano de Ecoturismo para o litoral do Costa Branca, que promova a estruturação e o ordenamento do ecoturismo na região. Deve indicar, dentre outras coisas, as atividades a serem desenvolvidas em cada trecho de orla, capacidade de carga, formas de inclusão e participação da comunidade, equipamentos de apoio, diretrizes e estratégias para desenvolvimento do ecoturismo, medidas mitigadoras, plano de ação com indicadores de avaliação e acompanhamento etc. Da mesma forma, é importante ação para promover a integração do Polo Costa Branca e do Costa das Dunas, através de São Miguel do Gostoso, destino turístico que vem ganhando projeção estadual e nacional por suas belezas e seu potencial para o ecoturismo. Deve respeitar e se adequar a outros estudos e/ou legislações para a área como Projeto Orla, Zoneamento Ecológico Econômico, Códigos de Meio Ambiente, Planos de Manejo de Unidades de Conservação etc.

Produtos e Resultados: Plano de Ecoturismo; Planejamento do litoral; Estruturação e ordenamento do Ecoturismo.

Ação 04. Implantar Plano de Ecoturismo e dos Caminhos Turísticos e Interpretativos Guamaré-Galinhas e do Projeto Piloto de sinalização das salinas.

Objetivo: Implantar projetos e ações previstos pelo Plano de Ecoturismo para o litoral do Costa Branca, entre Areia Branca a São Miguel do Gostoso, para os Caminhos Turísticos e Interpretativos de Guamaré a Galinhas, bem como para o Projeto Piloto de sinalização das salinas do Costa Branca, contribuindo para o fortalecimento do turismo de sol e praia e a estruturação e o ordenamento do ecoturismo.

Justificativa: A implantação de tais projetos pretende fortalecer a atividade turística do Estado, especialmente os segmentos de sol e praia e o ecoturismo no Polo Costa Branca, promovendo um turismo de base sustentável e inclusivo, promovendo a valorização da identidade cultural e preservação do patrimônio natural da região.

Descrição da ação: Implantação dos projetos elencados, seguindo as especificações dos projetos executivos, aprovados em audiência pública, proporcionando a utilização sustentável e de baixo impacto dos ecossistemas abrangidos.

Produtos e Resultados: Estruturação dos Caminhos Turísticos e Interpretativos de Guamaré-Galinhas; Implantação das ações e estratégias propostas pelo Plano de Ecoturismo do litoral de Areia Branca-São Miguel do Gostoso; aproveitamento turístico das salinas do Polo Costa Branca como produto turístico; Implantação de sinalização turística e interpretativa; Melhoria da infraestrutura turística; Preservação do patrimônio natural e

cultural; Estruturação de novos produtos turísticos no Polo Costa Branca; Geração de postos de trabalho; Aumento da renda das comunidades afetadas; Fortalecimento do turismo de sol e praia e estruturação e ordenamento do ecoturismo.

Ação 05. Elaborar Guia para Gestão Turística das orlas marítimas.

Objetivo: Criar um instrumento de planejamento turístico que norteie a gestão das atividades turísticas desenvolvidas nas orlas marítimas do Polo Costa Branca.

Justificativa: Instituir as bases para o aproveitamento planejado e sustentável das atividades turísticas a serem praticadas no litoral, prezando pela preservação dos recursos naturais e valorização da cultura e a identidade local.

Descrição da Ação: Elaboração de Guia para Gestão Turística das orlas marítimas do Polo Costa Branca. Deve relacionar-se com outras legislações municipais, estaduais ou federais vigentes como Projeto Orla, Planos Diretores, Códigos de Meio Ambiente etc., bem como com planos de turismo para a região como o PDITS, Plano de Ecoturismo e demais iniciativas de planejamento. Deve ser validado e aprovado pelo Conselho Regional de Turismo do Polo Costa Branca.

Produtos e Resultados: Guia para gestão turística de orlas marítimas; Fortalecimento do planejamento turístico do litoral.

Estratégia 02. Fortalecimento do potencial do turismo náutico do Polo Costa Branca, a partir da construção de infraestrutura específica.

Ação 01. Elaborar Plano Diretor de Turismo Náutico.

Objetivo: Elaborar o Plano Diretor de Turismo Náutico para o Polo Costa Branca, em parceria com o do Polo Costa das Dunas, com o objetivo de instituir as bases legais para a exploração do turismo náutico e a gestão de ancoradouros turísticos.

Justificativa: O turismo náutico é um dos segmentos de turismo em ascensão no Brasil, com perfil de usuários de alto poder aquisitivo. Apesar do seu vasto litoral, o Rio Grande do Norte ainda é incipiente na exploração do Turismo Náutico como produto turístico. Por isso, faz-se necessário a elaboração de um Plano Diretor de Turismo Náutico que estruture e ordene esse segmento.

Descrição da Ação: Esse instrumento tem por objetivo estruturar e ordenar o segmento de turismo náutico no Polo, a partir de um plano que normatize a atividade. Deverá estabelecer as macro-estratégias e os eixos estratégicos de desenvolvimento do setor com recomendações de ações a serem implementadas em curto, médio e longo prazos. Abordará também as necessidades de investimentos privados e a articulação entre órgãos governamentais para a melhoria da infraestrutura e dos serviços náuticos da região. Definirá entre outras coisas, a quantidade de ancoradouros necessária em função da demanda, bem como a sua localização. Também deverá definir o sistema de gestão e os requisitos para concessão dos mesmos, para assegurar a padronização e a qualidade do produto por todo o litoral, além de apontar a necessidade de ancoradouro de tipo misto, para uso turístico e para pesca artesanal.

Produtos e Resultados: Plano Diretor de Turismo Náutico.

Ação 02. Elaborar estudos, projetos básicos e projetos executivos de ancoradouros turísticos.

Objetivo: Definir e detalhar as especificações técnicas e de execução dos serviços e materiais a serem utilizados, de modo a garantir a viabilidade técnica e ambiental das obras e às adequações às normas da ABNT.

Justificativa: A Lei 8.966/93, em seu artigo 7º, determina que as licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços devem obedecer à seguinte ordem: elaboração de projeto básico, projeto executivo e, por fim, execução das obras e serviços. Assim, é ação exigida por lei.

Descrição da Ação: Elaboração de projetos básico e executivo envolvendo arquitetura, engenharia, sinalização, obras complementares náuticas, estudos de viabilidade econômica e ambiental para ancoradouros turísticos, inclusive do tipo misto, que contemplem o uso turístico e a pesca artesanal. Os projetos deverão definir também um sistema de gestão e os requisitos para concessão dos ancoradouros, para assegurar a padronização e a qualidade do produto por todo o litoral, devendo também abordar de que forma ocorrerá a parceria público-privada.

Produtos e Resultados: Projeto básico; Projeto executivo; Plano de Gestão dos Ancoradouros.

Ação 03. Implantar ancoradouros turísticos.

Objetivo: Dotar o litoral do Costa Branca de ancoradouros públicos, possibilitando a exploração sustentável do turismo náutico.

Justificativa: O turismo náutico apresenta-se como uma das modalidades que mais cresceram em termos de novos adeptos, principalmente nos segmentos internacionais de maior renda. O Rio Grande do Norte, apesar do seu vasto litoral, não possui infraestrutura para a prática do turismo náutico, sendo, portanto, necessária a sua criação.

Descrição da Ação: Elaboração de projetos executivos completos envolvendo arquitetura, engenharia, sinalização, obras complementares náuticas, estudos de viabilidade econômica e ambiental para ancoradouros turísticos, inclusive do tipo misto, que contemplem o uso turístico e a pesca artesanal. Os projetos devem seguir as orientações e normas do Plano Diretor de Turismo Náutico, considerando as peculiaridades e singularidades de cada trecho de orla marítima.

Produtos e Resultados: Ancoradouros turísticos; Estruturação e Ordenamento do turismo náutico.

Estratégia 03. Recuperação e valorização do patrimônio histórico-cultural do Polo Costa Branca.

Ação 01. Elaborar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo para estruturação da visitação do Lajedo de Soledade, definindo o seu limite de utilização sustentável.

Objetivo: Definir e detalhar as especificações técnicas e de execução dos serviços e materiais a serem utilizados, de modo a garantir a viabilidade técnica e ambiental das obras e às adequações às normas da ABNT.

Justificativa: A Lei 8.966/93, em seu artigo 7º, determina que as licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços devem obedecer a seguinte ordem: elaboração de projeto básico, projeto executivo e, por fim, execução das obras e serviços. Assim, é ação exigida por lei.

Descrição da Ação: Elaboração de estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo de infraestrutura do sítio do Lajedo de Soledade, de forma a preservar o patrimônio histórico-cultural em questão devendo contar, no mínimo: delimitação do limite de utilização sustentável dos sítios; definição e manejo de percurso, sinalização informativa e interpretativa turística, equipamentos de segurança, iluminação, cordoalhas; capacitação de guias.

Produtos e Resultados: Estudos de concepção; Projeto básico; Projeto executivo.

Ação 02. Implementar a estruturação da visitação do Lajedo de Soledade, definindo o seu limite de utilização sustentável.

Objetivo: Dotar o Lajedo de Soledade de estrutura de visitação adequada, proporcionando uma melhor experiência para o turista e também a preservação do patrimônio histórico-cultural.

Justificativa: O Lajedo de Soledade é um dos atrativos mais visitados do Costa Branca. A infraestrutura atual resume-se a uma delimitação do espaço visitado e uma escada para acesso aos sítios.

Descrição da Ação: Execução dos projetos em conformidade com os estudos e projetos técnicos.

Produtos e Resultados: Lajedo de Soledade com infraestrutura adequada para receber turistas; Melhoria da qualidade e da imagem do produto turístico; Preservação do patrimônio histórico-cultural.

Estratégia 04. Melhoria da capacitação profissional para os diferentes níveis do turismo, a fim de criar novas oportunidades de emprego e incrementar a qualidade na prestação de serviços turísticos.

Ação 01. Elaborar Diagnóstico da Oferta e Demanda de Capacitação Profissional do Polo Costa Branca.

Objetivo: Elaborar o diagnóstico visando conhecer a oferta e demanda de capacitação profissional, sendo assim possível definir propostas de qualificação profissional para o setor turístico do Polo.

Justificativa: O Diagnóstico da Oferta e Demanda de Capacitação Profissional faz-se necessário em função da inexistência de dados sobre as necessidades de capacitação profissional, além da necessidade premente de capacitação e qualificação profissional, um dos grandes problemas no setor turístico.

Descrição da Ação: Elaboração do Diagnóstico de Oferta e Demanda da Capacitação Profissional do Setor Turístico de todos os municípios do Polo, com definição do Plano de Ação para capacitação de profissionais do setor e população. Espera-se que o Plano de Ação seja focado para atender à demanda de capacitação dos segmentos de turismo priorizados no Polo: turismo de sol e praia, em especial, de modo que sejam capacitados população e profissionais para atuarem nessa área. O Plano de Ação deverá ainda propor

indicadores de acompanhamento da eficácia dos Programas de Capacitação Profissional, como nível de satisfação com os cursos, taxa de empregabilidade após o curso, etc.

Produtos e Resultados: Diagnóstico de Oferta e Demanda de Capacitação Profissional; Plano de Ação para capacitação Profissional.

Ação 02. Implantar Programa de Capacitação Profissional para o Polo Costa Branca.

Objetivo: Implantar programa de capacitação objetivando qualificar empregados de empreendimentos turísticos para a melhoria dos serviços oferecidos, bem como capacitar a população visando à inserção no mercado formal de trabalho.

Justificativa: Baixa qualidade na prestação dos serviços turísticos, o que acaba por comprometer a qualidade do destino e do produto turístico como um todo.

Descrição da Ação: Execução do Programa de Capacitação Profissional com vistas a proporcionar aperfeiçoamento da mão-de-obra que já atua no turismo, bem como qualificar parte da população do Polo interessada em se inserir no mercado de trabalho. O programa deverá também promover a capacitação para ocupações necessárias para o desenvolvimento do segmento de turismo prioritário: sol e praia.

Produtos e Resultados: Capacitação profissional; Melhoria da qualidade dos serviços turísticos; Maior competitividade do produto turístico; Aumento número de empregos formais no turismo.

Estratégia 05. Qualificação dos produtos e destinos turísticos do Polo Costa Branca, a partir estruturação de um sistema de informações e postos de atendimento ao turista em rede.

Ação 01. Elaborar Projeto da Rede de Postos de Atendimento e do Sistema de Informações Turísticas.

Objetivo: Definir e detalhar as especificações técnicas e de execução dos serviços e obras, de modo a garantir a viabilidade técnica dos serviços e às adequações às normas da ABNT.

Justificativa: A Lei 8.966/93, em seu artigo 7º, determina que as licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços devem obedecer à seguinte ordem: elaboração de projeto básico, projeto executivo e, por fim, execução das obras e serviços. Assim, é ação exigida por lei.

Descrição da Ação: Elaboração de projeto de rede de postos de atendimento e do sistema de informações turísticas. A rede será utilizada para apoiar a gestão turística municipal. O orçamento deverá incluir: a) o projeto conceitual da rede, e o modelo de gestão da rede, b) o manual de imagem corporativa da rede, c) o estabelecimento de ferramentas tecnológicas de intercâmbio de informações (intra e extranet) d) a elaboração de material promocional com parâmetros homogêneos e) a capacitação do pessoal; e f) o orçamento para a contratação do pessoal durante o período de execução. Quanto aos postos de atendimento: devem seguir aos parâmetros visuais e técnicos informados no projeto; ter funcionários efetivos e capacitados para passar informações; servir de ponto de fornecimento de informações, bem como de obtenção de informações e dados sobre os turistas que procuram os postos pelo preenchimento de questionários ou outros métodos de coleta de dados.

Produtos e Resultados: Projeto de Rede e de Gestão Local de informações turísticas; Imagem corporativa para postos de informação turística.

Ação 02. Implantar Projeto de Rede de Postos de Atendimento e do Sistema de Informações Turísticas.

Objetivo: Estruturar o serviço de informações turísticas do Polo Costa Branca.

Justificativa: O serviço de informações turísticas é um requisito básico que todos os destinos turísticos devem preencher, por ser fundamental para o sentimento de segurança e hospitalidade experienciados pelos turistas. O Polo Costa Branca não dispõe de postos de atendimento ou sistema de informações em rede, fato que contribui para a baixa competitividade do destino.

Descrição da Ação: Execução das obras e serviços de acordo com o indicado nos projetos técnicos.

Produtos e Resultados: Postos de Informação Turística e Rede de Gestão Local de informações turísticas; Imagem corporativa para postos de informação turística; Melhoria da qualidade do produto turístico; Melhoria dos níveis de satisfação com as informações turísticas; Novas ferramentas para coleta de dados sobre turistas.

6.1.2. Componente Estratégia de Comercialização

Estratégia 01. Fortalecimento do planejamento estratégico de marketing para o Polo Costa Branca, a fim de dar maior eficácia e eficiência às ações de comunicação e marketing, conquistando novos nichos de mercado e utilizando-se de diversos tipos de mídia.

Ação 01. Elaborar Plano de *Marketing* para o Polo Costa Branca.

Objetivo: Orientar as estratégias de desenvolvimento da atividade turística desenvolvida no Polo, com vistas a atingir maior eficiência e eficácia no fortalecimento da marca e na comercialização dos seus produtos, ampliando a atratividade do Polo e aumentando os fluxos e gastos turísticos no Costa Branca e Rio Grande do Norte, uma vez que os Polos devem ser trabalhados de forma integrada.

Justificativa: A elaboração de um Plano de *Marketing* possibilitará o planejamento estratégico da comercialização e divulgação dos destinos do Polo Costa Branca, posicionando os destinos turísticos do Polo, tornando as ações mais efetivas ao atingir os mercados de interesse, e, entre outras coisas, tornando o destino mais competitivo. Antecedendo o processo de elaboração do Plano de Marketing será realizada uma pesquisa de mercado para descobrir oportunidades de mercado para os produtos e destinos turísticos do Polo Costa Branca. Isso se justifica porque o Polo Costa Branca ainda não possui uma pesquisa do mercado turístico, que indique quais as melhores oportunidades de negócio para seus produtos, quais os mercados em que se deve investir; perfil dos consumidores prioritários etc. Pesquisas desse tipo, bem como de demanda atual e potencial e pesquisas de clima empresarial são ferramentas poderosas na definição de estratégias e ações de promoção e comercialização eficientes.

Descrição da Ação: Inicialmente será feita uma pesquisa de mercado com a demanda atual e potencial, para o Polo Costa Branca que deverá definir o perfil do consumidor, necessidades e desejos dos mesmos; aspectos dos concorrentes: pontos fortes e fracos; estudar fornecedores, clientes e política de atuação; definição da metodologia, instrumentos de pesquisa. Além disso, deve abranger Pesquisa de Clima Empresarial com o *trade* turístico; Pesquisa de satisfação de clientes; além da definição de instrumentos de avaliação e acompanhamento das ações propostas. Concluída essa etapa procede-se a elaboração do Plano de *Marketing*, cujo conteúdo mínimo necessário deverá realizar estudos de mercado e ser capaz de identificar as ações e diretrizes estratégicas para a divulgação e comercialização dos produtos e destinos do Polo nos diferentes mercados emissores de interesse, especificando mídias, planos operativos etc. A promoção deverá consolidar a imagem do destino de acordo com as determinações estratégicas e os nichos de mercado que se pretenda ampliar. A gestão da marca do destino está entre as atividades mais importantes para a manutenção e ampliação da demanda turística e o plano de marketing é a principal ferramenta para uma gestão eficaz. Dentro do plano de promoção deverão estar previstos a elaboração de material promocional (folheteria, vídeos, CDs etc.), a participação em eventos nacionais e internacionais, e campanhas promocionais para os destinos do Polo Costa Branca. Deverá definir, entre outras, uma estratégia de comercialização on line dos produtos e destinos do Costa Branca, dada à importância da internet para os destinos turísticos na atualidade.

Produtos e Resultados: Pesquisa de Mercado, Pesquisa de Demanda Atual e Potencial; Pesquisa de Clima Empresarial; Definição de prioridades para os mercados a serem atingidos; Maior eficiência de ações de planejamento e promoção turísticas; Fortalecimento da SETUR; Fortalecimento do planejamento turístico em nível estadual e regional. Além disso, o Plano de Marketing; Elaboração e institucionalização das normas, mensagens e padrões de divulgação e promoção turística no Estado.

Ação 02. Elaborar Plano Operativo de Marketing.

Objetivo: Elaborar Plano Operativo Anual de Marketing, a fim de definir as ações que serão implementadas ano a ano.

Justificativa: O Plano Operativo de Marketing concretiza as estratégias e diretrizes de promoção e comercialização turística definidas no Plano de Marketing.

Descrição da Ação: Elaboração de Plano Operativo Anual de Marketing, com base nas estratégias e diretrizes definidas pelo Plano de Marketing do Polo Costa Branca, a fim de tornar mais eficaz e eficiente a promoção e comercialização turística do Polo.

Produtos e Resultados: Plano Operativo de Marketing.

6.1.3. Componente Fortalecimento Institucional

Estratégia 01. Fortalecimento da gestão do turismo do Polo Costa Branca, por meio da estruturação dos órgãos de turismo e da capacitação de técnicos efetivos municipais.

Ação 01. Elaborar Plano de Fortalecimento da Gestão Municipal do Turismo de Areia Branca, Caiçara do Norte, Galinhos, Grossos, Guamaré, Macau, Porto do Mangue, São Bento do Norte e Tibau.

Objetivo: Definir e detalhar as especificações técnicas e de execução dos serviços e ações necessárias ao Fortalecimento Municipal do Turismo nos municípios elencados.

Justificativa: A capacidade dos municípios de gerir a atividade turística é baixa, considerando-se planejamento, estrutura física e técnica, níveis de arrecadação, etc., como demonstrado no diagnóstico. Nos últimos anos, o turismo na região vem crescendo e demandando cada vez mais esforço do poder público para a execução de suas atividades.

Descrição da Ação: Elaboração e implantação de Plano de Fortalecimento da Gestão Municipal dos municípios supracitados, com a definição de sua situação atual e proposição da melhor estrutura organizacional, pessoal e de equipamentos para o melhor desempenho de sua função. O Plano de Fortalecimento da Gestão Municipal deverá ainda deve definir as diretrizes para o turismo do município, sob forma de um **Plano Municipal de Turismo**, bem como elaborar um **Programa de Capacitação para técnicos efetivos municipais** nas áreas de gestão urbanística, turística e ambiental.

Produtos e Resultados: Plano de Fortalecimento elaborado para atender a demanda dos órgãos municipais de turismo.

Ação 02. Implantar Plano de Fortalecimento da Gestão Municipal do Turismo de Areia Branca, Caiçara do Norte, Galinhos, Grossos, Guamaré, Macau, Porto do Mangue, São Bento do Norte e Tibau.

Objetivo: Melhorar a gestão e o planejamento da atividade turística em nível municipal.

Justificativa: A capacidade dos municípios de gerir a atividade turística é baixa, considerando-se planejamento, estrutura física e técnica, níveis de arrecadação, etc., como demonstrado no diagnóstico. Nos últimos anos, o turismo na região vem crescendo e demandando cada vez mais esforço do poder público para a execução de suas atividades.

Descrição da ação: Execução do Plano de Fortalecimento da Gestão Municipal do Turismo em conformidade com as especificações definidas, bem como do Programa de Capacitação para os técnicos efetivos municipais.

Produtos e Resultados: Municípios melhor estruturados, capacitados para gerir o turismo; Maior capacidade institucional para gerir o turismo com o fortalecimento de diversas áreas.

Ação 03. Implantar programa de capacitação da gestão ambiental, urbanística e turística dos técnicos efetivos municipais com vistas à efetiva aplicação dos instrumentos de planejamento e desenvolvimento sustentável do turismo em municípios litorâneos.

Objetivo: Capacitar equipe municipal para operacionalização dos instrumentos de planejamento municipal.

Justificativa: O diagnóstico do Polo identificou uma carência das equipes municipais em planejamento urbanístico e turístico. Conforme prevê a Constituição brasileira, os municípios precisam assumir suas responsabilidades, principalmente no contexto da utilização e gestão do território municipal. Por isso, é imprescindível dar continuidade e criar competências para a utilização dos instrumentos de planejamento ambiental, urbanístico e turístico, de modo que possam planejar com maior qualidade.

Descrição da Ação: Elaboração e implantação de programa de capacitação de maneira a atender as necessidades da equipe municipal sobre a utilização de instrumentos de planejamento. Deverá ser realizados cursos sobre gestão ambiental, turística e urbanística.

Produtos e Resultados: Equipes técnicas municipais qualificadas para a operacionalização dos instrumentos de planejamento urbano, turístico e ambiental; Fortalecimento do Planejamento Municipal e, conseqüentemente, regional e estadual do turismo.

Estratégia 02. Estímulo à criação e aplicação dos instrumentos de planejamento e gestão urbana e turística no Polo, com vistas a implementar um turismo planejado de base sustentável, especialmente para municípios litorâneos.

Ação 01. Elaborar e/ou revisar Planos Diretores, Códigos de Obra e Códigos de Meio Ambiente de Apodi, Areia Branca, Assú, Caiçara do Norte, Carnaubais, Galinhos, Grossos, Guamaré, Itajá, Macau, Pendências, Porto do Mangue, São Bento do Norte, São Rafael, Serra do Mel e Tibau.

Objetivo: Dotar os municípios listados com o instrumento de política de desenvolvimento e ordenamento territorial e urbano preconizado pela Constituição Federal e Estatuto da Cidade (Plano Diretor), bem como de outros instrumentos para regular a ocupação e uso do solo e dos recursos naturais.

Justificativa: O Plano Diretor é instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana contemplado pela Constituição Federal de 1988, sendo imprescindível para o planejamento do desenvolvimento e para o ordenamento territorial de qualquer município. É obrigatório, entre outros: em cidades com mais de vinte mil habitantes e integrantes de áreas de especial interesse turístico. O turismo, como atividade que se apropria do território de uma localidade e ali se desenvolve, tende a ser beneficiado. Já o Código de Obras e Posturas constitui uma legislação paralela e complementar ao Plano Diretor Municipal e legislação urbanística, essencial ao planejamento e gestão das cidades, no sentido de assegurar a observância de padrões mínimos de segurança, higiene, conforto, estética e salubridade das construções. No que tange ao Código de Meio Ambiente, é importante que sejam estabelecidas diretrizes ambientais em nível local para dar sustentabilidade ao turismo no Polo, adequando o desenvolvimento ao equilíbrio ecológico e à melhoria da qualidade de vida da população, inclusive para que sejam conservados os atrativos turísticos e o meio ambiente.

Descrição da ação: Elaboração de Plano Diretor Municipal e legislação urbanística complementar (Lei de Parcelamento do Solo Urbano e Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano), utilizando-se a participação popular por meio de audiências públicas, conforme previsto no Estatuto da Cidade. Elaboração de Códigos de Obra e Posturas e de Meio Ambiente, em consonância com o Plano Diretor e demais legislações pátrias.

Produtos e Resultados: Planos Diretores, Códigos de Obras e Códigos de Meio Ambiente elaborados e efetivamente aplicados pelas equipes técnicas municipais, servindo de base para o ordenamento do solo, a proteção e conservação do patrimônio natural e histórico-cultural, beneficiando o desenvolvimento do turismo sustentável.

Estratégia 03. Elaboração, estruturação e implantação do sistema de informações turísticas, para subsidiar a tomada de decisões para o planejamento e gestão do turismo.

Ação 01. Desenvolver e implantar Sistema de Informações Turísticas.

Objetivo: Desenvolver um sistema de informações turísticas a fim de gerar indicadores e dados do turismo em nível municipal, regional e estadual, beneficiando a capacidade de gestão e planejamento do turismo.

Justificativa: Os dados e informações sobre o turismo em nível municipal e estadual são bastante escassos, havendo poucos instrumentos de coleta de dados e, menos ainda, instrumento de geração de informações, dificultando, pois, o trabalho de gestores públicos e privados ante a base de dados e informações confiáveis sobre o turismo para que possam planejar e tomar decisões.

Descrição da Ação: O projeto do sistema de informações turísticas deve fazer um diagnóstico das operações estatísticas estaduais, apontando formas de melhoria, inclusive dos instrumentos de coleta atuais (questionários de pesquisa de demanda), novas formas de coleta de dados em nível local e estadual (ligando-se aos pontos de informação turística previstos no PDITS), software do sistema, formas de gerenciamento do programa e integração de informações (intranet), recursos humanos necessários, etc.

Produtos e Resultados: Sistema de informações desenvolvido no Polo, possibilitando o planejamento da atividade turística, bem como otimização de investimentos do setor público, a atração de investidores do setor privado formal e da própria comunidade, para integrarem-se às atividades produtivas ligadas ao setor turístico.

6.1.4. Componente Infraestrutura e Serviços Básicos

Estratégia 01. Melhoria e recuperação da infraestrutura básica e específica do turismo para o Polo Costa Branca, incrementando a qualidade do produto turístico e a qualidade de vida das comunidades.

Ação 01. Elaborar Plano Diretor de Resíduos Sólidos para o Polo Costa Branca.

Objetivo: Identificar os principais problemas na destinação dos resíduos sólidos no Polo e indicar as soluções para a gestão dos resíduos, de forma a beneficiar o meio ambiente e a qualidade de vida das comunidades.

Justificativa: Os resíduos sólidos configuram-se numa das questões ambientais mais problemáticas, especialmente em áreas onde o fluxo de pessoas é intenso, como é o caso de destinos turísticos. O planejamento adequado apresenta-se como uma das soluções mais viáveis na mitigação dos impactos resultantes do acúmulo, transporte e destino final desses resíduos. O plano diretor de resíduos sólidos torna-se indispensável, na medida em que contribui para a redução da contaminação do meio ambiente, o controle da proliferação de vetores e a otimização das ações voltadas à saúde pública.

Descrição da Ação: Elaboração de Plano Diretor de Resíduos com a participação dos setores público, privado e comunitário, mediante debates, entrevistas, oficinas de planejamento, consultas a audiências, conforme metodologia da gestão participativa.

Produtos e Resultados: Plano Diretor de Resíduos Sólidos do Polo Costa Branca elaborado e implementado.

Ação 02. Elaborar projeto básico e projeto executivo da Companhia de Apoio ao Turismo, da Delegacia do Turista e de Postos no litoral do Polo Costa Branca.

Objetivo: Definir e detalhar as especificações técnicas e de execução dos serviços e obras, de modo a garantir a viabilidade técnica e ambiental das obras e às adequações às normas da ABNT.

Justificativa: A Lei nº. 8.966/93, em seu artigo 7º, determina que as licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços devem obedecer a seguinte ordem: elaboração de projeto básico, projeto executivo e, por fim, execução das obras e serviços. Assim, é ação exigida por lei.

Descrição da Ação: Elaboração de projetos técnicos para a Companhia de Apoio ao Turismo do Polo Costa Branca, que deve ser ligada à Companhia do Polo Costa das Dunas e, bem como para a construção de uma delegacia do turista e de postos de polícia no litoral, em locais a serem definidos. Implantação dos projetos que devem incluir rede de comunicação, equipamentos e buggies para atuarem no patrulhamento do litoral.

Produtos e Resultados: Projetos básico e executivo para Companhia de apoio ao turismo; Delegacia do Turista e Postos no litoral.

Ação 03. Implantar Companhia de Apoio ao Turismo, da Delegacia do Turista e de Postos no litoral do Polo Costa Branca.

Objetivo: Melhorar a segurança nas áreas turísticas do Polo Costa Branca.

Justificativa: O turismo tende a ocasionar alguns efeitos negativos nas áreas em que se desenvolve, como o aumento de furtos, roubos e outros casos de violência.

Descrição da Ação: Execução das obras e serviços seguindo as orientações dos projetos básico e executivo.

Produtos e Resultados: Companhia de apoio ao turismo; Delegacia e postos do turista implantados; Maior segurança para turistas e comunidade.

Ação 04. Elaborar projetos técnicos de melhoria e ampliação do sistema Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no Município de Galinhos.

Objetivo: Definir e detalhar as especificações técnicas e de execução dos serviços e obras, de modo a garantir a viabilidade técnica e ambiental das obras e às adequações às normas da ABNT.

Justificativa: A Lei 8.966/93, em seu artigo 7º, determina que as licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços devem obedecer a seguinte ordem: elaboração de projeto básico, projeto executivo e, por fim, execução das obras e serviços. Assim, é ação exigida por lei.

Descrição da ação: Elaboração de projetos técnicos para abastecimento de água e sistema de esgotamento sanitário. Previamente, deve ser elaborado na mesma licitação o Plano Diretor de Saneamento, instrumento norteador das ações posteriores.

Produtos e Resultados: Plano Diretor de Saneamento de Galinhos; Projetos executivo de abastecimento de água e sistema de esgotamento sanitário.

Ação 05. Implantar Projeto de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no Município de Galinhos.

Objetivo: Melhorar a qualidade ambiental do município de Galinhos.

Justificativa: O município é um dos destinos emergentes no turismo do Polo Costa Branca. A falta de um sistema adequado para abastecimento de água e esgotamento sanitário pode comprometer a qualidade ambiental do destino, bem como a qualidade do produto turístico.

Descrição da ação: Execução das obras e serviços de acordo com as especificações técnicas dos Projetos básico e executivo.

Produtos e Resultados: Sistema de abastecimento de água e saneamento implantados; Melhoria da qualidade ambiental; Melhoria no abastecimento de água; Melhoria do índice ISA.

Ação 06. Elaborar estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental de acesso Guamaré/Diogo Lopes.

Objetivo: Analisar a viabilidade técnica, econômica e ambiental de execução de obra de acesso interligando Guamaré à praia de Diogo Lopes.

Justificativa: Grande fluxo de veículos, principalmente de grande porte, interferindo constantemente no tráfego de veículos leves; trecho que dá acesso a duas rodovias principais.

Descrição da Ação: Elaboração de projetos e implementação do acesso interligando Guamaré a Diogo Lopes.

Produtos e Resultados: Acesso implantado com maior fluidez do tráfego.

Ação 07. Elaborar estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental de acesso Macau/Porto Carão/ Porto do Mangue.

Objetivo: Analisar a viabilidade técnica, econômica e ambiental de execução de obra de acesso interligando o município de Macau à comunidade de Porto Carão e ao município de Porto do Mangue.

Justificativa: A interligação dos pontos supramencionados (Macau/Porto Carão/Porto do Mangue) faz-se necessária tendo em vista tratar-se de locais estratégicos, dentro do Polo. Contudo, a criação de tal acesso, requer a realização de um estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental, em virtude do trecho apresentar áreas ambientalmente frágeis.

Descrição da Ação: Realização de estudo para avaliação a viabilidade técnica, econômica e ambiental da abertura do acesso, contemplando a avaliação de impactos com vistas a contribuir na tomada de decisão da execução ou não da obra.

Produtos e resultados: Estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental da área visada para implantação de acesso voltado ao desenvolvimento turístico.

Ação 08. Elaborar estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental para acesso Areia Branca/Grossos.

Objetivo: Analisar a viabilidade técnica, econômica e ambiental de execução de obra de acesso interligando o município de Areia Branca ao município de Grossos.

Justificativa: A viabilização de acesso de Guamaré a Diogo Lopes, uma das praias mais bonitas de Macau, facilitaria o fluxo de pessoas na região, uma vez que diminuiria o tempo de viagem entre os dois pontos.

Descrição da Ação: Realização de estudo para avaliação a viabilidade técnica, econômica e ambiental da abertura do acesso, contemplando a avaliação de impactos com vistas a contribuir na tomada de decisão da execução ou não da obra.

Produtos e Resultados: Estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental da área pretendida para implantação de acesso voltado ao desenvolvimento turístico.

6.1.5. Componente Gestão Ambiental

Estratégia 01. Melhoria da qualidade ambiental do Polo Costa Branca visando à preservação e ao aproveitamento sustentável dos recursos naturais para a atividade turística.

Ação 01. Elaborar Plano de Manejo para as Dunas do Rosado, definindo seu limite de utilização sustentável e as Áreas de Proteção Integral.

Objetivo: Criar documento técnico que orientará o zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais e ecossistemas para atingir o objetivo geral dessa Unidade de Conservação da Natureza.

Justificativa: Somente com o estabelecimento de normas específicas para o uso de espaços ambientalmente dinâmicos e frágeis, é possível manter o desenvolvimento sustentável do turismo e outras atividades que requeiram as Dunas do Rosado, de maneira que a exploração do ambiente ocorra de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais e dos processos ecológicos de forma socialmente justa e economicamente viável.

Descrição da Ação: Elaboração do Plano de Manejo com definição de setores ou zonas da Unidade de Conservação e normas específicas para que os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz, dando suporte à elaboração do plano de manejo para gerir a unidade.

Produtos e Resultados: Plano de Manejo das Dunas do Rosado; Meio ambiente equilibrado, recursos naturais conservados, proteção dos ecossistemas frágeis e conservação do recurso turístico.

Ação 02. Elaborar estudos para identificação das áreas de risco críticas de erosão costeira do Polo Costa Branca.

Objetivo: Apontar soluções técnicas e de planejamento para as áreas onde ocorre o processo de erosão costeira para evitar a degradação da paisagem.

Justificativa: Alguns estudos apontam elevação do nível do mar e quebra da dinâmica sedimentar que afetam as áreas costeiras. Por ser o litoral um recurso afetado por processos naturais e antrópicos, e alvo da atividade turística, resultando diversas vezes em impactos negativos, deve haver o planejamento, ações de conservação e adequação

principalmente nas áreas ocupadas, as quais oferecem o suporte de serviço e infraestrutura para o turismo, que podem ser comprometidos pela erosão costeira.

Descrição da Ação: Para realização do estudo há necessidade de elaboração de zoneamento ambiental que identifique as unidades geomorfológicas delimitadoras da linha de costa aonde as legislações ambientais e patrimoniais incidam. Com o cadastro de informações e análise técnica das formas e dos processos existentes no ambiente costeiro a nível local, há possibilidade de propor soluções para contenção dos impactos negativos. Entre as parcerias, destacam-se: a Gerência Regional do Patrimônio da União (GRPU), IDEMA, Governo do Estado e Prefeituras municipais. O estudo deverá ser disponibilizado para a sociedade (internet) e enviado para licenciamento ambiental no órgão competente para implantação das soluções de intervenção.

Produtos e Resultados: Mapas temáticos em escala adequada; Análise técnica do processo de erosão costeira e identificação das áreas afetadas; Proposição de soluções técnicas e de planejamento para contenção do processo erosivo. Como resultado será garantida a conservação das paisagens de excepcional beleza para o turismo, bem como serão evitados problemas de erosão futura nos projetos a serem implantados em áreas estratégicas ao mesmo tempo em que serão indicadas soluções para os locais atualmente afetados.

Ação 03. Elaborar Plano de proteção das falésias nas áreas de risco do Polo.

Objetivo: Elaborar um Plano que possa garantir a preservação ambiental e cênico-paisagística.

Justificativa: As falésias são paredões naturais comuns no litoral do Polo e constituem atrativo turístico potencial, além de estarem sob proteção da legislação brasileira. Importante ainda observar que algumas falésias encontram-se atualmente sob efeito da erosão costeira, podendo ser projetado o recuo das mesmas em direção a retroterra.

Descrição da Ação: Elaboração de estudo contendo as características físicas das falésias, situação atual de conservação, estabilidade, possibilidade de criação de unidades de conservação e identificação de ecossistemas associados. O estudo deverá apontar soluções para aumentar a eficácia de proteção das Falésias e áreas próximas das suas bordas (com cercas e sinalização, respeitando os limites impostos por legislação), ao mesmo tempo em que permita o acesso a propriedades privadas, a visitação e instalação de pontos de apoio ao turismo, tais como mirantes e tirolesas. O estudo deve responder as solicitações de Termo de Referência a ser emitido por órgão competente.

Produtos e Resultados: Plano de proteção das falésias.

Ação 04. Elaborar Zoneamento Ecológico Econômico.

Objetivo: Elaborar Zoneamento Ecológico Econômico dos municípios litorâneos do Polo Costa Branca

Justificativa: O ZEE é importante para encurtar o caminho da transição para um modelo de desenvolvimento mais sustentável. O ZEE constitui, na prática, instrumento técnico, administrativo, sócio-econômico e político de ordenamento, planejamento e gestão do espaço, seus ecossistemas, ocupação e uso dele e de seus recursos. A região precisa de instrumento que deve orientar para a organização dos agentes produtivos, sociais e institucionais numa rede cooperativa comprometida com o uso sustentado do espaço, de

seus recursos e conservação do meio ambiente levando em consideração as características peculiares regionais.

Descrição da Ação: Elaboração de instrumento balizador da estratégia de desenvolvimento do Polo Costa Branca, especialmente os municípios litorâneos. O ZEE deve contemplar as principais potencialidades de uso do litoral e estar alinhado com o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro. Orientará através de zoneamento a implantação de atividades socioeconômicas de acordo com as limitações físicoambientais.

Produtos e Resultados: Zoneamento Ecológico Econômico; Melhor distribuição das atividades econômicas no território.

Ação 05. Implementar as recomendações da Avaliação Ambiental Estratégica.

Objetivo: Implantar as recomendações da Avaliação Ambiental Estratégica, que está sendo elaborada para o Polo Costa Branca.

Justificativa: A Avaliação Ambiental Estratégica é um dos produtos do PDITS, que irá fazer uma avaliação geral de todas as ações propostas pelo Plano, propondo, em alguns casos, ações e recomendações para mitigar impactos que tais investimentos acarretem no meio ambiente e nas comunidades receptoras.

Descrição da Ação: Implantação de recomendações da Avaliação Ambiental Estratégica.

Produtos e Resultados: Mitigação de potenciais impactos negativos de ações advindas do PDITS.

6.2. Dimensionamento dos Investimentos

Para determinação dos custos referentes a cada ação foram utilizadas várias fontes de dados comparativos, a depender da natureza da intervenção, isto é, custos de implantação de redes, projetos, recuperação de patrimônio histórico, etc. foram estimados a partir de projetos similares em processos de licitação realizados pelo governo do estado do RN, ou por comparação com financiamentos disponíveis pelo Ministério do Turismo, Ministério das Cidades e Prefeituras Municipais. Ressalte-se que no nível de detalhamento atual – geral – as estimativas não se apresentam detalhadas, fato este previsto na fase de priorização.

As ações estão divididas por componente e por município, ou quando tratar-se de uma ação geral, a mesma atinge o Polo inteiro, havendo necessariamente estimativa de custo em real e em dólar, estando este último valor na cotação de R\$ 1,77 = US\$ 1,00. **O valor global do Plano de Ação do Costa Branca é de R\$ 25.809.178,00 (US\$ 14.581.456,50), sendo que o valor referente às ações elegíveis no âmbito do PRODETUR NACIONAL é de R\$ 19.809.178,00 (US\$ 11.191.625,99).**

6.2.1. Dimensionamento do Plano de Ação do Polo Costa Branca: Ações Gerais

A tabela abaixo apresenta a visão geral do conjunto de atividades e projetos de investimento a serem realizados para o alcance dos objetivos de desenvolvimento do turismo sustentável, independentemente da fonte de financiamento a ser mobilizada e das entidades por eles responsáveis.

TABELA 27. Dimensionamento dos Investimentos: Ações Gerais

COMPONENTE ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO			
Ação/Projeto	Abrangência	Valor R\$	Valor U\$
Elaborar estudos de viabilidade e projetos técnicos de caminhos turísticos e interpretativos de Guamaré - Galinhos	Guamaré, Galinhos	500.000,00	282.485,88
Elaborar estudos de viabilidade para valorização turística das Salinas do Polo Costa Branca	Areia Branca, Grossos, Macau, Galinhos	100.000,00	56.497,18
Elaborar Plano de Ecoturismo para o litoral de Areia Branca - São Miguel do Gostoso	Areia Branca, Porto do Mangue, Macau, Guamaré, Galinhos, Caiçara do Norte e São Bento do Norte	500.000,00	282.485,88
Implantar Plano de Ecoturismo e dos Caminhos Turísticos e Interpretativos Guamaré-Galinhos e do Projeto Piloto de sinalização das salinas	Areia Branca, Porto do Mangue, Macau, Guamaré, Galinhos, Caiçara do Norte e São Bento do Norte	4.860.000,00	2.745.762,71
Elaborar Guia para Gestão Turística das Orlas Marítimas	Municípios litorâneos	100.000,00	56.497,18
Elaborar Plano Diretor de Turismo Náutico	Municípios litorâneos	175.000,00	98.870,06
Elaborar estudos, projetos básicos e projetos executivos de ancoradouros turísticos	A ser definida	440.000,00	248.587,57
Implantar ancoradouros turísticos	A ser definida	4.000.000,00	2.259.887,01
Elaborar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo para estruturação da visitação do Lajedo de Soledade	Apodi	100.000,00	56.497,18
Implantar estruturação da visitação do Lajedo de Soledade	Apodi	415.000,00	234.463,28
Elaborar diagnóstico da Oferta de Demanda de Capacitação Profissional para o Polo Costa Branca	Todos os municípios	225.000,00	127.118,64
Implantar Programa de Capacitação Profissional	Todos os municípios	1.000.000,00	564.971,75
Elaborar Projeto da Rede de Postos e do Sistema de Informações Turísticas	A ser definida	165.000,00	93.220,34
Implantar Projeto da Rede de Postos e do Sistema de Informações Turísticas	A ser definida	300.000,00	169.491,53
SUBTOTAL COMPONENTE 1		12.880.000,00	7.276.836,19
COMPONENTE ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO			
Ação/Projeto	Abrangência	Valor R\$	Valor U\$
Elaborar Plano de Marketing	Todos os municípios	690.000,00	389.830,51
Elaborar Plano Operativo Anual de Marketing	Todos os municípios	190.000,00	107.344,63
SUBTOTAL COMPONENTE 2		880.000,00	214.689,27
COMPONENTE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL			
Ação/Projeto	Abrangência	Valor R\$	Valor U\$
Elaborar Planos de Fortalecimento da Gestão Municipal do Turismo	Municípios litorâneos	250.000,00	141.242,94
Implantar Planos de Fortalecimento da Gestão Municipal do Turismo	Municípios litorâneos	400.000,00	225.988,70

CONT. TABELA 27. Dimensionamento dos Investimentos: Ações Gerais

COMPONENTE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL			
Ação/Projeto	Abrangência	Valor R\$	Valor U\$
Implantar Programa de Capacitação nas áreas Ambiental, Urbanística e Turística dos técnicos efetivos municipais	Municípios litorâneos	150.000,00	84.745,76
Elaborar/revisar Planos Diretores, Códigos de Obra e Códigos de Meio Ambiente	Apodi, Areia Branca, Caiçara do Norte, Carnaubais, Galinhos, Grossos, Guararé, Itajá, Macau, Pendências, Porto do Mangue, São Rafael, São Bento do Norte, Serra do Mel e Tibau	1.054.000,00	595.480,23
Elaborar Projeto do Sistema de Informações Turísticas	Municípios litorâneos	100.000,00	56.497,18
Implantar Sistema de Informações Turísticas	Municípios litorâneos	138.000,00	77.966,10
SUBTOTAL COMPONENTE 3		2.092.000,00	1.181.920,90
COMPONENTE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS			
Ação/Projeto	Abrangência	Valor R\$	Valor U\$
Elaborar Plano Diretor de Resíduos Sólidos	Municípios litorâneos	300.000,00	169.491,53
Elaborar projeto básico e projeto executivo da Companhia de Apoio ao Turismo, da Delegacia do Turista e de Postos Policiais no litoral do Polo Costa Branca	Porto do Mangue, Galinhos	200.000,00	112.994,35
Implantar Companhia de Apoio ao Turismo, da Delegacia do Turista e de Postos no litoral do Polo Costa Branca.	Porto do Mangue, Galinhos	1.350.000,00	762.711,86
Elaborar projetos técnicos para melhoria e ampliação do Sistema de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário	Galinhos	500.000,00	282.485,88
Implantar projetos técnicos para melhoria e ampliação do Sistema de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário	Galinhos	3.000.000,00	1.694.915,20
Elaborar estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental de acesso Guararé-Diogo Lopes	Guamaré, Macau	120.000,00	67.796,61
Elaborar estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental de acesso Macau - Porto Carão-Porto do Mangue	Macau, Porto do Mangue	260.000,00	146.892,66
Elaborar estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental de acesso Areia Branca-Grossos	Areia Branca, Grossos	100.000,00	56.497,18
SUBTOTAL COMPONENTE 4		5.830.000,00	3.293.785,31
COMPONENTE GESTÃO AMBIENTAL			
Ação/Projeto	Abrangência	Valor R\$	Valor U\$
Elaborar Plano de Manejo para as Dunas do Rosado	Porto do Mangue	150.000,00	84.745,76
Elaborar Estudo das áreas de risco de erosão costeira do Polo	Municípios litorâneos	200.000,00	112.994,35
Elaborar Plano de Proteção das falésias nas áreas de risco do Polo	Municípios litorâneos	200.000,00	112.994,35
Elaborar Zoneamento Ecológico Econômico	Municípios litorâneos	1.200.000,00	677.966,10
Implantar Recomendações da Avaliação Ambiental Estratégica	Municípios litorâneos	525.000,00	296.610,17
SUBTOTAL COMPONENTE 5		2.275.000,00	1.285.310,73

CONT. TABELA 27. Dimensionamento dos Investimentos: Ações Gerais

GERENCIAMENTO E SUPERVISÃO			
Ação/Projeto	Abrangência	Valor R\$	Valor U\$
Gerenciamento, Supervisão e Monitoramento do Programa	-	1.000.000,00	564.971,75
Supervisão de Obras do Programa	-	500.000,00	282.485,88
Avaliação de Impacto do Programa	-	202.178,00	114.224,86
Auditoria Externa	-	150.000,00	84.745,76
SUBTOTAL GERENCIAMENTO E SUPERVISÃO		1.852.178,00	1.046.428,25
TOTAL		25.809.178,00	14.581.456,50

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Cotação do Dólar: R\$ 1,77

6.2.2. Dimensionamento do Plano de Ação do Polo Costa Branca: Ações a serem financiadas pelo PRODETUR NACIONAL

A tabela a seguir apresenta somente as ações e projetos cujo financiamento advirá do PRODETUR NACIONAL.

TABELA 28. Dimensionamento dos Investimentos: Ações PRODETUR NACIONAL

COMPONENTE ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO			
Ação/Projeto	Abrangência	Valor R\$	Valor U\$
Elaborar estudos de viabilidade e projetos técnicos de caminhos turísticos e interpretativos de Guimarães - Galinhos	Guimarães, Galinhos	500.000,00	282.485,88
Elaborar estudos de viabilidade para valorização turística das Salinas do Polo Costa Branca	Areia Branca, Grossos, Macau, Galinhos	100.000,00	56.497,18
Elaborar Plano de Ecoturismo para o litoral de Areia Branca - São Miguel do Gostoso	Areia Branca, Porto do Mangue, Macau, Guimarães, Galinhos, Caiçara do Norte e São Bento do Norte	500.000,00	282.485,88
Implantar Plano de Ecoturismo e dos Caminhos Turísticos e Interpretativos Guimarães-Galinhos e do Projeto Piloto de sinalização das salinas	Areia Branca, Porto do Mangue, Macau, Guimarães, Galinhos, Caiçara do Norte e São Bento do Norte	4.860.000,00	2.745.762,71
Elaborar Guia para Gestão Turística das Orlas	Municípios litorâneos	100.000,00	56.497,18
Elaborar Plano Diretor de Turismo Náutico	Municípios litorâneos	175.000,00	98.870,06
Elaborar estudos, projetos básicos e projetos executivos de ancoradouros turísticos	A ser definida	440.000,00	248.587,57
Elaborar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo para estruturação da visitação do Lajedo de Soledade	Apodi	100.000,00	56.497,18
Implantar estruturação da visitação do Lajedo de Soledade	Apodi	415.000,00	234.463,28
Elaborar diagnóstico da Oferta de Demanda de Capacitação Profissional para o Polo Costa Branca	Todos os municípios	225.000,00	127.118,64
Implantar Programa de Capacitação Profissional	Todos os municípios	1.000.000,00	564.971,75
Elaborar Projeto da Rede de Postos e do Sistema de Informações Turísticas	A ser definida	165.000,00	93.220,34
Implantar Projeto da Rede de Postos e do Sistema de Informações Turísticas	A ser definida	300.000,00	169.491,53
SUBTOTAL COMPONENTE 1		8.880.000,00	5.016.949,18

CONT. TABELA 28. Dimensionamento dos Investimentos: Ações PRODETUR NACIONAL

COMPONENTE ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO			
Ação/Projeto	Abrangência	Valor R\$	Valor U\$
Elaborar Plano de Marketing	Todos os municípios	690.000,00	389.830,51
Elaborar Plano Operativo Anual de Marketing	Todos os municípios	190.000,00	107.344,63
SUBTOTAL COMPONENTE 2		880.000,00	497.175,14
COMPONENTE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL			
Ação/Projeto	Abrangência	Valor R\$	Valor U\$
Implantar Programa de Capacitação nas áreas Ambiental, Urbanística e Turística dos técnicos efetivos municipais	Municípios litorâneos	150.000,00	84.745,76
Elaborar/revisar Planos Diretores, Códigos de Obra e Códigos de Meio Ambiente	Apodi, Areia Branca, Caiçara do Norte, Carnaubais, Galinhos, Grossos, Guamaré, Itajá, Macau, Pendências, Porto do Mangue, São Rafael, São Bento do Norte, Serra do Mel e Tibau	1.054.000,00	595.480,23
Elaborar Projeto do Sistema de Informações Turísticas	Municípios litorâneos	100.000,00	56.497,18
Implantar Sistema de Informações Turísticas	Municípios litorâneos	138.000,00	77.966,10
SUBTOTAL COMPONENTE 3		1.442.000,00	814.689,27
COMPONENTE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS			
Ação/Projeto	Abrangência	Valor R\$	Valor U\$
Elaborar Plano Diretor de Resíduos Sólidos	Municípios litorâneos	300.000,00	169.491,53
Elaborar projeto básico e projeto executivo da Companhia de Apoio ao Turismo, da Delegacia do Turista e de Postos Policiais no litoral do Polo Costa Branca	Porto do Mangue, Galinhos	200.000,00	112.994,35
Elaborar projetos técnicos para melhoria e ampliação do Sistema de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário	Galinhos	500.000,00	282.485,88
Implantar projetos técnicos para melhoria e ampliação do Sistema de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário	Galinhos	3.000.000,00	1.694.915,25
Elaborar estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental de acesso Guamaré-Diogo Lopes	Guamaré, Macau	120.000,00	67.796,61
Elaborar estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental de acesso Macau - Porto Carão-Porto do Mangue	Macau, Porto do Mangue	260.000,00	146.892,66
Elaborar estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental de acesso Areia Branca-Grossos	Areia Branca, Grossos	100.000,00	56.497,18
SUBTOTAL COMPONENTE 4		4.480.000,00	2.531.073,45
COMPONENTE GESTÃO AMBIENTAL			
Ação/Projeto	Abrangência	Valor R\$	Valor U\$
Elaborar Plano de Manejo para as Dunas do Rosado	Porto do Mangue	150.000,00	84.745,76
Elaborar estudo das áreas de risco de erosão costeira do Polo	Municípios litorâneos	200.000,00	112.994,35
Elaborar Plano de Proteção das falésias nas áreas de risco do Polo	Municípios litorâneos	200.000,00	112.994,35
Elaborar Zoneamento Ecológico Econômico	Municípios litorâneos	1.200.000,00	677.966,10
Implantar as recomendações da Avaliação Ambiental Estratégica	Municípios litorâneos	525.000,00	296.610,17
SUBTOTAL COMPONENTE 5		2.275.000,00	1.285.310,73

CONT. TABELA 28. Dimensionamento dos Investimentos: Ações PRODETUR NACIONAL

GERENCIAMENTO E SUPERVISÃO			
Ação/Projeto	Abrangência	Valor R\$	Valor U\$
Gerenciamento, Supervisão e Monitoramento do Programa	-	1.000.000,00	564.971,75
Supervisão de Obras do Programa	-	500.000,00	282.485,88
Avaliação de Impacto do Programa	-	202.178,00	114.224,86
Auditoria Externa	-	150.000,00	84.745,76
SUBTOTAL GERENCIAMENTO E SUPERVISÃO		1.852.178,00	1.046.428,25
TOTAL		19.809.178,00	11.191.625,99

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Cotação do Dólar: R\$ 1,77

TABELA 29. Resumo dos Investimentos do Polo Costa Branca

AÇÕES	POLO COSTA BRANCA	
	R\$	US\$
Ações Gerais	25.809.178,00	14.581.456,50
Ações a Serem Financiadas Pelo PRODETUR	19.809.178,00	11.191.625,99

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Cotação do Dólar: R\$ 1,77.

6.3. Seleção e Priorização das Ações

Nos capítulos anteriores ficou demonstrado que o objetivo primordial do PDITS do Polo Costa Branca é ampliar a atividade turística para novas áreas geográficas do Estado, a partir do fortalecimento das atividades já existentes e da estruturação de novos produtos do turismo de sol e praia e do ecoturismo, contribuindo para a geração de emprego e renda para a comunidade.

Partindo das Estratégias e Ações estabelecidas, anteriormente, foi possível construir um quadro de algumas ações necessárias à estruturação do Polo Costa Branca, em suas diferentes vertentes. Entretanto, assim como bem reflete o Regulamento Operacional do Programa, faz-se necessário um ajuste mais refinado, mais específico ao PDITS, no sentido de otimizar os recursos de financiamento existentes e, assim, chegar-se a um plano operativo para os primeiros 18 meses de execução.

Assim, as ações priorizadas para esses 18 primeiros meses no Polo Costa Branca fazem parte de um contexto de fortalecimento da vocação turística principal do destino, a saber, o turismo de sol e praia, tendo, pois, maior destaque os municípios litorâneos, ao mesmo tempo em que devem ser preparadas as bases de planejamento sustentável do turismo e meio ambiente. Seu diferencial em contraste com o litoral oriental – Polo Costa das Dunas – dá-se pela ocupação ainda rarefeita e de baixa densidade das suas praias, algumas inclusive, não incluídas em roteiros de visitação; por isso, a necessidade premente de proteger os recursos naturais e ordenar o espaço para sua utilização ordenada, que privilegie um maior contato com a natureza.

O Polo Costa Branca destacou-se, no Diagnóstico Estratégico, pela grande quantidade e variedade de recursos naturais, em especial as praias, podendo-se citar também como elementos diferenciais as salinas, dunas do Rosado e atividades de aventura. Nesse sentido, as escolhas da priorização das a es foram definidas pelos projetos que mais possibilitariam reforçar e ampliar o escopo de atração desses destinos do sol e praia, sem

descuidar das salvaguardas necessárias na parte ambiental e de planejamento dos municípios.

Tenciona-se criar, nessa primeira ação de planejamento da região, um destino Costa Branca, caracterizado como um balneário tropical com vistas a desenvolver atividades de entretenimento e lazer ao ar livre, de baixo impacto, para proporcionar experiências turísticas abrangidas, principalmente, pelo Turismo de Sol e Praia, Náutico, de Natureza e/ou Ecoturismo para pequenos grupos específicos nacionais e estrangeiros.

A priorização das ações também considerou o nível de avanço do projeto, dando-se maior atenção àqueles que já dispunham de termo de referência.

A relação das ações a serem executadas nos primeiros 18 meses do PRODETUR NACIONAL no Polo Costa Branca segue especificada abaixo, por componente de planejamento.

TABELA 30. Ações Priorizadas para os primeiros 18 meses – Polo Costa Branca.

COMPONENTE ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO			
Ação/Projeto	Abrangência	Valor R\$	Valor U\$
Elaborar estudos de viabilidade e projetos técnicos de caminhos turísticos e interpretativos de Guararé - Galinhos	Guamaré, Galinhos	500.000,00	282.485,88
Elaborar Plano de Ecoturismo para o litoral de Areia Branca - São Miguel do Gostoso	Areia Branca, Porto do Mangue, Macau, Guararé, Galinhos, Caiçara do Norte e São Bento do Norte	500.000,00	282.485,88
Elaborar Guia para Gestão Turística das Orlas	Municípios litorâneos	100.000,00	56.497,18
Elaborar Plano Diretor de Turismo Náutico	Municípios litorâneos	175.000,00	98.870,06
Elaborar diagnóstico da Oferta de Demanda de Capacitação Profissional para o Polo Costa Branca	Todos os municípios	225.000,00	127.118,64
Elaborar Projeto da Rede de Postos e do Sistema de Informações Turísticas	A ser definida	165.000,00	93.220,34
SUBTOTAL COMPONENTE 1		1.665.000,00	940.677,97
COMPONENTE ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO			
Elaborar Plano de Marketing	Todos os municípios	690.000,00	389.830,51
SUBTOTAL COMPONENTE 2		690.000,00	389.830,51
COMPONENTE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL			
Elaborar/revisar Planos Diretores, Códigos de Obra e Código de Meio Ambiente	Areia Branca, Caiçara do Norte, Galinhos, Grossos, Guararé, Macau, Porto do Mangue, São Bento do Norte e Tibau	617.000,00	348.587,57
Desenvolver Projeto do Sistema de Informações Turísticas	Municípios litorâneos	100.000,00	56.497,18
SUBTOTAL COMPONENTE 3		717.000,00	405.084,75
COMPONENTE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS			
Elaborar Plano Diretor de Resíduos Sólidos	Municípios litorâneos	300.000,00	169.491,53
Elaborar projetos técnicos para melhoria e ampliação do Sistema de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário	Galinhos	500.000,00	282.485,88
SUBTOTAL COMPONENTE 4		800.000,00	451.977,40
COMPONENTE GESTÃO AMBIENTAL			
Elaborar estudo das áreas de risco de erosão costeira do Polo	Municípios litorâneos	200.000,00	112.994,35
Elaborar Zoneamento Ecológico Econômico	Municípios litorâneos	1.200.000,00	677.966,10
SUBTOTAL COMPONENTE 5		1.400.000,00	790.960,45
TOTAL PRIORIZADO		5.272.000,00	2.978.531,07

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2010.

Cotação do Dólar: R\$ 1,77

Cada um dos projetos priorizados para os 18 primeiros meses de atuação do PRODETUR NACIONAL no Polo Costa Branca foi detalhado, de modo a compor uma “Ficha”, com as seguintes especificações:

- a. Objetivo;
- b. Justificativa;
- c. Descrição da ação;
- d. Responsáveis pela execução;
- e. Entidade responsável pela implantação/ operação/ manutenção da obra ou serviço (se procede) e custo estimado;
- f. Custo estimado e fonte de financiamento;
- g. Gastos estimados de operação
- h. Mecanismos previstos de recuperação de custos
- i. Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei;
- j. Relação com outras ações quanto ao cronograma;
- k. Nível de avanço: indicar se existe projetos básicos ou executivos ou termos de referência ou indicar se solicita reconhecimento retroativo.
- l. Benefícios e beneficiários;
- m. Indicadores de seguimento e fonte de verificação

6.3.1. Descrição das Ações a Serem Realizadas Durante os Dezoito Primeiros Meses de Financiamento do PRODETUR Nacional

As ações elegíveis para execução durante os dezoito primeiros meses de financiamento pelo PRODETUR NACIONAL estão, abaixo, descritas e caracterizadas:

FICHA DE PROJETO	
Componente:	Abrangência:
Estratégia de Produto Turístico	Guamaré, Galinhos
Nome do Projeto:	
Estudos de viabilidade e projetos técnicos de caminhos turísticos e interpretativos de Guamaré-Galinhos	
Objetivo do Projeto:	
Analisar a viabilidade econômica, social e ambiental de implantação dos Caminhos Turísticos e Interpretativos de Guamaré a Galinhos, tendo no conceito de estrada-parque sua principal concepção de desenvolvimento sustentável, ou seja, uma via de acesso para o aproveitamento turístico, proporcionando ao usuário a contemplação das belezas cênicas das paisagens, ao mesmo tempo em que preserva e valoriza o patrimônio natural e cultural das localidades.	
Justificativa:	
A área compreendida entre Guamaré e Galinhos apresenta manguezal, estuário, restingas, dunas, rios e áreas alagadiças. Há nela especial interesse paisagístico e ambiental, sobretudo, em função dos valores da economia local e da produção desses recursos de grande fragilidade ambiental. Pretende-se fazer um acesso mais verde e ecologicamente sustentável, baseando-se no conceito de estrada-parque, ou seja, uma via adaptada ao ambiente natural e cultura, planejada de forma a evitar ou minimizar os impactos ambientais, colaborar na preservação da paisagem e para salvaguardar a segurança do usuário, reduzindo os conflitos entre fauna, flora e o uso da estrada. Por isso, propõe-se a realização de estudos de viabilidade, definindo traçado e projeto executivo, sob a ótica da manutenção e conservação dos recursos ambientais, da convivência com o meio natural e da sustentabilidade. Ou seja, realizar estudos para implantação de uma Estrada Parque onde a natureza será especialmente protegida, tendo em vista assegurar a contemplação da paisagem pelas pessoas que ali trafegam em veículos, a pé ou qualquer meio de locomoção.	
Descrição do projeto:	
Elaboração de estudos de viabilidade econômica, ambiental e social para a implantação de Caminhos Turísticos e Interpretativos, tendo-se o conceito de estrada-parque como norteador do projeto. Os estudos devem apontar a viabilidade, bem como o traçado ideal para a estrada. O projeto executivo deve atentar, além dos itens básicos para a implantação de acessos, para a adequação ambiental da via, especificando o conjunto de intervenções que compatibilizem a utilização da via com a preservação dos ecossistemas locais, a valorização da paisagem e valores culturais e o fomento à educação ambiental, ao turismo consciente, ao lazer e ao desenvolvimento socioeconômico da região. Deve definir ainda locais de paradas para apreciação da paisagem e descanso; infraestrutura de apoio aos viajantes, passagens que permitam a travessia segura de animais silvestres, tratamento especial a pontos e trechos da estrada que mereçam ser valorizados etc. O projeto executivo deve englobar projeto de sinalização turística e interpretativa dos "Caminhos", esta entendida como uma atividade educativa que pretende revelar significados e inter-relações do lugar. Estes trabalhos de interpretação em torno do patrimônio exigem uma sucessão de atividades que passam pela identificação, investigação e recuperação/valorização do registro, prossegue com a sua dinamização e divulgação, por intermédio de uma comunicação atrativa, com informação breve reveladora de significados de modo a estimular o apreço nos visitantes pelo seu patrimônio natural e histórico. Os estudos de viabilidade e o projeto executivo devem, ainda, ser apresentados e validados em audiência pública para as populações que serão afetadas por sua implantação.	
Responsável pela execução:	
Governo do Estado	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço:	
Governo do Estado	
Custo Estimado (R\$):	Gasto estimado de Operação (R\$):
500.000,00	Não se aplica
Fonte de Financiamento:	Mecanismos de Recuperação de Custo:
PRODETUR NACIONAL	Não se aplica
Normas de licenciamento ambiental exigidas:	

Lei nº 4.771/1965 – Código Florestal Brasileiro; Lei nº 6.950/1996 – Plano estadual de gerenciamento costeiro; Decreto-Lei nº 9.760/1946 – Bens imóveis da União; Resolução CONAMA nº 303/2002 – Áreas de preservação permanente; Decreto nº 5.300/2004 – Regras de uso e ocupação da zona costeira.

Relação com outras ações quanto ao Cronograma:

Não se aplica

Nível de Avanço:

Elaborar Termo de Referência

Benefícios e beneficiários

Planejamento turístico; Fortalecimento do Ecoturismo

Indicadores de seguimento/Fonte de Verificação

Estudos elaborados/Relatórios governamentais

FICHA DE PROJETO	
Componente:	Abrangência:
Estratégia de Produto Turístico	Areia Branca, Porto do Mangue, Macau, Guamaré, Galinhos, Caiçara do Norte e São Bento do Norte
Nome do Projeto:	
Plano de Ecoturismo para o litoral de Areia Branca - São Miguel do Gostoso	
Objetivo do Projeto:	
Elaborar um Plano de Ecoturismo para o litoral do Costa Branca, partindo de Areia Branca até o município de São Miguel do Gostoso, no Polo Costa das Dunas, como forma de estruturar e ordenar o ecoturismo na região e fortalecer a atividade turística no estado.	
Justificativa:	
O Polo Costa Branca possui um ambiente natural muito frágil, palco também de várias atividades econômicas como extração de sal, petróleo, gás natural etc. A riqueza e beleza dos recursos naturais permitem a realização de diversas atividades esportivas e de lazer, como atividades aquáticas, de aventura, contemplação etc. O Plano de Ecoturismo viria como instrumento de planejamento e gestão do uso sustentável do litoral.	
Descrição do projeto:	
Elaboração do Plano de Ecoturismo para o litoral do Costa Branca, que promova a estruturação e o ordenamento do ecoturismo na região. Deve indicar, dentre outras coisas, as atividades a serem desenvolvidas em cada trecho de orla, capacidade de carga, formas de inclusão e participação da comunidade, equipamentos de apoio, diretrizes e estratégias para desenvolvimento do ecoturismo, medidas mitigadoras, plano de ação com indicadores de avaliação e acompanhamento etc. Da mesma forma, é importante ação para promover a integração do Polo Costa Branca e do Costa das Dunas, através de São Miguel do Gostoso, destino turístico que vem ganhando projeção estadual e nacional por suas belezas e seu potencial para o ecoturismo. Deve respeitar e se adequar a outros estudos e/ou legislações para a área como Projeto Orla, Zoneamento Ecológico Econômico, Códigos de Meio Ambiente, Planos de Manejo de Unidades de Conservação etc.	
Responsável pela execução:	
Governo do Estado	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço:	
Governo do Estado	
Custo Estimado (R\$):	Gasto estimado de Operação (R\$):
500.000,00	Não se aplica
Fonte de Financiamento:	Mecanismos de Recuperação de Custo:
PRODETUR NACIONAL	Não se aplica
Normas de licenciamento ambiental exigidas:	
Lei nº 4.771/1965 – Código Florestal Brasileiro; Lei nº 6.950/1996 – Plano estadual de gerenciamento costeiro; Resolução CONAMA nº 303/2002 – Áreas de preservação permanente.	
Relação com outras ações quanto ao Cronograma:	
Não se aplica	
Nível de Avanço:	
Elaborar Termo de Referência	
Benefícios e beneficiários	
Planejamento turístico; Fortalecimento do Ecoturismo	
Indicadores de seguimento/Fonte de Verificação	
Plano elaborado/ Ata de aprovação do Plano no Conselho Regional de Turismo	

FICHA DE PROJETO	
Componente:	Abrangência:
Estratégia de Produto Turístico	Municípios litorâneos
Nome do Projeto:	
Guia para Gestão Turística das Orlas marítimas	
Objetivo do Projeto:	
Criar um instrumento de planejamento turístico que norteie a gestão das atividades turísticas desenvolvidas nas orlas marítimas do Polo Costa Branca	
Justificativa:	
Instituir as bases para o aproveitamento planejado e sustentável das atividades turísticas a serem praticadas no litoral, prezando pela preservação dos recursos naturais e valorização da cultura e a identidade local.	
Descrição do projeto:	
Elaboração de Guia para Gestão Turística das orlas marítimas do Costa Branca. Deve relacionar-se com outras legislações municipais, estaduais ou federais vigentes como Projeto Orla, Planos Diretores, Códigos de Meio Ambiente etc., bem como com planos de turismo para a região como o PDITS, Plano de Ecoturismo e demais iniciativas de planejamento. Deve ser validado e aprovado pelo Conselho Regional de Turismo do Polo Costa Branca.	
Responsável pela execução:	
Governo do Estado	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço:	
Governo do Estado	
Custo Estimado (R\$):	Gasto estimado de Operação (R\$):
100.000,00	Não se aplica
Fonte de Financiamento:	Mecanismos de Recuperação de Custo:
PRODETUR NACIONAL	Não se aplica
Normas de licenciamento ambiental exigidas:	
Lei nº 4.771/1965 – Código Florestal Brasileiro; Lei nº 6.950/1996 – Plano estadual de gerenciamento costeiro; Resolução CONAMA nº 303/2002 – Áreas de preservação permanente; Decreto nº 5.300/2004 – Regras de uso e ocupação da zona costeira.	
Relação com outras ações quanto ao Cronograma:	
Não se aplica	
Nível de Avanço:	
Elaborar Termo de Referência	
Benefícios e beneficiários	
Planejamento turístico; Preservação e conservação da faixa litorânea; Ordenamento do solo litorâneo	
Indicadores de seguimento/Fonte de Verificação	
Guia elaborado/ Ata de aprovação do Plano no Conselho Regional de Turismo	

FICHA DE PROJETO	
Componente:	Abrangência:
Estratégia de Produto Turístico	Municípios litorâneos
Nome do Projeto:	
Plano Diretor de Turismo Náutico	
Objetivo do Projeto:	
Elaborar do Plano Diretor de Turismo Náutico para o Polo Costa Branca, em parceria com o do Polo Costa das Dunas, com o objetivo de instituir as bases legais para a exploração do turismo náutico e a gestão de ancoradouros turísticos.	
Justificativa:	
O turismo náutico é um dos segmentos de turismo em ascensão no Brasil, com perfil de usuários de alto poder aquisitivo. Apesar do seu vasto litoral, o Rio Grande do Norte ainda é incipiente na exploração do Turismo Náutico como produto turístico. Por isso, faz-se necessário a elaboração de um Plano Diretor de Turismo Náutico que estruture e ordene esse segmento.	
Descrição do projeto:	
Esse instrumento tem por objetivo estruturar e ordenar o segmento de turismo náutico no Polo, a partir de um plano que normatize a atividade. Deverá estabelecer as macroestratégias e os eixos estratégicos de desenvolvimento do setor com recomendações de ações a serem implementadas em curto, médio e longo prazos. Abordará também as necessidades de investimentos privados e a articulação entre órgãos governamentais para a melhoria da infraestrutura e dos serviços náuticos da região. Definirá entre outras coisas, a quantidade de ancoradouros necessária em função da demanda, bem como a sua localização. Também deverá definir o sistema de gestão e os requisitos para concessão dos mesmos, para assegurar a padronização e a qualidade do produto por todo o litoral, além de apontar a necessidade de ancoradouro de tipo misto, para uso turístico e para pesca artesanal.	
Responsável pela execução:	
Governo do Estado	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço:	
Governo do Estado	
Custo Estimado (R\$):	Gasto estimado de Operação (R\$):
175.000,00	Não se aplica
Fonte de Financiamento:	Mecanismos de Recuperação de Custo:
PRODETUR NACIONAL	Não se aplica
Normas de licenciamento ambiental exigidas:	
Lei nº 4.771/1965 – Código Florestal Brasileiro; Lei nº 6.950/1996 – Plano estadual de gerenciamento costeiro; Decreto-Lei nº 9.760/1946 – Bens imóveis da União; Resolução CONAMA nº 303/2002 – Áreas de preservação permanente; Resolução CONAMA nº 398/2008 – Plano de emergência para incidentes de poluição em águas; Decreto nº 5.300/2004 – Regras de uso e ocupação da zona costeira; Lei nº 9.537/1997 e Decreto nº 2.596/1998 – Dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário; Normas da Autoridade Marítima, Portarias da Capitania dos Portos do Rio Grande do Norte.	
Relação com outras ações quanto ao Cronograma:	
Não se aplica	
Nível de Avanço:	
Elaborar Termo de Referência	
Benefícios e beneficiários	
Planejamento turístico; Diversificação da oferta turística, Fortalecimento do turismo náutico; Fortalecimento do turismo de sol e praia	
Indicadores de seguimento/Fonte de Verificação	
Plano Diretor de Turismo Náutico elaborado/ Ata de aprovação do Plano no Conselho Regional de Turismo	

FICHA DE PROJETO	
Componente:	Abrangência:
Estratégia de Produto Turístico	Todos os municípios
Nome do Projeto:	
Diagnóstico da Oferta e Demanda de Capacitação Profissional	
Objetivo do Projeto:	
Elaborar o diagnóstico visando conhecer a oferta e demanda de capacitação profissional, sendo assim possível definir propostas de qualificação profissional para o setor turístico do Polo.	
Justificativa:	
O Diagnóstico da Oferta e Demanda de Capacitação Profissional faz-se necessário em função da inexistência de dados sobre as necessidades de capacitação, seja profissional ou empresarial, além da necessidade premente de capacitação e qualificação profissional, um dos grandes problemas no setor turístico.	
Descrição do projeto:	
Elaboração do Diagnóstico de Oferta e Demanda da Capacitação Profissional do Setor Turístico de todos os municípios do Polo, com definição do Plano de Ação para capacitação de empresários, profissionais do setor e população. Espera-se que o Plano de Ação seja focado para atender à demanda de capacitação dos segmentos de turismo priorizados no Polo: turismo de sol e praia, em especial, de modo que sejam capacitados população, profissionais e empresários para atuarem nessa área. O Plano de Ação deverá ainda propor indicadores de acompanhamento da eficácia dos Programas de Capacitação Profissional, como nível de satisfação com os cursos, taxa de empregabilidade após o curso etc.	
Responsável pela execução:	
Governo do Estado	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço:	
Governo do Estado	
Custo Estimado (R\$):	Gasto estimado de Operação (R\$):
225.000,00	Não se aplica
Fonte de Financiamento:	Mecanismos de Recuperação de Custo:
PRODETUR NACIONAL	Não se aplica
Normas de licenciamento ambiental exigidas:	
Não se aplica	
Relação com outras ações quanto ao Cronograma:	
Não existe	
Nível de Avanço:	
Termo de Referência Elaborado	
Benefícios e beneficiários	
Planejamento turístico; Capacitação profissional e empresarial	
Indicadores de seguimento/Fonte de Verificação	
Plano de Ação/Relatórios finais	

FICHA DE PROJETO	
Componente:	Abrangência:
Estratégia de Produto Turístico	A ser definida
Nome do Projeto:	
Projeto da Rede de Postos e do Sistema de Informações Turísticas	
Objetivo do Projeto:	
Definir e detalhar as especificações técnicas e de execução dos serviços e obras, de modo a garantir a viabilidade técnica dos serviços e às adequações às normas da ABNT.	
Justificativa:	
A Lei 8.966/93, em seu artigo 7º, determina que as licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços devem obedecer a seguinte ordem: elaboração de projeto básico, projeto executivo e, por fim, execução das obras e serviços. Assim, é ação exigida por lei.	
Descrição do projeto:	
Elaboração de projeto de rede de postos de atendimento e do sistema de informações turísticas. A rede será utilizada para apoiar a gestão turística municipal. O orçamento deverá incluir: a) o projeto conceitual da rede, e o modelo de gestão da rede, b) o manual de imagem corporativa da rede, c) o estabelecimento de ferramentas tecnológicas de intercâmbio de informações (intra e extranet) d) a elaboração de material promocional com parâmetros homogêneos e) a capacitação do pessoal; e f) o orçamento para a contratação do pessoal durante o período de execução. Quanto aos postos de atendimento: devem seguir aos parâmetros visuais e técnicos informados no projeto; ter funcionários efetivos e capacitados para passar informações; servir de ponto de fornecimento de informações, bem como de obtenção de informações e dados sobre os turistas que procuram os postos pelo preenchimento de questionários ou outros métodos de coleta de dados.	
Responsável pela execução:	
Governo do Estado	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço:	
Governo do Estado	
Custo Estimado (R\$):	Gasto estimado de Operação (R\$):
165.000,00	Não se aplica
Fonte de Financiamento:	Mecanismos de Recuperação de Custo:
PRODETUR NACIONAL	Não se aplica
Normas de licenciamento ambiental exigidas:	
Plano Diretor e Código de Obras, caso existentes.	
Relação com outras ações quanto ao Cronograma:	
Não se aplica	
Nível de Avanço:	
Elaborar Termo de Referência	
Benefícios e beneficiários	
Planejamento turístico; Estruturação de sistema de informações turísticas em rede; Estruturação e sistematização da coleta de informações e dados do turismo	
Indicadores de seguimento/Fonte de Verificação	
Projeto elaborado/ Relatórios governamentais	

FICHA DE PROJETO	
Componente:	Abrangência:
Estratégia de Comercialização	Todos os municípios
Nome do Projeto:	
Plano de Marketing	
Objetivo do Projeto:	
Orientar as estratégias de desenvolvimento da atividade turística desenvolvida no Polo, com vistas a atingir maior eficiência e eficácia no fortalecimento da marca e na comercialização dos seus produtos, ampliando a atratividade do Polo e aumentando os fluxos e gastos turísticos no Costa Branca e Rio Grande do Norte, uma vez que os Polos devem ser trabalhados de forma integrada.	
Justificativa:	
A elaboração de um Plano de Marketing possibilitará o planejamento estratégico da comercialização e divulgação dos destinos do Polo Costa Branca, posicionando os destinos turísticos do Polo, tornando as ações mais efetivas ao atingir os mercados de interesse, e, entre outras coisas, tornando o destino mais competitivo. Antecedendo o processo de elaboração do Plano de Marketing será realizada uma pesquisa de mercado para descobrir oportunidades de mercado para os produtos e destinos turísticos do Polo Costa Branca. Isso se justifica porque o Polo Costa Branca ainda não possui uma pesquisa do mercado turístico, que indique quais as melhores oportunidades de negócio para seus produtos, quais os mercados em que se deve investir; perfil dos consumidores prioritários etc. Pesquisas desse tipo, bem como de demanda atual e potencial e pesquisas de clima empresarial são ferramentas poderosas na definição de estratégias e ações de promoção e comercialização eficientes.	
Descrição do projeto:	
Inicialmente será feita uma pesquisa de mercado com a demanda atual e potencial, para o Polo Costa Branca que deverá definir o perfil do consumidor, necessidades e desejos dos mesmos; aspectos dos concorrentes: pontos fortes e fracos; estudar fornecedores, clientes e política de atuação; definição da metodologia, instrumentos de pesquisa. Além disso, deve abranger Pesquisa de Clima Empresarial com o trade turístico; Pesquisa de satisfação de clientes; além da definição de instrumentos de avaliação e acompanhamento das ações propostas. Concluída essa etapa procede-se a elaboração do Plano de Marketing, cujo conteúdo mínimo necessário deverá realizar estudos de mercado e ser capaz de identificar as ações e diretrizes estratégicas para a divulgação e comercialização dos produtos e destinos do Polo nos diferentes mercados emissores de interesse, especificando mídias, planos operativos etc. A promoção deverá consolidar a imagem do destino de acordo com as determinações estratégicas e os nichos de mercado que se pretenda ampliar. A gestão da marca do destino está entre as atividades mais importantes para a manutenção e ampliação da demanda turística e o plano de marketing é a principal ferramenta para uma gestão eficaz. Dentro do plano de promoção deverão estar previstos a elaboração de material promocional (folheteria, vídeos, CDs etc.), a participação em eventos nacionais e internacionais, e campanhas promocionais para os destinos do Polo Costa Branca. Deverá definir, entre outras, uma estratégia de comercialização on line dos produtos e destinos do Costa Branca, dada à importância da internet para os destinos turísticos na atualidade.	
Responsável pela execução:	
Governo do Estado	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço:	
SETUR/EMPROTUR	
Custo Estimado (R\$):	Gasto estimado de Operação (R\$):
690.000,00	Não se aplica
Fonte de Financiamento:	Mecanismos de Recuperação de Custo:
PRODETUR NACIONAL	Não se aplica
Normas de licenciamento ambiental exigidas:	
Não se aplica	
Relação com outras ações quanto ao Cronograma:	
Não existe	
Nível de Avanço:	

Elaborar Termo de Referência
Benefícios e beneficiários
Maior eficiência e eficácia de ações de comercialização e divulgação; Conquista de novos mercados; Aumento do fluxo de turistas; Aumento das receitas turísticas; Beneficiários: Municípios, Estado, empresários, comunidade.
Indicadores de seguimento/Fonte de Verificação
Gasto médio diário individual (GMDI)/Sistema de Informações Turísticas

FICHA DE PROJETO	
Componente:	Abrangência:
Fortalecimento Institucional	
Nome do Projeto:	
Plano Diretor, Código de Obras e Código de Meio Ambiente	
Objetivo do Projeto:	
Dotar os municípios listados com o instrumento de política de desenvolvimento e ordenamento territorial e urbano preconizado pela Constituição Federal e Estatuto da Cidade (Plano Diretor), bem como de outros instrumentos para regular a ocupação e uso do solo e dos recursos naturais.	
Justificativa:	
O Plano Diretor é instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana contemplado pela Constituição Federal de 1988, sendo imprescindível para o planejamento do desenvolvimento e para o ordenamento territorial de qualquer município. É obrigatório, entre outros: em cidades com mais de vinte mil habitantes e integrantes de áreas de especial interesse turístico. O turismo, como atividade que se apropria do território de uma localidade e ali se desenvolve, tende a ser beneficiado. Já o Código de Obras e Posturas constitui uma legislação paralela e complementar ao Plano Diretor Municipal e legislação urbanística, essencial ao planejamento e gestão das cidades, no sentido de assegurar a observância de padrões mínimos de segurança, higiene, conforto, estética e salubridade das construções. No que tange ao Código de Meio Ambiente, é importante que sejam estabelecidas diretrizes ambientais em nível local para dar sustentabilidade ao turismo no Polo, adequando o desenvolvimento ao equilíbrio ecológico e à melhoria da qualidade de vida da população, inclusive para que sejam conservados os atrativos turísticos e o meio ambiente.	
Descrição do projeto:	
Elaboração de Plano Diretor Municipal e legislação urbanística complementar (Lei de Parcelamento do Solo Urbano e Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano), utilizando-se a participação popular por meio de audiências públicas, conforme previsto no Estatuto da Cidade. Elaboração de Códigos de Obra e Posturas e de Meio Ambiente, em consonância com o Plano Diretor e demais legislações pátrias.	
Responsável pela execução:	
Governo do Estado/Prefeitura Municipal	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço:	
Prefeitura Municipal	
Custo Estimado (R\$):	Gasto estimado de Operação (R\$):
617.000,00	Não se aplica
Fonte de Financiamento:	Mecanismos de Recuperação de Custo:
PRODETUR NACIONAL	Não se aplica
Normas de licenciamento ambiental exigidas:	
Lei 10.257/2001 – Estatuto da Cidade; Lei nº 6.766/1979 – Parcelamento do Solo Urbano; Resoluções nº 25 e 34 do Conselho das Cidades; Decreto nº 5.300/2004 – Regras de uso e ocupação da zona costeira.	
Relação com outras ações quanto ao Cronograma:	
Não se aplica	
Nível de Avanço:	
Termo de Referência elaborado	
Benefícios e beneficiários	
Aumento da capacidade de gestão urbana, territorial e ambiental, Aumento da capacidade contributiva; Normatização dos padrões construtivos, Melhoria da qualidade ambiental da comunidade, Aumento da capacidade de gestão e fiscalização dos recursos naturais; Melhoria da qualidade ambiental; Definição de áreas de preservação ambiental; Beneficiários: comunidade, turistas, Prefeitura Municipal, empresários	
Indicadores de seguimento/Fonte de Verificação	
Leis implantadas/Lei aprovadas na Câmara de Vereadores	

FICHA DE PROJETO	
Componente:	Abrangência:
Fortalecimento Institucional	Municípios litorâneos
Nome do Projeto:	
Projeto de Sistema de Informações Turísticas	
Objetivo do Projeto:	
Desenvolver um sistema de informações turísticas a fim de gerar indicadores e dados do turismo em nível municipal, regional e estadual, beneficiando a capacidade de gestão e planejamento do turismo.	
Justificativa:	
Os dados e informações sobre o turismo em nível municipal e estadual são bastante escassos, havendo poucos instrumentos de coleta de dados e, menos ainda, instrumento de geração de informações, dificultando, pois, o trabalho de gestores públicos e privados ante a base de dados e informações confiáveis sobre o turismo para que possam planejar e tomar decisões.	
Descrição do projeto:	
O Projeto do Sistema de Informações turísticas deve fazer um diagnóstico das operações estatísticas estaduais, apontando formas de melhoria, inclusive dos instrumentos de coleta atuais (questionários de pesquisa de demanda), novas formas de coleta de dados em nível local e estadual (ligando-se aos pontos de informação turística previstos no PDITS), software do sistema, formas de gerenciamento do programa e integração de informações (intranet), recursos humanos necessários, etc.	
Responsável pela execução:	
Governo do Estado	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço:	
Governo do Estado	
Custo Estimado (R\$):	Gasto estimado de Operação (R\$):
100.000,00	Não se aplica
Fonte de Financiamento:	Mecanismos de Recuperação de Custo:
PRODETUR NACIONAL	Não se aplica
Normas de licenciamento ambiental exigidas:	
Não se aplica	
Relação com outras ações quanto ao Cronograma:	
Não existe	
Nível de Avanço:	
Elaborar Termo de Referência	
Benefícios e beneficiários	
Planejamento turístico; Fortalecimento da capacidade de coleta e processamento de dados do turismo; Beneficiários: Rio Grande do Norte; empresários do turismo; pesquisadores; turistas etc.	
Indicadores de seguimento/Fonte de Verificação	
Projeto concluído/Relatórios governamentais	

FICHA DE PROJETO	
Componente:	Abrangência:
Infraestrutura e Serviços Básicos	Municípios litorâneos
Nome do Projeto:	
Plano Diretor de Resíduos Sólidos	
Objetivo do Projeto:	
Identificar os principais problemas na destinação dos resíduos sólidos no Polo e indicar as soluções para a gestão dos resíduos, de forma a beneficiar o meio ambiente e a qualidade de vida das comunidades.	
Justificativa:	
Os resíduos sólidos configuram-se numa das questões ambientais mais problemáticas, especialmente em áreas onde o fluxo de pessoas é intenso, como é o caso de destinos turísticos. O planejamento adequado apresenta-se como uma das soluções mais viáveis na mitigação dos impactos resultantes do acúmulo, transporte e destino final desses resíduos. O plano diretor de resíduos sólidos torna-se indispensável, na medida em que contribui para a redução da contaminação do meio ambiente, o controle da proliferação de vetores e a otimização das ações voltadas à saúde pública.	
Descrição do projeto:	
Elaboração de Plano Diretor de Resíduos com a participação dos setores público, privado e comunitário, mediante debates, entrevistas, oficinas de planejamento, consultas a audiências, conforme metodologia da gestão participativa.	
Responsável pela execução:	
Governo do Estado	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço:	
Governo do Estado	
Custo Estimado (R\$):	Gasto estimado de Operação (R\$):
300.000,00	Não se aplica
Fonte de Financiamento:	Mecanismos de Recuperação de Custo:
PRODETUR NACIONAL	Não se aplica
Normas de licenciamento ambiental exigidas:	
Não se aplica	
Relação com outras ações quanto ao Cronograma:	
Não existe	
Nível de Avanço:	
Termo de Referência elaborado	
Benefícios e beneficiários	
Apontamento de soluções para a problemática da disposição de resíduos sólidos; Preservação dos recursos naturais; Planejamento urbano; Melhoria da qualidade de vida da comunidade local	
Indicadores de seguimento/Fonte de Verificação	
Plano elaborado/Relatórios governamentais	

FICHA DE PROJETO	
Componente:	Abrangência:
Infraestrutura e Serviços Básicos	Galinhas
Nome do Projeto:	
Projetos técnicos para ampliação e melhoria do sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário	
Objetivo do Projeto:	
Definir e detalhar as especificações técnicas e de execução dos serviços e obras, de modo a garantir a viabilidade técnica e ambiental das obras e às adequações às normas da ABNT.	
Justificativa:	
A Lei 8.966/93, em seu artigo 7º, determina que as licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços devem obedecer a seguinte ordem: elaboração de projeto básico, projeto executivo e, por fim, execução das obras e serviços. Assim, é ação exigida por lei.	
Descrição do projeto:	
Elaboração de projetos técnicos para abastecimento de água e sistema de esgotamento sanitário. Previamente, deve ser elaborado na mesma licitação o Plano Diretor de Saneamento, instrumento norteador das ações posteriores.	
Responsável pela execução:	
Governo do Estado	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço:	
Governo do Estado	
Custo Estimado (R\$):	Gasto estimado de Operação (R\$):
500.000,00	Não se aplica
Fonte de Financiamento:	Mecanismos de Recuperação de Custo:
PRODETUR NACIONAL	Não se aplica
Normas de licenciamento ambiental exigidas:	
Lei nº 11.445/2007 – Diretrizes para o saneamento básico; Resolução CONAMA nº 377/2006 – Dispõe sobre licenciamento ambiental simplificado de sistema de esgotamento sanitário.	
Relação com outras ações quanto ao Cronograma:	
Não existe	
Nível de Avanço:	
Termo de Referência elaborado	
Benefícios e beneficiários	
Planejamento urbano e turístico, Incentivo à melhoria da qualidade ambiental	
Indicadores de seguimento/Fonte de Verificação	
Plano elaborado/Relatórios governamentais	

FICHA DE PROJETO	
Componente:	Abrangência:
Gestão Ambiental	Municípios litorâneos
Nome do Projeto:	
Estudo das áreas de risco de erosão costeira do Polo	
Objetivo do Projeto:	
Apontar soluções técnicas e de planejamento para as áreas onde ocorre o processo de erosão costeira para evitar a degradação da paisagem.	
Justificativa:	
Alguns estudos apontam elevação do nível do mar e quebra da dinâmica sedimentar que afetam as áreas costeiras. Por ser o litoral um recurso afetado por processos naturais e antrópicos, e alvo da atividade turística, resultando diversas vezes em impactos negativos, deve haver o planejamento, ações de conservação e adequação principalmente nas áreas ocupadas, as quais oferecem o suporte de serviço e infraestrutura para o turismo, que podem ser comprometidos pela erosão costeira.	
Descrição do projeto:	
Para realização do estudo há necessidade de elaboração de zoneamento ambiental que identifique as unidades geomorfológicas delimitadoras da linha de costa aonde as legislações ambientais e patrimoniais incidam. Com o cadastro de informações e análise técnica das formas e dos processos existentes no ambiente costeiro a nível local, há possibilidade de propor soluções para contenção dos impactos negativos. Entre as parcerias, destacam-se: a Gerência Regional do Patrimônio da União (GRPU), IDEMA, Governo do Estado e Prefeituras municipais. O estudo deverá ser disponibilizado para a sociedade (internet) e enviado para licenciamento ambiental no órgão competente para implantação das soluções de intervenção.	
Responsável pela execução:	
Governo do Estado	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço:	
Governo do Estado/IDEMA	
Custo Estimado (R\$):	Gasto estimado de Operação (R\$):
200.000,00	Não se aplica
Fonte de Financiamento:	Mecanismos de Recuperação de Custo:
PRODETUR NACIONAL	Não se aplica
Normas de licenciamento ambiental exigidas:	
Plano Diretor municipal e leis complementares, caso existam; Decreto nº 5.300/2004 – Regras de uso e ocupação da zona costeira; Lei nº 4.771/1965 – Código Florestal Brasileiro; Lei nº 7.661/1988 – Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro; Decreto nº 5.300/2004 – Regras de uso e ocupação da zona costeira; Decreto-Lei nº 9.760/1946 – Bens imóveis da União; Resolução CONAMA nº 303/2002 – Áreas de preservação permanente.	
Relação com outras ações quanto ao Cronograma:	
Não existe	
Nível de Avanço:	
Elaborar Termo de Referência	
Benefícios e beneficiários	
Planejamento sustentável do turismo; Ordenamento territorial da região; Apontamento de soluções para conter a erosão que ocorre na faixa litorânea do Polo; Preservação dos recursos naturais	
Indicadores de seguimento/Fonte de Verificação	
Estudo elaborado/ Relatórios governamentais	

FICHA DE PROJETO	
Componente:	Abrangência:
Gestão Ambiental	Municípios litorâneos
Nome do Projeto:	
Zoneamento Ecológico Econômico	
Objetivo do Projeto:	
Elaborar Zoneamento Ecológico Econômico dos municípios litorâneos do Polo Costa Branca	
Justificativa:	
O ZEE é importante para encurtar o caminho da transição para um modelo de desenvolvimento mais sustentável. O ZEE constitui, na prática, instrumento técnico, administrativo, sócio-econômico e político de ordenamento, planejamento e gestão do espaço, seus ecossistemas, ocupação e uso dele e de seus recursos. A região precisa de instrumento que deve orientar para a organização dos agentes produtivos, sociais e institucionais numa rede cooperativa comprometida com o uso sustentado do espaço, de seus recursos e conservação do meio ambiente levando em consideração as características peculiares regionais.	
Descrição do projeto:	
Elaboração de instrumento balizador da estratégia de desenvolvimento do Polo Costa Branca, especialmente os municípios litorâneos. O ZEE deve contemplar as principais potencialidades de uso do litoral e estar alinhado com o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro. Orientará através de zoneamento a implantação de atividades socioeconômicas de acordo com as limitações físicoambientais.	
Responsável pela execução:	
Governo do Estado	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço:	
Governo do Estado/IDEMA	
Custo Estimado (R\$):	Gasto estimado de Operação (R\$):
1.200.000,00	Não se aplica
Fonte de Financiamento:	Mecanismos de Recuperação de Custo:
PRODETUR NACIONAL	Não se aplica
Normas de licenciamento ambiental exigidas:	
Plano Diretor municipal e leis complementares, caso existam; Decreto nº 5.300/2004 – Regras de uso e ocupação da zona costeira; Lei nº 7.661/1988 – Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro; Decreto-Lei nº 9.760/1946 – Bens imóveis da União; Resolução CONAMA nº 303/2002 – Áreas de preservação permanente.	
Relação com outras ações quanto ao Cronograma:	
Não existe	
Nível de Avanço:	
Elaborar Termo de Referência	
Benefícios e beneficiários	
Planejamento sustentável do turismo; Ordenamento territorial da região	
Indicadores de seguimento/Fonte de Verificação	
Lei de aprovação/Publicação da Lei	

6.4. Avaliação dos Impactos Potenciais da Implementação do PDITS

A avaliação dos impactos potenciais está focada nas ações priorizadas do PDITS, a partir das quais foram levantados os possíveis impactos considerados expressivos, ou seja, aqueles que venham a provocar repercussão na sociedade quanto às interferências que possam acarretar no meio socioambiental.

Num primeiro momento são destacadas as ações e impactos esperados numa matriz, especificando-se o tipo de impacto ocasionado. Na sequência, são analisadas as interferências que algumas ações podem ocasionar sobre a qualidade de vida da população da área turística. Em seguida, é feita a seleção dos impactos que possam ser considerados estratégicos em termos da atração que podem exercer sobre outras atividades econômicas e, finalmente, são definidas possíveis ações de acompanhamento e monitoramento de impactos potenciais da implementação do programa.

Ressalta-se que se espera dessa avaliação a previsão dos possíveis impactos decorrentes das ações do PDITS, mas essa previsão não chega a ser exaustiva, pois disso dependeria uma análise minuciosa dos detalhes de cada projeto previsto.

Outras considerações ambientais com maior detalhamento foram trabalhadas na Avaliação Ambiental Estratégica, elaborada em paralelo à realização do PDITS.

As ações traçadas objetivando o desenvolvimento sustentável do turismo no **Polo Costa Branca** limitam-se a ações de planejamento com caráter eminentemente positivo. Destacam-se aqueles impactos de natureza ambiental, social, econômico e cultural, já que a maior parte das ações concentra-se na elaboração de projetos sem a implantação dos mesmos na fase inicial de implementação do programa, ou seja, os dezoito primeiros meses.

QUADRO 55. Matriz dos Impactos Potenciais.

Ação	Matriz dos Impactos Potenciais							
	AMBIENTAIS		SOCIAIS		ECONÔMICOS		CULTURAIS	
	Positivos	Negativos	Positivos	Negativos	Positivos	Negativos	Positivos	Negativos
Estudo de viabilidade e projetos técnicos de caminhos turísticos e interpretativos de Guimarães-Galinhos	Planejamento de uso dos recursos naturais; Identificação de áreas de risco e solução para rotas alternativas.	-	Ordenamento da rota turística.	-	Criação de pontos de visitação estratégicos.	-	Rotas turísticas conhecidas pela população.	-
Plano de Ecoturismo para o litoral de Areia Branca-São Miguel do Gostoso	Planejamento de uso dos recursos naturais; Identificação dos ecossistemas.	-	Ordenamento da rota turística.	-	Atração de turistas focados no turismo ecológico.	-	Valorização ecológica das áreas turísticas.	-
Guia para Gestão Turística das Orlas	Planejamento de uso dos recursos naturais.	-	Agregação de valor ao produto turístico; Disponibilização de instrumentos de gestão adequados para o produto turístico;	-	Melhoria da administração da orla e arrecadação de recursos; Definição de áreas passíveis de utilização econômica turística.	-	Difusão de conhecimento de gestão.	-
Plano Diretor de Turismo Náutico	Planejamento de uso dos recursos naturais.	-	Agregação de valor ao produto turístico; Disponibilização de instrumentos de gestão adequados para o produto turístico.	-	Criação de expectativas para investidores e população; Criação de alternativas econômicas; Definição de áreas passíveis de utilização econômica turística.	-	Criação de novos costumes.	-

CONT. QUADRO 55. Matriz dos Impactos Potenciais.

Ação	Matriz dos Impactos Potenciais							
	AMBIENTAIS		SOCIAIS		ECONÔMICOS		CULTURAIS	
	Positivos	Negativos	Positivos	Negativos	Positivos	Negativos	Positivos	Negativos
Diagnóstico da Oferta de Demanda de Capacitação Profissional para o Polo Costa Branca	Internalização do conhecimento das características socioambiental do Polo.	-	Agregação de valor ao produto Turístico; Disponibilização de instrumentos de gestão adequados para o produto turístico.	Diagnóstico setorial com risco de exclusão dos demais serviços e produção associados à atividade turística.	Fortalecimento da competitividade/ empreendedorismo dos produtos turísticos.	Desconsideração da produção associada ao turismo.	-	-
Programa de Capacitação Profissional	-	-	Geração de mão de obra qualificada e emprego	-	-	-	-	-
Projeto da Rede de Postos e do Sistema de Informações Turísticas	Planejamento das intervenções turísticas no meio ambiente	-	Criação de pontos de referência turística.	-	Aumento do potencial de divulgação da região turística	-	-	-
Plano de Marketing	-	-	-	-	Aumento do potencial de divulgação da região turística	-	-	-
Planos Diretores, Códigos de Obras e Códigos de Meio Ambiente	Identificação de áreas com fragilidade ambiental; Melhoria do bem estar da população; Estabelecimento de diretrizes de gestão ambiental; Identificação de áreas de risco; Planejamento do uso dos recursos naturais	-	Participação social; Ordenamento do território; Padronização das edificações; Redução de irregularidades edilícias	Falta de capacidade de gestão pelo município.	Arrecadação de tributos; Cidade planejada para receptividade de investimentos; Áreas verdes mais valorizadas	-	Difusão de conhecimento legislativo e de planejamento; Crescimento da População mais consciente; População mais satisfeita com a cidade planejada	-

CONT. QUADRO 55. Matriz dos Impactos Potenciais.

Ação	Matriz dos Impactos Potenciais							
	AMBIENTAIS		SOCIAIS		ECONÔMICOS		CULTURAIS	
	Positivos	Negativos	Positivos	Negativos	Positivos	Negativos	Positivos	Negativos
Projeto do Sistema de Informações Turísticas	Planejamento das intervenções turísticas no meio ambiente	-	-	-	Planejamento das informações atreladas a economia	-	-	-
Plano Diretor de Resíduos Sólidos	Cidades mais saudáveis; Redução dos resíduos em áreas inapropriadas	-	Melhoria no quadro de saúde pública; Geração de emprego	-	Criação de alternativas econômicas com a gestão dos resíduos	-	Elevação da difusão de conhecimento	-
Projetos técnicos para melhoria e ampliação do Sistema de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário para Galinhos	Redução dos resíduos em áreas inapropriadas; Incentivo a boas práticas de engenharia quanto ao reuso de RCC; Valorização da paisagem natural	-	Melhoria no quadro de saúde pública; Melhoria da infraestrutura para a população; Geração de emprego	-	Destinos turísticos melhor estruturados; Atração de novos investimentos; Valorização da área do entorno	-	Elevação da difusão de conhecimento	-
Zoneamento Ecológico-Econômico	Planejamento do uso dos recursos naturais e crescimento econômico; Definição do limite de utilização sustentável; Definição de áreas protegidas	-	Ordenamento do território	-	Definição de áreas passíveis de utilização econômica turística	-	Difusão de conhecimento legislativo e de planejamento; Crescimento da população mais consciente; População mais satisfeita com a cidade planejada	-
Estudo das áreas de risco de erosão marinha do Polo	Identificação das fragilidades ambientais e áreas de risco e medidas de proteção; Previsão de riscos ambientais nas áreas urbanizadas.	-	Identificação das áreas com necessidade de intervenção e possibilidade de remanejamento da população.	Perda de identidade.	Definição de áreas passíveis de utilização econômica turística	-	-	-

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

O conjunto de ações previstas para implementação nos primeiros 18 meses do PDITS Costa Branca trarão grandes benefícios a população dos municípios envolvidos, pois o caráter das mesmas resultam em impactos eminentemente positivos.

De uma maneira geral e por serem basicamente ações de planejamento, os impactos sobre a qualidade de vida e a característica cultural da população da região turística serão sentidas na medida em que as ações forem sendo implementadas, não resultando em grandes mudanças em curto prazo, mas em médio e longo, quando os projetos, planos e estudos forem concluídos e os resultados obtidos, implantados.

Basicamente as ações dos 18 primeiros meses compreendem a elaboração de Planos, Leis, Projetos, Estudos e Programas, ou seja, não existe intervenção direta sobre os recursos naturais. Entretanto, o envolvimento das comunidades no planejamento dos mesmos poderá surtir um efeito positivo na medida em que possibilitará maior conscientização para a gestão participativa das comunidades com o uso e ocupação do solo, aproveitamento dos recursos naturais e seu papel ativo e efetivo de cidadão.

Estudos, planos e programas permitirão uma capacitação tanto dos profissionais, quanto dos empreendedores, que aliados aos projetos e leis a serem criados, servirão como bases sustentáveis para implantação de empreendimentos e obras sustentáveis em pontos estratégicos do polo, assim como a ampliação de empregos e renda da população envolvida com a atividade turística. Acredita-se que os municípios do Polo Costa Branca estarão mais capacitados e aptos a receptividade de investidores e ações dos governos, podendo cada vez mais ampliar a divulgação de seus atrativos sob bases sólidas e sustentáveis, pois terão subsídios para buscarem implantar melhorias em seus territórios para favorecer o desenvolvimento do turismo.

A edição de leis, planos e projetos para realmente fazerem parte do planejamento e utilização pela gestão pública, além de serem participativos necessitam fazer parte do dia a dia dos municípios, verdadeiramente utilizados como orientadores das ações focadas no turismo, e não apenas serem criados e arquivados, caindo no esquecimento.

As atividades econômicas e tradicionais existentes na região, tais como pesca, agricultura, carcinicultura, salinas, extração mineral, fruticultura, entre outras, devem sempre ser incorporadas as ações tais como: plano diretor, zoneamento ecológico-econômico e programas de capacitação, com a devida atenção, para que não sofram impactos negativos, ou mesmo para que possam ser integradas e complementares a atividade turística.

7. FEEDBACK: ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

O Plano de Ação do Programa de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS foi elaborado para um intervalo de tempo de quatro anos. Sabe-se que a dinâmica social, econômica, política e cultural possui capacidade de transformação dos cenários, de forma rápida, seja em um ambiente regional ou seus efeitos globais. Portanto, torna-se imprescindível que o planejamento arregimente indicadores e parâmetros para avaliação e acompanhamento das ações propostas.

Este item do PDITS pretende sinalizar os atores e mecanismos necessários para monitorar a evolução da atividade turística no Polo de Turismo e avaliar os resultados da implantação do Plano de Ação. Assim, será possível que os gestores públicos, em se constatando alguma discrepância com o esperado e/ou a ineficácia de alguma ação, possam tomar medidas para reversão da situação.

7.1. Marco Lógico

O marco lógico é uma ferramenta utilizada para facilitar o processo de concepção, elaboração, execução e avaliação de projetos, cujo objetivo é dar estrutura ao processo de planejamento e informação essencial relativa ao projeto.

Ele apresenta de modo simples e esquemático os investimentos previstos, estando dividido em 06 quadros, sendo o primeiro um quadro geral do Programa PRODETUR NACIONAL e, de forma específica, a sua atuação no Polo Costa Branca. Em seguida, apresenta os resultados estratégicos que se espera por componente do programa, sendo estes: Estratégia de Produto Turístico, Estratégia de Comercialização, Fortalecimento Institucional, Infraestrutura e Serviços Básicos e Gestão Ambiental. Os outros cinco quadros são específicos para cada componente de planejamento, apresentando todas as ações que foram propostas no Plano de Ação do PDITS.

No quadro geral – Resultados do Programa – são apresentados os componentes e também os resultados estratégicos desejados para cada um, bem como os indicadores que poderão aferir a consecução ou não do resultado, bem como a fonte de verificação, ou seja, em que órgão ou instituição se pode coletar tal informação. Para saber se uma dada situação se modificou é preciso ter um referencial, um dado que represente o estado atual, esta é a linha de base. Com base nesse dado, se projeta uma meta futura – o seu alcance indica o sucesso da ação. Em alguns casos, a linha de base é inexistente, pela falta do indicador ou porque este será produzido, como no caso de pesquisas de fluxo de tráfego, no momento da elaboração dos projetos. Em outros, foram utilizados como linha de base dados do Polo Costa das Dunas como referencial, já que o Polo Costa Branca não possui tais dados.

Nos quadros por componentes, além dos pontos que foram abordados existe ainda um cronograma de quatro anos que indica uma previsão de quando aquela ação deverá ser completada. Cada ação é uma resposta a um problema detectado no Diagnóstico Estratégico e, portanto, deve ser eliminada. Além disso, o item “situação atual” indica em que estágio está o projeto – se em fase de elaboração, licitação, contratação, etc.

Esse estudo é de fundamental importância para acompanhar e medir os impactos (positivos e negativos) da implantação do PDITS Costa Branca, uma vez que permite corrigir desvios ou equívocos, além de Intervir para melhorar o desempenho do projeto. Assim é que tal Matriz deverá ser utilizada como referência para **Avaliação e Acompanhamento** do PDITS, sendo ideal que a SETUR, ao implementar o seu Sistema de Informações Turísticas, possa gerenciar e alimentar essa ferramenta. No Anexo X encontra-se a memória de cálculo utilizada para estabelecimento da linha de base do marco lógico.

OBJETIVO DO PROGRAMA:
CONTRIBUIR PARA A GERAÇÃO DE RENDA E EMPREGO ATRAVÉS DA ATIVIDADE TURÍSTICA

QUADRO 56. Resultados do Programa.

OBJETIVO	RESULTADOS ESTRATÉGICOS	INDICADORES DE RESULTADO	LINHA DE BASE	Metas	Fonte de verificação
COSTA BRANCA: Ampliação da atividade turística em novas áreas geográficas do Estado	Aumento do número de empregos formais nas atividades características do turismo	Nº de empregos formais nas atividades características do turismo	713 Empregos formais (Municípios litorâneos do Polo, CAGED ¹⁶ , 2009)	Manter a taxa de crescimento de empregos formais no turismo em 23% ao ano	CAGED
COMPONENTES	Resultados Estratégicos	INDICADORES DE RESULTADO	LINHA DE BASE	Metas	Fonte de verificação
ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO	Municípios preparados para receber fluxos turísticos	Nº de municípios com Planos Diretores implantados	05 municípios com Planos Diretores	Planos Diretores implantados em todos os municípios do Polo	Publicação da Lei
ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO	Aumentar a eficácia da comercialização feita pela internet	% de turistas que indicam chegar ao destino pela internet	2,8% (Pesquisa Demanda Turística Natal 2008)	Aumentar para 8% ao final do programa	Pesquisa Demanda Turística SETUR 2008
FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	Fortalecer o planejamento estratégico e a gestão dos destinos turísticos	% de Planos de Fortalecimento da Gestão do Turismo implantados	Inexistente	100% dos municípios litorâneos com Plano de Fortalecimento	Relatórios Governamentais
INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS	Melhorar a acessibilidade aos destinos turísticos	Satisfação do usuário	Inexistente	Atingir 90% de satisfação dos turistas	Pesquisa Demanda Turística SETUR (Aspecto Infraestrutura)
GESTÃO AMBIENTAL	Melhorar a qualidade e o controle ambiental	% de águas salubres para banho	100% de praias salubres (02/2010)	Manter os bons índices de salubridade das águas	IDEMA

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

¹⁶ Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, Ministério do Trabalho e Emprego.

QUADRO 57. Marco Lógico Estratégia de Produto Turístico.

PROJETOS	SITUAÇÃO ATUAL	INDICADOR	Linha de base	Meta	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Meio de Verificação
Estudo de viabilidade e projetos técnicos de caminhos turísticos e interpretativos de Guimarães-Galinhos	TR a ser elaborado	Estudo de viabilidade elaborado	Inexistente	Estudos concluídos até 2012	-	Estudos concluídos	-	-	Relatórios governamentais
Estudo de viabilidade para valorização turística das Salinas do Polo Costa Branca	TR a ser elaborado	Estudo de viabilidade elaborado	Inexistente	Estudos concluídos até 2012	-	Estudos concluídos	-	-	Relatórios governamentais
Plano de Ecoturismo para o litoral de Areia Branca-São Miguel do Gostoso	TR a ser elaborado	Plano elaborado	Inexistente	Plano de Ecoturismo concluído até 2012	-	Plano concluído	-	-	Ata de aprovação do Plano no Conselho Regional de Turismo
Implantação do Plano de Ecoturismo e dos Caminhos Turísticos e Interpretativos Guimarães-Galinhos e do Projeto Piloto de sinalização das salinas	Planos e projetos a serem elaborados	Aumento do gasto médio diário individual dos turistas	US\$ 75,36 (Pesquisa Demanda Turística Natal – SETUR 2008)	Igualar-se ao GMDI do Polo Costa das Dunas nos 02 primeiros anos	-	-	-	-	SETUR
Guia para Gestão Turística das Orlas	TR a ser elaborado	Guia elaborado	Inexistente	Guia para Gestão Turística de Orlas concluído até 2012	-	Guia concluído	-	-	Ata de aprovação do Plano no Conselho Regional de Turismo
Plano Diretor de Turismo Náutico	TR a ser elaborado	Plano Diretor de Turismo náutico elaborado	Inexistente	Plano Diretor de Turismo Náutico elaborado até 2011	Plano concluído	-	-	-	Ata de aprovação do Plano no Conselho Regional de Turismo
Projetos técnicos para ancoradouros turísticos	TR a ser elaborado	Projeto elaborado	Inexistente	Projeto concluído até 2012	-	Projetos concluídos	-	-	Relatórios governamentais
Ancoradouros turísticos	Projeto a ser elaborado	Nº de barcos que utilizam/capacidade	A ser definido no estudo de viabilidade do Projeto Executivo	Atingir a capacidade projetada definida pelo estudo de viabilidade	-	-	Ancoradouros implantados	-	SETUR

CONT. QUADRO 57. Marco Lógico Estratégia de Produto Turístico.

PROJETOS	SITUAÇÃO ATUAL	INDICADOR	Linha de base	Meta	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Meio de Verificação
Projetos técnicos para estruturação do Lajedo de Soledade	TR a ser elaborado	Projeto elaborado	Inexistente	Projeto concluído até 2013	-	-	Projeto concluído	-	Relatórios governamentais
Estruturação da visitação do Lajedo de Soledade	Projeto a ser elaborado	Nº de visitantes/ano	12.000 visitantes em 2008 (Secretaria de Turismo de Apodi)	A ser definido pelo limite de utilização sustentável	-	-	-	-	Registros de bilheteria
Diagnóstico da Oferta e Demanda de Capacitação Profissional	TR elaborado	Plano de Ação concluído	Inexistente	Plano de Ação concluído até 2011	Diagnóstico concluído	-	-	-	Relatórios finais
Capacitação Profissional	Elaborar Diagnóstico	Nº de pessoas capacitadas	270 pessoas capacitadas (SENAC, 2008)	Capacitar 1.956 pessoas até 2012	-	1.956 pessoas capacitadas	-	-	Certificados emitidos
Projeto de Rede de Postos e do Sistema de Informações Turísticas	TR a ser elaborado	Projeto elaborado	Inexistente	Projeto concluído até 2011	Projeto concluído	-	-	-	Relatórios governamentais
Implantar Projeto de Rede de Postos e Sistema de Informações Turísticas	Projeto a ser elaborado	Nº de turistas atendidos	1.125/mês (Posto Fortaleza 2008)	Atender 1.125 pessoas atendidas/mês até 2014	-	-	-	Atender 1.125 pessoas/mês	Registros de atendimentos

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

QUADRO 58. Marco Lógico – Componente Estratégia de Comercialização.

PROJETOS	Situação Atual	Indicador	Linha de base	Meta	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Meio de Verificação
Plano de Marketing	TR a ser elaborado	Gasto Médio Diário Individual - GMDI	US\$ 75,36 (Pesquisa Demanda Turística Natal 2008)	Aumentar em 5% o GMDI até o final do Programa	-	-	-	5% de crescimento do GMDI	Sistema de Informações Turísticas
		% de turistas que indicam chegar ao destino pela internet	2,8% (Pesquisa Demanda Turística Natal 2008)	Aumentar para 6% ao final do programa	-	2% de crescimento do % de turistas que dizem chegar pela internet	2% de crescimento do % de turistas que dizem chegar pela internet	2% de crescimento do % de turistas que dizem chegar pela internet	Pesquisa Demanda Turística SETUR
Plano Operativo de Marketing	TR a ser elaborado	Gasto Médio Diário Individual - GMDI	US\$ 75,36 (Pesquisa Demanda Turística Natal 2008)	Aumentar em 5% o GMDI até o final do Programa	-	-	-	5% de crescimento do GMDI	Sistema de Informações Turísticas

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

QUADRO 59. Marco Lógico – Componente Fortalecimento Institucional.

PROJETOS	Situação Atual	Indicador	Linha de base	Meta	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Meio de Verificação
Plano de Fortalecimento da Gestão Municipal do Turismo	TR elaborado	Planos elaborados	Inexistente	Todos os planos implantados até 2014	-	03 planos elaborados	03 planos elaborados	03 planos elaborados	Relatórios governamentais
Fortalecimento da Gestão Municipal do Turismo	Projeto a ser elaborado	Contratação de técnicos efetivos em quantidade e qualidade para desempenho das funções	Inexistente	A ser definida no Plano de Fortalecimento	-	-	-	-	Folha de pagamento
Programa de capacitação nas áreas de Gestão Ambiental, urbanística e turística dos técnicos efetivos	Programa a ser elaborado	Nº de técnicos efetivos capacitados	03 técnicos efetivos (Prefeituras Municipais 2009)	27 técnicos capacitados até 2014	-	-	-	27 técnicos capacitados	Certificados emitidos
Planos Diretores, Códigos de Obras e Códigos de Meio Ambiente	TR elaborado	Planos Diretores, Códigos de Obras e Códigos de Meio Ambiente Implantados	11 municípios sem Planos Diretores; 12 municípios sem Código de Obras; 15 municípios sem Código de Meio Ambiente	Planos Diretores, Códigos de Obras e Códigos de Meio Ambiente implantados em todo o Polo	03 PDs, 03 Códigos de Obras e 03 Códigos de Meio Ambiente aprovados na Câmara de Vereadores	03 PDs, 03 Códigos de Obras e 03 Códigos de Meio Ambiente aprovados na Câmara de Vereadores	03 PDs, 03 Códigos de Obras e 03 Códigos de Meio Ambiente aprovados na Câmara de Vereadores	02 PDs, 03 Códigos de Obras e 04 Códigos de Meio Ambiente aprovados na Câmara de Vereadores	Publicação da Lei
Projeto de Sistema de Informações Turísticas	TR a ser elaborado	Projeto elaborado	Inexistente	Projeto concluído até 2011	Projeto concluído	-	-	-	Relatórios governamentais
Sistema de Informações Turísticas	Projeto a ser elaborado	Sistema de informações implantado	Inexistente	Gerar indicadores turísticos	-	Indicadores turísticos	-	-	Sistema de Informações Turísticas

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

QUADRO 60. Marco Lógico – Componente Infraestrutura e Serviços Básicos.

PROJETOS	Situação atual	Indicador	Linha de base	Meta	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Meio de Verificação
Plano Diretor de Resíduos Sólidos	TR elaborado	Plano elaborado	Inexistente	Plano concluído até 2011	Plano concluído	-	-	-	Relatórios governamentais
Projetos técnicos da Companhia de Apoio ao Turismo, da Delegacia do Turista e dos Postos Policiais	TR a ser elaborado	Projeto elaborado	Inexistente	Projeto concluído até 2012	-	Projeto concluído	-	-	Relatórios governamentais
Companhia de Polícia de Apoio ao Turismo e Postos Policiais	Projeto a ser elaborado	Nível de satisfação do turista com a segurança do destino	74,94% de avaliações positivas ¹⁷ de Natal (Pesquisa Demanda Turística Natal – SETUR 2008)	Aumentar para 85% o nível de satisfação com a Segurança do destino ao final do Programa	-	-	-	Índice de satisfação da Segurança de 85%	Pesquisa de Demanda Turística Natal - SETUR e Sistema de Informações Turísticas
Projetos técnicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Galinhos	TR a ser elaborado	Projeto elaborado	Inexistente	Projeto concluído até 2012	Projeto concluído	-	-	-	Relatórios governamentais
Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Galinhos	Projeto a ser elaborado	Índice de Salubridade Ambiental de Galinhos	ISA 0,31 (Diagnóstico Estratégico do PDITS Costa Branca)	Aumentar ISA para no mínimo 0,5	-	-	Abastecimento de água e Saneamento implantados	-	Prefeitura Municipal de Galinhos
Estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental de acesso Guamaré-Diogo Lopes	TR a ser elaborado	Estudos elaborados	Inexistente	Estudos concluídos até 2013	-	-	Estudos concluídos	-	Relatório de Estudos
Estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental de acesso Macau-Porto Carão-Porto do Mangue	TR a ser elaborado	Estudos elaborados	Inexistente	Estudos concluídos até 2014	-	-	-	Estudos concluídos	Relatório de Estudos
Estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental de acesso Areia Branca-Grossos	TR a ser elaborado	Estudos elaborados	Inexistente	Estudos concluídos até 2014	-	-	-	Estudos concluídos	Relatório de Estudos

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

¹⁷ Soma das porcentagens das avaliações “ótimo” e “bom”.

QUADRO 61. Marco Lógico – Componente Gestão Ambiental.

PROJETOS	Situação Atual	Indicador	Linha de Base	Meta	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Meio de Verificação
Plano de Manejo para as Dunas do Rosado	TR a ser elaborado	UC criada / Plano de manejo elaborado	Inexistente	UC criada até 2010 / Plano de manejo concluído até 2014	-	-	-	Plano de Manejo concluído	Decreto de criação da UC / Aprovação do Plano em audiência pública
Estudo das áreas de risco de erosão costeira do Polo	TR a ser elaborado	Estudo concluído	Inexistente	Estudo concluído em 2012	-	Estudo concluído	-	-	Relatórios governamentais
Plano de proteção para as falésias nas áreas de risco do Polo	TR a ser elaborado	Plano elaborado	Inexistente	Plano concluído até 2013	-	-	Plano concluído	-	Ata aprovação do Plano pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente
Zoneamento Ecológico Econômico	TR a ser elaborado	Lei do ZEE	Inexistente	ZEE elaborado até 2011	ZEE elaborado	-	-	-	Publicação da Lei
Recomendações da Avaliação Ambiental Estratégica	TR a ser elaborado	A ser definido	Inexistente	Implantar as recomendações da AAE	-	-	-	-	A ser definido

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009

É importante salientar que a situação, hoje, para se proceder ao monitoramento das ações a partir de indicadores seguros é muito precária. Não há ainda na SETUR uma sistemática de monitoramento instituída para acompanhamento de ações e projetos a partir da definição de metas e indicadores. As dificuldades são inúmeras: inexistência de dados ou quando existem são de baixa qualidade; limitação de recursos financeiros e técnicos para a coleta de dados; falta de padronização e de controle gerencial, entre outros, para se instituir essa sistemática de feedback. Para o turismo, hoje, a única informação sistematizada no Estado é a Pesquisa de Demanda Turística, realizada pela SETUR para os municípios de Natal (04 pesquisas), Tibau do Sul (01 pesquisa), Mossoró (01 pesquisa) e Caicó (01 pesquisa). Por isso, foi previsto a elaboração de um Sistema de Informações Turísticas, dentre as ações do Componente Fortalecimento Institucional, de modo a suprir essa carência atual.

O **Sistema de Informações Turísticas**, que deve ser operado e alimentado pela **SETUR**, deverá ser capaz de gerar relatórios com indicadores do turismo, bem como coletar dados e informações de outros órgãos, mas que sejam de interesse da atividade turística.

Neste capítulo foi apresentado o **Marco Lógico**, uma ferramenta para avaliação e acompanhamento de ações que, mostra, entre outras coisas metas e indicadores de seguimento para cada uma das ações propostas. Neste sentido, o Sistema de Informações Turísticas, a ser ainda estruturado, deve buscar atualizar os indicadores ora propostos para acompanhar e avaliar o resultado dos investimentos do PDITS.

A avaliação deverá levar em conta a capacidade de produção de dados já instalada no governo estadual, assim como a efetivação do Sistema de Informações Turísticas por meio de sua construção Pós-PDITS. Observa-se para isso a formação de uma Plataforma que permita aos municípios do Polo enviarem dados primários (p. exemplo, abertura de novos hotéis ou pousadas, licenciamento de obras turísticas, quantitativo de IPTU, ISS, etc.) sendo trabalhados posteriormente por técnicos do órgão gestor do turismo estadual e debatidos no Conselho de Turismo, que avaliará conjuntamente a eficácia das ações. Realizada essa primeira avaliação, os resultados serão publicizados em Boletim Turístico semestral (impresso e na internet), de responsabilidade do governo estadual.

8. PARTICIPAÇÃO PÚBLICA E VALIDAÇÃO

8.1. O Processo Participativo

Na construção da proposta metodológica de elaboração do PDITS, dois elementos foram considerados fundamentais e serviram de balizamento para o desenvolvimento das etapas e atividades do planejamento turístico. O primeiro foi o estágio de desenvolvimento das destinações turísticas e o segundo a participação popular.

O entendimento da consultoria foi fundamentado na importância de saber o que pensa a população das diferentes destinações turísticas; na necessidade da participação da sociedade nas decisões sobre as prioridades a serem destacadas, pois os impactos positivos e negativos atingirão diretamente a ela; logo, é a principal interessada; que a discussão técnica teria que estar associada a uma discussão pública, de modo a não se perder nos meandros do tecnocracismo ou de fundamentações teóricas distantes da vivência prática. Esse caminho evitaria a inconsistência do voluntarismo ou o viés unidimensional do pragmatismo ideológico e, ambos poderiam resultar em decisões políticas geradoras de benefícios a segmentos minoritários ou grupos de pressão.

Para isso foi necessário a construção conceitual entre o conhecimento científico e a visão sócio-política, unindo a teoria à prática, o saber ao viver, cujo resultado é o conhecimento da realidade, nosso objetivo. Assim, buscamos, ao longo de todo o processo, em todas as etapas, fases e atividades a participação dos diversos segmentos da sociedade civil, especialmente das lideranças comunitárias e dos movimentos sociais, dos setores produtivos, dos diferentes setores do Poder Executivo e o Poder Legislativo local. O objetivo da participação cidadã foi o de mobilizar, articulando o verdadeiro envolvimento da sociedade à tomada de decisões para estabelecer um plano de desenvolvimento real, exequível e, portanto sustentável para a região turística do Polo Costa Branca.

Dessa forma, a elaboração do PDITS foi um processo de construção coletiva, onde foram incorporados os diversos olhares que os cidadãos têm sobre o desenvolvimento do turismo e o que eles desejam para a sua região. Para isso, foram pactuadas diversas formas de participação e utilizadas nos diferentes momentos do processo.

8.2. Instâncias Participativas

Nas diversas etapas de elaboração do PDITS: Plano de Trabalho; Diagnóstico Estratégico; Formulação de Estratégias de Desenvolvimento Turístico e, Plano de Ação foram utilizadas as seguintes instâncias:

8.2.1. Representantes Municipais

Foi solicitada a cada Prefeitura Municipal que indicasse um servidor, de preferência o da área de Turismo, que ficasse com a responsabilidade de ser o interlocutor entre a Consultoria e o município, como forma de facilitar a troca de informações. Os representantes municipais exerceram papel fundamental, especialmente, na etapa do Diagnóstico Estratégico, ficando responsáveis pelo preenchimento do Questionário e na disponibilização de todas as informações necessárias que subsidiaram os vários aspectos que compuseram o relatório do produto II.

8.2.2. Oficinas com Grupos Específicos

Algumas questões relativas à problemática do turismo foram discutidas com quem realmente tem vivência com o mercado turístico e com profissionais experientes. As oficinas com grupos específicos foi a oportunidade de se debater temas específicos com pessoas que integram áreas de interesse também específicas.

Ao todo, no Polo Costa Branca foram 04 (quatro) oficinas, tendo ocorrido 02 (duas) delas para a elaboração do Diagnóstico Estratégico e outras 02 (duas) para a elaboração e definição das Estratégias de Desenvolvimento Turístico e Plano de Ação.

A **1ª Oficina**, ocorrida em **07/05/2009**, na cidade do Natal, foi realizada tão somente com guias de turismo, a fim de que se tivesse uma visão de quais atrativos, produtos turísticos e/ou destinos eram mais procurados pelos turistas que visitavam o Polo, bem como a opinião desse profissional sobre a oferta turística do Polo, as principais dificuldades enfrentadas, aspectos de destaque etc.

A **2ª Oficina** ocorreu no dia **13/05/2009**, no município de Mossoró, com os membros do Conselho Regional de Turismo, em que foram debatidos vários aspectos pertinentes aos mercados competidores do Polo, utilizando-se 05 (cinco) macrodimensões: Atrativos e Produtos Turísticos; Equipamentos e Serviços Turísticos; Gestão do Turismo; Infraestrutura para o Turismo e Aspectos socioambientais do Turismo.

Superada a fase do Diagnóstico e com a caracterização da área de estudo, partiu-se para a próxima etapa: definir as Estratégias de Desenvolvimento Turístico e definir as ações que, compondo um Plano de Ação, irão efetivamente promover o incremento do turismo no Polo Costa Branca.

A **3ª Oficina** aconteceu em **16/07/2009**, em Assú, contando com a participação dos membros do Conselho de Turismo do Polo Costa Branca, representantes dos municípios, de entidades de ensino e do segmento privado.

A Oficina foi planejada em duas etapas. Inicialmente, de maneira sucinta, foram apresentados os dados da oficina anterior sobre competitividade, quando havia se discutido como se encontra a região, considerando cinco macrodimensões do planejamento turístico. Nessa primeira etapa, cada participante deveria propor ações ou estratégias para um cenário de dez anos que gostariam de ver no Polo, considerando os aspectos positivos e negativos. Na segunda etapa, os participantes foram divididos em grupo, para propor ações necessárias para se alcançar o cenário desenhado, e por último, novamente de maneira individual, foram marcadas as ações prioritárias.

Algumas ações como a necessidade de se fortalecer e estruturar os órgãos de turismo municipais, fortalecer o turismo de sol e praia, além da necessidade de se realizar um plano de marketing e promoção foram consideradas fundamentais para fortalecer o turismo do Polo Costa Branca.

Já a **quarta e última Oficina** para elaboração do PDITS Costa Branca aconteceu no dia **29/07/2009**, em Guamaré, e teve por objetivo discutir, ajustar e validar os cenários traçados na Oficina passada – que foram sistematizados pela Consultoria, bem como as estratégias e ações propostas para o Polo Costa Branca.

Nas Oficinas, buscou-se sempre realizar dois momentos de discussão: com os participantes divididos em grupos e depois num grupo maior, momento em que cada grupo apresentava suas propostas e recebia críticas e sugestões de melhoria.

O papel primordial da Consultoria era o de orientar os trabalhos e mediar as discussões, de modo a balancear o conhecimento técnico com os anseios dos participantes, enquanto representantes de diversos segmentos do turismo. De tal modo, que boa parte das

proposições que atualmente compõem o PDITS Costa Branca partiu das sugestões e discussões das Oficinas.

As Oficinas foram documentadas através das Listas de Presença e de registros fotográficos que se encontram no Anexo XI deste documento.

8.2.3. Consultas Públicas

Ao final da elaboração da cada Produto do PDITS, a versão preliminar era enviada à SETUR, Ministério de Turismo, Conselho Regional de Turismo e representantes municipais para leitura, antes da apresentação do relatório do produto na reunião do Conselho.

As reuniões do Conselho Regional de Turismo serviram para apresentação formal dos documentos, sendo o momento para propor alterações, correções, sugestões e contribuições para melhorar o documento e para que pudessem ser validados.

As consultas públicas para aprovação dos Produtos do PDITS ocorreram por 07 (sete) vezes:

1. Apresentação do Plano de Trabalho (CONETUR – Conselho Estadual de Turismo)

Data: 09/02/2009*

Local: Hotel Barreira Roxa, Natal/RN

2. Apresentação do Plano de Trabalho

Data: 24/03/2009

Local: Hotel Thermas, Mossoró/RN

3. Apresentação do Diagnóstico Estratégico

Data: 08/07/2009

Local: Hotel Thermas, Mossoró/RN

4. Apresentação das Estratégias de Desenvolvimento Turístico e Plano de Ação

Data: 25/08/2009

Local: Hotel Thermas, Mossoró/RN

5. Apresentação da Versão Executiva Preliminar do PDITS¹⁸

Data: 05/03/2010

Local: Hotel Thermas, Mossoró/RN

6. Apresentação da Versão Final do PDITS

Data: 02/06/2011

Local: Costa do Atlântico Hotel, Areia Branca/RN

¹⁸ Não há registro fotográfico.

7. Apresentação da Versão Final do PDITS para validação do CONETUR

Data: 03/06/2011

Local: Praiamar Hotel, Natal/RN

As Consultas Públicas foram documentadas através das Listas de Presença e de registros fotográficos que se encontram no Anexo XI deste documento.

Em anexo seguem também registros de reuniões com a Secretaria de Turismo, Ministério do Turismo e Banco Interamericano de Desenvolvimento.

8.3. Recomendações

As ações relacionadas a seguir foram pensadas e discutidas nas diversas reuniões e oficinas do Polo Costa Branca, porém, em virtude não só do limite de recursos disponíveis do PRODETUR NACIONAL, mas pela sua natureza, poderem ser mobilizadas por outras fontes de financiamentos, não foram incluídas na Matriz de Financiamento. Contudo, entende a Consultoria ser relevante registrar nesse documento por serem ações importantes para o desenvolvimento do turismo planejado e sustentável no Costa Branca.

- Elaborar pesquisas de demanda e fluxo turístico contínuas para o Polo Costa Branca;
- Elaborar inventário turístico dos municípios do Polo Costa Branca;
- Elaborar estudo para a definição, formatação e implantação de novos atrativos e produtos turísticos, com a diversificação da oferta do Polo;
- Estruturar roteiros integrados de turismo pedagógico, contemplando atrativos turísticos de vários municípios;
- Elaborar inventário e diagnóstico do patrimônio histórico-cultural do Polo Costa Branca;
- Elaborar projeto de revitalização do Museu do Lajedo de Soledade, em Apodi;
- Elaborar e implementar Programa de Capacitação e Estruturação de unidades extra-hoteleiras (casario familiar) na zona rural dos municípios do Polo, como apoio às atividades do turismo rural;
- Incentivar os equipamentos turísticos, especialmente os de hospedagem e alimentação, a participarem de Programas de Certificação da Qualidade, como o Turismo Melhor (SEBRAE);
- Estimular a utilização da Ficha Nacional de Registros de Hóspedes e o Boletim de Ocupação Hoteleira por parte dos empresários de meios de hospedagem;
- Viabilizar parcerias técnicas entre SETUR, Prefeituras Municipais e meios de hospedagem, a fim de estimular a adoção de práticas estatísticas já utilizadas em nível estadual, como o cálculo de taxa de ocupação hoteleira e outros advindos do preenchimento e processamento da FNRH e BOH;
- Elaborar estudos de impacto econômico e social do turismo para o Polo Costa Branca de forma sistemática, integrados aos demais Polos turísticos do Rio Grande do Norte;

- Realizar Campanha de Sensibilização nas comunidades locais sobre os benefícios e riscos da atividade turística;
- Elaborar Plano de Saneamento para o Polo Costa Branca;
- Elaborar e implantar projeto executivo do acesso de São Bento do Norte-Entroncamento RN 401;
- Elaborar e implantar projeto executivo de recuperação da BR 406 no trecho que liga Natal a Macau;
- Elaborar estudo e projeto executivo e implementar a construção de aeroporto regional em Mossoró;
- Elaborar base cartográfica para planejamento e monitoramento ambiental do Polo Costa Branca;
- Implantar o Plano de Gerenciamento Costeiro no Polo Costa Branca em conformidade com o Plano Estadual;
- Elaborar estudos para a criação de Unidades de Conservação para campos de dunas nos municípios do Polo Costa Branca e criação de Planos de Manejos para essas áreas.

Keila Brandão Cavalcanti
Diretora

REFERÊNCIAS

AMORIM, Pedro. O município de Assú. Notícias até 1928. Natal: Sebo Vermelho: 2008 (fac-símile).

BARROS, Luis Felipe Fernandes; ALENCAR, Expedito Silvestre Gonçalves de; RODRIGUES, Neffer André Torma. **Dunas do Rosado/RN: Caracterização Geoambiental e Análise da Expansão Turística**. 2008.

BAHL, Miguel e AGUIAR, Maria de Fátima. **Competência Profissional no Turismo e Compromisso Social**. São Paulo; Roca, 2006.

BALANZÁ, Isabel Mílio e NADAL, Mônica Cabo. **Marketing e Comercialização de Produtos Turísticos**. Thomsom, 2003.

BOULLÓN, Roberto C. **Planejamento do Espaço Turístico**. Editora da Universidade do Sagrado Coração (EDUSC), 2002.

BRAGA, Débora Cordeiro. **Planejamento Turístico: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

BRASIL/Ministério do Trabalho e Emprego. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED**. Brasília, 2009.

BRASIL/Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais – RAIS**. Brasília, 2009.

BRASIL/MTur. **Manual de Planejamento e Gestão Socioambiental**. Ministério do Turismo. 2009.

CAMARGO, José Eduardo. **Guia Quatro Rodas Brasil 2009**. São Paulo: Editora Abril, 2008.

CARVALHO, Caio Luiz de e BARBOSA, Luiz Gustavo Medeiros (Organizadores). **Discussões e propostas para o turismo no Brasil**: Observatório de Inovação do Turismo. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2006.

CÉSAR, Pedro de Alcântara Bittencourt e STIGLIANO, Beatriz Veroneze. **Inventário Turístico**: primeira etapa da elaboração do plano de desenvolvimento turístico. Campinas, SP: Editora Alínea, 2006.

CHIAS, Josep. **Turismo, o negócio da felicidade**: desenvolvimento e marketing turístico de países, regiões, lugares e cidades; tradução Sandra Valenzuela. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. e VASCONCELOS, Fábio Perdigão. **O Turismo e a Relação Sociedade-Natureza: realidades, conflitos e resistências.** Fortaleza: EdUECE, 2007.

COSTA, Nathália Andrade da; MEDEIROS, Wendson Dantas de Araújo; e SILVA, Márcia Regina FerreirA. **Caracterização Socioambiental da Faixa Litorânea do Município de Areia Branca (RN): Praia da Costa, Baixa Grande, Entrada E Ponta do Mel.** Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável Grupo Verde de Agricultura Alternativa (GVAA.) v.3, n.4, p. 76-97 outubro/dezembro 2008.

COSTA, Andréa Virgínia F. **Evolução urbana de Mossoró-RN (1873 a 1929)** – um estudo a partir da história, das edificações e da malha urbana. Monografia: Curso de Arquitetura e Urbanismo (UFRN). Natal: 2005.

CUNHA, Rúbia Carlas Macedo da. **Reserva de desenvolvimento sustentável Estadual Ponta do Tubarão – RN: Uma análise de possibilidade e restrições à atividade turística em área de reserva.**

DANTAS, Manoel. **Denominação dos municípios.** Natal: Sebo Vermelho, 2008 (fac símile).

DEL RIO, Vicente. **Introdução ao Desenho Urbano: no processo do planejamento.** São Paulo: Pini, 1990.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do Turismo** – Política e Desenvolvimento do Turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2006.

DIAS, Reinaldo. **Turismo Sustentável e Meio Ambiente.** São Paulo: Atlas, 2007.

FLAGUIARI, Gabriela Scuta e GUERRA, Gleice Regina. **Desenvolvimento Sustentável do Turismo** – Uma Compilação de Boas Práticas. São Paulo; Roca, 2005.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria do Estado do Turismo.- **Termo de Referência para Elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável** – PDITS do Polos Costa das Dunas, Costa Branca e Seridó. Natal, 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria do Estado do Turismo.- **Apêndices I, II, V e VI do Termo de Referência para Elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável** – PDITS do Polos Costa das Dunas, Costa Branca e Seridó. Natal, 2007.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Secretaria do Turismo do Estado do Ceará. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável** – PDITS do Polo Ceará Costa do Sol. Ceará, 2004.

IDEMA. **Programa água azul: projeto estudo de balneabilidade das praias do Rio Grande do Norte.** CEFET/RN, 2008.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Monumentos Arqueológicos e Pré-Históricos.** Lei nº 3.924, 26 de julho de 1961. Brasília: IPHAN, 1961.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.** Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000. Brasília: IPHAN, 2000.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Organiza a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Decreto-lei nº 25, 30 de novembro de 1937. Brasília: IPHAN, 1937.

LAMAS, José Manoel Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade.** 2ed. Lisboa: Calouste Gulbenkin, 2002.

LEMOS, Leandro de. **O valor turístico na economia da sustentabilidade.** São Paulo: ALEPH, 2008.

LYRA, Tavares de. **História do Rio Grande do Norte.** Natal: Ed. UFRN, 2008.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade.** São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **OCIDENTALIZAÇÃO, TERRITÓRIOS E POPULAÇÕES INDÍGENAS NO SERTÃO DA CAPITANIA DO RIO GRANDE.** Natal: UFRN, 2007.

MACEDO H. A. M. de; BRITO, P. S. de. **História do RN n@ WEB.** 2000. <<http://www.cerescaico.ufrn.br/rnnaweb/historia/prehistoria/pre2.htm>>. Acessado em: 05 mai. 2009.

MEDEIROS, Renato. **Um olhar sobre o patrimônio histórico-arquitetônico de Assú/RN.** Análise com base na percepção dos usuários e no ponto de vista técnico. Dissertação de Mestrado para o Programa de Pós-Graduação de Arquitetura e Urbanismo. Natal: UFRN, 2006.

MOLLETA, Vânia Beatriz Florentino. **Turismo Cultural.** 4ª ed. Porto Alegre: SEBRAE/RS, 2004.

MORAES, Carla Gisele Macedo Santos Martins. **Areia – Paraíba: morfologia e desenvolvimento urbano (século XVIII, XIX e XX).** Recife: UFPE/MDU, 2008.

NETO, Miguel Dantas Cavalcanti. **Praias Potiguares**. Natal. 3ª Edição, 2006.

NETTO, Alexandre Panosso e ANSARAH, Marília Gomes dos Reis (Editores). **Segmentação do mercado turístico: estudos, produtos e perspectivas**. Barueri, SP: Manole, 2009.

PENERAI, Philippe. **Análise urbana**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

PEREIRA, Luciana Noronha. **Morfologia Urbana e atratividade de destinação turística: a importância da imagem na compreensão do sistema turístico da Vila de Alter do Chão (Santarém-PA)**. Balneário Camboriú: UNIVALI, 2007.

PINHEIRO, Karisa Lorena Carmo Barbosa. **O processo de urbanização na cidade de Mossoró**. Mossoró: CEFET, 2008.

REIS FILHO, Nestor Goulard. **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

REJOWSKI, Mirian e COSTA, Benny Kramer (Organizadores). **Turismo contemporâneo: desenvolvimento, estratégia e gestão**. São Paulo: Atlas, 2003.

RUSCHMANN, Dóris e SOLHA, Karina Toledo. **Planejamento Turístico**. Barueri, SP: Manole, 2002.

RUSCHMANN, Doris van de Meene e SOLHA, Karina Toledo (organizadoras). **Turismo: uma visão empresarial**. Barueri, SP: Manole, 2004.

RUSCHMANN, Dóris. **Turismo e Planejamento Sustentável – A Proteção do Meio Ambiente**. Campinas, SP: Papirus, 1997.

RUSCHMANN, Dóris. **Turismo no Brasil – Análise e Tendências**. Barueri, SP: Manole, 2002.

SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Norte. **Cadastro Empresarial do Rio Grande do Norte**. 2010.

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial. **Dados de Capacitação Profissional no Polo Costa das Dunas**. Natal, 2009.

SEBRAE. SIACWEB – SISTEMA DE EDUCAÇÃO: **Relatório de Eventos Por Projeto/Ação**. 2009.

THOMAZI, Sílvia Maria. **Cluster do Turismo: Introdução ao estudo de arranjo produtivo local**. São Paulo: Aleph, 2006.

YÁZIGI, Eduardo. **A Alma do Lazer – Turismo, Planejamento e Cotidiano**. São Paulo: Contexto, 2001.

YÁZIGI, Eduardo. **Civilização Urbana – Planejamento e Turismo**. São Paulo: Contexto, 2003.

SITES

Chão Potyguar. Disponível em <www.chaopotiguar.blogspot.com>. Acesso em 02 de junho de 2009.

Correio da Tarde. Disponível em: <http://www.correiodatarde.com.br/editorias/correio_estadual-36710>. Acessado em 09 de junho de 2009.

Destino do Sol. Jornalismo do Turismo. Disponível em: <www.destinodosol.com.br>. Acesso em 22 de junho de 2009.

Férias Tur. Disponível em <www.ferias.tur.br>. Acesso em 02 de junho de 2009.

Fundação José Augusto. Disponível em: <www.fja.rn.gov.br>. Acesso em 12 de maio de 2009.

Fundação José Augusto. Disponível em <www.fja.rn.gov.br>. Acesso em 14 de junho de 2009.

Instituto do Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do RN. Disponível em: <<http://www.idema.rn.gov.br/estrutura.asp>>. Acessado em: 09 de junho de 2009.

Instituto do Patrimônio Histórico-Artístico Nacional. Disponível em: <www.iphan.gov.br>. Acesso em 10 de maio de 2009.

Ministério do Meio Ambiente. Disponível em <www.mma.gov.br>. Acesso em 15 de junho de 2009.

Natal Press. Disponível em <www.natalpress.com>. Acesso em 01 de junho de 2009.

Panoramio. Fotos do Mundo. Disponível em: <www.panoramio.com>. Acesso em 22 de junho de 2009.

Praias do Nordeste do Brasil. Disponível em <<http://blog.praiasnordeste.com.br>>. Acesso em 05 de junho de 2009.

Prefeitura do Natal. Disponível em: <www.natal.rn.gov.br>. Acesso em 31 de maio de 2009.

Prefeitura Municipal de Mossoró. Disponível em: <www.prefeituramunicipaldemossoro.com.br> Acesso em 10 de junho de 2009.

Rio Grande do Norte. Disponível em: <<http://www.guiadobrasil.com.br/por/estados/rn/geral.aspx?cod=293>>. Acessado em 09 de junho de 2009.

Secretaria de Turismo do Rio Grande do Norte - SETUR. Disponível em <www.brasil-natal.com.br>. Acesso em 10 de junho de 2009.

Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Disponível em: <<http://www.semarnh.rn.gov.br/consulta/cBacia.asp>>. Acesso em 09 de junho de 2009.

Trilhas Pé de Poeira. Disponível em <www.trilhaspedepoeira.com.br>. Acesso em 10 de junho de 2009.

Turismo do Nordeste. Rio Grande do Norte: Folclore. Disponível em <www.turismodonordeste.com/folclore-rio-grande-do-norte.htm>. Acesso em 11 de junho de 2009.

ANEXOS

DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO DA ÁREA E DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS

ANEXO I

QUESTIONÁRIO UTILIZADO NA COLETA DOS DADOS (RESPONDIDO PELOS SECRETÁRIOS DE TURISMO)

MUNICÍPIO:

POLO TURÍSTICO:

PARTE 1 - TURISMO

1. Atrativos Turísticos Naturais

Atrativo	Nome	Descrição	Localização e distância da sede	Gestão (público, privada, etc.)	Acesso (asfalto, paralelepípedo, barro)	Empregos Gerados

Fazem parte de algum roteiro turístico? Se sim, qual, descrevendo-o sucintamente.

2. Atrativos turísticos histórico-culturais do seu município?

Atrativo	Nome	Descrição	Localização e distância da sede	Gestão (público, privada, etc.)	Acesso (asfalto, paralelepípedo, barro)	Empregos Gerados
Museus						
Teatros						
Prédios						
Monumentos						
Sítios arqueológicos						

Fazem parte de algum roteiro turístico? Se sim, qual, descrevendo-o sucintamente.

3. Existe um calendário de eventos no seu município? Citar os principais eventos.

4. Existe algum evento que atraia turistas? Qual? Faça uma descrição sucinta.

5. Existe uma média do fluxo de turistas que participam do evento?

6. Artesanato:

a) Qual o artesanato característico do município?

b) Já é comercializado como um produto turístico?

c) Quantos artesãos existem no município?

- d) Existe alguma associação ou cooperativa dos artesãos?
 e) Sobre a venda de artesanato, existe um ponto específico com esse objetivo?

Se sim, responda o que se segue:

Ponto	Produtos oferecidos	Localização e distância da sede	Horário de funcionamento	Empregos gerados	Outros serviços oferecidos

7. Qual a comida característica de seu município? Já é comercializada como produto turístico? Existe algum restaurante famoso por servir essa iguaria (citar endereço)?

8. Manifestações artísticas e folclóricas

- a) Quais são as manifestações folclóricas de seu município? Descreva sucintamente.
 b) Cite os grupos folclóricos do município.
 c) Existe um local específico para a apresentação desses grupos para a comunidade/turistas.

9. Meios de hospedagem

Equipamentos	Estabelecimento	Nº de UHS	Nº de Leitos	Empregos gerados
Hotel				
Pousada				
Albergue				
Camping				
Flat				
Resort				
2ª residência				
Motel				

10. Equipamentos de alimentação

Equipamentos	Localização	Empregos gerados
Bares		-
Restaurantes		-
Fast-food		-
Lanchonete		-
Outros		

11. Agências de Viagens de Receptivo e Operadoras de Tours

Equipamentos	Empreendimento	Empregos Gerados	Produtos oferecidos
Agências de turismo			
Operadoras de turismo			

a) Guias e/ou orientadores de turismo

- Número de guias de turismo
- Que falam outras línguas. Quais?

b) Número de orientadores de turismo

- Que falam outras línguas. Quais?

c) Existe alguma associação ou cooperativa ou outros tipo de organização associativa no município?

12. Locadoras de Veículos e Serviços de Transporte Turístico

Equipamentos	Empreendimento	Localização	Empregos gerados
Locadoras de automóveis			
Táxi			
Buggys			
Vans			
Outros			

a) Existe alguma organização associativa no município (táxi, bugueiros, etc?)

b) Nº de associados de capa organização

c) Cite os meios de transporte utilizados para acesso ao município. (Ônibus de linha, táxi, vans, etc.)

13. Equipamentos e Serviços para Reuniões e Eventos

Equipamentos	Empreendimento	Capacidade	Sala de maior capacidade (Área e nº de lugares)	Empregos gerados
Centro de convenção				
Hotéis				
Resorts				
Outros equipamentos				

13.1. Espaços abertos para a realização de eventos, informando a capacidade, e outros serviços oferecidos.

a) Empresas especializadas na organização de eventos?

Empresa	Localização	Serviços oferecidos	Empregos gerados

14. Animação e Entretenimento

Equipamentos	Empreendimento	Localização	Serviços oferecidos	Empregos gerados
Shopping				
Passeios de barco				
Parques				
Caminhadas				
Outros				

15. Informação Turística e Sinalização Turística

a) Postos de Informação Turística

Posto	Localização	Horário de funcionamento	Serviços oferecidos	Materiais oferecidos (folders, mapas, etc)	Empregos gerados

b) As pessoas que trabalham nos postos de informação turística possuem qualificação/treinamento específico?

c) Falam outra língua?

d) O município conta com sinalização turística?

e) Se sim, de onde vieram os recursos (Município, Estado, Governo Federal, outros?)

16. Investimentos Futuros do Setor Privado

a) Empreendimentos turísticos que estejam, foram licenciados, que estão sendo licenciados no município, ou que foi solicitado alvará?

Tipo	Nome	Localização	Nº de UHs	Valor R\$ ou U\$	Empregos estimados
Hotel					
Resort					
Campo de Golfe					
Outros					

17. Existe um número aproximado de quantos turistas o município recebe por mês ou ano?

18. Existe alguma obra realizada, em realização ou a ser realizada pelo Ministério do Turismo em seu município? Qual? Em que fase se encontra e quais os recursos destinados a ela?

PARTE II – GESTÃO MUNICIPAL

1. Dados do Órgão Municipal de Turismo

- a) Nome do órgão:
- b) Endereço:
- c) Telefone e Fax:
- d) E-mail:
- e) Home page:
- f) Possui equipamentos de informática?
- g) Como é a estrutura física de trabalho?
- h) O órgão possui dotação orçamentária própria?
- i) É vinculado a alguma Secretaria Municipal? Qual?
- j) Organograma do órgão:
- l) Listar a equipe técnica, conforme quadro abaixo:

Nome	Cargo	Escolaridade / Formação			Vínculo		
		NB	NM	NS	EFE	COM	CONT

Legenda: NB: Nível Básico; NM: Nível Médio; NS: Nível Superior (informar o curso)
 EFE: Efetivo; COM: Comissionado; CONT: Contratado

2. É membro titular do Conselho Regional de Turismo?

3. Possui Conselho Municipal de Turismo?

- a) Em caso afirmativo, qual a composição?
- b) Qual a frequência de reuniões?

4. Possui Conselho Municipal de Meio Ambiente?

- a) Em caso afirmativo, qual a composição?
- b) Qual a frequência de reuniões?

5. Possui Inventário Turístico?

- a) Em caso afirmativo, quando foi elaborado?

6. Possui Plano Estratégico ou de Turismo?

- a) Em caso afirmativo, quando foi elaborado?

7. Possui Plano Diretor?

a) Em caso afirmativo, qual o número da lei e ano de aprovação?

8. Possui Código de Obras?

a) Em caso afirmativo, qual o número da lei e ano de aprovação?

9. Possui Código de Meio Ambiente?

a) Em caso afirmativo, qual o número da lei e ano de aprovação?

10. Faça um pequeno resumo sobre o desenvolvimento do turismo do Polo, onde seu município está inserido, destacando os pontos fortes e fracos.

PARTE III – INFRAESTRUTURA

1. Abastecimento de água

a) Quem opera o Sistema?

b) Percentual de atendimento de água na área urbana?-

c) Nas comunidades rurais (fora da sede), como é realizado o abastecimento?

() Água encanada () Chafariz () Poço

2. Esgotamento Sanitário

a) Existe () coleta () tratamento do esgoto doméstico?

b) O local de depósito do lixo é considerado:

() Aterro sanitário () Aterro controlado () Depósito de lixo

A que distância fica da sede?

3. Sistema Viário

a) As estradas de acesso a sede do município, informando o recobrimento (asfalto, paralelepípedo, barro) e a distância para BR ou RN próximas.

b) Transporte Público

Qual o meio de transporte mais utilizado no município?

() Ônibus () Vans () Táxi () Outros, Citar: _____

c) Existe terminal rodoviário?

() Sim () Não

Obrigada!

Start Pesquisa e Consultoria Técnica

ANEXO II
ANÁLISE SOCIOECONÔMICA: DINÂMICA POPULACIONAL

TABELA 01. População Total do Polo Costa Branca, distribuída por Faixa Etária, 2000.

Municípios	Faixa Etária																
	0-4	5-9	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69	70-74	75-79	80 e mais
Apodi	3172	3523	3853	3707	3221	2857	2717	2534	1869	1386	1210	950	930	673	646	450	476
Areia Branca	4767	4719	5706	5522	4457	3803	3870	3529	2493	1748	1836	1329	1096	843	760	614	812
Assú	4767	4719	5706	5522	4457	3803	3870	3529	2493	1748	1836	1329	1096	843	760	614	812
Caiçara do Norte	603	674	761	722	544	413	373	374	244	234	194	172	154	103	108	85	84
Carnaubais	837	794	965	980	737	605	625	612	442	286	288	243	173	147	173	113	172
Galinhos	199	237	232	203	152	121	134	97	99	57	51	56	44	34	22	13	16
Grossos	815	807	926	814	705	697	710	654	455	318	344	255	210	154	164	109	112
Guamaré	947	986	938	879	752	666	676	526	377	274	257	244	188	133	128	97	81
Itajá	687	644	800	753	674	512	477	393	285	205	219	150	126	105	82	53	84
Macau	2374	2396	2525	2645	2307	2045	2213	2108	1564	983	1012	917	713	598	534	374	392
Mossoró	19282	20865	23520	23487	21085	18040	18177	16832	12725	9336	8183	5799	4984	3537	3345	2266	2378
Pendências	1059	1165	1234	1195	1019	859	922	850	550	413	466	382	354	239	267	201	226
Porto do Mangue	499	493	448	409	375	301	332	274	173	157	155	125	92	71	68	36	56
São Bento do Norte	387	393	456	382	303	237	211	218	140	136	123	104	80	55	58	34	61
São Rafael	707	740	912	942	684	600	584	574	404	309	360	277	303	215	206	166	218
Serra do Mel	905	852	964	1037	853	679	630	490	375	259	294	230	230	156	136	85	62
Tibau	319	327	349	361	344	255	251	235	155	132	122	97	64	53	52	36	45
Polo Costa Branca	42.326	44.334	50.295	49.560	42.669	36.493	36.772	33.829	24.843	17.981	16.950	12.659	10.837	7.959	7.509	5.346	6.087

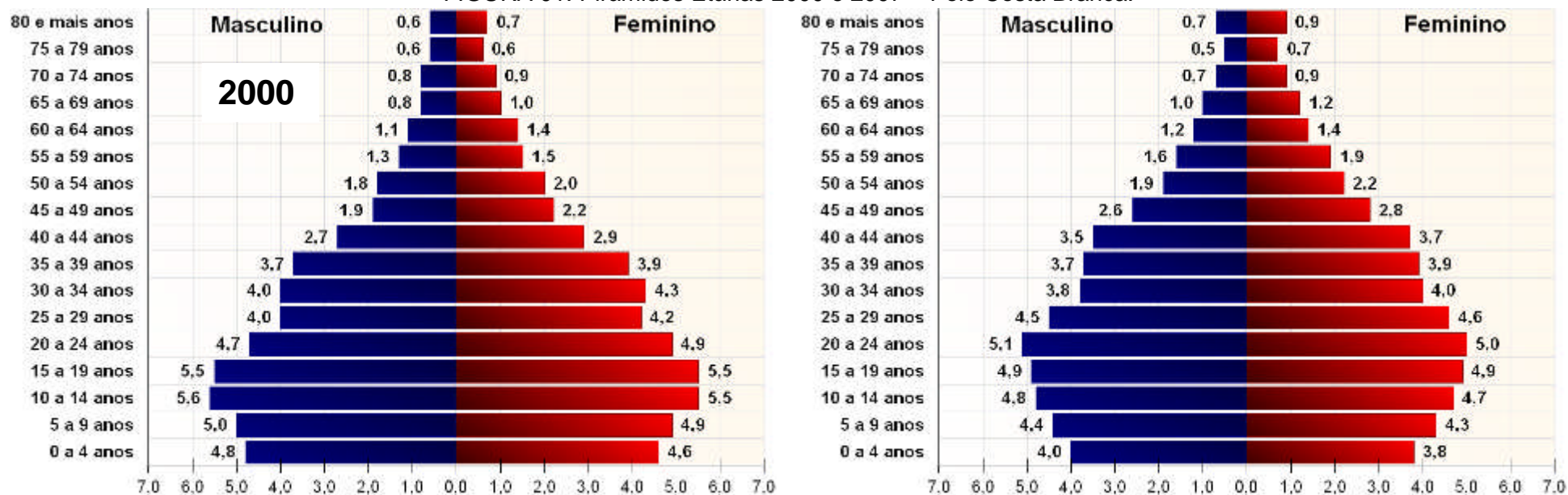
Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE.

TABELA 02. População Total do Polo Costa Branca, distribuída por Faixa Etária, 2007.

Municípios	Faixa Etária																
	0-4	5-9	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69	70-74	75-79	80 e mais
Apodi	2393	2809	3421	3511	3404	2984	2738	2487	2495	1954	1477	1233	877	870	616	526	632
Areia Branca	1813	2103	2220	2198	2269	2234	1877	1860	1844	1453	1017	885	755	607	472	343	435
Assú	4044	4856	4949	5145	5265	4600	4004	3759	3671	2584	1914	1674	1294	1104	744	605	908
Caiçara do Norte	651	590	670	657	653	560	447	365	352	234	230	208	145	146	97	65	104
Carnaubais	781	788	916	858	960	800	665	634	607	480	316	286	250	178	142	138	197
Galinhos	212	237	248	224	211	185	163	135	121	104	65	67	57	44	30	16	20
Grossos	704	766	865	968	862	739	699	731	700	530	345	342	276	220	155	127	140
Guamaré	1108	1206	1254	1219	1160	1041	923	860	725	485	338	309	258	223	137	102	165
Itajá	630	602	639	672	644	641	521	425	396	262	217	193	148	115	95	69	86
Macau	2007	2358	2500	2424	2368	2331	2063	2166	2105	1687	1101	934	825	690	477	395	480
Mossoró	17571	19450	21569	22884	23799	21859	18669	17878	17427	12943	10025	8081	5838	4888	3330	2685	3289
Pendências	1088	1065	1178	1114	1170	1034	958	887	821	622	422	455	372	337	230	181	264
Porto do Mangue	462	494	564	467	423	423	359	338	335	202	170	159	110	96	60	44	61
São Bento do Norte	317	372	377	396	363	265	227	203	204	150	136	125	99	86	62	41	52
São Rafael	623	655	675	798	791	658	517	554	564	418	351	355	283	278	210	141	244
Serra do Mel	853	998	886	921	981	860	705	626	526	423	279	289	224	231	152	128	109
Tibau	326	316	348	345	425	328	301	250	228	170	130	117	102	76	41	38	48
Polo Costa Branca	35.583	39.665	43.279	44.801	45.748	41.542	35.836	34.158	33.121	24.701	18.533	15.712	11.913	10.189	7.050	5.644	7.234

Fonte: Contagem Populacional de 2007, IBGE.

FIGURA 01. Pirâmides Etárias 2000 e 2007 – Polo Costa Branca.



Fonte: Dados primários: Censo Demográfico 2000 e Contagem Populacional de 2007, IBGE.

ANEXO III CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL

GLOSSÁRIO DE TERMOS GEOAMBIENTAIS

- a) Dunas: corpos de areia quartzosos acumulados naturalmente pelo vento, dividindo-se entre móveis e fixas. As móveis são aquelas dunas desprovidas de vegetação e que migram continuamente; as fixas são aquelas de origem mais antiga e recobertas por vegetação (Lei 7.771/2000). As paisagens dos campos dunares despertam curiosidade para muitas pessoas e constituem unidades paisagísticas que só ocorrem em pontos localizados do planeta, servindo de atrativo turístico, não só para apreciação da paisagem, mas para realização de trilhas e passeios em veículos especiais.
- b) Praias: entende-se por praia a área coberta e descoberta periodicamente pelas águas, acrescida da faixa subsequente de material detrítico, tal como areias, cascalhos, seixos e pedregulhos até o limite onde se inicie a vegetação natural, ou, em sua ausência, onde começa um outro ecossistema (Lei 7.661/1988).
- c) Por sua posição junto a um corpo de água, as praias constituem forte atração para o lazer, com significativas implicações econômicas por meio das atividades associadas ao turismo e esportes náuticos (MUEHE, 2004, p. 13-14).
- d) Arenitos de praia (*beachrocks*) - rochas resultantes do endurecimento e cimentação das areias dos recifes formados sobre as praias (GUERRA, 2006, p. 56-58). Representam antigas linhas de costa, isto é, antigas praias cimentadas que não cedem pelo material resistente que apresentam. Estes arenitos podem encontrar-se submersos, constituindo um importante substrato para os corais, algas calcárias, fauna e flora bentônica e associada, ou emersos, que permanecem grande parte do tempo acima da linha d'água, contribuindo para a redução do impacto das ondas, formando em alguns locais piscinas naturais, atrativos para banhistas.
- e) Estuário – é um corpo aquoso litorâneo raso e geralmente salobro com circulações mais ou menos restrita, que mantém comunicação constante com o oceano aberto¹⁹. Os grandes estuários são explorados principalmente por atividades econômicas tais como: pesca, salinas e carcinicultura. São geralmente alvo de instalação de portos e marinas, sendo estas últimas bastante visadas para o turismo.
- f) Falésia – termo usado indistintamente para designar as formas de relevo litorâneo abruptas ou escarpadas ou, ainda, desnivelamento de igual aspecto no interior do continente. Deve-se, no entanto, reservá-lo, exclusivamente, para definir tipo de costa no qual o relevo aparece com fortes abruptos²⁰. Tais feições forma verdadeiros paredões paralelos a linha de costa construída nas sequências sedimentares do Barreiras, que despertam o interesse dos transeuntes que passam pelas praias.
- g) Planície de deflação – a planície de deflação geralmente abrange a área situada entre a zona de praia e os campos dunares que se desenvolvem mais para o interior do continente. Nessa região existe uma dinâmica intensa, originada da inter-relação dos processos praias, com os eólicos e hidrológicos. Nas partes mais baixas do terreno, observam-se afloramentos do freático que dão origem as áreas alagadiças, notadamente na estação das chuvas. Comumente o processo de deflação é interrompido devido ao surgimento de uma vegetação herbácea, que fixa os sedimentos arenosos, reduzindo a ação dos ventos em seu

¹⁹ Kenitiro Suguio. Geologia Sedimentar. São Paulo: Ed. Edgard Blucher, 2003. p. 261.

²⁰ Antônio José Teixeira Guerra e Sandra Baptista da Cunha. Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 265.

trabalho de destruição e transporte. Sobre essas unidades são realizadas intervenções humanas principalmente voltadas para a construção civil. Torna-se um problema frequente para pessoas que possuem moradias ou outras edificações nesses ambientes, quando no período chuvoso, pois o nível do lençol freático sobe, causando alagamentos em diversos locais, às vezes verdadeiras lagoas que impedem a circulação de pessoas e veículos, entre outros transtornos como inundação das construções. Além disso, o processo de deflação dos sedimentos que alimentam as dunas mais interiorizadas é interrompido.

h) Lagoas/lagunas: lagoa é uma porção de água, geralmente de pequena extensão, cercada por terra. Por todo o litoral leste existem inúmeras lagoas, algumas temporárias outras permanentes, situadas nos Tabuleiros Costeiros e em áreas interdunares; o termo laguna se refere a uma depressão formada por água salobra ou salgada, localizada na borda litorânea, comunicando-se com o mar através de canal.

i) Recife de coral: os recifes de coral crescem em alguns locais de mares tropicais, de forte ação de ondas, forte o suficiente para manter disponível na coluna d'água alimento e oxigênio dissolvido. Os recifes de coral também dependem de águas rasas, limpas, mornas e pobres em nutrientes para crescer. Os corais são organismos coloniais que em sua maioria constroem esqueletos calcários. Tais esqueletos são responsáveis pela estrutura rochosa chamada recifes de coral.

j) Manguezal: ecossistema costeiro presente em áreas estuarinas, sujeito ao regime das marés, que apresenta vegetação arbórea, arbustiva e herbácea (mangue) em substrato lodoso. Sua extensão vai desde o limite inferior da baixa-mar até a zona terrestre acima da influência das marés (Lei 7.871/2000).

k) Tabuleiros Costeiros: constituem formas de relevo plano com suaves ondulações (platô sedimentar), com altitudes que não excedem os 150 metros, possuindo quebras de relevo quando da presença de vales.

l) Planícies: constituem terrenos mais ou menos planos, geralmente extensos, onde os processos de agradação superam os de degradação. Nestas áreas, a topografia caracteriza-se por apresentar superfícies pouco acidentadas, sem grandes desnivelamentos relativos, com exceção de pequenos trechos aonde ocorrem quebras de relevo devido ao trabalho erosivo dos vales.

ANEXO IV CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL: RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

Praia de Ponta do Mel, Areia Branca/RN.



Fonte: Ronaldo Diniz, IDEMA, 2006.

Dunas do Rosado, Porto do Mangue/RN.



Fonte: Ronaldo Diniz, IDEMA, 2006.

Ponta do Tubarão, Macau/RN.



Fonte: Ronaldo Diniz, IDEMA, 2006.

Salinas, Mossoró-Grossos/RN.



Fonte: Ronaldo Diniz, IDEMA, 2006.

Carcinicultura, Guamaré/RN.



Fonte: Ronaldo Diniz, IDEMA, 2006.

Atividade petrolífera, Macau/RN.



Fonte: Ronaldo Diniz, IDEMA, 2006.

**ANEXO V
OFERTA TURÍSTICA**

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DO POLO COSTA BRANCA

Areia Branca



Fonte: Prefeitura Municipal de Caiçara do Norte

Areia Branca



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Areia Branca



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Areia Branca



Fonte: Site Polo Costa Branca, 2009.

Apodi



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Apodi – Comunidade de Soledade



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Assú – Lagoa do Piató



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Assú – Lagoa do Piató



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Caiçara do Norte



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Galinhos



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Galinhos - Charrete



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Galinhos



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Galinhos



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Grossos



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Grossos



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Grossos



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Guamaré



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Itajá – Barragem Armando Ribeiro Gonçalves



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Macau – Praia de Diogo Lopes



Prefeitura Municipal de Macau

Macau



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Mossoró – Estação das Artes



Foto: Site Polo Costa Branca, 2009.

Mossoró – Memorial da Resistência



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Mossoró – Hotel Thermas



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Mossoró – Hotel Thermas



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Porto do Mangue



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Porto do Mangue



Foto: Amanda Posenatto, 2009.

São Rafael



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

São Rafael



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Serra do Mel



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Serra do Mel



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

ANEXO VI DEMANDA TURÍSTICA

GASTOS TURÍSTICOS: NOTA METODOLÓGICA SOBRE A UTILIZAÇÃO DOS MICRODADOS DA PESQUISA FIPE, 2006 PARA O RN.

A base microdados reduzida foi inicialmente incorporada o conjunto de variáveis e códigos que permitiram identificar os Polos e Municípios de interesse do estudo associados a cada uma das seis opções de cidades visitadas.

A **variável Pernoite (p)** não teve qualquer tratamento especial nessa base de dados em virtude de que o total de pernoites passadas em cada município brasileiro visitado é coletado diretamente no formulário da Pesquisa. Apenas comprovou-se de que o somatório das pernoites declarado nos campos 15.a a 15.f fosse idêntico ao Total dos Pernoites declarado no quesito 14. Esse quesito apresentou apenas uma resposta em branco (sem declaração) na base reduzida de microdados.

Ainda a respeito desta **variável Pernoite (p)** cabe salientar que: já que para cada declarante pode ser conhecido o total dos pernoites passadas na totalidade dos municípios de RN ou em outros estados ($\sum p$), também é possível calcular a proporção de pernoites ($\% p$) passados por cada declarante em cada município ou polo de interesse deste estudo. Essa proporção é importante para viabilizar a preparação das estimativas sobre os gastos turísticos dos visitantes estrangeiros realizados especificamente nessas áreas geográficas selecionadas, assunto que é abordado a seguir.

Muito diferente foi o caso da **variável gastos de turistas estrangeiros** no Brasil por várias razões: em primeiro lugar, porque o dado relativo ao gasto efetuado por um declarante no Brasil (g) é levantado apenas na forma de total, sem especificar o montante das despesas realizadas em cada cidade ou município visitado; segundo, porque esse único valor g foi registrado no formulário em diferentes moedas (R\$, dólar, euro, etc.), o que obrigou à FIPE a standardizar esses valores mediante conversão a US\$ - dólar - ou, alternativamente, a R\$ - reais; terceiro, porque houve duas respostas em branco (sem declaração) na base reduzida de microdados.

Visando a preparação das estimativas sobre o gasto turístico no Brasil correspondente a cada declarante em cada cidade ou polo selecionado, o total do gasto g desse declarante foi multiplicado pela correspondente $\%$ de pernoites ($\% p$) passados em cada cidade visitada em cada uma das possíveis opções de resposta.

Assim, o gasto total g de um declarante foi distribuído entre as cidades visitadas levando em consideração a proporção de pernoites ($\%p$) que essa pessoa (e acompanhantes) passou no município M ou Polo P. Portanto, se um declarante diz que gastou R\$ 1.000 em 4 pernoites passadas em Natal, por exemplo, na opção b, e 4 em Fortaleza, na opção de resposta a, as despesas no primeiro desses municípios foi estimada em R\$ 500. Essa forma de distribuição é equivalente ao cálculo do valor médio por pernoite gasto por um entrevistado no Brasil e sua correspondente multiplicação pelo N° de pernoites passadas em cada município, cálculo que no caso de Natal seria: R\$ 1.000/ 8 x 4= R\$ 500. O suposto implícito neste cálculo é que o valor pago por pernoite é idêntico para cada município visitado por um entrevistado e seus acompanhantes, o que naturalmente pode distorcer as estimativas de gasto por município ou polo, para cima ou para baixo.

A terceira variável importante a ser considerada na preparação das estimativas é o total de pessoas que fazem a viagem (pess). Nesse sentido, os dados coletados na Pesquisa FIPE se referem ao total das pessoas de 6 anos e mais que acompanham o entrevistado, incluindo ele próprio. Essa informação é importante para calcular o gasto médio por pessoa visitante ou, alternativamente, o gasto médio por pernoite per - capita. A respeito desta variável, os microdados da base reduzida não apresentaram nenhuma omissão.

De posse desses dados sobre gastos estimados e pernoites de todas as pessoas de cada grupo visitante em cada município nas opções, com algumas poucas omissões de resposta, passou-se a identificar os *layers* ou valores atípicos correspondentes a essas variáveis já que eles poderiam prejudicar os totais, médias ou percentagens a serem estimados para os polos ou municípios de interesse. A identificação desses casos foi feita pela própria FIPE examinando os desvios de resposta existentes em cada uma dessas variáveis e, sobretudo, a magnitude da diferença entre os gastos médios por pernoite per capita correspondente a cada declaração em relação à média do conjunto de declarantes. Nesse sentido, a FIPE experimentou alternativos procedimentos de eliminação de valores declarados levando em consideração, principalmente, o valor do desvio padrão desses números.

Na preparação das estimativas deste informe foi utilizada a eliminação dos valores de gastos, pernoites e pessoas feitas pela FIPE nos casos em que o valor do gasto médio por pernoite per capita calculado para cada declaração em relação ao valor médio do conjunto excedia, para mais ou para menos, três vezes o respectivo desvio padrão. A adoção das mesmas omissões feitas pela FIPE pareceu necessária como forma de permitir a melhor comparabilidade das estimativas preparadas neste documento em relação aos resultados oficialmente divulgados pela EMBRATUR.

Após a eliminação dos layers correspondentes a cada opção de resposta **a** à **f**, passou-se a preparação de Estimativas Preliminares Expandidas para cada uma dessas três variáveis: pernoites (P), gastos (G) e pessoas (Pess). Para tanto, foram utilizados os pesos Fh_{ik} calculados pela FIPE para cada visitante k entrevistado, conforme descrito em 1.3, desconsiderando qualquer entrevista em que ao menos uma das três variáveis apresentava algum valor igual a 0. As estimativas preliminares para cada um dos três polos e dois municípios (Natal e Tibau do Sul) foram obtidas separadamente para cada opção de resposta:

Pernoites (P)

Estimativa Expandida Pernoites (EPa) : $\sum p_{ak} \times Fh_{ik}$;

Estimativa Expandida Pernoites (EPb) : $\sum p_{bk} \times Fh_{ik}$;

.....

Estimativa Expandida Pernoites (EPf) : $\sum p_{fk} \times Fh_{ik}$.

Gastos Turísticos no Brasil (G)

Estimativa Expandida Gastos (EGa) : $\sum g_{ak} \times Fh_{ik}$;

Estimativa Expandida Gastos (EGb) : $\sum g_{bk} \times Fh_{ik}$;

.....

Estimativa Expandida Gastos (EGf) : $\sum g_{fk} \times Fh_{ik}$.

Pessoas de 6 anos e mais (Pess)

Estimativa Expandida Pessoas (EPessa) : $\sum pess_{ak} \times Fh_{ik}$;

Estimativa Expandida Pessoas (EPessb) : $\sum \text{pessbk} \times \text{Fhik}$;

Estimativa Expandida Pessoas (EPessf) : $\sum \text{pessfk} \times \text{Fhik}$.

Onde:

Opções de resposta são identificadas com as letras a à f;

Pessoa entrevistada é identificada com a letra k;

Fhik corresponde ao peso calculado para cada pessoa entrevistada k pertencente ao domínio hi conforme definido em 1.3;

p, g e pess representam as respostas correspondentes a pernoites, gastos e pessoas constantes na base de dados reduzida.

O caráter preliminar dessas estimativas expandidas (E) decorre, portanto, dos dois tipos de possíveis omissões que afetam os valores p, g e pess: por uma parte, a omissão de resposta original por parte do entrevistado (não declarado); por outro, a exclusão de respostas pelo fato dos valores serem considerados layers. Em ambas as situações foram atribuídos valores iguais a 0 para essas respostas, procedimento que acabou subestimando as correspondentes estimativas expandidas EP, EG e EPess. Ou seja, se esses valores zerados tivessem resposta e todas elas fossem válidas, os totais expandidos para as três variáveis seriam superiores. Portanto, as estimativas definitivas E'P, E'G e E'Pess tiveram de ser preparadas fazendo uso de fatores de correção que corrijam esses valores zerados.

Os fatores de correção (fc) foram calculados separadamente para cada opção de resposta a à f e domínio geográfico, sejam eles polos ou municípios, através do quociente entre o somatório dos pesos atribuídos na base de dados aos respectivos domínios de estimação e o somatório dos pesos correspondentes apenas aos casos com resposta não zerada no mesmo domínio, ou seja:

Fator de correção (fc área geogr x opção) = $\frac{\sum \text{total dos pesos (Fhik) na área geogr x opção}}{\sum \text{dos pesos (Fhik) não zerados na área geogr x opção}}$

O mesmo fator de correção calculado para um domínio de estimação área geogr x opção é válido para corrigir as estimativas expandidas das três variáveis apresentadas em 2.3.5. :

Estimativa Expandida Pernoites definitiva (E'Pa) : $(\sum \text{pak} \times \text{Fhik}) \times \text{fca}$;

Estimativa Expandida Gastos definitiva (E'Ga) : $(\sum \text{gak} \times \text{Fhik}) \times \text{fca}$;

Estimativa Expandida Pessoas definitiva (E'Pessa) : $(\sum \text{pessak} \times \text{Fhik}) \times \text{fca}$;

.....

Estimativa Expandida Pernoites definitiva (E'Pf) : $(\sum \text{pfk} \times \text{Fhik}) \times \text{fcf}$;

Estimativa Expandida Gastos definitiva (E'Gf) : $(\sum \text{gfk} \times \text{Fhik}) \times \text{fcf}$;

Estimativa Expandida Pessoas definitiva (E'Pessf) : $(\sum \text{pessfk} \times \text{Fhik}) \times \text{fcfa}$.

Um exemplo pode ajudar a entender melhor essas correções:

Domínio geográfico: Polo Costa das Dunas

Opção de resposta: a

Totais expandidos preliminares (E) correspondentes às variáveis p, g e pess não zerados:

Pernoites: 2.938.735

Gastos: R\$ 326.847.737

Pessoas: 223.993

Somatórios dos pesos expandidos

Σ total dos pesos (Fhik): 132.006

Σ total dos pesos (Fhik) não zerados: 125.240

Fator de correção

$F_c = 132.006 / 125.240 = 1,054024$

Estimativas expandidas definitivas (E') correspondentes às variáveis p, g e pess não zerados:

Pernoites (P) : $2.938.735 \times 1,054024 = 3.097.498$

Gastos (G) : $R\$ 326.847.737 \times 1,054024 = R\$ 344.505.448$

Pessoas (Pess) : $223.993 \times 1,054024 = 236.094$

Os dados relativos aos gastos turísticos de estrangeiros no Brasil detalhados por tipo também foram coletados no formulário, em diferentes moedas, sem detalhamento por cidade ou município visitado, reconhecendo 6 categorias: alojamento, alimentação, transporte, compras, atrativos e passeios e outros. Por esse motivo, como no caso do gasto total, a preparação de estimativas por tipo de gasto exigiu a conversão de moedas e a criação de variáveis separadas para cada um desses itens do gasto discriminadas de acordo com cada uma das opções de resposta a a f. Lembra-se que essas opções de resposta a a f são as que permitem identificar a parte dos gastos correspondentes a cada polo ou município de RN de interesse neste estudo. O procedimento utilizado para a distribuição desses gastos entre essas opções mais uma vez baseou-se na porcentagem de pernoites passada por cada entrevistado em cada cidade ou município.

O problema da variável *gasto detalhado por tipo* é que, em muitos casos, a soma dos gastos declarados pelo entrevistado em cada um desses 6 itens é diferente do gasto total no Brasil registrado anteriormente, ou seja, a distribuição relativa dos gastos por tipo é diferente de 100%. Entretanto, em lugar de se praticar ajustes dessas porcentagens para que fechem em 100%, optou-se pela utilização das respostas que na base de microdados reduzida estavam corretas, vale dizer, quando a soma dos gastos parciais batia com o total declarado. Dessa forma, as estimativas expandidas para cada tipo de gasto em cada domínio geográfico (polos ou municípios) x opção de resposta a a f ficaram muito subestimadas, o que limitou a sua utilização apenas para calcular as porcentagens de gasto de cada item em cada polo ou município de estimação (% G tipo) selecionado neste trabalho.

As estimativas expandidas definitivas de gasto turístico correspondentes a cada item de gasto (E'G tipo) em cada polo ou município foram obtidas mediante multiplicação dessas porcentagens (% G tipo) pelo respectivo total do Gasto Turístico expandido definitivo (E'G) calculado em 2.3.7 para cada um desses domínios geográficos.

As estimativas expandidas relativas às variáveis restantes (país de origem, motivo da viagem e localidade de desembarque), dimensionando sempre o total de pernoites, gastos e pessoas, foram preparadas através da mesma metodologia e procedimentos descritos em 2.3.5 (estimativas preliminares) e 2.3.6 (estimativas definitivas), fazendo uso de fatores dos mesmos fatores de correção. A única diferença, já apontada anteriormente, é que essas estimativas foram preparadas apenas para os municípios de Natal e Tibau do Sul.

ANEXO VII
EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS: CADASTRO EMPRESARIAL SEBRAE 2010

Classificação dos empreendimentos

Municípios	2009				
	Alimentação	Alojamento	Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	Atividades esportivas e de recreação e lazer	Atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental
Apodi	138	08	01	05	01
Areia Branca	100	11	06	08	01
Assú	12	01	0	07	0
Caiçara do Norte	12	01	0	01	0
Caraúbas	78	02	0	03	01
Galinhos	21	11	0	01	01
Grossos	21	02	0	0	0
Guamaré	57	16	01	06	0
Itajá	28	0	0	01	01
Macau	141	12	05	06	03
Mossoró	741	33	07	31	01
Pendências	25	07	0	02	0
Porto do Mangue	12	01	0	0	0
São Bento do Norte	05	03	0	0	01
São Rafael	38	02	01	02	0
Serra do Mel	34	0	01	0	0
Tibau	68	11	0	0	01
Total de Empreendimentos	1.531	121	22	73	11

Fonte: <http://www.sebrae.com.br>, 2010.

ANEXO VIII
 TURISMO E COMUNIDADE
 QUESTIONÁRIO UTILIZADO COM A COMUNIDADE

N.º: _____



Start Pesquisa - Pesquisa de Opinião



APRESENTAÇÃO: Bem dia/boa tarde. Eu sou de **Start Pesquisa** e estou realizando uma pesquisa de opinião sobre alguns aspectos da população deste município. Não é necessário se identificar. O (a) Sr. (a) poderia participar? De NÃO, agradeço e passo para outra pessoa? DATA: ____/____/2008.
 PESQUISADOR: _____

Q01. Com que frequência seu município recebe pessoas de fora (turistas) que vem a passeio? **NEst**
 1. Diariamente 2. Semanalmente 3. Ocasional
 4. Mensal 5. Outros: Anotar 99. NÃO 99. NR

Q02. Que lugares, o (a) Sr. (a) indicaria (conhecendo ou não) para o visitante/turista? **NEst 99. NÃO 99. NR**
 Q02.1 - Comer (Restaurantes, lancha): _____
 Q02.2 - Ficar (Hotel, pousada): _____
 Q02.3 - Divertir (Casas de show, parques, etc): _____
 Q02.4 - Atrativos turísticos: _____

Q03. Dentre as opções que mostrarei (disco 01), escolha três que considero determinante para que as pessoas venham visitar seu município? **Est**
 1. Ótimas estradas de acesso 2. Hotéis e pousadas de qualidade
 3. Alternativas de passeios, diversão e lazer 4. Riqueza natural (praias, cachoeiras, águas, rios, trilhas, paisagem, etc.)
 5. Festas Populares (folclóricas, religiosas, etc.) 6. Hospitalidade
 7. Segurança 8. Bancos e Restaurantes
 99. Outros: Anotar 99. Nada 99. NÃO 99. NR

Q04. Em sua opinião, quais os benefícios que a atividade de Turismo pode trazer para seu município? Cite dois mais. **NEst**
 1. Conhecimento da cidade 2. Geração de emprego e renda
 3. Dinamismo 4. Divulgação do município
 5. Preservação do meio ambiente 6. Melhorias de infra-estrutura e serviços
 7. Melhorias na qualidade de vida
 99. Outros: Anotar 99. Nada 99. NÃO 99. NR

Q05. E quais as consequências negativas que o Turismo pode trazer para seu município? Cite duas mais. **NEst**
 1. Dano ao meio-ambiente 2. Desemprego de mão-de-obra local
 3. Especulação imobiliária 4. Violência/Criminalidade
 5. Perda da identidade cultural 6. Poluição
 7. Drogas 8. Prostituição
 9. Degradação de corte de vida 10. Comunidade espanta de seu habitat
 99. Outros: Anotar 99. Nada 99. NÃO 99. NR

Q06. Na sua família (incluindo o (a) Sr. (a)), alguém trabalha com turismo ou em serviços relacionados ao turismo (pousadas, hotéis, restaurantes, guias turísticos, feiras de artesanato, casas de shows, etc.). Se SIM, quantas pessoas trabalham? **NEst**

Q07. No ano passado ou no início deste ano, o (a) Sr. (a) ou alguém da sua família viajou para fora do município? Se SIM, qual o motivo da viagem e para qual cidade foi? **Indicar os motivos um a um - Nest.**
 1. Sim 2. Não 99. NÃO 99. NS 99. NR

Motivo	Local
Q07.1 - Saúde	
Q07.2 - Visitar parentes/amigos	
Q07.3 - Pausar férias	
Q07.4 - Negócios/Trabalho	
Q07.5 - Interâmbio/Estudos	
Q07.6 - Religião	
Q07.7 - Conferências/Convenções	
Q07.99 - Outros motivos	

Q08. O (A) Sr. (a) acha que o seu município tem opções de lazer/diversão, bons locais para se hospedar, para comer e atrações naturais favoráveis para atrair cada vez mais turistas? - **NEst**
 1. Sim 2. Não 3. Talvez
 99. Tanto faz/Indiferente 99. NÃO 99. NR

Q09. Quantas pessoas aqui, na sua casa, tem curso de **Indicar os cursos um a um - Nest.**
 99. NS 99. NR

Motivo	Qual?
Q09.1 - Inglês	
Q09.2 - Outros idiomas	
Q09.3 - Informática	
Q09.4 - Profissionalizante	
Q09.5 - Cursos na área de turismo e hotelaria	
Q09.99 - Outros cursos	

Q10. O (A) Sr. (a) acha que a população de seu município está capacitada a trabalhar com o turismo? - **NEst**
 1. Sim 2. Não 3. Talvez
 99. Tanto faz/Indiferente 99. NÃO 99. NR

Q11. O (A) Sr. (a) tem conhecimento de algum curso de capacitação relacionado ao turismo, aqui no seu município? - **NEst**
 1. Sim 2. Não 3. Talvez
 99. Tanto faz/Indiferente 99. NÃO 99. NR

Q12. Dê uma nota de um a cinco para algumas áreas de infraestrutura aqui de seu município. Considerando que: 1 = Pessimo; 2 = Ruim; 3 = Regular; 4 = Bom; 5 = Excelente. **NC/NS/NR = 99. Não tem/NA = 99.**
(Diga as áreas uma a uma).

Área	Nota
Q12.1. Educação?	
Q12.2. Saúde pública?	
Q12.3. Limpeza Pública	
Q12.4. Abastecimento de água.	
Q12.5. Iluminação pública	
Q12.6. Condição das ruas de acesso.	
Q12.7. Coberta de terra.	
Q12.8. Segurança pública	
Q12.9. Transporte público	
Q12.10. Qualidade da água	

Q13. Sua rua fica alagada quando chove? - **Nest**
 1. Sim 2. Não 99. NÃO 99. NR

Q14. O (A) Sr. (a) é favorável que o seu município receba mais turistas, do que recebe atualmente? - **Nest**
 1. Sim 2. Não 3. Talvez
 99. Tanto faz/Indiferente 99. NÃO 99. NR

Q15. Olhando para seu município, cite dois elementos que representam o povo daqui? (Ex. A carne de sol de Caiçó, os Lajedos de Apodi, etc) - **Nest**
 Q15.1 - _____
 Q15.2 - _____

Q16. Cite pelo menos dois elementos de destaque no município em relação as edificações arquitetônicas ou sítios arqueológicos? - **Nest**
 Q16.1 - _____
 Q16.2 - _____

Q17. Cite pelo menos dois elementos de destaque no município em relação à culinária/gastronomia? - **Nest**
 Q17.1 - _____
 Q17.2 - _____

Q18. Cite pelo menos dois elementos de destaque no município em relação aos artistas (músicos, escritores, pintores, folcloristas, etc.) - **Nest**
 Q18.1 - _____
 Q18.2 - _____

Q19. Sexo:
 1. Masculino 2. Feminino

Q20. Idade:
 1. 17 a 24 anos 2. 25 a 34 anos 3. 35 a 44 anos
 4. 45 a 59 anos 5. 60 a 69 anos 6. Mais de 70 anos

Q21. Grau de Instrução / Escolaridade:
 1. Fundamental (12 Grau Comp.) 2. Ensino médio (22 Grau Inc./Comp.)
 3. Superior Inc./Complete 4. Pós-graduado
 99. N.A/NR

Q22. Qual sua principal ocupação?
 1. Autônomo 2. Func. Emp. Privada 3. Comerciante 4. Func. Pública
 5. Dono de casa 6. Estudante 7. Área jurídica 8. Área de vendas
 9. Aposentado / Pensionista 10. Área de saúde 11. Doméstica
 99. Outros: _____ 99. Nenhuma / Desempregado 99. NR

Q23. Qual sua renda familiar mensal? **(incluindo salário, aposentadoria, pensão, rendas extras, bolsa família, etc.).**
 1. Menos de 1 SM 2. De 1 até 3 SM 3. Mais de 3 SM
 4. Mais de 3 a 5 SM 5. Mais de 5 a 9 SM 6. Mais de 9 a 15 SM
 7. + 15 a 20 SM 8. De 20 SM ou mais 9. Nenhuma (sem renda).
 99. NÃO 99. NR

Q24. Município: Ver Lista 01

Q25. Bairro/localidade: Anotar: _____

AGRADEÇA
 E PASSE PARA O PRÓXIMO

ATENÇÃO!!! NÃO DEIXAR QUESTÃO EM BRANCO

ANEXO IX
TURISMO E COMUNIDADE
RESULTADO DA PESQUISA COM A COMUNIDADE

1. PERFIL

TABELA 01. Distribuição dos entrevistados segundo o sexo
 Polo COSTA BRANCA.

Sexo	Abs.	%
Masculino	181	48,9
Feminino	189	51,1
Total	370	100,0

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 02. Distribuição dos entrevistados segundo a idade
 Polo COSTA BRANCA.

Idade (em anos)	Abs.	%
17 a 24 anos	102	27,6
25 a 34 anos	92	24,9
35 a 44 anos	80	21,6
45 a 59 anos	65	17,6
60 anos ou mais	31	8,4
Total	370	100,0

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 03. Distribuição dos entrevistados segundo a escolaridade
 Polo COSTA BRANCA.

Escolaridade	Abs.	%
Fundamental (1º grau inc. / compl.).	118	31,9
Ensino médio (2º grau inc. / compl.).	223	60,2
Superior inc. / compl.	28	7,6
Pós-graduado	01	0,3
Total	370	100,0

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 04. Distribuição dos entrevistados segundo a ocupação –
 Polo COSTA BRANCA.

Ocupação	Abs.	%
Funcionário Empresa Privada	98	26,5
Autônomo	53	14,3
Dona de casa / Do lar	48	13,0
Estudante	48	13,0
Aposentado (a) / Pensionista	29	7,8
Comerciante	25	6,8
Funcionário Público	25	6,8
Área de vendas / Vendedor	16	4,3
Doméstica	04	1,1
Área jurídica	02	0,5
Área da saúde	01	0,3
Nenhuma / Desempregado	21	5,7
Total	370	100,0

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 05. Distribuição dos entrevistados segundo a renda familiar mensal (SM)
 Polo COSTA BRANCA.

Renda familiar mensal (SM)	Abs.	%
Nenhuma / Sem renda	04	1,1
Menos de 1 SM	05	1,4
De 1 até 3 SM	235	63,5
Mais de 3 a 5 SM	92	24,9
Mais de 5 a 8 SM	30	8,1
Mais de 8 a 10 SM	03	0,8
NR	01	0,3
Total	370	100,0

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 06. Distribuição dos entrevistados segundo os municípios da amostra
 Polo COSTA BRANCA.

Municípios	Abs.	%
Mossoró	242	65,4
Apodi	38	10,3
Macau	30	8,1
Areia Branca	27	7,3
Galinhas	15	4,1
Porto do Mangue	10	2,7
Tibau	08	2,2
Total	370	100,0

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

2. PERCEPÇÕES SOBRE O TURISMO

TABELA 07. Com que frequência seu município recebe pessoas de fora (turistas) que vem a passeio? - Polo COSTA BRANCA.

Frequência	Abs.	%
Diariamente	82	22,2
Semanal	167	45,1
Quinzenal	42	11,4
Mensal	75	20,3
NS	03	0,8
NR	01	0,3
Total	370	100,0

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 08. Dentre as opções que mostrarei escolha três que considera determinante para que as pessoas venham visitar seu município? – (Somadas das Citações) Polo COSTA BRANCA.

Opções	Abs.	%
Festas Populares (folclóricas, religiosas, etc.)	223	60,3
Riqueza natural (praia, cachoeira, açude, rios, trilhas, paisagem, etc.)	185	50,0
Alternativas de passeios, diversão e lazer	173	46,8
Ótimas estradas de acesso	139	37,6
Hotéis e pousadas de qualidade	131	35,4
Hospitalidade	100	27,0
Bares e Restaurantes	86	23,2
Segurança	67	18,1
Praça da Resistência	01	0,3
Total	370	

Nota: ¹ Não foram consideradas as respostas dos entrevistados que Não souberam e que não responderam.

² Os valores foram calculados em relação ao total de entrevistados geral 370, e não ao total das respostas.

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 09. Em sua opinião, quais os benefícios que a atividade do Turismo pode trazer para seu município? Cite duas mais. – (Somadas das Citações) - Polo COSTA BRANCA.

Benefícios	Abs.	%
Crescimento da cidade	144	38,9
Geração de emprego e renda	140	37,8
Diversão	48	13,0
Divulgação do município	34	9,2
Preservação do meio ambiente	20	5,4
Melhoria de infra-estrutura e serviços	16	4,3
Melhoria na qualidade de vida	16	4,3
Pousada	01	0,3
Total	370	

Nota: ¹ Não foram consideradas as respostas dos entrevistados que Não souberam e que não responderam.

² Os valores foram calculados em relação ao total de entrevistados geral 370, e não ao total das respostas.

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 10. E quais as consequências negativas que o Turismo pode trazer para seu município? Cite duas mais. – (Somadas das Citações) Polo COSTA BRANCA.

Consequências negativas	Abs.	%
Drogas	198	53,5
Prostituição	174	47,0
Violência/Criminalidade	90	24,3
Poluição	50	13,5
Dano ao meio-ambiente	43	11,6
Perda da identidade cultural	35	9,5
Especulação imobiliária	28	7,6
Desemprego da mão de obra local	09	2,4
Elevação do custo de vida	03	0,8
Nada	55	14,9
Total	370	

Nota: ¹ Não foram consideradas as respostas dos entrevistados que Não souberam e que não responderam.

² Os valores foram calculados em relação ao total de entrevistados geral 370, e não ao total das respostas.

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 11. No ano passado ou no início deste ano, o (a) Sr. (a) ou alguém da sua família viajou para fora do município? Se SIM, Qual o motivo da viagem e para qual cidade foi?

Polo COSTA BRANCA.

Motivo da viagem	Abs.	%
Saúde	69	18,6
Visitar parentes/amigos	58	15,7
Passeio/ férias	51	13,8
Negócios/Trabalho	18	4,9
Intercâmbio/Estudos	09	2,4
Religião	27	7,3
Congressos/Convenções	03	0,8
Outros motivos	17	4,6
Total	370	

Nota: ¹ Não foram consideradas as respostas dos entrevistados que Não souberam e que não responderam.

² Os valores foram calculados em relação ao total de entrevistados geral 370, e não ao total das respostas.

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 12. Para qual cidade foi? – Motivo – SAÚDE - Polo COSTA BRANCA.

Cidade	Abs.	%
Natal-RN	29	42,0
Mossoró-RN	17	24,6
Fortaleza-CE	04	5,8
Ceará	03	4,3
Recife-PE	02	2,9
Caicó-RN	02	2,9
Areia Branca-RN	02	2,9
Jandaíra-RN	01	1,4
João Câmara-RN	01	1,4
Rio Grande do Sul	01	1,4
Assú/RN	01	1,4
Felipe Guerra-RN	01	1,4
Total	69	

Nota: ¹ Não foram consideradas as respostas dos entrevistados que Não souberam e que não responderam.

² Os valores foram calculados em relação ao total de entrevistados geral 69, e não ao total das respostas.

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 13. Para qual cidade foi? – Motivo – VISITAR PARENTES/AMIGOS
 Polo COSTA BRANCA.

Cidade	Abs.	%
Natal-RN	14	24,1
Caicó-RN	08	13,8
Tibau-RN	06	10,3
Touros-RN	04	6,9
Mossoró-RN	03	5,2
Currais Novos-RN	01	1,7
João Pessoa-PB	01	1,7
João Câmara-RN	01	1,7
Jandaíra-RN	01	1,7
São Miguel do Gostoso-RN	01	1,7
Cajueiro	01	1,7
Fortaleza-CE	01	1,7
Assu-RN	01	1,7
Caicó-RN, Tibau-RN	01	1,7
Caraubas-RN	01	1,7
Caucaia-CE	01	1,7
Apodi-RN	01	1,7
Total	58	

Nota: ¹ Não foram consideradas as respostas dos entrevistados que Não souberam e que não responderam.

² Os valores foram calculados em relação ao total de entrevistados geral 58, e não ao total das respostas.

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009..

TABELA 14. Para qual cidade foi? – Motivo – PASSEIO / FÉRIAS
 Polo COSTA BRANCA.

Cidade / Local	Abs.	%
Tibau-RN	10	19,6
Natal-RN	07	13,7
Caicó-RN	04	7,9
Mossoró-RN	04	7,9
Touros-RN	02	3,9
Aracati-CE	02	3,9
Fortaleza-CE	02	3,9
Sítio Diogo Lopes-RN	01	2,0
Salvador-BA	01	2,0
Pendências-RN	01	2,0
Apodi-RN	01	2,0
São Paulo	01	2,0
Santa Cruz-RN	01	2,0
EUA	01	2,0
Areia Branca-RN	01	2,0
Felipe Guerra-RN	01	2,0
Total	51	

Nota: ¹ Não foram consideradas as respostas dos entrevistados que Não souberam e que não responderam.

² Os valores foram calculados em relação ao total de entrevistados geral 51, e não ao total das respostas.

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 15. Para qual cidade foi? – Motivo – NEGÓCIOS / TRABALHO
 Polo COSTA BRANCA.

Cidade / Local	Abs.	%
Natal-RN	07	38,9
Mossoró-RN	04	22,3
Fortaleza-CE	02	11,1
Caicó-RN	01	5,6
Brasília-DF	01	5,6
Assu-RN	01	5,6
Apodi-RN	01	5,6
Alto dos Rodrigues-RN	01	5,6
Total	18	

Nota: ¹ Não foram consideradas as respostas dos entrevistados que Não souberam e que não responderam.

² Os valores foram calculados em relação ao total de entrevistados geral 18, e não ao total das respostas.

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 16. Para qual cidade foi? – Motivo – INTERCÂMBIO / ESTUDOS
 Polo COSTA BRANCA.

Cidade / Local	Abs.	%
Natal-RN	04	44,4
Aracati-CE	03	33,3
EUA	01	11,1
Mossoró-RN	01	11,1
Total	9	

Nota: ¹ Não foram consideradas as respostas dos entrevistados que Não souberam e que não responderam.

² Os valores foram calculados em relação ao total de entrevistados geral 9, e não ao total das respostas.

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 17. Para qual cidade foi? – Motivo – RELIGIÃO
 Polo COSTA BRANCA.

Cidade / Local	Abs.	%
Caicó-RN	05	18,5
Grossos-RN	03	11,1
Fortaleza-RN	01	3,7
Tibau-RN	01	3,7
Patu-RN	01	3,7
Total	27	

Nota: ¹ Não foram consideradas as respostas dos entrevistados que Não souberam e que não responderam.

² Os valores foram calculados em relação ao total de entrevistados geral 27, e não ao total das respostas.

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 18. Para qual cidade foi? – Motivo – CONGRESSOS /CONVENÇÕES
 Polo COSTA BRANCA.

Cidade / Local	Abs.	%
Natal-RN	02	66,7
NR	01	33,3
Total	3	

Nota: ¹ Os valores foram calculados em relação ao total de entrevistados geral 2, e não ao total das respostas.

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 19. Para qual cidade foi? – Motivo – OUTROS MOTIVOS
 Polo COSTA BRANCA.

Cidade / Local	Abs.	%
Natal-RN – Motivo: Futebol	05	29,4
NR _ Motivo: NR	12	70,6
Total	17	100,0

Nota: Não foram consideradas as respostas dos entrevistados que Não souberam e que não responderam.

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 20. O (A) Sr. (a) acha que o seu município tem opções de lazer/diversão, bons locais para se hospedar, para comer e atrativos naturais favoráveis para atrair cada vez mais turistas - Polo COSTA BRANCA.

Motivo da viagem	Abs.	%
Sim	257	69,5
Não	99	26,8
Talvez	14	3,8
Total	370	100,0

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 21. O (A) Sr. (a) é favorável que o seu município receba mais turistas, do que recebe atualmente? - Polo COSTA BRANCA.

Resposta	Abs.	%
Sim	321	86,8
Não	40	10,8
Talvez	06	1,6
Tanto faz/Indiferente	02	0,5
NR	01	0,3
Total	370	100,0

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 22. Olhando para seu município, cite dois elementos que representam o povo daqui? (Ex. A carne de sol de Caicó, os Lajedos de Apodi, etc.) - Polo COSTA BRANCA.

Elementos	Abs.	%
Petróleo	137	37,0
Sal	71	19,2
Termas	44	11,9
Carne de Sol	29	7,8
Lajedos	26	7,0
Camarão	23	6,2
Águas Termais	21	5,7
Clima	19	5,1
Carnaval	17	4,6
Salinas	17	4,6
Calor	15	4,1
Macaxeira	15	4,1
Peixe	13	3,5
Pesca	11	3,0
Hospitalidade	09	2,4
Lagostas	09	2,4
Festas	08	2,2
Praias	08	2,2
Carnatal	07	1,9

CONT. TABELA 22. Olhando para seu município, cite dois elementos que representam o povo daqui? (Ex. A carne de sol de Caicó, os Lajedos de Apodi, etc.) - Polo COSTA BRANCA.

Elementos	Abs.	%
Rabada	07	1,9
Feijoada	06	1,6
Festa Junina	06	1,6
Galinha	05	1,4
Tranquilidade	05	1,4
Carroça	04	1,1
Porto	04	1,1
Artesanato	03	0,8
Buchada	03	0,8
Caranguejo	03	0,8
Festas Populares	03	0,8
Lampião	03	0,8
Museu	03	0,8
Cachorro Quente	02	0,5
Chambaril	02	0,5
Picado	02	0,5
Queijo	02	0,5
Serras	02	0,5
Sopa	02	0,5
Vaquejada	02	0,5
Areia Colorida	01	0,3
Carisma	01	0,3
Carnaval Fora de época	01	0,3
Carne	01	0,3
Carne Suína	01	0,3
Cidade Pacata	01	0,3
Cinema Pax	01	0,3
Clubes de Futebol	01	0,3
Comidas Típicas	01	0,3
Dunas	01	0,3
Estação das Artes	01	0,3
Falésias	01	0,3
Feijão Verde	01	0,3
Festa da Padroeira	01	0,3
Futebol	01	0,3
Ginásio	01	0,3
Hotel Thermas	01	0,3
Igreja São Vicente	01	0,3
Igrejas	01	0,3

CONT. TABELA 22. Olhando para seu município, cite dois elementos que representam o povo daqui? (Ex. A carne de sol de Caicó, os Lajedos de Apodi, etc.) - Polo COSTA BRANCA.

Elementos	Abs.	%
Ilha	01	0,3
Parque da Criança	01	0,3
Parque de Vaquejada	01	0,3
Passeio de barco	01	0,3
Pessoas	01	0,3
Petrobras	01	0,3
Polos Petrolíferos	01	0,3
Praças	01	0,3
Siri	01	0,3
Teatro	01	0,3
Túmulo de jacaré	01	0,3
West Shopping	01	0,3
Nada	26	7,0
Total	370	100,0

Nota: Os valores foram calculados excluindo as respostas NS e NR, e considerando o total de entrevistados e a soma das citações.

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 23. Cite pelo menos dois elementos de destaque no município em relação as edificações arquitetônicas ou sítios arqueológicos? - Polo COSTA BRANCA.

Elementos	Abs.	%
Prefeituras	74	20,0
Igrejas	66	17,8
Teatros	42	11,4
Catedral	33	8,9
Praças	31	8,4
Ginásio	27	7,3
Igreja	27	7,3
Praça da Resistência	27	7,3
Teatro Dix-Huit Rosado	22	5,9
Museu de Lampião	14	3,8
Museus	14	3,8
Nada	14	3,8
Praça das Crianças	14	3,8
Estação das Artes	13	3,5
Hotel Termas	13	3,5
Lajedos	12	3,2
Parque das Crianças	11	3,0
Fórum	09	2,4
Mirante	09	2,4

CONT. TABELA 23. Cite pelo menos dois elementos de destaque no município em relação às edificações arquitetônicas ou sítios arqueológicos? - Polo COSTA BRANCA.

Elementos	Abs.	%
Praça das Artes	08	2,2
Estádio de futebol	07	1,9
Moinho	07	1,9
Museu	07	1,9
Câmara Municipal	06	1,6
Casa da Cultura	06	1,6
CAERN	05	1,4
Farol	05	1,4
Igreja Centro	05	1,4
Lajedo de Soledade	05	1,4
Praça de Lampião	05	1,4
Teatro Municipal	05	1,4
West Shopping	05	1,4
Centro Administrativo	04	1,1
Igreja Alto da Conceição	04	1,1
Igreja São Vicente	04	1,1
Machadão	04	1,1
Museu do Petróleo	04	1,1
Posto de Saúde	04	1,1
Sabino Palace	04	1,1
Cemitérios	03	0,8
Cinema Pax	03	0,8
Mercado Público	03	0,8
Praias	03	0,8
Shopping	03	0,8
Alphaville	02	0,5
Centro Cultural	02	0,5
Centro Esportivo	02	0,5
Entrada da Cidade	02	0,5
Hotéis	02	0,5
Porto	02	0,5
Praça da Conceição	02	0,5
Praça de Eventos	02	0,5
Secretaria de Tributação	02	0,5
Shopping Boulevard	02	0,5
Supermercado Rede Mais	02	0,5
Bar do Lampião	01	0,3
Barracas na praia	01	0,3
Capitania das Artes	01	0,3

CONT. TABELA 23. Cite pelo menos dois elementos de destaque no município em relação às edificações arquitetônicas ou sítios arqueológicos? - Polo COSTA BRANCA.

Elementos	Abs.	%
CCAB	01	0,3
Centro	01	0,3
Clube	01	0,3
Conde Manuelas	01	0,3
Condomínio	01	0,3
Forte dos Reis Magos	01	0,3
Ginásio Pedro Ciarline	01	0,3
Ginásio Poliesportivo	01	0,3
Hotel Garbos	01	0,3
Igreja Evangélica	01	0,3
Igreja Matriz	01	0,3
Igreja São Manoel	01	0,3
Lajedos de Soledade	01	0,3
Leonardo Nogueira	01	0,3
Memorial de Lampião	01	0,3
Mercado	01	0,3
Ponte Newton Navarro	01	0,3
Porto de Ama	01	0,3
Pousada rio das Conchas	01	0,3
Praça Central	01	0,3
Praça da Abolição	01	0,3
Praça da COHAB	01	0,3
Praça da Folia	01	0,3
Praça das Flores	01	0,3
Praia Ponta do Mel	01	0,3
Prédio do Banco do Brasil	01	0,3
Prédio Elizeu Ventania	01	0,3
Prédios antigos do porto	01	0,3
Shoppings	01	0,3
Skate Parque	01	0,3
Teatro Alberto Maranhão	01	0,3
Usina Eólica	01	0,3
Total	370	100,0

Nota: Os valores foram calculados excluindo as respostas NS e NR, e considerando o total de entrevistados e a soma das citações.

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 24. Cite pelo menos dois elementos de destaque no município em relação à culinária/gastronomia? - Polo COSTA BRANCA.

Elementos	Abs.	%
Carne de sol	131	35,4
Macaxeira	83	22,4
Buchada	63	17,0
Peixe	56	15,1
Galinha	50	13,5
Camarão	39	10,5
Picado	36	9,7
Rabada	35	9,5
Chambaril	23	6,2
Feijoada	18	4,9
Peixada	16	4,3
Churrasco	13	3,5
Mariscos	12	3,2
Caranguejo	09	2,4
Carneiro	08	2,2
Lagosta	08	2,2
Massas	08	2,2
Cachorro Quente	05	1,4
Cozido	05	1,4
Feijão Verde	05	1,4
Tapioca	05	1,4
Cuscuz	04	1,1
Paçoca	04	1,1
Bode	03	0,8
Carne	03	0,8
Carne de Porco	03	0,8
Queijo	03	0,8
Siri	03	0,8
Panelada	02	0,5
Arroz de Leite	01	0,3
Aves	01	0,3
Bobo de camarão	01	0,3
Carne Assada	01	0,3
Carne de Bode	01	0,3
Carne de Boi	01	0,3
Guiné	01	0,3
Ostra	01	0,3
Pirão de peixe	01	0,3
Sarapatel	01	0,3
Nada	12	3,2
Total	370	100,0

Nota: Os valores foram calculados excluindo as respostas NS e NR, e considerando o total de entrevistados e a soma das citações.

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 25. Cite pelo menos dois elementos de destaque no município em relação aos artistas (músicos, escritores, pintores, folcloristas, etc.) - Polo COSTA BRANCA.

Elementos	Abs.	%
Tábata	23	6,2
Alzinete Cantora	14	3,8
Xande Cantor	14	3,8
Garibalde Artesão	11	3,0
Banda Tremendão	10	2,7
Pintores	07	1,9
Danilo	06	1,6
Lane Cardoso	06	1,6
Marcelo Pintor	05	1,4
Marcos Leite Pintor	05	1,4
Chico Lopes	04	1,1
Lupércio Luís	04	1,1
Aécio Pintor	03	0,8
Câmara Cascudo	03	0,8
Cantores	03	0,8
Capoeira	03	0,8
Clemix	03	0,8
Edvan Escultor	03	0,8
José Lima	03	0,8
José Lins	03	0,8
Maicon Cantor	03	0,8
Rai Cantor	03	0,8
Alberto do Acordeon	02	0,5
Claudio da Sanfona	02	0,5
Danças	02	0,5
Daniel Cantor	02	0,5
Egtoni Pintor	02	0,5
Fernão Alves	02	0,5
Helder Pintor	02	0,5
Igor Desenhista	02	0,5
Ivan Ribeiro	02	0,5
João Almir	02	0,5
João Beto Cantor	02	0,5
João Tecladista	02	0,5
Magos Ediel Cantor	02	0,5
Tito	02	0,5
Tonho Sanfoneiro	02	0,5
Antônio Francisco	01	0,3
Antônio Pintor	01	0,3
Armando das Artes	01	0,3
Artesãos	01	0,3
Caca	01	0,3
Cantor Juliano	01	0,3

CONT. TABELA 25. Cite pelo menos dois elementos de destaque no município em relação aos artistas (músicos, escritores, pintores, folcloristas, etc.) - Polo COSTA BRANCA.

Elementos	Abs.	%
Careca Pintor	01	0,3
Carlos Cantor	01	0,3
Carnaval	01	0,3
Claúdio dos Teclados	01	0,3
Claúdio Pintor	01	0,3
Claúdio Sanfoneiro	01	0,3
Fabiano	01	0,3
Fio pintor	01	0,3
Fran Rodrigues	01	0,3
Giba Leão	01	0,3
Gibal Freitas	01	0,3
Gilberto Avelino	01	0,3
Gilberto Gonçalves	01	0,3
João da Sanfona	01	0,3
João Manaus	01	0,3
João Maria tecladista	01	0,3
João Tocador	01	0,3
Joãozinho do Grafith	01	0,3
Jorge Cozinheiro	01	0,3
José Bento	01	0,3
José Tavares	01	0,3
Kelven Duran	01	0,3
Liduíno Violeiro	01	0,3
Mariano	01	0,3
Marquinho	01	0,3
Neto Cantor	01	0,3
Ney Pintor	01	0,3
Palhaço Fuxiquinho	01	0,3
Paulo Sanfoneiro	01	0,3
Pedrinho	01	0,3
Pedro Alcantis	01	0,3
Pepeu Gil	01	0,3
Raimundo Cantor	01	0,3
Rito Guedes	01	0,3
Rogério Pintor	01	0,3
Técio Tecladista	01	0,3
Vinhão Justo	01	0,3
Zé Ducan	01	0,3
Nada	88	23,8
Total	370	100,0

Nota: Os valores foram calculados excluindo as respostas NS e NR, e considerando o total de entrevistados e a soma das citações.

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

3. CAPACITAÇÃO E TRABALHO

TABELA 26. Na sua família (incluindo o (a) Sr. (a)), alguém trabalha com turismo ou em serviços relacionados ao turismo (pousadas, hotéis, restaurantes, guias turísticos, feiras de artesanato, casas de shows, etc.). Se SIM, quantas pessoas trabalham?

Polo COSTA BRANCA.

Quantidade	Abs.	%
0	295	79,7
01	55	14,9
02	16	4,3
07	01	0,3
NS	03	0,8
Total	370	100,0

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 27. Quantas pessoas aqui, na sua casa, tem curso de INGLÊS?

Polo COSTA BRANCA.

Quantidade	Abs.	%
0	312	84,3
01	43	11,6
02	09	2,4
NS	06	1,6
Total	370	100,0

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 28. Tipo do curso de INGLÊS. Polo COSTA BRANCA.

Tipo	Abs.	%
Básico	26	50,0
Avançado	10	19,2
Intermediário	04	7,7
NR	12	23,1
Total	52	100,0

Nota: Os valores foram calculados, somente para os que mencionaram que tinham algum.

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 29. Quantas pessoas aqui, na sua casa, têm curso de OUTROS IDIOMAS?

Polo COSTA BRANCA.

Quantidade	Abs.	%
0	354	95,7
01	07	1,9
02	03	0,8
03	01	0,3
NS	05	1,4
Total	370	100,0

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 30. Tipo do curso de OUTROS IDIOMAS - Polo COSTA BRANCA.

Tipo	Abs.	%
Espanhol	07	63,6
NR	04	36,4
Total	11	100,0

Nota: Os valores foram calculados, somente para os que mencionaram que tinham algum)
 Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 31. Quantas pessoas aqui, na sua casa, têm curso de INFORMÁTICA?
 Polo COSTA BRANCA.

Quantidade	Abs.	%
0	256	69,2
01	79	21,4
02	23	6,2
03	04	1,1
04	03	0,8
05	01	0,3
NS	04	1,1
Total	370	100,0

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 32. Tipo do curso de INFORMÁTICA. Polo COSTA BRANCA.

Tipo	Abs.	%
Básico	59	53,6
Intermediário	15	13,6
Avançado	01	0,9
Completo	01	0,9
Digitação	01	0,9
Básico e Intermediário	01	0,9
Excel	01	0,9
NR	31	28,2
Total	110	100,0

Nota: Os valores foram calculados, somente para os que mencionaram que tinham algum.
 Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 33. Quantas pessoas aqui, na sua casa, têm curso de
 PROFISSIONALIZANTE? - Polo COSTA BRANCA.

Quantidade	Abs.	%
0	313	84,6
01	45	12,2
02	07	1,9
03	02	0,5
04	02	0,5
NS	01	0,3
Total	370	100,0

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 34. Tipo do curso de PROFISSIONALIZANTE
 Polo COSTA BRANCA.

Tipo	Abs.	%
Enfermagem	05	8,9
Eletricista	05	8,9
Contabilidade	03	5,4
Auxiliar de Enfermagem	03	5,4
Recepcionista	03	5,4
Técnico de Sondagem	03	5,4
Garçon	02	3,6
Encanador	02	3,6
Administração	02	3,6
Cabeleleira	01	1,8
Rotinas administrativas	01	1,8
Petróleo e Gás	01	1,8
Corte e Costura	01	1,8
Cabeleireira	01	1,8
Matemática	01	1,8
Inspetor da Petrobrás, Secretariado e Educador de Trânsito.	01	1,8
Técnico de Segurança	01	1,8
Máquina Indumaq	01	1,8
Técnico de Mecânica	01	1,8
Auxiliar de cozinha e Mecânico	01	1,8
Gestão Empresarial	01	1,8
Secretariado	01	1,8
Montador	01	1,8
Auxiliar de sonda, Eletricista, Auxiliar de cozinha e Encanador Industrial	01	1,8
Gestão Empresarial e Técnico em Eletrônica	01	1,8
Mecânico Industrial	01	1,8
Serralheiro	01	1,8
Técnico de sondagem, Mecânico e Encanador	01	1,8
Mecânico	01	1,8
Operador de máquinas	01	1,8
Mecânico e Encanador	01	1,8
Torneiro Mecânico	01	1,8
Carpinteiro	01	1,8
Telemarketing	01	1,8
Técnico de Enfermagem	01	1,8
NR	02	3,6
Total	56	100,0

Nota: Os valores foram calculados, somente para os que mencionaram que tinham algum)

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 35. Quantas pessoas aqui, na sua casa, têm curso na ÁREA DE TURISMO E HOTELARIA? - Polo COSTA BRANCA.

Quantidade	Abs.	%
0	354	95,7
01	12	3,2
02	03	0,8
NR	01	0,3
Total	370	100,0

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 36. Tipo do curso na ÁREA DE TURISMO E HOTELARIA Polo COSTA BRANCA.

Tipo	Abs.	%
Garçon	05	33,3
Recepcionista	04	26,7
Turismo e Hotelaria	01	6,7
Guia Turístico	01	6,7
Recepcionista e Garçon	01	6,7
Motorista	01	6,7
NR	02	13,3
Total	15	100,0

Nota: Os valores foram calculados, somente para os que mencionaram que tinham algum)
 Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 37. Quantas pessoas aqui, na sua casa, têm OUTROS CURSOS? - Polo COSTA BRANCA.

Quantidade	Abs.	%
0	355	95,9
01	10	2,7
02	03	0,8
NS	02	0,5
Total	370	100,0

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 38. Tipo de OUTROS CURSOS- -Polo COSTA BRANCA.

Tipo	Abs.	%
Petróleo e gás	07	53,8
Padeiro	01	7,7
Administração	01	7,7
Direito	01	7,7
Meio ambiente	01	7,7
Recepcionista	01	7,7
NR	01	7,7
Total	13	100,0

Nota: Os valores foram calculados, somente para os que mencionaram que tinham algum.
 Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 39. O (A) Sr. (a) acha que a população de seu município está capacitada a trabalhar com o turismo? - Polo COSTA BRANCA.

Resposta	Abs.	%
Sim	178	48,1
Não	164	44,3
Talvez	26	7,0
NR	02	0,5
Total	370	100,0

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 40. O (A) Sr. (a) tem conhecimento de algum curso de capacitação relacionado ao turismo, aqui no seu município? - Polo COSTA BRANCA.

Resposta	Abs.	%
Sim	78	21,1
Não	245	66,2
Talvez	02	0,5
Tanto faz/Indiferente	03	0,8
NS	39	10,5
NR	03	0,8
Total	370	100,0

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 41. Conhecimento do local de realização de algum curso de capacitação relacionado ao turismo. - Polo COSTA BRANCA.

Local	Abs.	%
Microlins	07	9,0
SENAC	06	7,7
CCAA	05	6,4
SENAE	05	6,4
SEBRAE	02	2,6
Wizard	02	2,6
Funger	02	2,6
UNP	02	2,6
Prefeitura	01	1,3
SENAC e SESC	01	1,3
SENAC e CCAA	01	1,3
CCAA e Microlins	01	1,3
UERN	01	1,3
NR	42	53,9
Total	78	100,0

Nota: Os valores foram calculados, somente para os que mencionaram que tinham algum conhecimento de curso (78 entrevistados).

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

4. INFRAESTRUTURA

TABELA 42. Dê uma nota de um a cinco para algumas áreas de infraestrutura aqui de seu município. Considerando que: 1 = Péssimo; 2 = Ruim; 3 = Regular; 4 = Bom; 5 = Excelente - Polo COSTA BRANCA.

Áreas de Infraestrutura	Péssimo		Ruim		Regular		Bom		Excelente		Total	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Educação	34	9,2	46	12,4	152	41,1	124	33,5	14	3,8	370	100,0
Saúde pública	52	14,1	67	18,1	145	39,2	94	25,4	12	3,2	370	100,0
Limpeza Pública	22	5,9	46	12,4	141	38,1	138	37,3	23	6,2	370	100,0
Abastecimento de água.	30	8,1	60	16,2	156	42,2	107	28,9	17	4,6	370	100,0
Iluminação pública	14	3,8	80	21,6	140	37,8	123	33,2	13	3,5	370	100,0
Condição das ruas de acesso.	25	6,8	84	22,8	140	37,9	105	28,5	15	4,1	369	100,0
Coleta de lixo.	32	8,6	49	13,2	150	40,5	121	32,7	18	4,9	370	100,0
Segurança pública	73	19,8	68	18,5	124	33,7	95	25,8	08	2,2	368	100,0
Transporte público	29	7,8	63	17,0	154	41,6	114	30,8	10	2,7	370	100,0
Qualidade da água	56	15,2	79	21,4	125	33,9	96	26,0	13	3,5	369	100,0
Avaliação Geral	367	9,9	642	17,4	1427	38,6	1117	30,2	143	3,9	3696	100,0

Nota: Os valores foram calculados, somente para os que mencionaram algum tipo de avaliação, excluindo as respostas NR e NS.

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

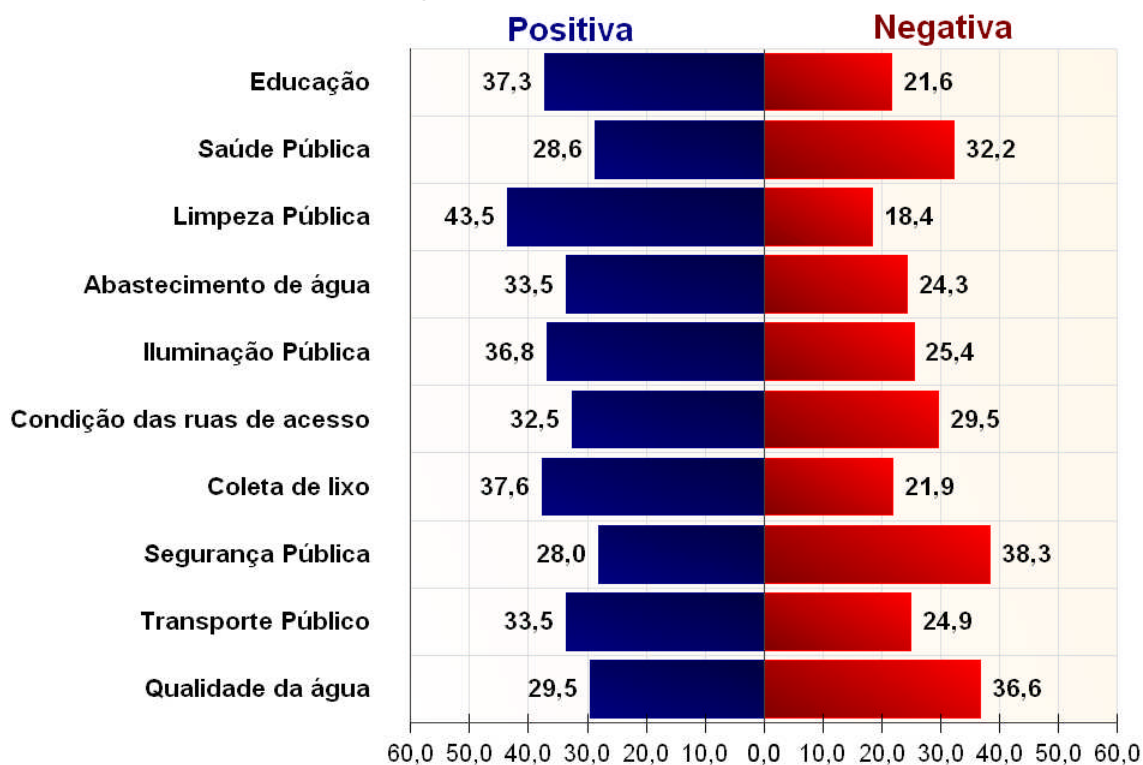
TABELA 43. Resumo das avaliações de algumas áreas de infraestrutura aqui de seu município. - Polo COSTA BRANCA

Áreas de Infraestrutura	Positiva	Negativa	Saldo
Educação	37,3	21,6	15,7
Saúde pública	28,6	32,2	-3,5
Limpeza Pública	43,5	18,4	25,1
Abastecimento de água.	33,5	24,3	9,2
Iluminação pública	36,8	25,4	11,4
Condição das ruas de acesso.	32,5	29,5	3,0
Coleta de lixo.	37,6	21,9	15,7
Segurança pública	28,0	38,3	-10,3
Transporte público	33,5	24,9	8,6
Qualidade da água	29,5	36,6	-7,0
Avaliação Geral	34,1	27,3	6,8

Nota: Avaliação Positiva (Percentual Bom + Excelente) e Avaliação Negativa (Percentual Ruim + Péssimo)

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

FIGURA 01. Resumo das avaliações de algumas áreas de infraestrutura aqui de seu município. – Polo COSTA BRANCA.



Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 44. Sua rua fica alagada quando chove?. - Polo COSTA BRANCA.

Resposta	Abs.	%
Sim	179	48,4
Não	187	50,5
NR	04	1,1
Total	370	100,0

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

FEEDBACK: ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

ANEXO X
MARCO LÓGICO: MEMÓRIA DE CÁLCULO

Marco Lógico - Planilha	
Objetivos do Programa	Linha de base
Nº de empregos formais no turismo	Tx. de crescimento 2007-2008: 17,5% Tx. de crescimento 2008-2009: 54% Tx Média de crescimento: 23%
Estratégia de Produto Turístico	
Capacitação profissional	Valor do investimento/ R\$ 511,00 (per capita/aluno da capacitação profissional PRODETUR 2009)
Estratégia de Comercialização	
Gasto Médio Diário Individual	Média do GMDI Geral de 2007 e 2008 da Pesquisa de Demanda Turística Natal
Fortalecimento Institucional	
Programa de capacitação de técnicos municipais	03 técnicos por município (01 de turismo, 01 de meio ambiente e 01 de urbanismo)